



# A COMUNICAÇÃO DE RESULTADOS SOBRE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NAS ORGANIZAÇÕES PORTUGUESAS CERTIFICADAS EM QUALIDADE, AMBIENTE E SEGURANÇA

FILIPE JOSÉ DA FONSECA CARVALHO

Setembro de 2019

**A COMUNICAÇÃO DE RESULTADOS SOBRE  
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NAS ORGANIZAÇÕES  
PORTUGUESAS CERTIFICADAS EM QUALIDADE,  
AMBIENTE E SEGURANÇA**

Filipe José da Fonseca Carvalho  
1086312

**2019**

Instituto Superior de Engenharia do Porto  
Departamento de Engenharia Mecânica



POLITÉCNICO  
DO PORTO

isep

# **A COMUNICAÇÃO DE RESULTADOS SOBRE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NAS ORGANIZAÇÕES PORTUGUESAS CERTIFICADAS EM QUALIDADE, AMBIENTE E SEGURANÇA**

Filipe José da Fonseca Carvalho  
1086312

Dissertação apresentada ao Instituto Superior de Engenharia do Porto para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Engenharia Mecânica – Gestão Industrial, realizada sob a orientação do Professor Doutor Luís Miguel Ciravegna Martins da Fonseca.

**2019**

Instituto Superior de Engenharia do Porto  
Departamento de Engenharia Mecânica



POLITÉCNICO  
DO PORTO

isep

# JÚRI

## **Presidente**

<Grau Académico e Nome>

<Categoria, Instituição>

## **Orientador**

Professor Doutor Luís Miguel Ciravegna Martins da Fonseca

Professor Adjunto, Instituto Superior de Engenharia do Porto

## **Arguente**

<Grau Académico e Nome>

<Categoria, Instituição>



## AGRADECIMENTOS

Nesta secção, apresentam-se os mais sinceros agradecimentos públicos para todas as pessoas que contribuíram para a realização da dissertação. Assim, o autor agradece:

Ao Professor Doutor Luís Miguel Ciravegna Martins da Fonseca, enquanto Orientador, pelo excelente contributo dado, desde a primeira hora, em termos de disponibilidade, planeamento, rigor e conhecimento científico, bem como pelas palavras de motivação;

Ao Professor Doutor Francisco José Gomes da Silva, enquanto Diretor do Mestrado, pelo extraordinário contributo dado ao nível da coordenação do curso, bem como a toda a equipa docente, em especial ao Professor Doutor Paulo António da Silva Ávila;

Aos Professores Doutores Manuel Gilberto Freitas dos Santos e Joaquim José de Almeida Soares Gonçalves, ambos docentes do Instituto Politécnico do Cávado e do Ave (IPCA), bem como aos Professores Doutores Paulo Alexandre da Costa Araújo Sampaio e José Pedro Teixeira Domingues, ambos docentes da Universidade do Minho (UM), pelo magnífico contributo dado, no passado, na preparação e na realização dos trabalhos académicos que estiveram na génese da presente dissertação de mestrado;

Ao Professor Doutor António Manuel Ramos Pires, docente do Instituto Politécnico de Setúbal (IPS), pela motivação e encorajamento dado, em 2017, durante os trabalhos do VIII Encontro dos Investigadores da Qualidade, para a realização desta dissertação;

Por último, com muito amor, à Matilde Rosa, à Rosa, aos seus pais, família e amigos...



## PALAVRAS CHAVE

Sistemas de gestão, comunicação organizacional, relatórios institucionais, reporte de resultados, análise de conteúdo, teorias organizacionais, desenvolvimento sustentável.

## RESUMO

Após mais de três décadas da publicação do conceito de desenvolvimento sustentável pelas Nações Unidas (NU), é hoje unânime considerar que o mesmo é uma realidade a nível mundial. Nos nossos dias, o desenvolvimento sustentável está presente na vida das pessoas, das organizações, dos países e do planeta Terra. Para este propósito, contribuíram, nos últimos anos, várias instituições e iniciativas, a nível internacional, nacional e regional, tais como, por exemplo, o *World Business Council for Sustainable Development* (WBCSD), o *Business Council for Sustainable Development Portugal* (BCSD Portugal), o *United Nations Global Compact Network Portugal* (UNGC NP), a *Global Reporting Initiative* (GRI), a *International Organization for Standardization* (ISO), a *British Standards Institution* (BSI), o Instituto Português da Qualidade (IPQ), entre muitas outras. Portanto, é prioritário conhecer como as organizações operam em prol do desenvolvimento sustentável e, por sua vez, como comunicam os seus resultados de desempenho às partes interessadas. Desta forma, o objeto de estudo da presente investigação visou a análise da comunicação de resultados sobre desenvolvimento sustentável, bem como a determinação do perfil das organizações cuja comunicação de resultados é mais proeminente. Assim, a amostra de investigação é composta por 235 organizações portuguesas certificadas em qualidade, ambiente, segurança e saúde do trabalho, que divulgaram relatórios institucionais, no *website* institucional, na internet, nos últimos quatro anos. A metodologia de investigação baseou-se na técnica de análise de conteúdo e nas premissas de quatro teorias organizacionais (teoria dos *stakeholders*, teoria da legitimidade, teoria institucional e teoria da visão baseada em recursos). Portanto, o estudo permitiu caracterizar os resultados que são reportados sobre desenvolvimento sustentável nos relatórios institucionais. Assim, os resultados mais frequentes são: na dimensão económica, os resultados sobre o desempenho económico (71,1%); na dimensão ambiental, os resultados sobre os efluentes e resíduos (46,0%) e, finalmente, na dimensão social, os resultados sobre o emprego (57,4%). Por sua vez, o tema relativo aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) é divulgado por 66 (28,1%) organizações certificadas. Por outro lado, em termos de perfil, a investigação permitiu determinar que a comunicação de resultados sobre desenvolvimento sustentável é mais proeminente nas organizações do setor público empresarial, nas organizações que pertencem a grupos económicos membros do BCSD Portugal e, ainda, nas organizações que divulgam os relatórios de sustentabilidade.



**KEYWORDS**

*Management systems, organizational communication, institutional reports, results report, content analysis, organizational theories, sustainable development.*

**ABSTRACT**

*After more than three decades of the publication of the concept of sustainable development by the United Nations (UN), it is today unanimous to consider that it is a worldwide reality. In our days, the sustainable development is present in the lives of the people, of the organizations, of the countries and of the planet Earth. For this purpose, have contributed, in recent years, various institutions and initiatives, at international, national and regional level, such as, for example, the World Business Council for Sustainable Development (WBCSD), the Business Council for Sustainable Development Portugal (BCSD Portugal), the United Nations Global Compact Network Portugal (UNGC NP), the Global Reporting Initiative (GRI), the International Organization for Standardization (ISO), the British Standards Institution (BSI), the Portuguese Institute for Quality (IPQ), among many others. Therefore, it is a priority to know how organizations operate towards sustainable development and, in turn, how they communicate their performance results to stakeholders. This way, the object of study of this research aimed to analyze the communication of results on sustainable development, as well as to determine the profile of the organizations whose communication of results is more prominent. Thus, the research sample is composed by 235 certified Portuguese organizations in quality, environment, occupational health and safety, which disclosed institutional reports, on the institutional website, on the internet, in the last four years. The research methodology was based on the content analysis technique and in the premises of four organizational theories (stakeholder theory, legitimacy theory, institutional theory and resource-based view theory). Therefore, the study has allowed characterizing the results that are reported on sustainable development in the institutional reports. Thus, the most frequent results are: in the economic dimension, the results on economic performance (71.1%); in the environmental dimension, the results on effluents and waste (46.0%) and, finally, in the social dimension, the results on employment (57.4%). In its turn, the theme relative to the Sustainable Development Goals (SDG) is disclosed by 66 (28.1%) certified organizations. On the other hand, in terms of profile, the research has allowed to determine that the communication of results on sustainable development is more prominent in the business public sector organizations, in the organizations belonging to economic groups' members of the BCSD Portugal and still in the organizations that disclose the sustainability reports.*



## LISTA DE ABREVIATURAS E SÍMBOLOS

### Lista de Abreviaturas

<b>Abreviatura</b>	<b>Designação</b>
3Ps	<i>Profits, Planet and People</i>
A.C.E.	Agrupamento Complementar de Empresas
AA	Área de Atuação
AENOR	<i>Asociación Española de Normalización y Certificación</i>
APA	<i>American Psychological Association</i>
APCER	APCER – Associação Portuguesa de Certificação
APEE	Associação Portuguesa de Ética Empresarial
AS	<i>Australia Standards</i>
BCSD	<i>Business Council for Sustainable Development</i>
BDI	Base de Dados de Investigação
BM TRADA	BM Trada Certificaciones Lusas, S.L. (Sucursal em Portugal)
BS	<i>British Standard</i>
BSI	<i>British Standards Institution</i>
BVC	Bureau Veritas Certification Portugal, Sociedade Unipessoal, Lda.
CCE	Conselho das Comunidades Europeias
CDS	Comunicação do Desenvolvimento Sustentável
CE	Comissão Europeia
CEDS	Conselho Empresarial para o Desenvolvimento Sustentável
CERTIF	CERTIF – Associação para a Certificação
CGS	Código de Governo das Sociedades
CNC	Comissão de Normalização Contabilística
CP	CemPalavras – Comunicação Empresarial, Lda.
CRL.	Cooperativa
CSC	Código das Sociedades Comerciais
CVM	Código dos Valores Mobiliários
DAS	Syscert – <i>Direct Assessment Services</i> Portugal, Lda.
DEM	Departamento de Engenharia Mecânica
DGAEP	Direção-Geral da Administração e do Emprego Público
DNV GL	DNV GL Portugal, Sociedade Unipessoal, Lda.
DPS	Departamento de Produção e Sistemas
DQS	Sercert – Serviços de Certificação, Lda.
DRE	Diário da República Eletrónico
DS	Desenvolvimento Sustentável
DS	<i>Danish Standard</i>
DSA	<i>Danish Standards Association</i>
E.I.M	Empresa Intermunicipal
E.M.	Empresa Municipal
EE	Escola de Engenharia
EIC	EIC – Empresa Internacional de Certificação, S.A.
EMAS	<i>Eco Management and Audit Scheme</i>
EMS	<i>Environmental Management System</i>
EST	Escola Superior de Tecnologia

<b>Abreviatura</b>	<b>Designação</b>
EUA	Estados Unidos da América
EXAME	Revista Exame
EXPRESSO	Jornal Expresso
FEUP	Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto
FJ	Forma Jurídica
G	<i>Guidelines</i>
GC	<i>Global Compact</i>
GEC	Guia de Empresas Certificadas
GEE	Gases com Efeito de Estufa
GESCONTACT	<i>Software de Gestão de Contactos de Empresas Portuguesas</i>
GI	Gestão Industrial
GRACE	Grupo de Reflexão e Apoio à Cidadania Empresarial
GRI	<i>Global Reporting Initiative</i>
IAF	<i>International Accreditation Forum</i>
IAPMEI	Agência para a Competitividade e Inovação
IASB	<i>International Accounting Standards Board</i>
IASC	<i>International Accounting Standards Committee</i>
IBM	<i>International Business Machines</i>
ICC	<i>International Chamber of Commerce</i>
ICR	Índice de Comunicação de Resultados
ICR <sub>DS</sub>	Índice de Comunicação de Resultados sobre Desenvolvimento Sustentável
IEC	<i>International Electrotechnical Commission</i>
IFRS	<i>International Financial Reporting Standards</i>
IIRC	<i>International Integrated Reporting Council</i>
INE	Instituto Nacional de Estatística
IPAC	Instituto Português de Acreditação
IPCA	Instituto Politécnico do Cávado e do Ave
IPCG	Instituto Português de <i>Corporate Governance</i>
IPP	Instituto Politécnico do Porto
IPQ	Instituto Português da Qualidade
ISEP	Instituto Superior de Engenharia do Porto
ISO	<i>International Organization for Standardization</i>
IUCN	<i>International Union for Conservation of Nature</i>
KALPHA	<i>Krippendorff's Alpha</i>
LDA.	Limitada (Sociedade por Quotas)
LG	Localização Geográfica
LR	<i>Lloyd's Register EMEA</i>
LUSAENOR	Lusaenor, Lda.
MB	Membro do <i>Business Council for Sustainable Development Portugal</i>
MEM	Mestrado em Engenharia Mecânica
MU	Membro do <i>United Nations Global Compact Network Portugal</i>
NCRF	Normas Contabilísticas de Relato Financeiro
NP	Norma Portuguesa
NTS	<i>Norwegian Technology Standards Institution</i>
NU	Nações Unidas
NUT	Nomenclatura de Unidade Territorial
NZS	<i>New Zealand Standards</i>

<b>Abreviatura</b>	<b>Designação</b>
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
ODS	<i>Ozone Depleting Substances</i>
OHSAS	<i>Occupational Health and Safety Assessment Series</i>
PAS	<i>Publicly Available Specification</i>
PDCA	<i>Plan, Do, Check and Act</i>
PDF	<i>Portable Document Format</i>
PME	Pequena Média Empresa
PwC	<i>PricewaterhouseCoopers</i>
QAS	Qualidade, Ambiente e Segurança
QASST	Qualidade, Ambiente, Segurança e Saúde do Trabalho
QEC	QEC PT – <i>Quality Evaluation Center Portugal, Unipessoal, Lda.</i>
RM	<i>Rankings dos Media</i>
RS	Relatório de Sustentabilidade
RSE	Responsabilidade Social Empresarial
S.A.	Sociedade Anónima
SA	<i>Social Accountability</i>
SA	Setor de Atividade
SAI	<i>Social Accountability International</i>
SDG	<i>Sustainable Development Goals</i>
SE	Sustentabilidade Empresarial
SE	Setor Empresarial
SGA	Sistema de Gestão Ambiental
SGQ	Sistema de Gestão da Qualidade
SGRS	Sistema de Gestão da Responsabilidade Social
SGS	SGS ICS – <i>Serviços Internacionais de Certificação, Lda.</i>
SGSST	Sistema de Gestão da Segurança e Saúde do Trabalho
SIG	Sistema Integrado de Gestão
SIGQASSTRS	Sistema Integrado de Gestão da Qualidade, Ambiente, Segurança e Outros
SNC	Sistema de Normalização Contabilística
SPSS	<i>Statistical Package for the Social Sciences</i>
SST	Segurança e Saúde do Trabalho
TBL	<i>Triple Bottom Line</i>
TC	<i>Technical Committee</i>
TÜV	TÜV – <i>Rheinland Portugal, Inspeções Técnicas, Unipessoal, Lda.</i>
UE	União Europeia
UM	Universidade do Minho
UN	<i>United Nations</i>
UNE	<i>Una Norma Española (Asociación Española de Normalización)</i>
UNGC	<i>United Nations Global Compact</i>
UNGC NP	<i>United Nations Global Compact Network Portugal</i>
VBR	Visão Baseada em Recursos
VIF	<i>Variance Inflation Factor</i>
VN	Volume de Negócios
WBCSD	<i>World Business Council for Sustainable Development</i>
WCED	<i>World Commission on Environment and Development</i>
WICE	<i>World Industry Council for the Environment</i>
WSSD	<i>World Summit on Sustainable Development</i>

## Lista de Símbolos

Símbolo	Designação
%	Percentagem
<	Sinal de menor
>	Sinal de maior
$\Sigma$	Somatório
$\leq$	Sinal de menor ou igual
$\geq$	Sinal de maior ou igual
©	Direitos de autor ( <i>copyright</i> )
®	Marca comercial registada
0	Conteúdo ausente (não divulga)
0	Categoria “zero”
1	Conteúdo presente (divulga)
1	Categoria “um”
AA	Área de atuação
CO	Constante
DS	Índice alfanumérico
$\epsilon$	Termo de erro
Est.	Estatística
FJ	Forma jurídica
gl	Graus de liberdade
H	Hipótese de investigação
i e j	Índices alfanuméricos
ICR	Índice de comunicação de resultados
ICR <sub>DS</sub>	Índice de comunicação de resultados sobre desenvolvimento sustentável
LG	Localização geográfica
LOGIT	Função de ligação da regressão logística binária
MB	Membro do BCSD Portugal
MU	Membro do UNGC NP
N	Número máximo de resultados que uma organização pode comunicar
N	Universo de investigação (tamanho ou dimensão)
n	Amostra de investigação (tamanho ou dimensão)
NO <sub>x</sub>	Óxidos de Azoto
O	Objetivo de investigação
P	Probabilidade
Q	Questão de investigação
R	Resultado de desempenho comunicado pela organização
RM	<i>Rankings dos media</i>
RS	Relatório de sustentabilidade
SA	Setor de atividade
SE	Setor empresarial
Sig.	Significância (ver Valor- <i>p</i> )
SO <sub>x</sub>	Óxidos de Enxofre
Valor- <i>p</i>	Nível descritivo ou probabilidade de significância ou valor de prova
VN	Volume de negócios
$\alpha$	Alfa de Krippendorff
$\beta$	Coeficiente de regressão

## GLOSSÁRIO DE TERMOS

<b>Termo</b>	<b>Definição</b>
Desenvolvimento sustentável	Desenvolvimento que satisfaz as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras satisfazerem as suas próprias necessidades ( <i>United Nations, 1987, p. 54</i> ).
Relatórios sobre desenvolvimento sustentável	Publicações de divulgação às partes interessadas, internas e externas, da posição e das atividades da organização relativamente às vertentes económica, ambiental e social ( <i>World Business Council for Sustainable Development, 2002, p. 7</i> ).
Organização	Pessoa ou conjunto de pessoas que tem as suas próprias funções com responsabilidades, autoridades e relações para atingir os objetivos ( <i>International Organization for Standardization, 2015b, p. 11</i> ).
Sistema de gestão da qualidade	Parte de um sistema de gestão que se refere à qualidade ( <i>International Organization for Standardization, 2015b, p. 17</i> ).
Sistema de gestão ambiental	Parte do sistema de gestão utilizada para gerir os aspetos ambientais, cumprir as obrigações de conformidade e tratar os riscos e oportunidades ( <i>International Organization for Standardization, 2015a, p. 2</i> ).
Sistema de gestão da segurança e saúde do trabalho	Sistema de gestão ou parte de um sistema de gestão utilizado para alcançar a política de segurança e saúde do trabalho ( <i>International Organization for Standardization, 2018, p. 3</i> ).
Sistema de gestão da responsabilidade social	Conjunto de elementos interrelacionados e interactuantes para estabelecer e concretizar a política e objetivos da responsabilidade social (Instituto Português da Qualidade, 2008b, p. 14).
Sistema integrado de gestão	Sistema de gestão que integra múltiplos aspetos dos sistemas e processos de uma organização para um enquadramento completo, permitindo a uma organização cumprir os requisitos dos sistemas de gestão normalizados ( <i>British Standards Institution, 2012, p. 2</i> ).
Certificação de sistemas de gestão	Processo pelo qual uma organização tem os seus sistemas de gestão auditados por um organismo de certificação independente para avaliar se está em conformidade com os requisitos das normas aplicáveis e atinge os resultados pretendidos (Fonseca, Domingues, Machado, & Calderón, 2017, p. 479).
Comunicação organizacional	Processo onde a informação é transmitida na organização e a relação entre os indivíduos que dela fazem parte (Freixo, 2012, p. 325).
Parte interessada ( <i>stakeholder</i> )	Pessoa ou organização que pode afetar, ser afetada por, ou considerar-se como sendo afetada por uma decisão ou atividade ( <i>International Organization for Standardization, 2015b, p. 12</i> ).
Análise de conteúdo (metodologia)	Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/receção (variáveis inferidas) destas mensagens (Bardin, 2018, p. 44).



## ÍNDICE DE FIGURAS

FIGURA 1 - MODELO CONCEPTUAL DA COMUNICAÇÃO DE RESULTADOS SOBRE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL.	31
FIGURA 2 - A EVOLUÇÃO DO CONCEITO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ADAPTADO DE STEURER ET AL., 2005).	36
FIGURA 3 - OS BENEFÍCIOS DA COMUNICAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ADAPTADO DE WBCSD, 2002).	38
FIGURA 4 - MODELO DE REPRESENTAÇÃO DA ESTRUTURA DA NORMA ISO 9001:2015 (ADAPTADO DE ISO, 2015C).	40
FIGURA 5 - MODELO DE REPRESENTAÇÃO DA ESTRUTURA DA NORMA ISO 14001:2015 (ADAPTADO DE ISO, 2015A).	42
FIGURA 6 - MODELO DE REPRESENTAÇÃO DA ESTRUTURA DA NORMA ISO 45001:2018 (ADAPTADO DE ISO, 2018A).	44
FIGURA 7 - MODELO DE REPRESENTAÇÃO DA ESTRUTURA DA NORMA NP 4469:2019 (ADAPTADO DE IPQ, 2019).	46
FIGURA 8 - MODELO DE REPRESENTAÇÃO DA ESTRUTURA DA ESPECIFICAÇÃO PAS 99:2012 (CARVALHO & SANTOS, 2018B).	48
FIGURA 9 - RELAÇÃO ENTRE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO (CARVALHO & SANTOS, 2018B).	49
FIGURA 10 - EVOLUÇÃO DA CERTIFICAÇÃO DOS SISTEMAS INDIVIDUAIS DE GESTÃO (ADAPTADO DE CABECINHAS ET AL., 2018A).	51
FIGURA 11 - EVOLUÇÃO DA CERTIFICAÇÃO DOS SISTEMAS INTEGRADOS DE GESTÃO (ADAPTADO DE CABECINHAS ET AL., 2018A).	51
FIGURA 12 - TEORIAS ORGANIZACIONAIS NO ÂMBITO DA DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÃO (ADAPTADO DE ALI & RIZWAN, 2013).	57
FIGURA 13 - AS PARTES INTERESSADAS DE UM SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO (ADAPTADO DE BSI, 2012).	58
FIGURA 14 - A LEGITIMIDADE E AS PARTES INTERESSADAS NO SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO (ADAPTADO DE ASIF ET AL., 2013).	59
FIGURA 15 - FLUXOGRAMA ILUSTRATIVO DAS VÁRIAS ATIVIDADES INERENTES AO PROCESSO DE INVESTIGAÇÃO.	70
FIGURA 16 - FUNDAMENTAÇÃO EM NÚMEROS DA DIMENSÃO DO UNIVERSO E DA AMOSTRA DE INVESTIGAÇÃO.	78
FIGURA 17 - RELAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES CERTIFICADAS QUE DIVULGAM RELATÓRIOS INSTITUCIONAIS NO <i>WEBSITE</i> INSTITUCIONAL.	85
FIGURA 18 - RELAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES QUE DIVULGAM RELATÓRIOS INSTITUCIONAIS NO <i>WEBSITE</i> NOS ÚLTIMOS QUATRO ANOS.	86
FIGURA 19 - RELAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES QUE DIVULGAM RESULTADOS SOBRE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NOS RELATÓRIOS.	88

FIGURA 20 - RELAÇÃO DA DISTRIBUIÇÃO DOS RESULTADOS SOBRE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL POR DIMENSÃO.	89
FIGURA 21 - RELAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES QUE DIVULGAM OS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NOS RELATÓRIOS.	89
FIGURA 22 - RELAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES QUE PERTENCEM ÀS CATEGORIAS DE ANÁLISE DAS VARIÁVEIS INDEPENDENTES.	90
FIGURA 23 - RELAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES DO UNIVERSO DISTRIBUÍDAS PELOS DISTRITOS OU REGIÕES AUTÓNOMAS DE PORTUGAL.	140
FIGURA 24 - RELAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES DO UNIVERSO DISTRIBUÍDAS SEGUNDO A NOMENCLATURA DE UNIDADE TERRITORIAL.	141
FIGURA 25 - RELAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES DO UNIVERSO DISTRIBUÍDAS PELOS TRÊS SETORES DE ATIVIDADE ECONÓMICA.	141
FIGURA 26 - RELAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES DO UNIVERSO DISTRIBUÍDAS PELOS SETORES DE ATIVIDADE ECONÓMICA.	142
FIGURA 27 - RELAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES DO UNIVERSO DISTRIBUÍDAS SEGUNDO A TIPOLOGIA DA FORMA JURÍDICA.	143
FIGURA 28 - RELAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES DO UNIVERSO DISTRIBUÍDAS PELOS REFERENCIAIS NORMATIVOS DE CERTIFICAÇÃO.	143
FIGURA 29 - RELAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES DO UNIVERSO DISTRIBUÍDAS SEGUNDO OS ORGANISMOS DE CERTIFICAÇÃO.	144
FIGURA 30 - RELAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES DO UNIVERSO DISTRIBUÍDAS PELOS <i>RANKINGS</i> EMPRESARIAIS PORTUGUESES.	144
FIGURA 31 - RELAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES DA AMOSTRA DISTRIBUÍDAS PELOS DISTRITOS OU REGIÕES AUTÓNOMAS DE PORTUGAL.	145
FIGURA 32 - RELAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES DA AMOSTRA DISTRIBUÍDAS SEGUNDO A NOMENCLATURA DE UNIDADE TERRITORIAL.	146
FIGURA 33 - RELAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES DA AMOSTRA DISTRIBUÍDAS PELOS TRÊS SETORES DE ATIVIDADE ECONÓMICA.	146
FIGURA 34 - RELAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES DA AMOSTRA DISTRIBUÍDAS PELOS SETORES DE ATIVIDADE ECONÓMICA.	147
FIGURA 35 - RELAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES DA AMOSTRA DISTRIBUÍDAS SEGUNDO A TIPOLOGIA DA FORMA JURÍDICA.	148
FIGURA 36 - RELAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES DA AMOSTRA DISTRIBUÍDAS PELOS REFERENCIAIS NORMATIVOS DE CERTIFICAÇÃO.	148
FIGURA 37 - RELAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES DA AMOSTRA DISTRIBUÍDAS SEGUNDO OS ORGANISMOS DE CERTIFICAÇÃO.	149
FIGURA 38 - RELAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES DA AMOSTRA DISTRIBUÍDAS PELOS <i>RANKINGS</i> EMPRESARIAIS PORTUGUESES.	149
FIGURA 39 - REPRESENTAÇÃO DA BASE DE DADOS DE INVESTIGAÇÃO COMO A “PEDRA ANGULAR” DO PROCESSO DE INVESTIGAÇÃO.	156

## ÍNDICE DE TABELAS

TABELA 1 - ORGANISMOS DE CERTIFICAÇÃO DE SISTEMAS DE GESTÃO QUE OPERAM EM PORTUGAL (CARVALHO & SAMPAIO, 2016).	50
TABELA 2 - ESTUDOS RELEVANTES NO ÂMBITO DA COMUNICAÇÃO DE RESULTADOS SOBRE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL.	66
TABELA 3 - RESUMO DO <i>CORPUS</i> DE ANÁLISE, CATEGORIAS DE ANÁLISE, SUBCATEGORIAS DE ANÁLISE E UNIDADES DE ANÁLISE.	74
TABELA 4 - IDENTIFICAÇÃO, DESCRIÇÃO E CARATERIZAÇÃO DAS VARIÁVEIS INDEPENDENTES DA INVESTIGAÇÃO.	80
TABELA 5 - RELAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES QUE DIVULGAM RESULTADOS SOBRE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NOS RELATÓRIOS.	87
TABELA 6 - RESULTADOS ESTATÍSTICOS DOS DIVERSOS PARÂMETROS DE CARATERIZAÇÃO DA VARIÁVEL DEPENDENTE.	90
TABELA 7 - RESULTADOS ESTATÍSTICOS DOS DIVERSOS PARÂMETROS DE CARATERIZAÇÃO DA RELAÇÃO ENTRE AS VARIÁVEIS.	91
TABELA 8 - RESULTADOS ESTATÍSTICOS DOS DIVERSOS PARÂMETROS DE APLICAÇÃO DO TESTE U DE MANN-WHITNEY.	93
TABELA 9 - RESULTADOS ESTATÍSTICOS DOS DIVERSOS PARÂMETROS DO MODELO DE REGRESSÃO LOGÍSTICA BINÁRIA.	94
TABELA 10 - RESULTADOS ESTATÍSTICOS OBTIDOS POR APLICAÇÃO DO TESTE DE HIPÓTESES ÀS HIPÓTESES DE INVESTIGAÇÃO.	98
TABELA 11 - FUNDAMENTAÇÃO DAS CATEGORIAS E SUBCATEGORIAS DE ANÁLISE (ADAPTADO DE APEE, 2019C; GRI, 2016, 2018).	134
TABELA 12 - ENUMERAÇÃO DOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ADAPTADO DE BCSD PORTUGAL, 2019A).	137
TABELA 13 - REQUISITOS DA COMUNICAÇÃO (INTERNA E EXTERNA) ORGANIZACIONAL NO ÂMBITO DOS SISTEMAS DE GESTÃO.	138
TABELA 14 - RESULTADOS ESTATÍSTICOS DA APLICAÇÃO DOS TESTES DE NORMALIDADE À VARIÁVEL DEPENDENTE.	150
TABELA 15 - RESULTADOS ESTATÍSTICOS DA APLICAÇÃO DO TESTE DE HOMOGENEIDADE DE VARIÂNCIAS NA RELAÇÃO DAS VARIÁVEIS.	151
TABELA 16 - RESULTADOS DOS PARÂMETROS ESTATÍSTICOS DO ESTUDO DA CORRELAÇÃO ENTRE AS VARIÁVEIS INDEPENDENTES.	152
TABELA 17 - RESULTADOS DOS COEFICIENTES ESTATÍSTICOS DE COLINEARIDADE DAS VARIÁVEIS DE INVESTIGAÇÃO.	153
TABELA 18 - RESULTADOS ESTATÍSTICOS DO DIAGNÓSTICO DE COLINEARIDADE DAS VARIÁVEIS DE INVESTIGAÇÃO.	155
TABELA 19 - RELAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES PORTUGUESAS CERTIFICADAS EM QUALIDADE, AMBIENTE E SEGURANÇA.	166



# ÍNDICE

1	INTRODUÇÃO .....	29
1.1	ENQUADRAMENTO .....	29
1.2	OBJETIVOS.....	30
1.3	MODELO CONCEPTUAL.....	31
1.4	MOTIVAÇÕES.....	32
1.5	ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO .....	32
2	REVISÃO BIBLIOGRÁFICA .....	35
2.1	DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL.....	35
2.1.1	A ORIGEM E A EVOLUÇÃO DO CONCEITO .....	35
2.1.2	AS DIMENSÕES DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL.....	37
2.1.3	OS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL .....	37
2.1.4	OS BENEFÍCIOS DA COMUNICAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL.....	38
2.2	SISTEMAS DE GESTÃO DA QUALIDADE .....	39
2.2.1	A ORIGEM E A EVOLUÇÃO NORMATIVA .....	39
2.2.2	O MODELO ATUAL DO SISTEMA DE GESTÃO.....	39
2.2.3	UMA ABORDAGEM AO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL .....	40
2.3	SISTEMAS DE GESTÃO AMBIENTAL.....	41
2.3.1	A ORIGEM E A EVOLUÇÃO NORMATIVA .....	41
2.3.2	O MODELO ATUAL DO SISTEMA DE GESTÃO.....	41
2.3.3	UMA ABORDAGEM AO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL .....	42
2.4	SISTEMAS DE GESTÃO DA SEGURANÇA E SAÚDE DO TRABALHO .....	43
2.4.1	A ORIGEM E A EVOLUÇÃO NORMATIVA .....	43
2.4.2	O MODELO ATUAL DO SISTEMA DE GESTÃO.....	43
2.4.3	UMA ABORDAGEM AO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL .....	44
2.5	SISTEMAS DE GESTÃO DA RESPONSABILIDADE SOCIAL.....	45
2.5.1	A ORIGEM E A EVOLUÇÃO NORMATIVA .....	45
2.5.2	O MODELO ATUAL DO SISTEMA DE GESTÃO.....	45
2.5.3	UMA ABORDAGEM AO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL .....	46
2.6	SISTEMAS INTEGRADOS DE GESTÃO .....	47

2.6.1	A ORIGEM E A EVOLUÇÃO NORMATIVA .....	47
2.6.2	O MODELO ATUAL DO SISTEMA DE GESTÃO.....	47
2.6.3	UMA ABORDAGEM AO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL .....	48
2.6.4	BENEFÍCIOS DA INTEGRAÇÃO DOS SISTEMAS DE GESTÃO .....	49
2.7	CERTIFICAÇÃO DOS SISTEMAS DE GESTÃO EM PORTUGAL.....	50
2.7.1	OS ORGANISMOS DE CERTIFICAÇÃO DE SISTEMAS DE GESTÃO .....	50
2.7.2	OS NÚMEROS DA CERTIFICAÇÃO DE SISTEMAS DE GESTÃO .....	50
2.8	RELATÓRIOS DE COMUNICAÇÃO DOS RESULTADOS ORGANIZACIONAIS .....	52
2.8.1	TIPOLOGIA DOS RELATÓRIOS DE COMUNICAÇÃO DIVULGADOS.....	52
2.8.2	RELATÓRIO DE SUSTENTABILIDADE .....	52
2.8.3	RELATÓRIO DE RESPONSABILIDADE SOCIAL.....	53
2.8.4	RELATÓRIO AMBIENTAL .....	53
2.8.5	RELATÓRIO DE SEGURANÇA E SAÚDE DO TRABALHO.....	54
2.8.6	RELATÓRIO DE GESTÃO .....	54
2.8.7	RELATÓRIO E CONTAS .....	55
2.8.8	RELATÓRIO FINANCEIRO .....	55
2.8.9	RELATÓRIO DE GOVERNO DA SOCIEDADE .....	56
2.8.10	RELATÓRIO INTEGRADO .....	56
2.9	TEORIAS ORGANIZACIONAIS RELEVANTES.....	57
2.9.1	ENQUADRAMENTO ÀS TEORIAS ORGANIZACIONAIS .....	57
2.9.2	TEORIA DOS <i>STAKEHOLDERS</i> .....	58
2.9.3	TEORIA DA LEGITIMIDADE.....	59
2.9.4	TEORIA INSTITUCIONAL.....	60
2.9.5	TEORIA DA VISÃO BASEADA EM RECURSOS.....	60
2.10	COMUNICAÇÃO DE RESULTADOS SOBRE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL .....	61
2.10.1	FUNDAMENTAÇÃO E FORMULAÇÃO DAS QUESTÕES DE INVESTIGAÇÃO.....	61
2.10.2	FUNDAMENTAÇÃO E FORMULAÇÃO DAS HIPÓTESES DE INVESTIGAÇÃO .....	61
2.10.3	FUNDAMENTAÇÃO RELEVANTE EM ESTUDOS DE INVESTIGAÇÃO .....	65
3	METODOLOGIA.....	69
3.1	PROCESSO DE INVESTIGAÇÃO.....	69
3.2	MÉTODO DE INVESTIGAÇÃO .....	71
3.2.1	ANÁLISE DE CONTEÚDO .....	71
3.2.2	<i>CORPUS</i> DE ANÁLISE.....	71
3.2.3	DOCUMENTOS DE ANÁLISE.....	72
3.2.4	CATEGORIAS DE ANÁLISE .....	72
3.2.5	SUBCATEGORIAS DE ANÁLISE.....	73
3.2.6	UNIDADES DE ANÁLISE.....	73
3.2.7	CODIFICAÇÃO DOS DADOS .....	75

3.2.8	LISTA E REGISTO DE CODIFICAÇÃO.....	75
3.3	BASE DE DADOS DE INVESTIGAÇÃO.....	76
3.3.1	ESTRUTURA GERAL.....	76
3.3.2	FONTES DE INFORMAÇÃO.....	77
3.4	UNIVERSO E AMOSTRA DE INVESTIGAÇÃO.....	78
3.4.1	UNIVERSO DE INVESTIGAÇÃO.....	78
3.4.2	AMOSTRA DE INVESTIGAÇÃO.....	78
3.5	VARIÁVEIS DE INVESTIGAÇÃO.....	79
3.5.1	VARIÁVEL DEPENDENTE.....	79
3.5.2	VARIÁVEIS INDEPENDENTES.....	79
3.6	MODELO DE ESTIMAÇÃO.....	81
3.7	RECOLHA E TRATAMENTO DOS DADOS.....	82
3.7.1	RECOLHA DOS DADOS.....	82
3.7.2	TRATAMENTO DOS DADOS.....	82
4	RESULTADOS.....	85
4.1	ANÁLISE DE RESULTADOS.....	85
4.1.1	ANÁLISE DESCRITIVA.....	85
4.1.2	ANÁLISE UNIVARIADA.....	90
4.1.3	ANÁLISE BIVARIADA.....	91
4.1.4	ANÁLISE MULTIVARIADA.....	94
4.2	DISCUSSÃO DE RESULTADOS.....	97
5	CONCLUSÃO.....	101
5.1	CONCLUSÕES.....	101
5.2	PROPOSTA DE TRABALHOS FUTUROS.....	106
6	BIBLIOGRAFIA.....	109
7	ANEXOS.....	133
7.1	FUNDAMENTAÇÃO DAS CATEGORIAS E SUBCATEGORIAS DE ANÁLISE.....	133
7.2	OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL.....	137
7.3	SISTEMAS DE GESTÃO E A COMUNICAÇÃO ORGANIZACIONAL.....	138

7.4	CARATERIZAÇÃO DO UNIVERSO E AMOSTRA DE INVESTIGAÇÃO.....	140
7.4.1	UNIVERSO DE INVESTIGAÇÃO .....	140
7.4.2	AMOSTRA DE INVESTIGAÇÃO.....	145
7.5	FUNDAMENTAÇÃO DO TRATAMENTO ESTATÍSTICO .....	150
7.5.1	TESTES DE NORMALIDADE .....	150
7.5.2	TESTES DE HOMOGENEIDADE DE VARIÂNCIAS .....	151
7.5.3	TESTES DE MULTICOLINEARIDADE .....	152
7.5.3.1	Correlação entre as Variáveis Independentes .....	152
7.5.3.2	Tolerância e Fator de Inflação da Variância .....	153
7.5.3.3	Valores Próprios, Índice de Condição e Proporção da Variância .....	154
7.6	MÓDULOS DA BASE DE DADOS DE INVESTIGAÇÃO .....	156
7.6.1	MÓDULO I: IDENTIFICAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES .....	157
7.6.2	MÓDULO II: CARATERIZAÇÃO DAS CERTIFICAÇÕES .....	158
7.6.3	MÓDULO III: LISTAGENS E <i>RANKINGS</i> EMPRESARIAIS NACIONAIS .....	159
7.6.4	MÓDULO IV: <i>CORPUS</i> DE ANÁLISE/DOCUMENTOS DE ANÁLISE .....	160
7.6.5	MÓDULO V: CATEGORIAS E SUBCATEGORIAS DE ANÁLISE .....	161
7.6.6	MÓDULO VI: VARIÁVEIS DE INVESTIGAÇÃO.....	162
7.6.7	MÓDULO VII: OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL.....	163
7.6.8	MÓDULO VIII: OBSERVAÇÕES.....	164
7.6.9	MÓDULO IX: TRATAMENTO ESTATÍSTICO .....	165
7.7	ORGANIZAÇÕES CERTIFICADAS EM QUALIDADE, AMBIENTE E SEGURANÇA.....	166

# INTRODUÇÃO

- 1.1 ENQUADRAMENTO
- 1.2 OBJETIVOS
- 1.3 MODELO CONCEPTUAL
- 1.4 MOTIVAÇÕES
- 1.5 ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO



# 1 INTRODUÇÃO

O presente capítulo apresenta o enquadramento ao tema da investigação, baseado na literatura, e expõe os objetivos da investigação. Por sua vez, também exhibe o modelo conceptual que sustenta a investigação e enumera as motivações que estiveram na génese do trabalho e, por último, descreve a estrutura da dissertação de mestrado.

## 1.1 ENQUADRAMENTO

A investigação desenvolvida insere-se no curso de Mestrado em Engenharia Mecânica (MEM), do Instituto Superior de Engenharia do Porto (ISEP), na área de especialização de Gestão Industrial (GI). Assim, a análise à obra intitulada “Introdução à Engenharia Mecânica: Sua Relevância na Sociedade e na Vida Contemporânea” publicada, em 2015, sob a coordenação dos Professores Doutores António Magalhães, Abel Santos e João Cunha, da Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto (FEUP), deu o mote para o enquadramento ao tema da presente investigação. No referido livro, o capítulo 11 “Gestão Industrial” refere que, hoje, “a engenharia mecânica assume-se cada vez mais como integradora de conhecimentos multidisciplinares para o desenvolvimento sustentado de produtos e serviços úteis ou interessantes para as pessoas” e, ainda, que “a sustentabilidade ambiental, social e económica não pode ser vista apenas ao nível das organizações, mas terá de ser enquadrada sempre num contexto mais alargado dos países e do nosso planeta” (Cunha, Basto, & Almada-Lobo, 2015, p. 412). Por sua vez, o capítulo 15 “Desafios do Século XXI e Papel dos Engenheiros Mecânicos no Futuro” atribui muita relevância à temática do Desenvolvimento Sustentável (DS).

Por outro lado, a temática do desenvolvimento sustentável está presente na própria Missão do ISEP, conforme publicado no Artigo 3.º dos seus Estatutos, ou seja, “o ISEP assume-se como comunidade socialmente responsável que procura a excelência na formação de cidadãos de elevada competência profissional, científica e técnica, numa ampla diversidade de perfis de qualificação, na investigação e transferência aplicada de tecnologia e do saber, na criação e difusão da cultura e do conhecimento científico, no compromisso com o desenvolvimento sustentável do país, num quadro de referência internacional” (Despacho n.º 2863/2018, de 20 de março, p. 8230). Por sua vez, destaca-se a participação do ISEP no projeto “PME Sustentável” da qual resultou a publicação, em 2018, do livro “Economia Verde e Economia Circular: Desafios e Oportunidades” da coautoria do Professor Doutor Luís Fonseca, do Departamento de Engenharia Mecânica (DEM), do ISEP. Desta forma, o projeto “PME Sustentável” deu origem à criação de recursos para o apoio ao reporte não financeiro das organizações.

Atualmente, as questões sobre desenvolvimento sustentável estão na ordem do dia das organizações, a nível mundial e, por sua vez, a gestão industrial aborda esta temática muitas vezes associada a aspetos da normalização nacional e internacional. Desta forma, destacam-se os referenciais normativos publicados pela *International Organization for Standardization* (ISO), pela *Social Accountability International* (SAI), pela *British Standards Institution* (BSI), pelo Instituto Português da Qualidade (IPQ), no âmbito dos Sistemas de Gestão da Qualidade (SGQ), Sistemas de Gestão Ambiental (SGA), Sistemas de Gestão da Segurança e Saúde do Trabalho (SGSST), Sistemas de Gestão da Responsabilidade Social (SGRS), bem como dos Sistemas Integrados de Gestão (SIG). Segundo a literatura, os requisitos normativos que suportam o SGQ (ISO 9001), o SGA (ISO 14001), o SGSST (ISO 45001/BS OHSAS 18001/NP 4397), o SGRS (ISO 26000/SA 8000/NP 4469) e o SIG (PAS 99) contribuem, de forma decisiva, para as três dimensões do desenvolvimento sustentável, isto é, a dimensão: económica, ambiental e social (ver Allur, Heras-Saizarbitoria, Boiral, & Testa, 2018; Başaran, 2018; Borella & Borella, 2016; Ho, 2010; Jasiulewicz-Kaczmarek, 2016; Rebelo, Santos, & Silva, 2016).

Os requisitos normativos dos sistemas de gestão da qualidade, ambiente, segurança e responsabilidade social, bem como os requisitos legais impostos pelo Decreto-Lei n.º 89/2017, de 28 de julho, referente ao reporte não financeiro, incitam à divulgação de resultados institucionais às partes interessadas (*stakeholders*) sobre desenvolvimento sustentável. Neste seguimento, o reporte é efetuado, no geral, através da divulgação de diversos relatórios no *website* institucional da organização na internet (ver Amran, Ooi, Mydin, & Devi, 2015; Gerged, Cowton, & Beddewela, 2018; Hasim, Hashim, Ariff, Sapeciay, & Abdullah, 2018; Morhardt, 2010; Ramos, Cecílio, Douglas, & Caeiro, 2013; Stacchezzini, Melloni, & Lai, 2016; Tagesson, Blank, Broberg, & Collin, 2009; e outros).

## 1.2 OBJETIVOS

O objeto de estudo da dissertação de mestrado fundamenta-se nos resultados sobre desenvolvimento sustentável (isto é, ao nível das dimensões: económica, ambiental e social) que são comunicados, atualmente, através do *website* institucional, disponível na internet, pelas organizações portuguesas certificadas em Qualidade, Ambiente e Segurança (QAS) à data de 31 de dezembro de 2017. Neste sentido, a atual dissertação de mestrado visa alcançar em pleno os seguintes dois (2) objetivos de investigação (O):

*O1: Caracterizar os resultados sobre desenvolvimento sustentável que são, à data, comunicados, sob a forma de relatórios divulgados no website institucional, pelas organizações portuguesas certificadas em qualidade, ambiente e segurança (QAS);*

*O2: Determinar o perfil da organização portuguesa certificada em qualidade, ambiente e segurança (QAS) cuja comunicação de resultados sobre desenvolvimento sustentável, nos relatórios divulgados no website institucional, é mais proeminente.*

### 1.3 MODELO CONCEPTUAL

Holisticamente, a investigação realizada assentou no modelo conceptual retratado na figura 1. No modelo proposto, as organizações certificadas em qualidade, ambiente e segurança assumem a posição central e, por sua vez, é dado ênfase às normas que promovem o movimento da organização em direção ao desenvolvimento sustentável. Por outro lado, o modelo mostra a relevância do ciclo PDCA (*Plan-Do-Check-Act*) para a gestão estratégica da organização, em termos da comunicação de resultados sobre desenvolvimento sustentável, às partes interessadas, através do *website* institucional. Em suma, o modelo está alicerçado em premissas de quatro teorias organizacionais.

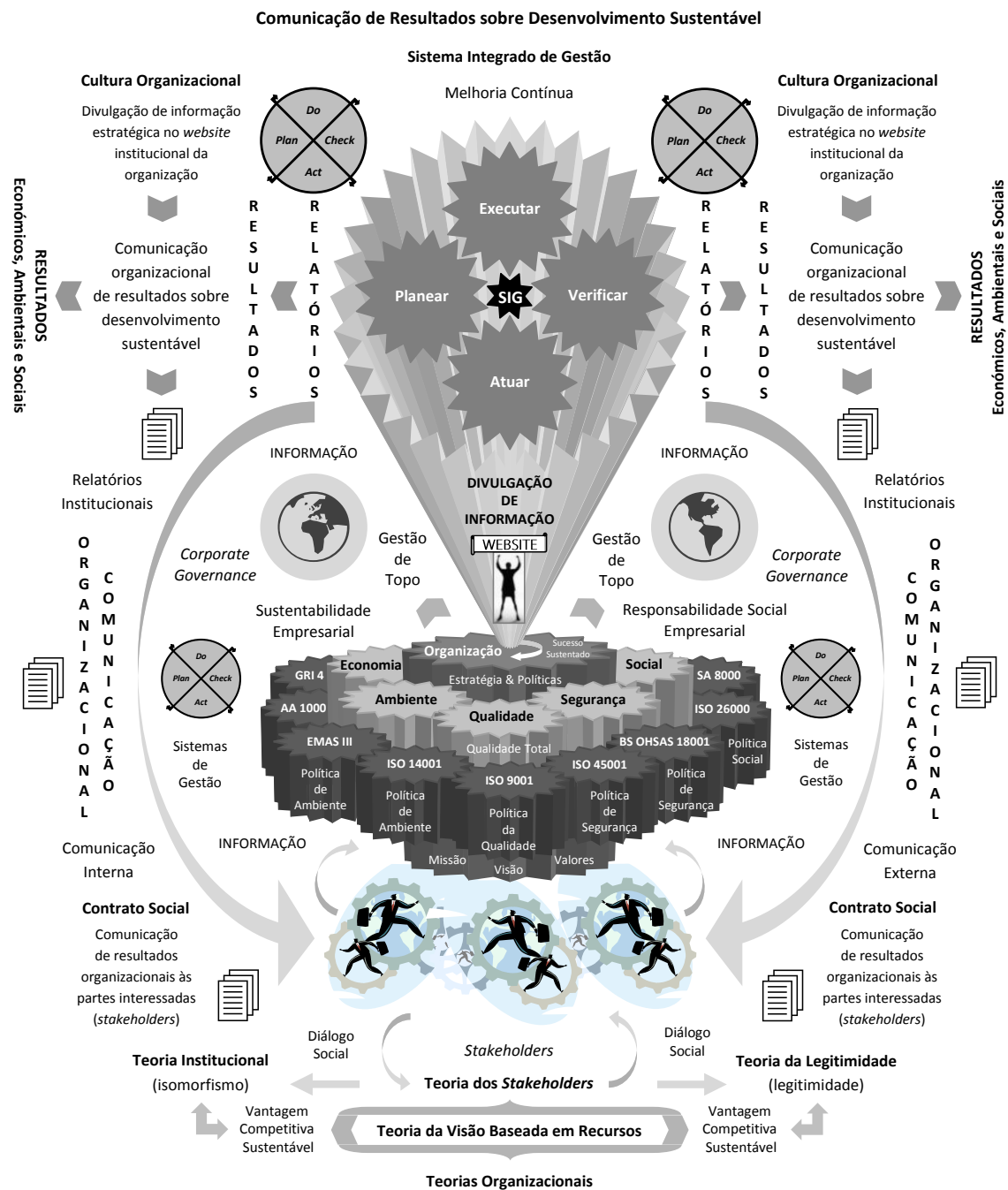


Figura 1 - Modelo conceptual da comunicação de resultados sobre desenvolvimento sustentável.

## 1.4 MOTIVAÇÕES

Na génese do atual estudo académico estão dois trabalhos de investigação que o autor desenvolveu no passado e que, na atualidade, pretende dar seguimento em termos de produção de novo conhecimento científico. Neste sentido, refere-se o estudo efetuado sob a orientação do Professor Doutor Gilberto Santos, docente da Escola Superior de Tecnologia (EST), do Instituto Politécnico do Cávado e do Ave (IPCA), cujo objeto de estudo visou a caracterização da informação divulgada, no *website* institucional, pelas organizações portuguesas certificadas em qualidade, ambiente e segurança, no âmbito do desenvolvimento sustentável (ver Carvalho, 2013). E, por outro lado, destaca-se o trabalho desenvolvido sob a orientação do Professor Doutor Paulo Sampaio, docente do Departamento de Produção e Sistemas (DPS), da Escola de Engenharia (EE), da Universidade do Minho (UM), cujo objeto de estudo visou a análise dos compromissos para com o desenvolvimento sustentável que são comunicados pela gestão de topo, das organizações portuguesas certificadas (QAS) no *website* (Carvalho, 2015). Porém, outras motivações derivaram da participação do ISEP no projeto “PME Sustentável”, bem como também da publicação do Decreto-Lei n.º 89/2017, de 28 de julho, relativo à obrigação da divulgação de informações não financeiras e informações sobre a diversidade por parte de algumas organizações. Pois, a divulgação de informações relativas às áreas sociais, ambientais e de governo societário, contribui decisivamente para a análise do desempenho das organizações e do seu impacto na sociedade global.

## 1.5 ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO

A dissertação de mestrado está estruturada segundo as seguintes partes constituintes: pré-texto, texto e pós-texto. Desta forma, o corpo principal da dissertação, designado por texto, é constituído por cinco (5) capítulos. Assim, o capítulo 1 denominado por “Introdução” apresenta o enquadramento geral ao tema e os objetivos, bem como o modelo concetual, as motivações e a estrutura da dissertação. O capítulo 2 designado por “Revisão Bibliográfica” caracteriza o conceito de desenvolvimento sustentável e os sistemas de gestão, bem como efetua uma análise ao processo de certificação nacional e, ainda, caracteriza os diversos relatórios de comunicação organizacional, as teorias organizacionais e fundamenta e formula as questões e as hipóteses de investigação.

O capítulo 3 denominado por “Metodologia” descreve o processo de investigação e a técnica de análise de conteúdo, bem como caracteriza a base de dados de investigação, o universo e a amostra de investigação e, ainda, o processo de recolha e tratamento dos dados. O capítulo 4 designado por “Resultados” apresenta a análise e a discussão de resultados. O capítulo 5 denominado por “Conclusão” enuncia as várias conclusões e deixa propostas para trabalhos futuros. Por sua vez, a parte referente ao pré-texto contempla os agradecimentos, resumo, lista de abreviaturas, glossário de termos e os índices e, por fim, a parte referente ao pós-texto mostra a “Bibliografia” e os “Anexos”.

# REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

- 2.1 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
- 2.2 SISTEMAS DE GESTÃO DA QUALIDADE
- 2.3 SISTEMAS DE GESTÃO AMBIENTAL
- 2.4 SISTEMAS DE GESTÃO DA SEGURANÇA E SAÚDE DO TRABALHO
- 2.5 SISTEMAS DE GESTÃO DA RESPONSABILIDADE SOCIAL
- 2.6 SISTEMAS INTEGRADOS DE GESTÃO
- 2.7 CERTIFICAÇÃO DOS SISTEMAS DE GESTÃO EM PORTUGAL
- 2.8 RELATÓRIOS DE COMUNICAÇÃO DOS RESULTADOS ORGANIZACIONAIS
- 2.9 TEORIAS ORGANIZACIONAIS RELEVANTES
- 2.10 COMUNICAÇÃO DE RESULTADOS SOBRE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL



## 2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

O atual capítulo apresenta a fundamentação teórica, baseada na revisão da literatura científica, para os vários conceitos inerentes ao tema da investigação. A estrutura e a sequência dos conteúdos expostos neste capítulo visam promover uma visão holística sobre o tema, bem como fundamentar as questões e as hipóteses de investigação.

### 2.1 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

#### 2.1.1 A ORIGEM E A EVOLUÇÃO DO CONCEITO

A humanidade despertou para a problemática da sustentabilidade após a publicação do relatório que originou o livro *“The Limits to Growth”*, ou em português *“Os Limites do Crescimento”*, por Donella Meadows, Dennis Meadows, Jørgen Randers e William Behrens III, em 1972, no âmbito dos trabalhos desenvolvidos no seio do prestigiado grupo intitulado *“The Club of Rome”*. Assim, esta obra preciosa, assente em resultados científicos válidos, veio demonstrar cientificamente que o crescimento previsto para a humanidade enquanto economia e população tem limites, pois os recursos naturais disponíveis têm limites muito escassos e são essenciais ao equilíbrio global do planeta Terra e suas gerações vindouras (Meadows, Meadows, Randers, & Behrens III, 1972).

Porém, o conceito de Desenvolvimento Sustentável foi enunciado pela primeira vez, a nível mundial, em 1987, no relatório *“Our Common Future”*, ou em português *“Nosso Futuro Comum”*, publicado no âmbito dos trabalhos da Assembleia Geral das Nações Unidas (NU) pela prestigiada *World Commission on Environment and Development* (WCED), presidida pela então primeira-ministra da Noruega, a Ex.<sup>ma</sup> Sr.<sup>a</sup> Gro Harlem Brundtland, cujo apelido eternizou o documento como o *“Brundtland Report”*. Assim, o conceito desenvolvimento sustentável foi definido como sendo o *“desenvolvimento que satisfaz as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras satisfazerem as suas próprias necessidades”* (United Nations – UN, 1987, p. 54).

Por sua vez, durante a década de 90 do século XX, foram dados vários contributos para uma melhor compreensão e operacionalização do conceito. Assim, destaca-se, a título de exemplo, os trabalhos de investigação desenvolvidos por Lélé (1991) e Mitcham (1995) relativos ao estudo da origem e à estrutura do conceito. Contudo, o conceito de desenvolvimento sustentável somente foi colocado na agenda política mundial, em termos de operacionalização, durante os trabalhos da Cimeira da Terra ou Conferência do Rio (ECO 92 ou RIO 92) realizada no Brasil, na cidade do Rio de Janeiro, em 1992.

Assim, na sequência da Cimeira da Terra foi criado, em 1992, um fórum denominado *Business Council for Sustainable Development* (BCSD). Por sua vez, no seguimento das estratégias públicas e privadas decorrentes da adoção dos princípios que sustentam o desenvolvimento sustentável foi fundado, em janeiro de 1995, o *World Business Council for Sustainable Development* (WBCSD), com sede em Genebra, Suíça, como resultado da fusão entre o BCSD e o *World Industry Council for the Environment* (WICE). Desde a sua fundação que o WBCSD tem ganho reconhecimento e notoriedade internacional na área do desenvolvimento sustentável organizacional (WBCSD, 2018).

Neste sentido, em Portugal, foi fundado, em Lisboa, em outubro de 2001, o Conselho Empresarial para o Desenvolvimento Sustentável (CEDS), ou em inglês o *Business Council for Sustainable Development* (BCSD Portugal), que é uma associação sem fins lucrativos, membro da rede regional do WBCSD, o qual tem como missão apoiar a mudança das organizações rumo ao desenvolvimento sustentável. Hoje, a atividade do BCSD Portugal é apoiada pela rede global do WBCSD, a maior organização empresarial internacional dedicada ao tema desenvolvimento sustentável (BCSD Portugal, 2019a).

Atualmente, o conceito de desenvolvimento sustentável é abordado na perspetiva da Sustentabilidade Empresarial (SE), da Responsabilidade Social Empresarial (RSE) e dos Sistemas de Gestão da *International Organization for Standardization* (ISO), cujo foco é a relação com as partes interessadas (Steurer, Langer, Konrad, & Martinuzzi, 2005), ver figura 2. Assim, o percurso trilhado nas últimas décadas permitiu que o conceito de desenvolvimento sustentável, isto é, a dimensão económica, ambiental e social, passasse de um nível de macroescala (planeta) para um nível de microescala (organização). Para Merlin, Pereira e Júnior (2012), as normas ISO foram essenciais nesta evolução.

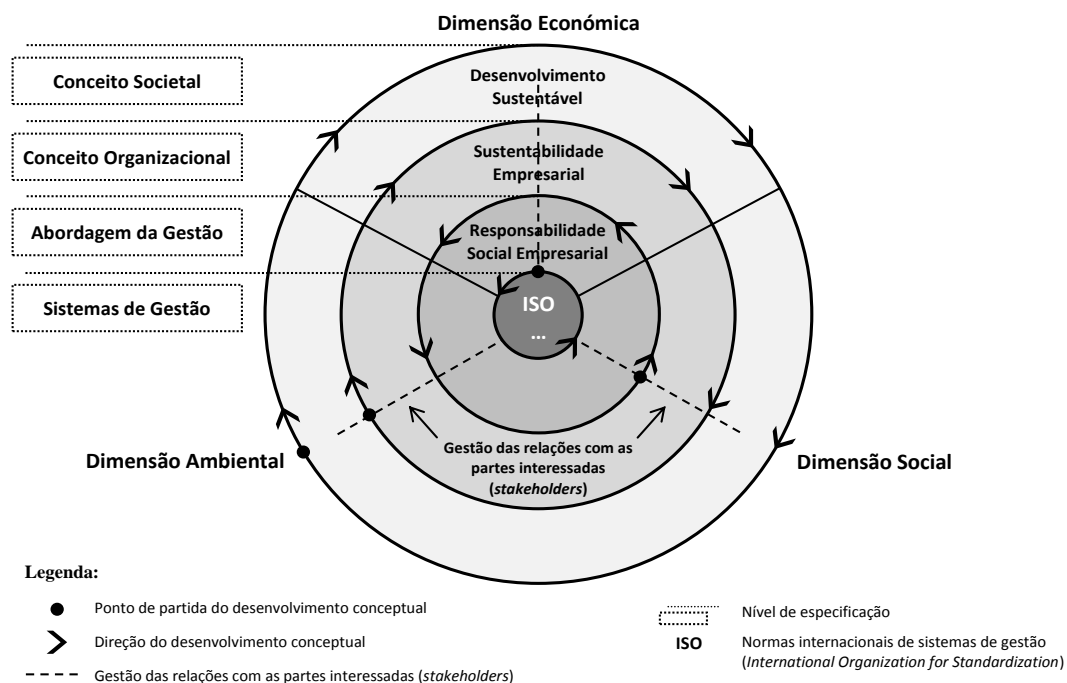


Figura 2 - A evolução do conceito de desenvolvimento sustentável (adaptado de Steurer et al., 2005).

### 2.1.2 AS DIMENSÕES DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Na literatura, o conceito de desenvolvimento sustentável é, usualmente, abordado em termos holísticos na perspectiva de três (3) dimensões, isto é, a “dimensão económica”, a “dimensão ambiental” e a “dimensão social” (Bansal, 2005, p. 198; Borella & Borella, 2016, p. 72; Fresner & Engelhardt, 2004, p. 628; Isaksson & Garvare, 2003, p. 652; Lozano, 2008, p. 1843; Rebelo et al., 2016, p. 101; Searcy, Karapetrovic, & McCartney, 2008, p. 183; Steurer et al., 2005, p. 269). Segundo Elkington (1997), esta abordagem tridimensional toma a designação usual de “*Triple Bottom Line*” (TBL) na perspectiva de “*Profits, Planet and People*” (3Ps) ou em português “Proveitos, Planeta e Pessoas”.

Em termos gerais, a dimensão económica incorpora vários aspetos, tais como, por exemplo, o tamanho da organização, a capacidade de operação, a produção industrial, a venda de produtos e serviços, o lucro total, a fiscalidade, o volume de ativos, a capacidade de inovação, investigação e desenvolvimento, os controlos internos, o investimento, entre outros (Jiang, Liu, Liu, Li, Cong, Zhang, & Shi, 2018). Por sua vez, a dimensão ambiental agrega aspetos associados ao uso dos recursos naturais (consumo de energia, consumo de matérias-primas e consumo de água), poluição ambiental (emissões para o ar, descarga de águas residuais e produção de resíduos), uso do solo, prevenção e proteção ambiental, entre outros (Jiang et al., 2018). Por fim, a dimensão social aborda aspetos inerentes à interação com as partes interessadas (trabalhadores, clientes e comunidade), direitos humanos, diversidade, justiça, segurança e saúde do trabalho, educação e formação, satisfação do cliente, entre outros (Jiang et al., 2018).

### 2.1.3 OS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

No ano de 2015, as Nações Unidas na persecução dos desígnios estabelecidos para o desenvolvimento sustentável, a nível mundial, deram um enorme passo através da adoção em Assembleia Geral da resolução intitulada “*Transforming Our World: The 2030 Agenda for Sustainable Development*”, ou em português “Transformar o Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável” (United Nations, 2015). Neste seguimento, foram estabelecidos dezassete (17) Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), os quais se passam a enumerar na sua forma mais resumida (ver Anexos): (i) erradicar a pobreza; (ii) erradicar a fome; (iii) saúde de qualidade; (iv) educação de qualidade; (v) igualdade de género; (vi) água potável e saneamento; (vii) energias renováveis e acessíveis; (viii) trabalho digno e crescimento económico; (ix) indústria, inovação e infraestruturas; (x) reduzir as desigualdades; (xi) cidades e comunidades sustentáveis; (xii) produção e consumo sustentáveis; (xiii) ação climática; (xiv) proteger a vida marinha; (xv) proteger a vida terrestre; (xvi) paz, justiça e instituições eficazes e, por último, (xvii) parcerias para a implementação dos objetivos (BCSD Portugal, 2019a; Ribeiro, Fonseca, & Santos, 2018). Por sua vez, os 17 objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS) enunciados desdobram-se em 169 metas e 230 indicadores globais (BCSD Portugal, 2019a; Ribeiro et al., 2018; United Nations, 2015).

### 2.1.4 OS BENEFÍCIOS DA COMUNICAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Segundo Azapagic (2003), “a comunicação eficaz é essencial para promover o conceito de desenvolvimento sustentável, bem como para promover os resultados alcançados pela organização” (p. 314). Neste sentido, os relatórios publicados e divulgados pela organização ao nível do processo da comunicação interna ou comunicação externa assumem um papel de extrema importância empresarial para a comunicação dos resultados sobre desenvolvimento sustentável às partes interessadas (Azapagic, 2003).

Por sua vez, o WBCSD (2002) enquanto entidade de referência mundial enumerou os dez (10) maiores benefícios da Comunicação do Desenvolvimento Sustentável (CDS): (i) criação de valor financeiro; (ii) atração de capital a longo prazo e melhores condições financeiras; (iii) consciencialização, motivação e solidarização dos colaboradores; (iv) melhoria dos sistemas de gestão; (v) consciencialização do risco; (vi) encorajamento e inovação; (vii) melhoria contínua; (viii) melhoria da reputação; (ix) transparência para as partes interessadas e, por último, (x) manutenção da licença para operar (figura 3).



Figura 3 - Os benefícios da comunicação do desenvolvimento sustentável (adaptado de WBCSD, 2002).

## 2.2 SISTEMAS DE GESTÃO DA QUALIDADE

### 2.2.1 A ORIGEM E A EVOLUÇÃO NORMATIVA

A nível mundial, o ano de 1987 ficou eternizado, no seio do movimento “Qualidade”, pela publicação pela ISO das primeiras edições das normas internacionais da série da família ISO 9000 no âmbito da “*Quality Management and Quality Assurance*” (Fonseca & Domingues, 2017). Por sua vez, entre os anos de 1991 e 1994, a ISO desenvolveu um intenso trabalho que culminou com a publicação de novas normas de gestão e garantia da qualidade, bem como a revisão e publicação da segunda edição das outras normas já publicadas no passado. Neste seguimento, no ano de 1995, o Instituto Português da Qualidade (IPQ) adotou e publicou a primeira edição da versão portuguesa (NP) das normas internacionais da família ISO 9000 (Pires, 2012; Sampaio & Saraiva, 2011).

Em 2000, a ISO após revisão profunda publica a terceira edição das normas ISO 9000 e, nesse mesmo ano, o IPQ publicou a segunda edição da versão portuguesa. Por sua vez, em 2005, 2008 e 2009 a ISO após revisão publicou as novas edições das normas ISO 9000, ISO 9001 e ISO 9004. Neste seguimento, em 2015, a ISO no âmbito dos trabalhos do Comité Técnico ISO/TC 176 “*Quality Management and Quality Assurance*” publicou a “*ISO 9000:2015 Quality Management Systems – Fundamentals and Vocabulary*” e a “*ISO 9001:2015 Quality Management Systems – Requirements*”, ambas as normas adotadas de imediato pelo IPQ. Em 2018, a ISO publicou a “*ISO 9004:2018 Quality Management – Quality of an Organization – Guidance to Achieve Sustained Success*”.

### 2.2.2 O MODELO ATUAL DO SISTEMA DE GESTÃO

Atualmente, um Sistema de Gestão da Qualidade (SGQ) é definido como a “parte de um sistema de gestão que se refere à qualidade” (ISO, 2015b, p. 17) e, por sua vez, o modelo da estrutura do SGQ proposto pela norma ISO 9001:2015 (figura 4) assenta no ciclo PDCA (*Plan–Do–Check–Act*), o qual promove a total conexão entre as diversas cláusulas e requisitos que sustentam a norma de gestão da qualidade. Desta forma, na organização, o ciclo PDCA pode ser aplicado aos processos e ao SGQ como um todo, contribuindo em grande escala para a eficácia e a eficiência da organização em atingir os resultados pretendidos, face aos diversos requisitos do seu contexto (ISO, 2015c).

Neste sentido, o modelo atual do SGQ (ISO 9001) integra na sua estrutura basilar os sete (7) princípios de gestão da qualidade, a saber: (i) foco no cliente; (ii) liderança; (iii) comprometimento das pessoas; (iv) abordagem por processos; (v) melhoria; (vi) tomada de decisão baseada em evidências e, por último, (vii) gestão das relações (ISO, 2015). Desta forma, na organização, a implementação das cláusulas normativas ISO 9001:2015: (4) contexto da organização; (5) liderança; (6) planeamento; (7) suporte; (8) operacionalização; (9) avaliação do desempenho e, por último, (10) melhoria, deve estar totalmente alinhada com os sete princípios de gestão da qualidade (ISO, 2015c).

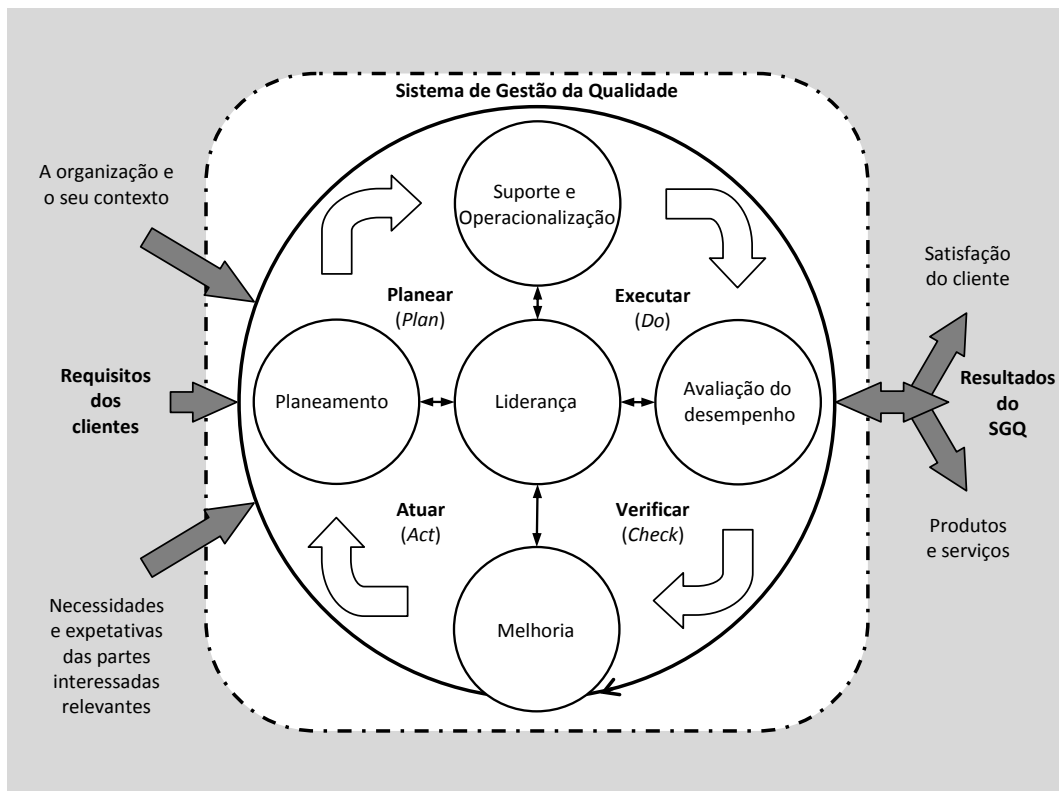


Figura 4 - Modelo de representação da estrutura da norma ISO 9001:2015 (adaptado de ISO, 2015c).

### 2.2.3 UMA ABORDAGEM AO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Atualmente, o Comité Técnico ISO/TC 176 tem como visão: “que os nossos produtos devem ser reconhecidos e respeitados mundialmente e usados pelas organizações como um componente integral das iniciativas de desenvolvimento sustentável” (ISO, 2019a). Desta forma, segundo a ISO (2015c), “a adoção de um SGQ é uma decisão estratégica de uma organização que pode ajudar a melhorar o seu desempenho global e proporcionar uma base sólida para iniciativas de desenvolvimento sustentável” (p. vi). Na literatura, são várias as obras publicadas que mostram que o SGQ promove o desenvolvimento sustentável (ver Bastas & Liyanage, 2018; Isaksson, 2006; Jasiulewicz-Kaczmarek, 2014; Kaziliūnas, 2008; Kuei & Lu, 2013; Nguyen, Phan, & Matsui, 2018; Siva, Gremyr, Bergquist, Garvare, Zobel, & Isaksson, 2016; Todorut, 2012; Zink, 2007).

Desta forma, o SGQ (ISO 9001) é, hoje, visto pelas organizações como uma importante ferramenta de apoio à gestão global que pode contribuir para a dimensão económica do desenvolvimento sustentável, através da gestão adequada dos seus processos e atividades de negócio, bem como também contribuir para as outras duas dimensões do desenvolvimento sustentável (Pires, 2012). Neste sentido, o SGQ é tido em termos holísticos como um extraordinário suporte para o desenvolvimento sustentável da organização, em termos da vertente económica, bem como um facilitador capaz de agregar, isto é, integrar, outros sistemas de gestão que contribuam para as dimensões ambiental e social do desenvolvimento sustentável organizacional (Siva et al., 2016).

## 2.3 SISTEMAS DE GESTÃO AMBIENTAL

### 2.3.1 A ORIGEM E A EVOLUÇÃO NORMATIVA

Na gênese da primeira norma internacional de gestão ambiental identificam-se alguns documentos de referência mundial. Desta forma, em 1991, a *International Chamber of Commerce* (ICC) publicou um primeiro documento intitulado “*The Business Charter for Sustainable Development: Principles for Environmental Management*”. Por sua vez, em 1992, a *British Standards Institution* (BSI) publicou o primeiro referencial normativo nacional oficial, no âmbito dos sistemas de gestão ambiental, a norma intitulada “BS 7750:1992 *Specification for Environmental Management Systems*”. E, no ano de 1993, o Conselho das Comunidades Europeias (CEE) estabeleceu no âmbito do Regulamento (CEE) n.º 1836/93, de 29 de junho, o “*Eco Management and Audit Scheme*” (EMAS).

Em 1996, a ISO publicou a primeira edição das normas internacionais da família da série ISO 14000 “*Environmental Management*”, isto é, as normas ISO 14001:1996 e ISO 14004:1996, ambas compatíveis com a norma BS 7750 e o regulamento EMAS. Por sua vez, em 1999, o IPQ adotou para o contexto interno nacional a norma ISO 14001:1996. No ano de 2004, a ISO publicou a segunda edição das normas ISO 14001 e ISO 14004. Em 2015, a ISO no âmbito dos trabalhos do Comité Técnico ISO/TC 207 “*Environmental Management*” publicou a atual “ISO 14001:2015 *Environmental Management Systems – Requirements with Guidance for Use*” e, por sua vez, em 2016, a “ISO 14004:2016 *Environmental Management Systems – General Guidelines on Implementation*” (EMS).

### 2.3.2 O MODELO ATUAL DO SISTEMA DE GESTÃO

Na atualidade, um Sistema de Gestão Ambiental (SGA) é definido como a “parte do sistema de gestão utilizada para gerir os aspetos ambientais, cumprir as obrigações de conformidade e tratar os riscos e oportunidades” (ISO, 2015a, p. 2) e, por sua vez, o modelo da estrutura do SGA proposto pela norma ISO 14001:2015 (figura 5) assenta no ciclo PDCA, o qual proporciona uma conexão entre as diversas cláusulas e requisitos que sustentam a norma de gestão ambiental (Fonseca & Domingues, 2018). Assim, na organização, o ciclo PDCA pode ser aplicado ao SGA e a cada um dos seus elementos individuais, contribuindo de forma decisiva para uma melhoria contínua (ISO, 2015a).

Um SGA, baseado na norma ISO 14001, contribui para que uma organização atinga os resultados pretendidos, a saber: (i) melhorar o desempenho ambiental; (ii) cumprir as obrigações de conformidade e, por último, (iii) atingir os objetivos ambientais (ISO, 2015a). Desta forma, na organização, a implementação das cláusulas normativas ISO 14001:2015: (4) contexto da organização; (5) liderança; (6) planeamento; (7) suporte; (8) operacionalização; (9) avaliação do desempenho e, por último, (10) melhoria, deve estar alinhada com os resultados pretendidos de gestão ambiental, visando fornecer valor acrescentado ao ambiente, à organização e às partes interessadas (ISO, 2015a).

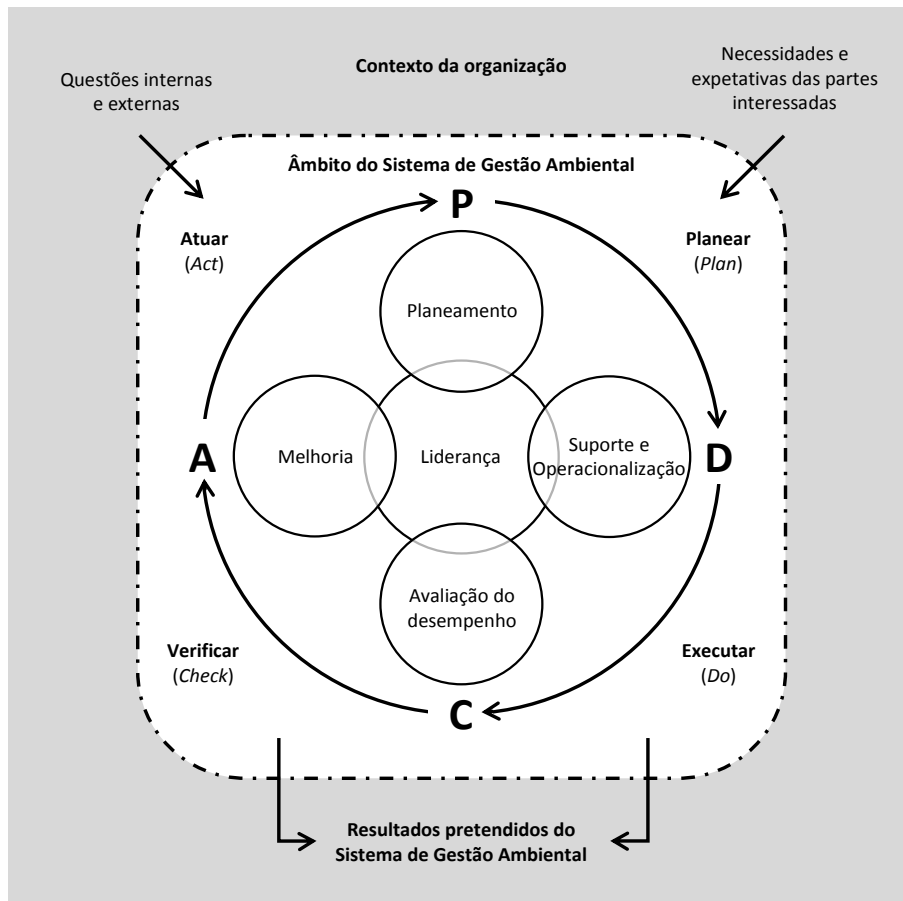


Figura 5 - Modelo de representação da estrutura da norma ISO 14001:2015 (adaptado de ISO, 2015a).

### 2.3.3 UMA ABORDAGEM AO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Nos nossos dias, o Comité Técnico ISO/TC 207 tem como âmbito de atuação no seio da ISO: “a normalização no campo dos sistemas de gestão ambiental e ferramentas em apoio ao desenvolvimento sustentável” (ISO, 2019b). Assim, a implementação do SGA (ISO 14001) tem como objetivo contribuir para o pilar ambiental do desenvolvimento sustentável (ISO 2015a). Na literatura, são diversos os trabalhos que evidenciam que um SGA promove o desenvolvimento sustentável (ver Barrow, 2006; Fonseca, 2015; Fortuński, 2008; Hyršlová, Mísařová, & Némethová, 2007; Ikram, Zhou, Shah, & Liu, 2019; Lee, Noh, Choi, & Rha, 2017; MacDonald, 2005; McDonach & Yaneske, 2002; Oktem, Lewis, Donovan, Hagan, & Pace, 2004; Sebhatu & Enquist, 2007; Zorpas, 2010).

Para Lee et al. (2017), a adoção de um SGA (ISO 14001) promove políticas ambientais que contribuem para o desenvolvimento sustentável global. Por sua vez, Hyršlová et al. (2007) constatou que a implementação de um SGA está associada ao desenvolvimento sustentável. Segundo Sebhatu e Enquist (2007), um SGA, baseado na norma ISO 14001, “pode ser usado como uma força motriz para o desenvolvimento sustentável” (p. 478). Desta forma, considera-se que um SGA “contribui para o desenvolvimento sustentável em geral, e para os negócios sustentáveis em particular” (Fortuński, 2008, p. 210).

## 2.4 SISTEMAS DE GESTÃO DA SEGURANÇA E SAÚDE DO TRABALHO

### 2.4.1 A ORIGEM E A EVOLUÇÃO NORMATIVA

No Reino Unido, em 1996, a BSI publicou a norma britânica BS 8750:1996 e, logo de seguida, substituiu-a pela norma BS 8800:1996. Em 1999, a BSI publicou o primeiro documento da série OHSAS 18000 “*Occupational Health and Safety Assessment Series*” (OHSAS) a especificação OHSAS 18001:1999. Por sua vez, no ano de 2000, a mesma BSI publicou a especificação OHSAS 18002:2000. Em 2001, em Portugal, o IPQ publicou a norma portuguesa NP 4397:2001. No ano de 2004, a BSI publicou a segunda edição da norma BS 8800 e, ainda, nesse ano, o IPQ publicou a norma portuguesa NP 4410:2004.

No ano de 2007, a BSI publicou então a primeira edição da norma britânica “BS OHSAS 18001:2007 *Occupational Health and Safety Management Systems – Requirements*”. Por sua vez, em 2008, a BSI publicou a especificação “OHSAS 18002:2008 *Occupational Health and Safety Management Systems – Guidelines for the Implementation of OHSAS 18001:2007*” e o IPQ publicou a segunda edição da norma “NP 4397:2008 *Sistemas de Gestão da Segurança e Saúde do Trabalho – Requisitos*”. Recentemente, em 2018, a ISO, no âmbito dos trabalhos do Comité Técnico ISO/TC 283 “*Occupational Health and Safety Management*”, publicou a norma “ISO 45001:2018 *Occupational Health and Safety Management Systems – Requirements with Guidance for Use*”. Neste sentido, a primeira edição da norma ISO 45001 veio substituir a norma BS OHSAS 18001:2007.

### 2.4.2 O MODELO ATUAL DO SISTEMA DE GESTÃO

Nos nossos dias, um Sistema de Gestão da Segurança e Saúde do Trabalho (SGSST) é definido como o “sistema de gestão ou parte de um sistema de gestão utilizado para alcançar a política de segurança e saúde do trabalho” (ISO, 2018a, p. 3). Por sua vez, o modelo da estrutura do SGSST proposto pela norma ISO 45001:2018 (figura 6) está suportado no ciclo PDCA, o qual promove a interação total entre as várias cláusulas e requisitos que constituem a norma de gestão da segurança e saúde do trabalho. Desta forma, na organização, o ciclo PDCA pode ser aplicado ao SGSST e a cada um dos seus elementos individuais, contribuindo largamente para a melhoria contínua (ISO, 2018a).

Um SGSST, baseado na norma ISO 45001, contribui para que uma organização atinga os resultados pretendidos, a saber: (i) melhoria contínua do desempenho de SST; (ii) cumprimento dos requisitos legais e outros requisitos e, por último, (iii) atingir os objetivos de SST (ISO, 2018a). Assim, na organização, a implementação das cláusulas normativas ISO 45001:2018: (4) contexto da organização; (5) liderança e participação dos trabalhadores; (6) planeamento; (7) suporte; (8) operacionalização; (9) avaliação do desempenho e, por fim, (10) melhoria, deve estar alinhada com os resultados pretendidos de gestão da SST, visando prevenir lesões e outros problemas de saúde relativos ao trabalho e fornecer locais de trabalho seguros e saudáveis (ISO, 2018a).

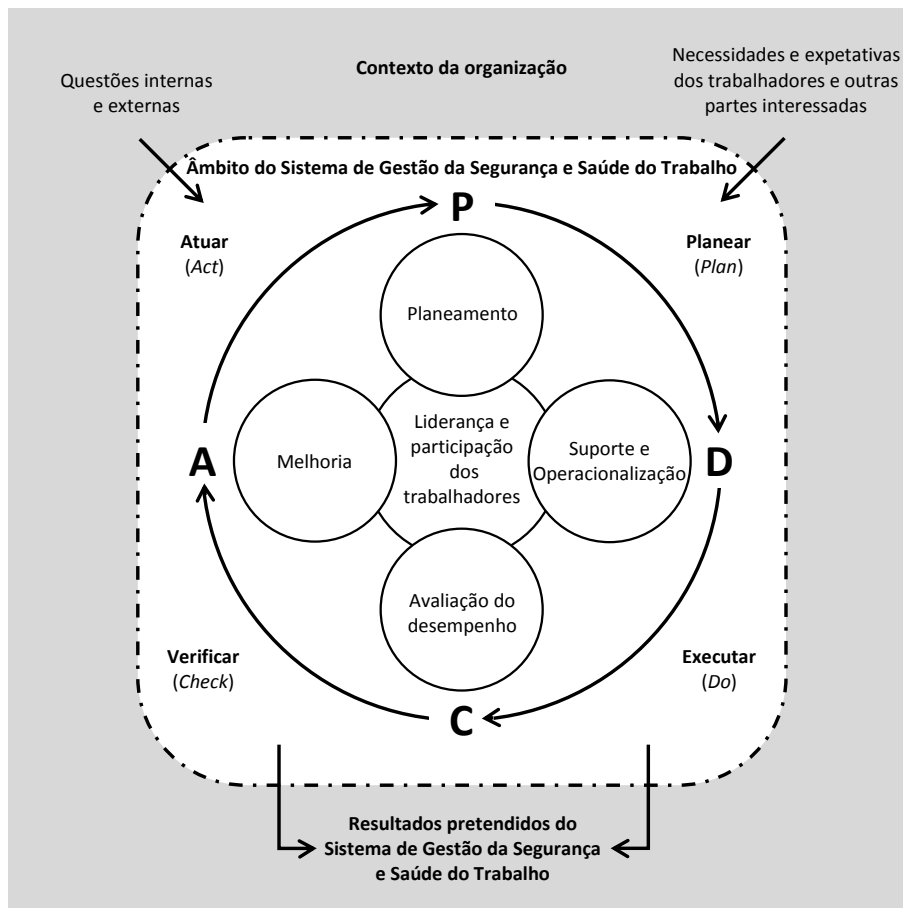


Figura 6 - Modelo de representação da estrutura da norma ISO 45001:2018 (adaptado de ISO, 2018a).

### 2.4.3 UMA ABORDAGEM AO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Nos últimos quinze anos foram publicados vários trabalhos de investigação cujo objeto de estudo centrou-se fundamentalmente na averiguação do contributo da gestão da segurança e saúde do trabalho para o desenvolvimento sustentável (ver, por exemplo, Amponsah-Tawiah, 2013; Chen, 2004; Jilcha & Kitaw, 2017; Marhavidas, Koulouriotis, Nikolaou, & Tsooulidou, 2018; Molamohamadi & Ismail, 2014; Quelhas & Lima, 2006). Para Marhavidas et al. (2018), “a introdução de um sistema de gestão numa qualquer organização fornece uma estrutura para o desenvolvimento sustentável” (p. 2). Assim, Amponsah-Tawiah (2013) considera que as políticas superiores de segurança e saúde do trabalho são fundamentais (isto é, críticas) para o desenvolvimento sustentável.

Por sua vez, Jilcha e Kitaw (2017) constataram que a inovação ao nível da segurança e saúde do trabalho promove o desenvolvimento sustentável através de pessoas mais saudáveis, locais de trabalho mais seguros, menores custos com acidentes, ambiente de trabalho controlado e acidentes de trabalho geridos, bem como ainda um melhor conhecimento sobre a segurança no local de trabalho. Desta forma, um SGSST é tido como um fator crítico de sucesso que contribui largamente para o desenvolvimento sustentável ao nível da gestão organizacional (Chen, 2004; Quelhas & Lima, 2006).

## 2.5 SISTEMAS DE GESTÃO DA RESPONSABILIDADE SOCIAL

### 2.5.1 A ORIGEM E A EVOLUÇÃO NORMATIVA

Nos Estados Unidos da América (EUA), em 1997, a *Social Accountability International* (SAI), com sede em Nova Iorque, publicou a primeira versão da norma internacional de responsabilidade social denominada por “SA 8000:1997 *Social Accountability 8000*”. Norma que veio impulsionar a implementação pelas organizações de diversas práticas de gestão ao nível da responsabilidade social. Neste sentido, em 2001, a SAI publicou a segunda edição da norma internacional intitulada “SA 8000:2001 *Social Accountability 8000*” e, posteriormente, no ano de 2008, a SAI publicou a terceira edição da norma internacional com a designação “SA 8000:2008 *Social Accountability 8000*”. Por sua vez, em 2014, a SAI após uma nova revisão publicou a quarta e última edição da norma internacional SA 8000 com a designação “SA 8000:2014 *Social Accountability 8000*”.

Simultaneamente, em 2008, o IPQ, no âmbito dos trabalhos da Comissão Técnica 164 “Responsabilidade Social”, publicou a norma portuguesa “NP 4469-1:2008 Sistemas de Gestão da Responsabilidade Social – Parte 1: Requisitos e Linhas de Orientação para a sua Utilização”. Por sua vez, no ano de 2010, o IPQ publicou a norma portuguesa “NP 4469-2:2010 Sistema de Gestão da Responsabilidade Social – Parte 2: Guia de Orientação para a Implementação” e, ainda, nesse mesmo ano, a ISO publicou a norma internacional “ISO 26000:2010 *Guidance on Social Responsibility*”. Neste sentido, em 2011, o IPQ adotou a norma internacional ISO 26000 e publicou a norma portuguesa com o título “NP ISO 26000:2011 Linhas de Orientação da Responsabilidade Social”. Recentemente, em 2019, o IPQ publicou a norma portuguesa “NP 4469:2019 Sistemas de Gestão da Responsabilidade Social: Requisitos e Linhas de Orientação para a sua Utilização”, que apresenta, à data, uma estrutura totalmente alinhada com as normas ISO 9001:2015 (SGQ), ISO 14001:2015 (SGA) e ISO 45001:2018 (SGSST) (ver IPQ, 2019).

### 2.5.2 O MODELO ATUAL DO SISTEMA DE GESTÃO

Atualmente, um Sistema de Gestão da Responsabilidade Social (SGRS) é definido como sendo um “conjunto de elementos interrelacionados e interactuantes para estabelecer e concretizar a política e objetivos da responsabilidade social” (IPQ, 2008b, p. 14). Por sua vez, o modelo da estrutura do SGRS proposto pela norma NP 4469:2019 (figura 7) baseia-se no ciclo PDCA, o qual proporciona a interação total entre as várias cláusulas e requisitos que fundamentam a norma de gestão da responsabilidade social. Desta forma, sabendo que, “a atividade das organizações gera impactes positivos e negativos ao nível económico, social e ambiental, à escala global” (IPQ, 2019, p. 6), o modelo do SGRS adotado visa dotar as organizações com vários instrumentos de gestão que lhes permite potenciar os impactes positivos e mitigar os impactes negativos inerentes ao seu contexto (interno e externo). Assim, visando alcançar a plena satisfação das partes interessadas, através da comunicação dos resultados do SGRS alcançados (IPQ, 2019).

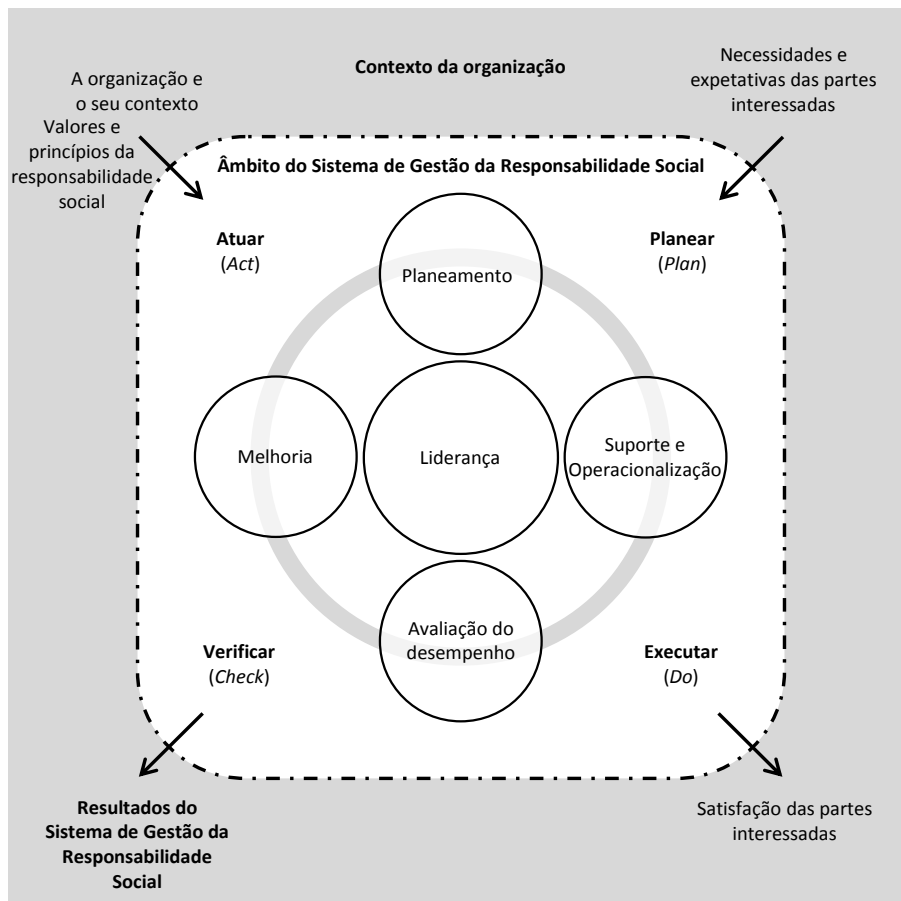


Figura 7 - Modelo de representação da estrutura da norma NP 4469:2019 (adaptado de IPQ, 2019).

### 2.5.3 UMA ABORDAGEM AO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Na atualidade, “o conceito de responsabilidade social evidencia um elevado potencial propulsor do desenvolvimento sustentável” (IPQ, 2008b, p. 7). Neste sentido, um SGRS implementado segundo a norma NP 4469 visa “incentivar e orientar as organizações para uma atuação responsável, no contexto dos desafios do desenvolvimento sustentável” (IPQ, 2008b, p. 8). Assim, em termos normativos, para a ISO (2010), “o objetivo da responsabilidade social é contribuir para o desenvolvimento sustentável” (p. vi). Dito de outra forma, a norma internacional ISO 26000 “pretende auxiliar as organizações a contribuírem para o desenvolvimento sustentável” (ISO, 2010, p. 1).

Na última década publicaram-se vários trabalhos de investigação cujo objeto de estudo focou-se na análise do contributo da responsabilidade social para o desenvolvimento sustentável (ver, por exemplo, Jonkutė, Staniškis, & Dukauskaitė, 2011; Liu, 2008; Peršič & Peršič, 2016; Santos, Murmura, & Bravi, 2018). Neste sentido, Jonkutė et al. (2011) e Santos et al. (2018) consideram que a responsabilidade social, baseada nas normas ISO 26000 e SA 8000, é uma ferramenta de gestão muito importante para a estratégia do desenvolvimento sustentável organizacional. Por sua vez, Peršič e Peršič (2016) constataram que estas normas têm impacto no desenvolvimento sustentável.

## 2.6 SISTEMAS INTEGRADOS DE GESTÃO

### 2.6.1 A ORIGEM E A EVOLUÇÃO NORMATIVA

Nesta caminhada, a nível mundial, destacou-se na Noruega o *Norwegian Technology Standards Institution* (NTS) que publicou, no ano de 1996, uma primeira versão *draft* da norma norueguesa intitulada “*Management Principles for Enhancing Quality of Products and Services, Occupational Health and Safety, and the Environment*”. Por sua vez, em 1999, na Austrália e na Nova Zelândia, em resultado de uma parceria entre a *Australia Standards* (AS) e a *New Zealand Standards* (NZS) foi publicada uma norma com a designação “*AS/NZS 4581:1999 Management System Integration – Guidance to Business, Government and Community Organizations*”. No ano de 2005, em Espanha, a *Asociación Española de Normalización y Certificación* (AENOR) publicou, em junho, uma norma espanhola com a designação “*UNE 66177:2005 Sistemas de Gestión: Guía para la Integración de los Sistemas de Gestión*” e, nesse mesmo ano, na Dinamarca, a *Danish Standards Association* (DSA) publicou, em julho, uma norma dinamarquesa com o título “*DS 8001:2005 Integrated Management Systems*” (Carvalho & Santos, 2018b).

Neste seguimento, em 2006, a BSI, publicou a especificação britânica PAS 99 (*Publicly Available Specification, PAS*) com a designação “*PAS 99:2006 Specification of Common Management System Requirements as a Framework for Integration*”. Por sua vez, em 2012, a BSI procedeu à publicação da segunda edição da especificação PAS 99 com o título “*PAS 99:2012 Specification of Common Management System Requirements as a Framework for Integration*”, a qual sofreu uma reestruturação profunda na estrutura e conteúdo, tendo por base as diretrizes impostas, nesse ano, pela ISO/IEC no âmbito da publicação do “*Annex SL (Normative): Proposals for Management System Standards*”.

### 2.6.2 O MODELO ATUAL DO SISTEMA DE GESTÃO

Nos nossos dias, um Sistema Integrado de Gestão (SIG) é definido como um “sistema de gestão que integra múltiplos aspetos dos sistemas e processos de uma organização para um enquadramento completo, permitindo a uma organização cumprir os requisitos de mais de um sistema de gestão normalizado” (BSI, 2012, p. 2). Assim, apesar de na atualidade, ainda não existir uma norma internacional ISO para apoio ao processo de implementação do SIG, a especificação PAS 99:2012, é um documento de referência importante que deve ser tido em conta. Pois, o modelo da estrutura da especificação PAS 99:2012 (ver figura 8) integra na íntegra a estrutura de alto nível do Anexo SL aprovado pela ISO, a saber: (4) Contexto da organização; (5) Liderança; (6) Planeamento; (7) Suporte; (8) Operacionalização; (9) Avaliação do desempenho e, por último, (10) Melhoria, bem como o respetivo ciclo PDCA. Neste sentido, os quatro (4) sistemas de gestão anteriormente estudados, isto é, o SGQ (ISO 9001), o SGA (ISO 14001/EMAS), o SGSST (ISO 45001/BS OHSAS 18001/NP 4397) e o SGRS (SA 8000/ISO 26000/NP 4469) podem ser facilmente integrados no SIG (Carvalho & Santos, 2018b).

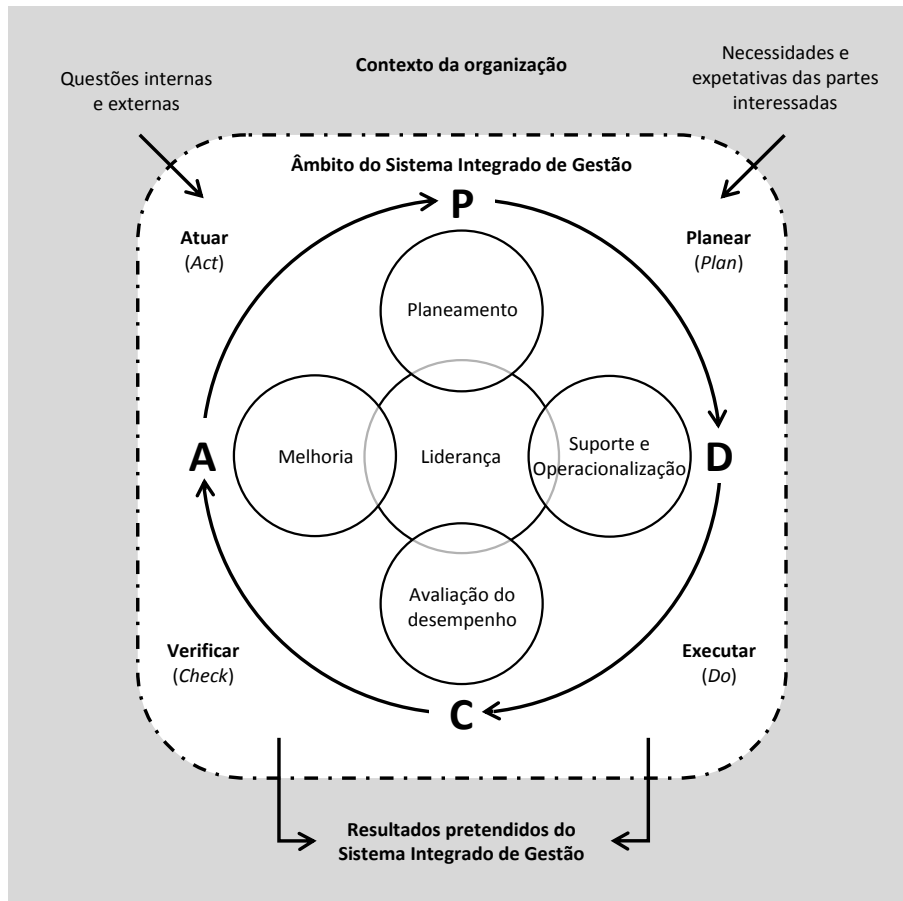


Figura 8 - Modelo de representação da estrutura da especificação PAS 99:2012 (Carvalho & Santos, 2018b).

### 2.6.3 UMA ABORDAGEM AO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Nos últimos anos, diversos trabalhos mostram que os Sistemas Integrados de Gestão da Qualidade, Ambiente, Segurança e Saúde do Trabalho e Responsabilidade Social (SIGQASSTRS), contribuem para o desenvolvimento sustentável ao nível organizacional (ver Asif & Searcy, 2014; Asif, Searcy, Zutshi, & Ahmad, 2011; Başaran, 2018; Borella & Borella, 2016; Dafid & Wandebori, 2013; Ejdyś & Matuszak-Flejszman, 2010; Ferreira & Gerolamo, 2016; Gianni, Gotzamani, & Tsiotras, 2017; Ho, 2010; Masuin, Latief, Zagloel, & Sagita, 2018; Mežinska, Lapiņa, & Mazais, 2015; Molamohamadi & Ismail, 2014; Oskarsson & Malmborg, 2005; Qi, Zeng, Yin, & Lin, 2013; Rebelo et al., 2016; Rocha & Searcy, 2012; Rocha, Searcy, & Karapetrovic, 2007; Rusko, Sablik, Marková, Lach, & Friedrich, 2014; Santos, Rebelo, Barros, & Pereira, 2012; Tsai & Chou, 2009).

Esta constatação é possível porque no processo de implementação do SIG consegue-se estabelecer, ao mais alto nível da gestão de topo, uma relação de compromisso entre as três dimensões que operacionalizam o conceito de desenvolvimento sustentável e as normas que sustentam os sistemas de gestão que, por sua vez, estão na génese do SIG (Milliman & Grosskopf, 2011). Desta forma, a figura 9 mostra como se processa o encadeamento dos conceitos afetos à integração dos sistemas (Rebelo et al., 2016).

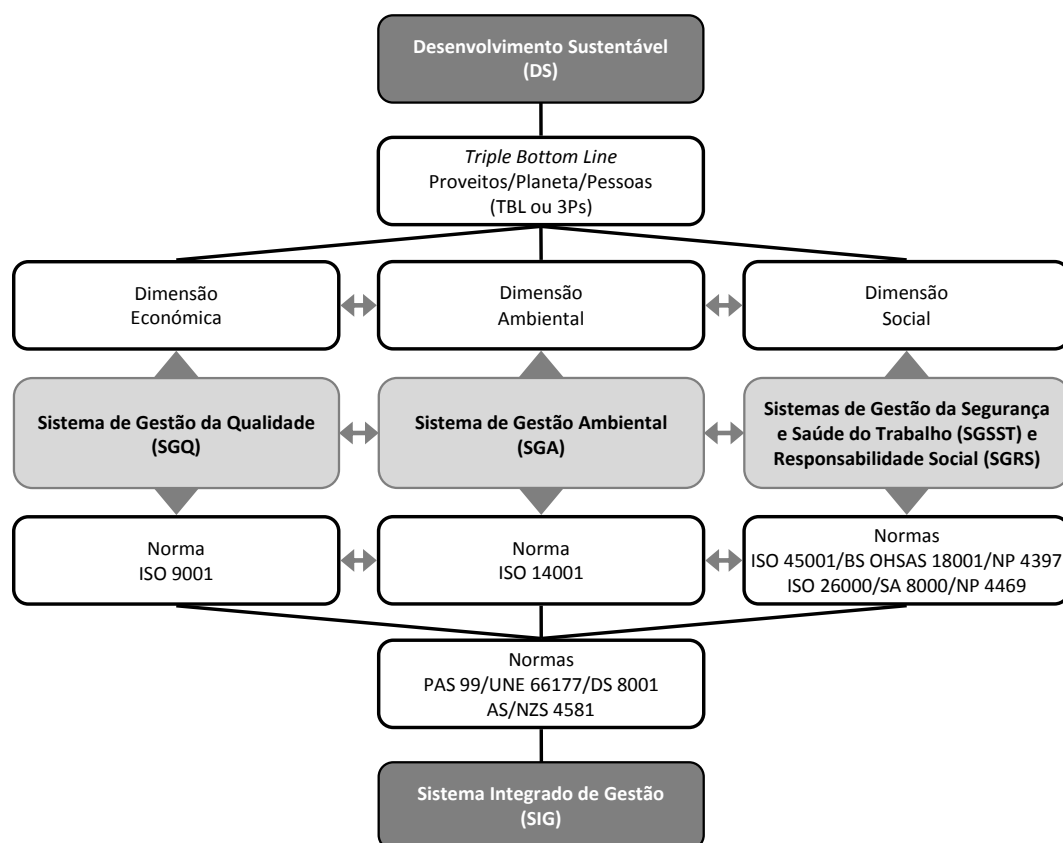


Figura 9 - Relação entre desenvolvimento sustentável e sistema integrado de gestão (Carvalho & Santos, 2018b).

#### 2.6.4 BENEFÍCIOS DA INTEGRAÇÃO DOS SISTEMAS DE GESTÃO

Atualmente, a integração dos sistemas de gestão resulta em vários benefícios tangíveis e intangíveis para as organizações que os adotam (Samy, Samy, & Ammasaiappan, 2015). Para Samy et al. (2015), os benefícios podem ser classificados como internos e externos. Assim, os benefícios internos estão associados às operações e processos dentro das organizações, enquanto os benefícios externos estão relacionados com os assuntos externos das organizações (Samy et al., 2015). Neste sentido, a integração de sistemas de gestão da qualidade, ambiente, segurança e saúde do trabalho e responsabilidade social promove de forma viável e racional uma abordagem para a redução de custos, a eficiência operacional, a motivação dos colaboradores, a gestão e utilização eficiente dos recursos organizacionais, ganhando vantagem competitiva e, desta forma, contribuindo para o desenvolvimento sustentável (Samy et al., 2015).

Para Kafel (2016), os benefícios são: o aumento da satisfação das pessoas; o aumento da satisfação dos clientes; a possibilidade de formação comum; a melhor comunicação aos diversos níveis da gestão (ver Anexos); a redução dos custos; a unificação de objetivos, processos e recursos; a redução da burocracia ao eliminar a duplicação de políticas, procedimentos e registos; o evitar a duplicação; a melhoria da eficácia e eficiência da organização e, ainda, o aumentando da competitividade da organização.

## 2.7 CERTIFICAÇÃO DOS SISTEMAS DE GESTÃO EM PORTUGAL

### 2.7.1 OS ORGANISMOS DE CERTIFICAÇÃO DE SISTEMAS DE GESTÃO

Na atualidade, são vários os organismos de certificação que operam em Portugal, no âmbito da certificação dos sistemas de gestão da qualidade, ambiente, segurança e saúde do trabalho e responsabilidade social (ver tabela 1). Contudo, importa referir que, à data, nem todos os organismos apresentam os seus processos de certificação dos sistemas de gestão acreditados pelo Instituto Português de Acreditação (IPAC).

Tabela 1 - Organismos de certificação de sistemas de gestão que operam em Portugal (Carvalho & Sampaio, 2016).

<b>Sigla</b>	<b>Designação social</b>
APCER	APCER – Associação Portuguesa de Certificação
BM TRADA	BM Trada Certificaciones Lusas, S.L. (Sucursal em Portugal)
BVC	Bureau Veritas Certification Portugal, Sociedade Unipessoal, Lda.
CERTIF	CERTIF – Associação para a Certificação
DAS	Syscert – Direct Assessment Services Portugal, Lda.
DNV GL	DNV GL Portugal, Sociedade Unipessoal, Lda.
DQS	Sercert – Serviços de Certificação, Lda.
EIC	EIC – Empresa Internacional de Certificação, S.A.
LR	Lloyd's Register EMEA
LUSAENOR	Lusaenor, Lda.
QEC	QEC PT – Quality Evaluation Center Portugal, Unipessoal, Lda.
SGS	SGS ICS – Serviços Internacionais de Certificação, Lda.
TÜV	TÜV – Rheinland Portugal, Inspeções Técnicas, Unipessoal, Lda.

### 2.7.2 OS NÚMEROS DA CERTIFICAÇÃO DE SISTEMAS DE GESTÃO

Em Portugal, os números da certificação de sistemas de gestão mostram que existia, em 1993, 85 organizações com o SGQ certificado (Carvalho & Santos, 2018b). Contudo, a certificação em massa dos restantes sistemas de gestão só veio a ocorrer uns anos mais tarde (ver figura 10). Segundo dados publicados no Barómetro da Certificação 2017, em Portugal, a 31 de dezembro de 2016, existiam 6800 organizações com um SGQ (ISO 9001) certificado, 1482 organizações com um SGA (ISO 14001) certificado, 808 organizações com um SGSST (BS OHSAS 18001/NP 4397) certificado e, por último, 72 organizações com um SGRS (SA 8000/NP 4469) certificado (Cabecinhas, Domingues, Sampaio, & Saraiva, 2018a). Assim, de acordo com os dados publicados, entre 2007 e 2016, a certificação do SGQ, do SGA e do SGSST teve uma evolução percentual em número de organizações certificadas de 3,4%, 91% e 112,6% (Cabecinhas et al., 2018a).

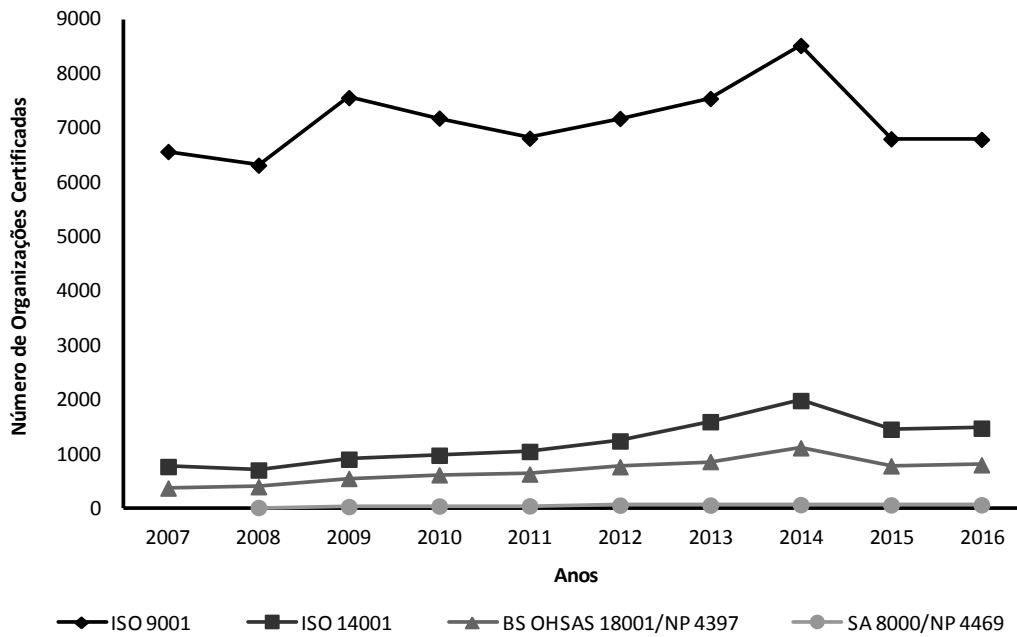


Figura 10 - Evolução da certificação dos sistemas individuais de gestão (adaptado de Cabecinhas et al., 2018a).

Por sua vez, em Portugal, no final de 2016, existiam 493 organizações que integravam o SGQ (ISO 9001), o SGA (ISO 14001) e o SGSST (BS OHSAS 18001/NP 4397), em termos de certificação conjunta (Cabecinhas et al., 2018a). Entre 2007 e 2016, a certificação dos sistemas integrados de gestão (QASST) teve uma evolução percentual de 75,4% (Cabecinhas et al., 2018a). O gráfico da figura 11 apresenta a evolução da integração dos sistemas de gestão da qualidade, ambiente e segurança no contexto nacional.

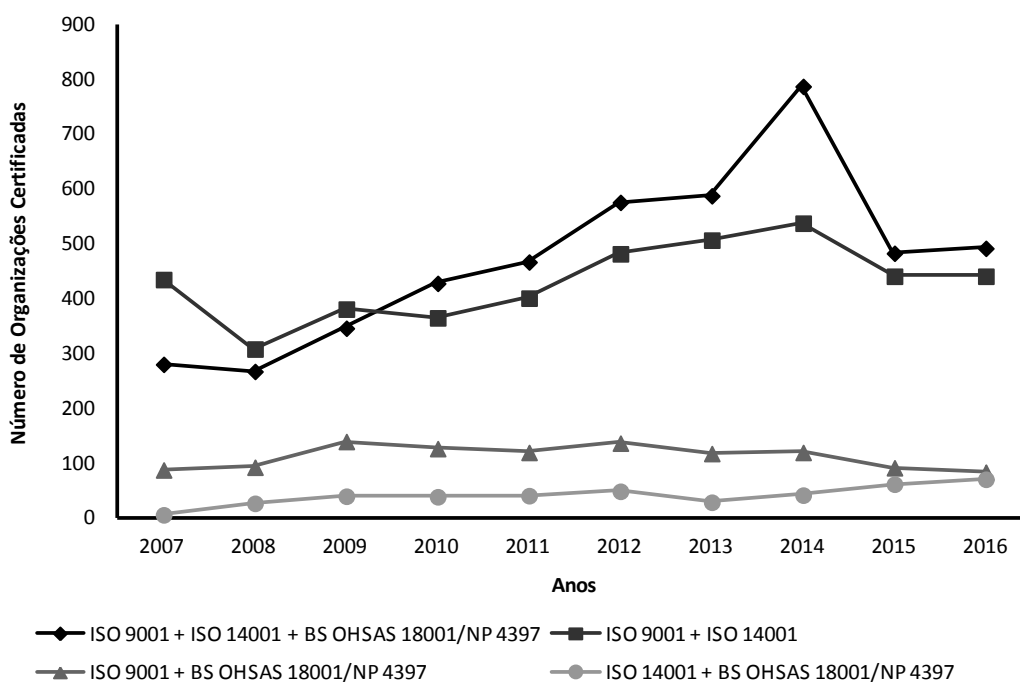


Figura 11 - Evolução da certificação dos sistemas integrados de gestão (adaptado de Cabecinhas et al., 2018a).

## 2.8 RELATÓRIOS DE COMUNICAÇÃO DOS RESULTADOS ORGANIZACIONAIS

### 2.8.1 TIPOLOGIA DOS RELATÓRIOS DE COMUNICAÇÃO DIVULGADOS

Nos nossos dias, cada vez mais, uma comunicação eficaz é essencial para promover o conceito de desenvolvimento sustentável, bem como para promover junto das partes interessadas os resultados alcançados pela organização (Azapagic, 2003). Desta forma, na atualidade, as organizações sustentam os seus processos de comunicação interna e comunicação externa na elaboração e divulgação de vários relatórios (Azapagic, 2003). Os relatórios sobre o desenvolvimento sustentável são definidos como “publicações de divulgação às partes interessadas, internas e externas, da posição e das atividades da organização relativamente às vertentes económica, ambiental e social” (WBCSD, 2002, p. 7) e têm várias “designações” (Ching & Gerab, 2017, p. 101; WBCSD, 2002, p. 7).

De acordo com Carvalho, Santos e Gonçalves (2018), as organizações portuguesas certificadas em qualidade, ambiente e segurança divulgam no *website* institucional, na internet, ficheiros do tipo *Portable Document Format* (PDF), tais como: o relatório de sustentabilidade; o relatório de responsabilidade social; o relatório ambiental, o relatório de segurança e saúde do trabalho; o relatório de gestão; o relatório e contas; o relatório financeiro e, por último, o relatório de governo da sociedade. Contudo, o referido trabalho de investigação não fornece qualquer contributo quanto aos vários conteúdos que são disponibilizados por estes relatórios anuais (Carvalho et al., 2018).

### 2.8.2 RELATÓRIO DE SUSTENTABILIDADE

A *Global Reporting Initiative* (GRI), fundada no ano de 1997, publicou, em 2000, em Boston, EUA, a primeira versão “*Guidelines 1*” (G1) das diretrizes para a elaboração de relatórios de sustentabilidade, designadas por “*Sustainability Reporting Guidelines on Economic, Environmental, and Social Performance*”. Por sua vez, em 2002, durante os trabalhos no âmbito da *World Summit on Sustainable Development* (WSSD), realizada em Joanesburgo, África do Sul, a GRI publicou a segunda versão “*Guidelines 2*” (G2) das diretrizes “*Sustainability Reporting Guidelines*”. Neste seguimento, em 2006, a GRI, na sua sede, em Amesterdão, Holanda, publicou a terceira versão “*Guidelines 3*” (G3) das diretrizes “*Sustainability Reporting Guidelines*”. No ano de 2011, a GRI reviu a terceira versão (G3) e publicou uma nova versão “*Guidelines 3.1*” (G3.1). Por sua vez, em 2013, a GRI reviu e publicou a quarta versão “*Guidelines 4*” (G4) das diretrizes “*Sustainability Reporting Guidelines*” e, em 2016, publicou as normas “*GRI Sustainability Reporting Standards*”, cuja última versão consolidada foi lançada no ano de 2018 (GRI, 2018). Assim, o relatório de sustentabilidade “divulga informações sobre os impactos de uma organização – sejam positivos ou negativos – sobre o meio ambiente, a sociedade e a economia” (GRI, 2013, p. 3). Por sua vez, o dito relatório, mas sem limitar-se a ele, é a principal plataforma para a comunicação do desempenho económico, ambiental, social e de governança da organização, refletindo os impactos positivos e negativos.

### 2.8.3 RELATÓRIO DE RESPONSABILIDADE SOCIAL

Conforme é descrito na literatura, o relatório de responsabilidade social organizacional pode ser definido como “o processo de notificação dos impactos sociais e ambientais causados pela atividade económica da empresa a determinados grupos de interesse e à empresa como um todo” (Moravcikova, Stefanikova, & Rypakova, 2015, p. 332). Por sua vez, o “relatório de responsabilidade social organizacional é uma ferramenta de comunicação popular, na qual as partes interessadas podem ser informadas sobre o desempenho das organizações em diversos aspetos da responsabilidade social” (Tsalis, Stylianou, & Nikolaou, 2018, p. 313). Desta forma, diversas organizações publicam os relatórios de responsabilidade social através do *website* institucional, na internet, em ficheiros do tipo PDF (Nagata, Nakata, Mori, Maruyama, Kawashita, & Nagata, 2017).

Nos nossos dias, a comunicação da responsabilidade social organizacional é vista como uma técnica eficaz para obter o “reconhecimento social” e a “legitimidade” perante as partes interessadas (Liao, Xia, Wu, Zhang, & Yeh, 2017, p. 327). Nesta abordagem, Liao et al. (2017) reconheceram a importância de adotar os referenciais normativos: ISO 9001 (SGQ), ISO 14001 (SGA), BS OHSAS 18001 (SGSST) e ISO 26000/SA 8000 (SGRS).

### 2.8.4 RELATÓRIO AMBIENTAL

O relato ambiental é definido como “o processo pelo qual a gestão reporta ao público sobre os impactes ambientais das atividades de negócio e iniciativas ambientais realizadas para mitigá-los divulgando as informações ambientais relacionadas a essas atividades” (*Government of the Japan*, 2012, p. 15). Na atualidade, o relato ambiental é crucial para que as organizações transmitam uma imagem pública ambientalmente responsável e, assim, legitimem perante as partes interessadas as suas operações (Radhouane, Nekhili, Nagati, & Paché, 2018). Segundo Mata, Fialho, e Eugénio (2018), as práticas de divulgação de relatórios ambientais pelas organizações são específicas de cada país devido ao contexto legal, social, económico, cultural e político prevalente em cada país específico. Neste âmbito, são diversas as diretrizes específicas para apoio à elaboração de relatórios ambientais publicadas hoje na internet, ao mais alto nível governamental, tais como, por exemplo, as diretrizes designadas por “*Environmental Reporting Guidelines*” publicadas pelo Governo do Reino Unido (*Government of the United Kingdom*, 2019) ou pelo Governo do Japão (*Government of the Japan*, 2012).

As declarações ambientais (EMAS) regulamentadas no âmbito do Regulamento (CE) n.º 1221/2009, de 25 de novembro e, posteriormente, alterado pelo Regulamento (UE) n.º 2017/1505, de 28 de agosto, bem como pelo Regulamento (UE) n.º 2018/2026, de 19 de dezembro, estabelecem vários requisitos específicos em matéria de comunicação de informações sobre o ambiente. Assim, o Regulamento (UE) n.º 2018/2026, de 19 de dezembro, estabelece que a declaração ambiental (EMAS) pode ser integrada noutros documentos de informação da organização, tais como, por exemplo, os seus relatórios.

### 2.8.5 RELATÓRIO DE SEGURANÇA E SAÚDE DO TRABALHO

Um relatório de segurança e saúde do trabalho é um documento que mostra os vários processos de produção e as atividades relacionadas numa perspetiva da segurança e saúde do trabalho, bem como os perigos, os riscos de acidentes e lesões e o ambiente de trabalho na generalidade (Özen, Dedeoğlu, & Özbek, 2018). Contudo, pela análise da literatura, constata-se que é muito frequente, hoje, as organizações publicarem os resultados relativos à segurança e saúde do trabalho de forma integrada nos relatórios de responsabilidade social (ver, por exemplo, Koskela, 2014; Nagata et al., 2017; Tsalis et al., 2018), nos relatórios de gestão (ver, por exemplo, Chan, 1979), nos relatórios de sustentabilidade da GRI (ver, por exemplo, BCSD Portugal, 2002; Evangelinos, Fotiadis, Skouloudis, Khan, Konstandakopoulou, Nikolaou, & Lundy, 2018), entre muitos outros.

### 2.8.6 RELATÓRIO DE GESTÃO

Em Portugal, o Decreto-Lei n.º 262/82, de 2 de setembro, veio aprovar o “Código das Sociedades Comerciais” (CSC), diploma legal que tem sido sujeito a várias alterações. Desta forma, através da análise à sua versão consolidada, constata-se que o Artigo 66.º “Relatório de gestão”, prevê que todas as organizações, enquadradas no âmbito da sua aplicação, procedam à elaboração e comunicação anual do relatório de gestão. Assim, o Artigo 66.º prevê que o “relatório de gestão deve conter, pelo menos, uma exposição fiel e clara sobre a evolução dos negócios e a situação da sociedade” (ver Diário da República Eletrónico – DRE, 2019). Por sua vez, o Artigo 508.º-C “Relatório consolidado de gestão” prevê também a necessidade da publicação das contas consolidadas (DRE, 2019). Por conseguinte, o Artigo 70.º “Prestação de contas” prevê que a “sociedade deve disponibilizar aos interessados, sem encargos, no respetivo sítio da internet, quando exista, e na sua sede cópia integral do relatório de gestão” (ver DRE, 2019).

Recentemente, foi publicado o Decreto-Lei n.º 89/2017, de 28 de julho, que transpõe para a ordem jurídica interna a Diretiva n.º 2014/95/UE, de 22 de outubro, referente à divulgação de informações não financeiras e de informações sobre a diversidade por parte de certas grandes empresas e grupos. Neste sentido, o Decreto-Lei n.º 89/2017, de 28 de julho, veio alterar novamente o CSC aprovado pelo Decreto-Lei n.º 262/86, de 2 de setembro. Desta forma, a versão consolidada do CSC, contempla um novo Artigo 66.º-B “Demonstração não financeira”, que prevê que as sociedades, enquadradas no âmbito da sua aplicação, procedam à “demonstração não financeira”, no relatório de gestão, a qual “deve conter as informações bastantes para uma compreensão da evolução, do desempenho, da posição e do impacto das suas atividades, referentes, no mínimo, às questões ambientais, sociais e relativas aos trabalhadores, à igualdade entre mulheres e homens, à não discriminação, ao respeito dos direitos humanos, ao combate à corrupção e às tentativas de suborno” (DRE, 2019), bem como também ainda um novo Artigo 508.º-G “Demonstração não financeira consolidada” (ver DRE, 2019). Numa procura holística pela melhoria da responsabilidade social das empresas.

### 2.8.7 RELATÓRIO E CONTAS

Em Portugal, o Decreto-Lei n.º 486/99, de 13 de novembro, veio aprovar o “Código dos Valores Mobiliários” (CVM), diploma legal que tem vindo desde então a ser sujeito a várias alterações. Desta forma, através da análise à sua versão consolidada constata-se que o seu Artigo 245.º “Relatório e contas anuais” prevê que todas as organizações, enquadradas no âmbito da sua aplicação, procedam à elaboração e comunicação anual do relatório e contas. Assim, o respetivo Artigo 245.º prevê que sejam contemplados, no âmbito do processo geral da divulgação de informação a terceiros, os seguintes elementos: “o relatório de gestão, as contas anuais, a certificação legal de contas e demais documentos de prestação de contas exigidos por lei ou regulamento” (ver DRE, 2019). Por conseguinte, são várias as organizações nacionais que publicam anualmente documentos institucionais de reporte intitulados por “relatórios de gestão e contas”.

Por sua vez, o Decreto-Lei n.º 89/2017, de 28 de julho, que transpõe para a ordem jurídica interna a Diretiva n.º 2014/95/UE, de 22 de outubro, veio alterar o CVM, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 486/99, de 13 de novembro. Desta forma, o Artigo 245.º-A “Relatório anual sobre governo das sociedades”, que prevê uma descrição detalhado sobre a estrutura e as práticas de governo societário, foi alterado com o intuito de melhorar todo o processo de transparência institucional (ver DRE, 2019).

### 2.8.8 RELATÓRIO FINANCEIRO

Os relatórios financeiros podem ser definidos como “a comunicação de demonstrações financeiras publicadas e informações relacionadas de uma organização para terceiros (utilizadores externos), incluindo os acionistas, os credores, os clientes, as autoridades governamentais e o público” (Nandwa, 2019). Dito de outra forma, é o “relato de informações contabilísticas de uma entidade social (individual, empresa, organização, empresa governamental) para um utilizador ou grupo de utilizadores” (Nandwa, 2019).

Em Portugal, as demonstrações financeiras das organizações são preparadas, no geral, de acordo com as várias normas de referência, em vigor, do Sistema de Normalização Contabilística (SNC), que integra as várias Normas Contabilísticas de Relato Financeiro (NCRF), adaptadas pela Comissão de Normalização Contabilística (CNC) a partir das Normas Internacionais de Relato Financeiro, ou em inglês as *International Financial Reporting Standards* (IFRS), que são elaboradas e publicadas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e adotadas pela União Europeia (UE). Porém, o IASB, até abril de 2001, era reconhecido como o *International Accounting Standards Committee* (IASC) e, após essa data, adotou a denominação atual. Desta forma, o IASC foi originalmente criado em 1973 e era então o único órgão de referência mundial a ter responsabilidade e autoridade para emitir normas internacionais de contabilidade. Neste sentido, em 2001, quando o IASB assumiu a responsabilidade pelos relatórios financeiros internacionais, adotou como referência todas as diversas normas do IASC.

### 2.8.9 RELATÓRIO DE GOVERNO DA SOCIEDADE

Em Portugal, em 2003, foi fundado, o Instituto Português de *Corporate Governance* (IPCG) que é uma associação de direito privado, sem fins lucrativos, cuja sua visão é “promover a difusão das boas práticas do governo societário como instrumento incontornável para a eficiência económica, o crescimento sustentável e a estabilidade financeira, fundados num modelo recomendatório que partilha a autorregulação” (IPCG, 2019). Assim, em 2018, entrou em vigor o “Código de Governo das Sociedades” (CGS) que se rege pelo seguinte princípio geral: “o governo societário deve promover e potenciar o desempenho das sociedades, bem como do mercado de capitais, e sedimentar a confiança dos investidores, dos trabalhadores e do público em geral na qualidade e transparência da administração e da fiscalização e no desenvolvimento sustentado das sociedades” (IPCG, 2018, p. 11). Por sua vez, o Artigo 245.º-A do Anexo IV “Código dos Valores Mobiliários” republicado pela Lei n.º 35/2018, de 20 de julho, prevê que determinadas organizações procedam à publicação do relatório sobre o governo das sociedades. Por outro lado, o Artigo 54.º “Relatórios de boas práticas de governo societário” do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, prevê a publicação anual do “relatório de governo societário” por parte das empresas do setor público.

### 2.8.10 RELATÓRIO INTEGRADO

Nos últimos anos, para se promover a integração entre as informações financeiras e não financeiras foi fundado o *International Integrated Reporting Council* (IIRC), no ano de 2010, no Reino Unido, como resultado de uma parceria entre várias instituições, onde se destaca o papel fundamental da GRI (Ramin & Lew, 2015; Ramin, 2013; Sofian & Dumitru, 2017). Em termos gerais, o IIRC teve como objetivo primordial desenvolver uma estrutura que permitisse às organizações, a nível mundial, criarem um relatório integrado, que fosse totalmente transparente para todos, com base em indicadores financeiros e não financeiros (Briem & Wald, 2018). Neste sentido, no ano de 2013, o IIRC publicou a primeira versão do “*International Integrated Reporting Framework*”, o qual contempla a estrutura proposta para um relatório integrado (Ramin & Lew, 2015). Segundo o IIRC (2013), o relatório integrado é definido como “um documento conciso sobre como a estratégia, a governança, o desempenho e as perspetivas de uma organização, no contexto de seu ambiente externo, levam à geração de valor em curto, médio e longo prazo” (p. 7). Por sua vez, é muito importante destacar que “o principal objetivo de um relatório integrado é explicar a provedores de capital financeiro como uma organização gera valor ao longo do tempo. Portanto, ele contém informações relevantes, sejam elas financeiras ou de outra natureza” (IIRC, 2013, p. 7). O relatório integrado é uma tendência nova e crescente na área da comunicação organizacional, que está em linha com o próprio relatório de sustentabilidade (GRI, 2013; IIRC, 2013). Assim, a nível nacional, de acordo com as diretrizes da Associação Portuguesa de Ética Empresarial (APEE), “as grandes empresas podem partir dos seus relatórios financeiros e de sustentabilidade para construir os seus relatórios integrados” (APEE, 2018, p. 16).

## 2.9 TEORIAS ORGANIZACIONAIS RELEVANTES

### 2.9.1 ENQUADRAMENTO ÀS TEORIAS ORGANIZACIONAIS

São vários os trabalhos de investigação que relacionam as teorias organizacionais, tais como a teoria dos *stakeholders*, a teoria da legitimidade, a teoria institucional e a teoria da visão baseada em recursos (ver figura 12), com os sistemas de gestão da qualidade, ambiente, segurança e responsabilidade social (Dias & Heras, 2013; Dubey, Gunasekaran, Childe, Papadopoulos, Hazen, & Roubaud, 2018; Fonseca, 2014; Gianni et al, 2017; Iatridis, Kuznetsov, & Whyman, 2016; Tucek, Castka, & Wakolbinger, 2018). Por sua vez, outros estudos mostram que a divulgação de informação às partes interessadas, no âmbito do desenvolvimento sustentável, é sustentada na teoria dos *stakeholders*, teoria da legitimidade, teoria institucional e teoria da visão baseada em recursos (Ali & Rizwan, 2013; Carvalho et al., 2018; Carvalho, Domingues, & Sampaio, 2019; Criado-Gomis, Cervera-Taulet, & Iniesta-Bonillo, 2017; Fernando & Lawrence, 2014; Joseph & Taplin, 2011; Mata et al., 2018; Montiel & Delgado-Ceballos, 2014). Assim, as ditas teorias são consideradas relevantes para o estudo do desenvolvimento sustentável a nível organizacional (Lozano, Carpenter, & Huisingh, 2015; Pinto, 2017).

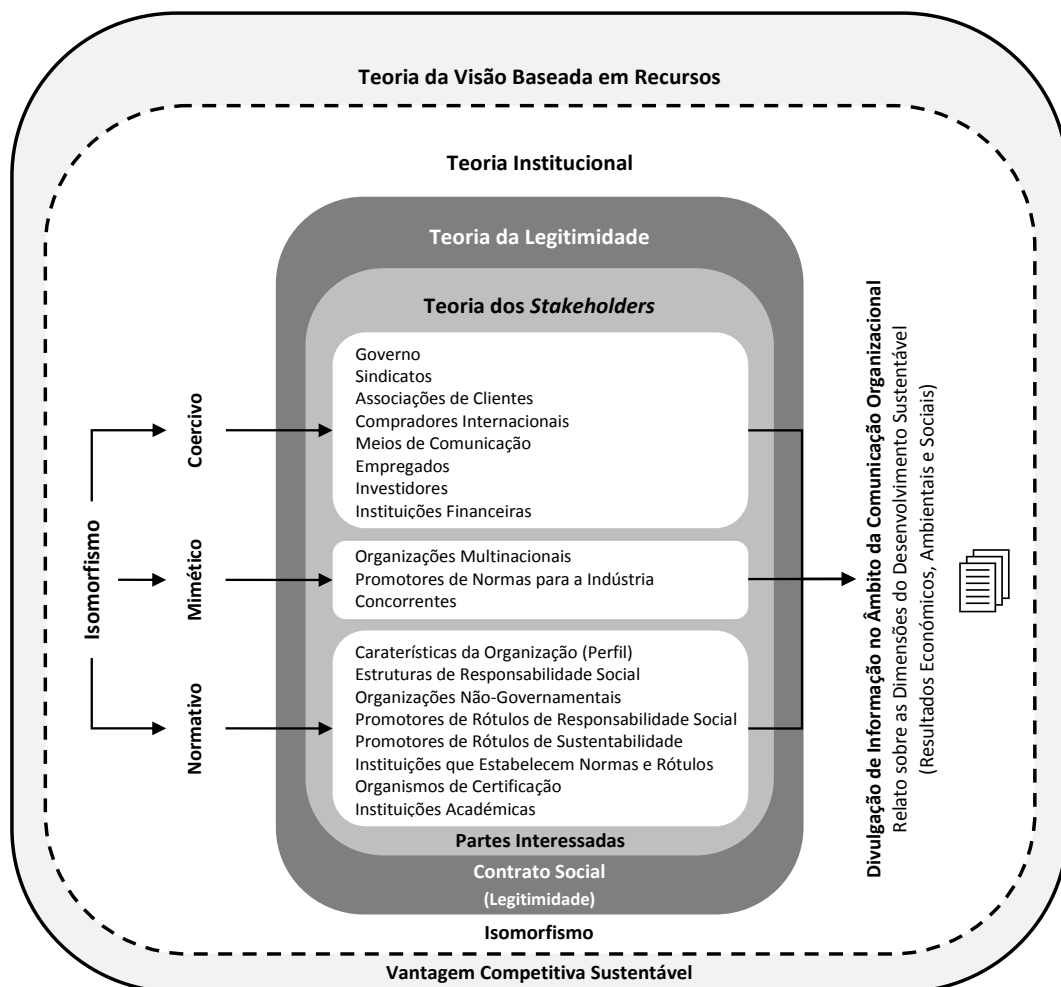


Figura 12 - Teorias organizacionais no âmbito da divulgação de informação (adaptado de Ali & Rizwan, 2013).

## 2.9.2 TEORIA DOS *STAKEHOLDERS*

Segundo Freeman (1984), o conceito *stakeholder*, ou em português parte interessada, poderá ser definido como “qualquer grupo ou indivíduo que pode afetar ou é afetado pela consecução dos objetivos da organização” (p. 25). Desta forma, Freeman (1984) considerou como partes interessadas de uma organização os seus proprietários, os defensores dos consumidores, os clientes, os concorrentes, os meios de comunicação social, os trabalhadores, os grupos de especial interesse (sindicatos), os ambientalistas, os fornecedores, os governos e, por último, as organizações da comunidade local (ver figura 13). Assim, a “teoria dos *stakeholders*” é fundamentada no estudo da relação da organização com as partes interessadas (Donaldson & Preston, 1995; Freeman, 1984).

Por sua vez, pela análise da literatura, verifica-se que a teoria dos *stakeholders* foi, nos últimos anos, utilizada regularmente para fundamentar vários estudos de investigação, no âmbito do desenvolvimento sustentável, a nível organizacional (ver, por exemplo, Asif et al., 2011; Garvare & Johansson, 2010; Hörisch, Freeman, & Schaltegger, 2014; Michelon & Parbonetti, 2012; Steurer et al., 2005). Segundo a teoria dos *stakeholders*, a comunicação de informação de carácter financeiro (económico), ambiental e social “faz parte do diálogo entre a organização e as suas partes interessadas” (Michelon & Parbonetti, 2012, p. 478). Neste sentido, Fonseca (2011) argumenta que teoricamente o conceito de desenvolvimento sustentável é suportado pela teoria dos *stakeholders*.

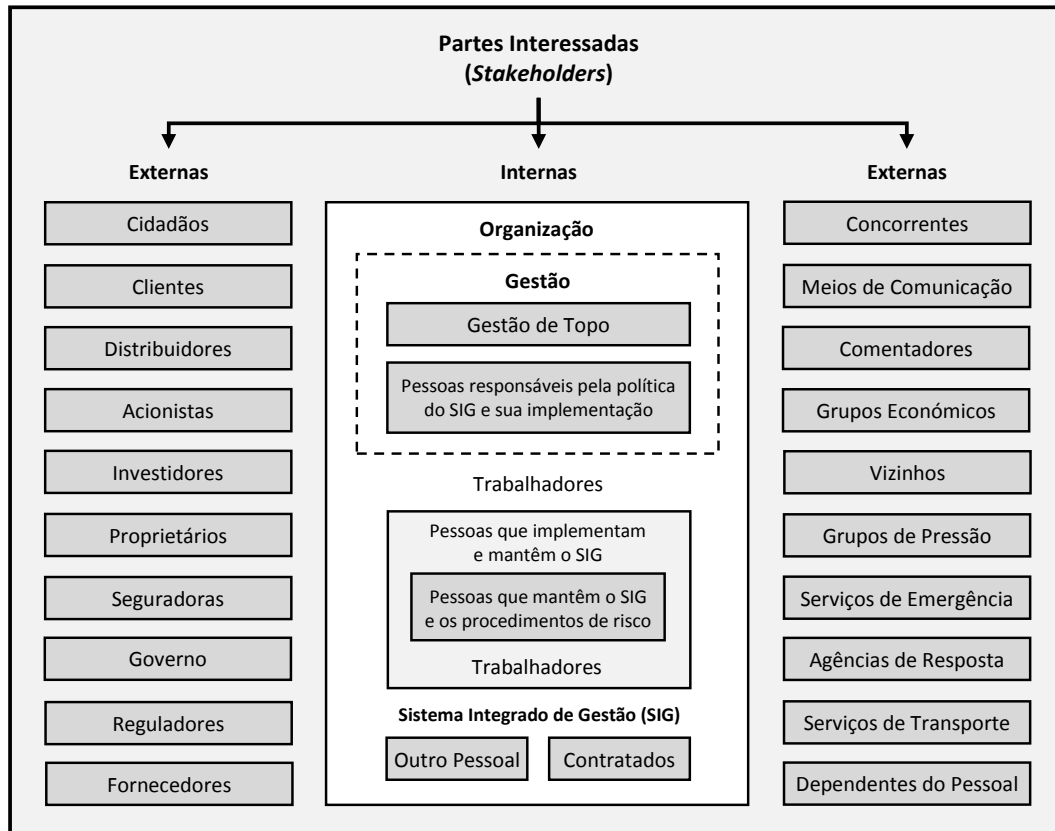


Figura 13 - As partes interessadas de um sistema integrado de gestão (adaptado de BSI, 2012).

### 2.9.3 TEORIA DA LEGITIMIDADE

Para Suchman (1995), o conceito de legitimidade pode ser definido como sendo “uma percepção ou suposição generalizada de que as ações de uma entidade são desejáveis, próprias ou apropriadas, dentro de um sistema socialmente construído de normas, valores, crenças e definições” (p. 574). Neste seguimento, a “teoria da legitimidade” assenta as suas premissas no conceito de “legitimidade” (Suchman, 1995, p. 574), isto é, na crença ou ideia que existe um “contrato social” estabelecido entre a organização e as suas partes interessadas que constituem a sociedade (Guthrie & Parker, 1989, p. 344). Segundo Asif et al. (2011), “a comunicação com as partes interessadas também é importante por razões de legitimidade” (p. 363). Desta forma, Ali e Rizwan (2013) e Asif et al. (2011) argumentam que a comunicação de informação institucional às partes interessadas legitima a continuidade do negócio da organização (licença para operar).

Na literatura, existem diversas investigações referentes à comunicação organizacional, com as partes interessadas (sociedade), no âmbito das dimensões do desenvolvimento sustentável, cuja fundamentação teórica está suportada na teoria da legitimidade (ver, por exemplo, Ching & Gerab, 2017; Gnanaweera & Kunori, 2018; Hummel & Schlick, 2016; Lai, Melloni, & Stacchezini, 2016; Tavares & Dias, 2018). Segundo Tavares e Dias (2018), a teoria da legitimidade é considerada a teoria dominante, no âmbito do relato de caráter financeiro e de sustentabilidade, e está relacionada com as demais teorias. Para Asif et al. (2011), o conceito de “legitimidade” e a “teoria dos stakeholders” são peças importantes na fundamentação da estrutura do desenvolvimento sustentável, ao nível organizacional, através de uma abordagem aos sistemas integrados de gestão (ver figura 14). Segundo Asif et al. (2011), “a legitimidade, a urgência e o poder das principais partes interessadas da organização estão em mudança contínua” (p. 355).

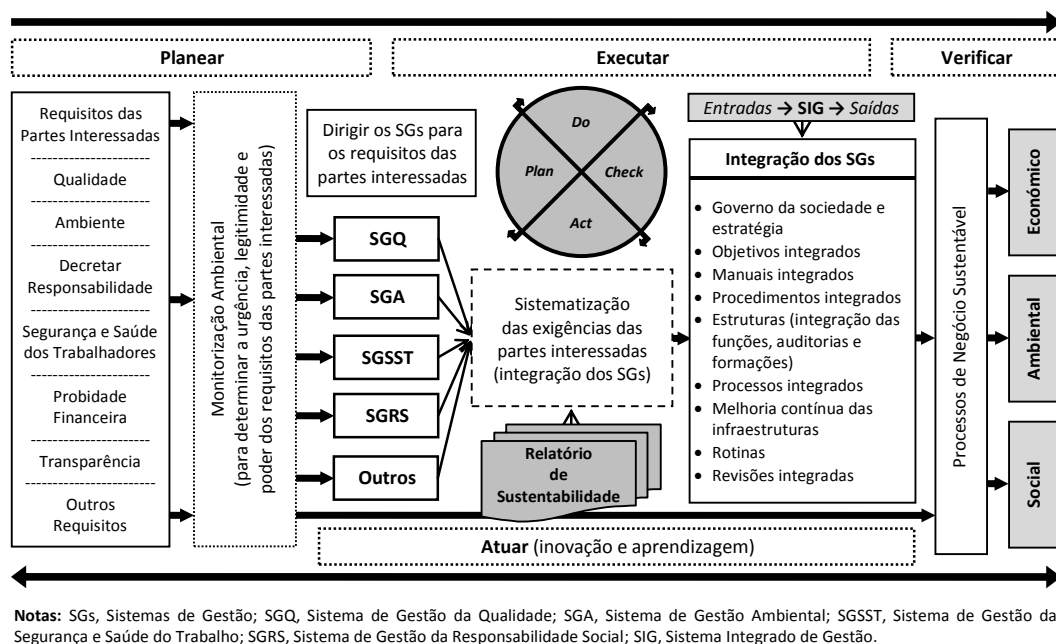


Figura 14 - A legitimidade e as partes interessadas no sistema integrado de gestão (adaptado de Asif et al., 2013).

#### 2.9.4 TEORIA INSTITUCIONAL

Em termos holísticos, a “teoria institucional” fundamenta a sua abordagem teórica nos pressupostos das organizações adotarem as práticas institucionalizadas pela sociedade (Meyer & Rowan, 1977). Promovendo, desta forma, três mecanismos de “isomorfismo institucional” (ou homogeneização), isto é, o “isomorfismo coercivo”, o “isomorfismo mimético” e o “isomorfismo normativo” (DiMaggio & Powell, 1983, p. 150). Assim, o isomorfismo coercivo resulta das pressões (formais e informais) exercidas sobre as organizações por outras organizações, o isomorfismo mimético ocorre em situações de incerteza quando as organizações procuram a imitação de padrões aceites e, por sua vez, o isomorfismo normativo assenta na profissionalização, em termos da definição e partilha de normas, condições e dos métodos de trabalho (DiMaggio & Powell, 1983).

A teoria institucional tem vindo, ao longo dos tempos, a ser utilizada frequentemente como suporte teórico para fundamentar diversos trabalhos científicos, no âmbito do desenvolvimento sustentável, a nível organizacional (ver, por exemplo, Bansal, 2005; Escobar & Vredenburg, 2011; Gauthier, 2013; Glover, Champion, Daniels, & Dainty, 2014). Segundo Bansal (2005) e Gauthier (2013), a teoria institucional é relevante para uma abordagem ao desenvolvimento sustentável. Por sua vez, Jennings e Zandbergen (1995) argumentam que o tipo de pressão institucional seja ela coercitiva, mimética ou normativa, influencia as práticas de desenvolvimento sustentável de uma organização.

#### 2.9.5 TEORIA DA VISÃO BASEADA EM RECURSOS

A expressão “Visão Baseada em Recursos” (VBR) assenta na perspectiva dos recursos da organização (Wernerfelt, 1984). Segundo Barney (1991), os recursos da organização, em geral, “incluem todos os ativos, capacidades, processos organizacionais, atributos de uma organização, informações, conhecimento, etc., controlados pela organização que permitem à organização conceber e implementar estratégias que melhorem a sua eficiência e eficácia” (p. 101), ao nível dos resultados pretendidos pela organização. Neste sentido, Barney (1991) argumenta que em determinadas condições específicas os recursos da organização podem ser uma fonte de vantagem competitiva sustentável para a organização. Desta forma, a “teoria da visão baseada em recursos” fundamenta as suas premissas na perspectiva da estratégia (ou condição de gestão dos recursos) ser a origem da vantagem competitiva sustentável para uma organização (Barney, 1991).

Nas últimas duas décadas, a teoria da visão baseada em recursos tem sido utilizada com bastante regularidade para fundamentar os estudos de investigação, relativos às dimensões do desenvolvimento sustentável, numa perspectiva organizacional (ver, por exemplo, Barrutia & Echebarria, 2015; Bortoluzzi, Sehnem, Petry, Carvalho, & Junior, 2018; Escobar & Vredenburg, 2011; Khan, Talib, & Kowang, 2018; Rodriguez, Ricart, & Sanchez, 2002; Veiga & Tortato, 2014). Segundo Bansal (2005), as premissas da visão baseada em recursos ajustam-se bem ao desenvolvimento sustentável organizacional.

## 2.10 COMUNICAÇÃO DE RESULTADOS SOBRE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

### 2.10.1 FUNDAMENTAÇÃO E FORMULAÇÃO DAS QUESTÕES DE INVESTIGAÇÃO

Em Portugal, a certificação dos sistemas integrados de gestão da qualidade (ISO 9001), ambiente (ISO 14001) e segurança (ISO 45001/BS OHSAS 18001/NP 4397) tem vindo a evoluir, nas últimas duas décadas, em termos do seu crescimento. Sendo, hoje, já uma realidade para diversas organizações nacionais (Cabecinhas et al., 2018a, 2018b). Em termos gerais, os sistemas integrados de gestão da qualidade, ambiente e segurança fundamentam-se nas teorias organizacionais (Tuczek et al., 2018) e, assim, são tidos como ferramentas importantes que contribuem para o desenvolvimento sustentável (Başaran, 2018). Por sua vez, em Portugal, as organizações certificadas em qualidade, ambiente e segurança têm vindo a demonstrar, ao longo dos últimos anos, resultados interessantes ao nível da divulgação de informação sobre desenvolvimento sustentável (Carvalho et al., 2018), bem como também na comunicação do compromisso para com o desenvolvimento sustentável (Carvalho et al., 2019). Contudo, na atualidade, ainda existe uma lacuna no conhecimento dos resultados sobre desenvolvimento sustentável que são comunicados pelas organizações à sociedade. Assim, a atual dissertação visa encontrar as respostas válidas para as seguintes duas (2) questões de investigação (Q):

*Q1: Quais os resultados sobre desenvolvimento sustentável que são, à data, comunicados, sob a forma de relatórios divulgados no website institucional, pelas organizações portuguesas certificadas em qualidade, ambiente e segurança (QAS)?*

*Q2: Qual o perfil da organização portuguesa certificada em qualidade, ambiente e segurança (QAS) cuja comunicação de resultados sobre desenvolvimento sustentável, nos relatórios divulgados no website institucional, é mais proeminente?*

### 2.10.2 FUNDAMENTAÇÃO E FORMULAÇÃO DAS HIPÓTESES DE INVESTIGAÇÃO

Na literatura, a comunicação institucional sobre desenvolvimento sustentável é muitas vezes relacionada com a dimensão da organização (Amran et al., 2015; Gerged et al., 2018; Lai et al., 2016; Tagesson et al., 2009). Por sua vez, a dimensão da organização pode ser medida através de diversas maneiras, tais como o volume de vendas anual (Gnanaweera & Kunori, 2018). Desta forma, a dimensão da organização, em termos de volume de vendas, é relacionada positivamente com a divulgação de informação sobre desenvolvimento sustentável (Carvalho et al., 2018), bem como com a comunicação do compromisso para com o desenvolvimento sustentável (Carvalho et al., 2019). Neste seguimento, a primeira hipótese de investigação (H1) é formulada da seguinte forma:

*H1: A comunicação de resultados sobre desenvolvimento sustentável nos relatórios institucionais das organizações portuguesas certificadas em qualidade, ambiente e segurança, é mais proeminente quando a dimensão do volume de negócios é maior.*

Em Portugal, a legislação vigente, no âmbito da aplicação do “Código das Sociedades Comerciais”, bem como do “Código dos Valores Mobiliários”, prevê a publicação anual obrigatória do relatório de gestão (incluindo informações não financeiras) pelas sociedades anónimas e organizações cotadas em bolsa. Assim, visando a aplicação, a nível nacional, das diretivas da União Europeia, no âmbito da divulgação de informação sobre desenvolvimento sustentável (Mio & Venturelli, 2013). Segundo Carvalho et al. (2018), as organizações portuguesas certificadas (QAS) cuja sua forma jurídica é uma sociedade anónima (S.A.), no geral, divulgam mais informações sobre desenvolvimento sustentável que as restantes, tais como, por exemplo, as sociedades por quotas (LDA.). Assim, a segunda hipótese de investigação (H2) é formulada de acordo com o seguinte:

*H2: A comunicação de resultados sobre desenvolvimento sustentável nos relatórios institucionais das organizações portuguesas certificadas em qualidade, ambiente e segurança, é mais proeminente quando a forma jurídica é uma sociedade anónima.*

A informação institucional sobre desenvolvimento sustentável que é comunicada pelas organizações depende do setor de atividade (Gerged et al., 2018; Lai et al., 2016). Para Gerged et al. (2018), os setores de atividade económica podem ser classificados em três tipos: o setor agrícola (inclui a agricultura, pesca e silvicultura), o setor industrial (inclui a extração mineira, manufatura, produção de energia e construção) e o setor dos serviços (inclui as atividades públicas, comunicações, transporte, finanças e outras atividades económicas privadas que não produzem bens). Por sua vez, Carvalho et al. (2018, 2019) numa abordagem aos setores primário, secundário e terciário considerou o setor secundário (ou industrial) como sendo potencialmente o setor mais sensível. Neste sentido, a terceira hipótese de investigação (H3) é formulada da seguinte forma:

*H3: A comunicação de resultados sobre desenvolvimento sustentável nos relatórios institucionais das organizações portuguesas certificadas em qualidade, ambiente e segurança, é mais proeminente quando pertence ao setor secundário de atividade.*

De acordo com Bansal (2005), “o desenvolvimento sustentável organizacional requer investimentos de recursos financeiros e/ou humanos” (p. 200). Portugal, nas últimas três décadas, beneficiou de diversos incentivos financeiros da União Europeia. Assim, o objetivo geral da modernização do setor industrial nacional atribuiu muitos projetos de investimento, entre 1988 a 1999, em áreas conexas ao desenvolvimento sustentável, às organizações localizadas nos distritos de Lisboa ou Setúbal (Chorincas, 2003). Para Carvalho et al. (2019), a comunicação do compromisso para com o desenvolvimento sustentável é maior nas organizações certificadas, localizadas nos distritos de Lisboa ou Setúbal. Assim, a quarta hipótese de investigação (H4) é formulada da seguinte forma:

*H4: A comunicação de resultados sobre desenvolvimento sustentável nos relatórios institucionais das organizações portuguesas certificadas em qualidade, ambiente e segurança, é mais proeminente quando localizadas no distrito de Lisboa ou Setúbal.*

Para Bansal (2005), o destaque dado pelos meios de comunicação (*mass media*) está relacionado com as práticas de desenvolvimento sustentável organizacional. Assim, Bansal (2005) argumenta que a cobertura dada pelos *media* aumenta a visibilidade das organizações, tornando-as objeto de maior escrutínio público. Contudo, Carvalho et al. (2018, 2019) não encontrou evidências significativas que relacionem a divulgação de informação e a comunicação do compromisso, no âmbito do tema desenvolvimento sustentável, com a exposição das organizações nos diversos *rankings* publicados nos *media*. Assim, a quinta hipótese de investigação (H5) é formulada da seguinte forma:

*H5: A comunicação de resultados sobre desenvolvimento sustentável nos relatórios institucionais das organizações portuguesas certificadas em qualidade, ambiente e segurança, é mais proeminente quando listadas nos rankings publicados nos media.*

De acordo com Joseph (2013), os “desenvolvimentos recentes sobre as iniciativas de desenvolvimento sustentável aumentaram a necessidade de publicar relatórios de sustentabilidade no setor público” (p. 443). Em Portugal, esta constatação é reforçada, em termos legais, pela aplicação do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, cujo Artigo 45.º “Transparência” obriga a que sejam publicados pelas organizações do setor público empresarial os resultados anuais no âmbito do cumprimento da política de desenvolvimento sustentável. Desta forma, Carvalho et al. (2019) demonstrou que a comunicação do compromisso para com o desenvolvimento sustentável é maior nas organizações portuguesas certificadas (QAS) que pertencem ao setor público. Neste seguimento, a sexta hipótese de investigação (H6) é formulada da seguinte forma:

*H6: A comunicação de resultados sobre desenvolvimento sustentável nos relatórios institucionais das organizações portuguesas certificadas em qualidade, ambiente e segurança, é mais proeminente quando pertencem ao setor público empresarial.*

Hoje, o WBCSD, a nível mundial, e o BCSD Portugal, a nível nacional, promovem boas práticas de comunicação entre os membros. Assim, os requisitos de filiação incluem uma cláusula que obriga os seus membros “a publicar o seu desempenho ambiental no prazo de três anos depois de se tornarem membros e a terem a pretensão de alargar a informação divulgada, por forma a que abranja os três elementos, económico, ambiental e social, constitutivos do desenvolvimento sustentável” (ver BCSD Portugal, 2002, p. 8; Ramos et al., 2013, p. 324; WBCSD, 2002, p. 6). Hoje, o BCSD Portugal (2019b) já tem mais de 80 membros (Mani, Gunasekaran, & Delgado, 2018). Por sua vez, a comunicação do compromisso para com o desenvolvimento sustentável é maior em organizações certificadas (QAS) membros do BCSD Portugal (Carvalho et al., 2019). Desta forma, a sétima hipótese de investigação (H7) é formulada da seguinte forma:

*H7: A comunicação de resultados sobre desenvolvimento sustentável nos relatórios institucionais das organizações portuguesas certificadas em qualidade, ambiente e segurança, é mais proeminente quando são grupos membros do BCSD Portugal.*

Em 2000, o secretário-geral das Nações Unidas, ou em inglês *United Nations* (UN), o Sr. Kofi Annan, lançou oficialmente em Nova Iorque, EUA, o *Global Compact* (GC), ou em português o Pacto Global, suportado em dez (10) princípios gerais orientados para o desenvolvimento sustentável (UNGC, 2019). Por sua vez, no ano de 2007, é constituída formalmente a *United Nations Global Compact Network Portugal* (UNGC NP), isto é, a rede portuguesa do *Global Compact* cuja sua visão é “uma economia mais sustentável e inclusiva mediante a promoção de uma relação mais benéfica entre as empresas e as sociedades” (UNGC NP, 2019c). Hoje, o movimento (UNGC) conta com milhares de organizações em todo o mundo, sendo já 68 os membros da rede em Portugal, e estão totalmente empenhados com os objetivos do desenvolvimento sustentável (UNGC NP, 2019a). Assim, a oitava hipótese de investigação (H8) é formulada da seguinte forma:

*H8: A comunicação de resultados sobre desenvolvimento sustentável nos relatórios institucionais das organizações portuguesas certificadas em qualidade, ambiente e segurança, é mais proeminente quando são grupos membros do UNGC NP.*

Nas últimas duas décadas, foi registado um crescimento significativo das organizações portuguesas que atuam na área ambiental, isto é, cuja atividade fundamental do seu objeto social contempla atividades, tais como, por exemplo, o abastecimento de água, o saneamento, a gestão de resíduos, as energias renováveis, a consultoria ambiental, entre outras. Na atualidade, as organizações que atuam na área ambiental estão, cada vez mais, alinhadas com os pressupostos basilares da economia verde e da economia circular em oposição a uma economia linear (Ribeiro et al., 2018). Segundo Braga e Morgado (2007, 2012), as organizações que atuam na área ambiental estão totalmente alinhadas com os pressupostos fundamentais do desenvolvimento sustentável. Neste seguimento, a nona hipótese de investigação (H9) é formulada da seguinte forma:

*H9: A comunicação de resultados sobre desenvolvimento sustentável nos relatórios institucionais das organizações portuguesas certificadas em qualidade, ambiente e segurança, é mais proeminente quando a respetiva área de atuação é ambiental.*

Hoje, diversos estudos relacionam a divulgação de informação sobre desenvolvimento sustentável com a publicação de relatórios de sustentabilidade, elaborados segundo as diretrizes da GRI (ver Asif, Searcy, Santos, & Kensah, 2013; Braam & Peeters, 2018; Gallego, 2006; Kozłowski, Searcy, & Bardecki, 2015; Landrum & Ohsowski, 2018; Rossi & Tarquinio, 2017; Yadava & Sinha, 2016). Por sua vez, segundo Carvalho et al. (2019), a comunicação do compromisso para com o desenvolvimento sustentável é maior nas organizações nacionais certificadas (QAS) que publicam relatórios de sustentabilidade. Desta forma, a décima hipótese de investigação (H10) é formulada da seguinte forma:

*H10: A comunicação de resultados sobre desenvolvimento sustentável nos relatórios institucionais das organizações portuguesas certificadas em qualidade, ambiente e segurança, é mais proeminente quando divulgam relatórios de sustentabilidade.*

### 2.10.3 FUNDAMENTAÇÃO RELEVANTE EM ESTUDOS DE INVESTIGAÇÃO

Um estudo realizado, em Portugal, com uma amostra de 422 organizações certificadas em qualidade, ambiente e segurança (QAS), evidenciou que as organizações com maior volume de vendas (anual) e cuja forma jurídica é uma sociedade anónima (S.A.), em norma, divulgam mais informação sobre desenvolvimento sustentável, no seu *website* institucional, que as outras organizações certificadas (Carvalho et al., 2018). Por sua vez, um outro estudo de investigação realizado, posteriormente, com uma amostra de 540 organizações portuguesas certificadas em qualidade, ambiente e segurança (QAS), mostrou que as organizações com um maior volume de vendas (anual), cuja sede se localiza nos distritos de Lisboa ou Setúbal, pertencentes ao setor público empresarial (isto é, públicas), enquadradas em grupos económicos membros do BCSD Portugal e que publicam anualmente relatórios institucionais de sustentabilidade e/ou contas, no seu *website institucional*, na internet, em norma, evidenciam uma maior comunicação do compromisso para com o desenvolvimento sustentável (Carvalho et al., 2019).

Na literatura, são vários os trabalhos de investigação publicados cujo objeto de estudo fundamenta-se na averiguação e análise dos diversos resultados institucionais, que são comunicados pelas organizações às partes interessadas, no âmbito das três dimensões do desenvolvimento sustentável (ver, por exemplo, Amran et al., 2015; Asif et al., 2013; Bansal, 2005; Braam & Peeters, 2018; Capriotti & Moreno, 2007; Ching & Gerab, 2017; Dade & Hassenzahl, 2013; Gill, Dickinson, & Scharl, 2008; Gerged et al., 2018; Gnanaweera & Kunori, 2018; Guziana & Dobers, 2013; Ihlen & Roper, 2014; Joseph & Taplin, 2011; Joseph, 2013; Joseph, Pilcher, & Taplin, 2014; Lai et al., 2016; Landrum & Ohsowski, 2018; Mani et al., 2018; Mio & Venturelli, 2013; Ramos et al., 2013; Rossi & Tarquinio, 2017; Stacchezzini et al., 2016; Tregidga & Milne, 2006). Contudo, os vários estudos publicados, até ao momento, no âmbito da comunicação de resultados sobre desenvolvimento sustentável, nunca consideraram para a sua amostra de investigação, somente as organizações certificadas em qualidade, ambiente e segurança (QAS).

Holisticamente, os trabalhos de investigação no âmbito da divulgação de resultados sobre desenvolvimento sustentável são muito comuns, nos últimos anos, e ocorrem ao nível dos vários países do mundo. Em termos gerais, são investigações que envolvem amostras com um grande número de organizações. Por sua vez, são estudos cuja fonte de informação para pesquisa e análise, em geral, suporta-se na informação disponível no *website* institucional, na internet, bem como em relatórios publicados anualmente, a nível institucional, pelas organizações. Por outro lado, estes estudos são suportados, em geral, no método de investigação designado por técnica de análise de conteúdo, a qual permite quantificar os conteúdos temáticos presentes na comunicação divulgada pelas organizações. Segundo uma abordagem teórica são estudos de investigação que suportam, no geral, a sua fundamentação e conclusões nas teorias organizacionais, tais como, por exemplo, na teoria dos *stakeholders*, na teoria da legitimidade, na teoria institucional e na teoria da visão baseada em recursos. Contudo, atualmente, é muito frequente encontrar uma análise integrada de duas ou mais teorias organizacionais.

A tabela 2 mostra, em resumo, alguns estudos de investigação realizados no âmbito da comunicação de resultados sobre desenvolvimento sustentável às partes interessadas.

Tabela 2 - Estudos relevantes no âmbito da comunicação de resultados sobre desenvolvimento sustentável.

<b>Referência bibliográfica</b>	<b>Local de origem</b>	<b>Tamanho da amostra</b>	<b>Fontes de informação</b>	<b>Método de investigação</b>	<b>Teorias organizacionais</b>
Amran et al. (2015)	Malásia	100 organizações	<i>Websites</i> institucionais	Análise de conteúdo	Legitimidade e <i>stakeholders</i>
Asif et al. (2013)	Holanda	48 organizações	Relatórios de sustentabilidade	Análise de conteúdo	<i>Stakeholders</i> (subentendida)
Bansal (2005)	Canadá	45 organizações	Relatórios institucionais anuais	Análise de conteúdo e entrevistas	Visão baseada em recursos e institucional
Braam & Peeters (2018)	Europa, América do Norte e Canadá	4686 organizações	Relatórios de sustentabilidade e outros relatórios	Análise de conteúdo	Legitimidade e sinalização
Ching & Gerab (2017)	Brasil	46 organizações	Relatórios de sustentabilidade, responsabilidade social, anual e integrados	Análise de conteúdo	<i>Stakeholders</i> , legitimidade e sinalização
Gerged et al. (2018)	Médio Oriente e Norte de África	180 organizações	Relatórios institucionais anuais	Análise de conteúdo	<i>Stakeholders</i> (subentendida)
Gill et al. (2008)	Europa, América do Norte e Ásia	39 organizações	<i>Websites</i> institucionais (relatórios de sustentabilidade)	Análise de conteúdo	<i>Stakeholders</i> (subentendida)
Gnanaweera & Kunori (2018)	Japão	85 organizações	Relatórios de sustentabilidade, responsabilidade social, anual e integrados	Análise de conteúdo	Legitimidade
Joseph et al. (2014)	Malásia	145 organizações	<i>Websites</i> institucionais (relatórios)	Análise de conteúdo	Institucional
Mani et al. (2018)	Portugal	55 organizações	Relatórios de sustentabilidade e outros	Análise de conteúdo	<i>Stakeholders</i> e legitimidade
Ramos et al. (2013)	Portugal	69 organizações	Relatórios de sustentabilidade e outros	Inquérito por questionário	<i>Stakeholders</i> (subentendida)

# METODOLOGIA

- 3.1 PROCESSO DE INVESTIGAÇÃO
- 3.2 MÉTODO DE INVESTIGAÇÃO
- 3.3 BASE DE DADOS DE INVESTIGAÇÃO
- 3.4 UNIVERSO E AMOSTRA DE INVESTIGAÇÃO
- 3.5 VARIÁVEIS DE INVESTIGAÇÃO
- 3.6 MODELO DE ESTIMAÇÃO
- 3.7 RECOLHA E TRATAMENTO DOS DADOS



## 3 METODOLOGIA

Neste capítulo fundamenta-se e descreve-se o processo de investigação, bem como o método de investigação usado (técnica de análise de conteúdo). E, ainda, caracteriza-se a base de dados de investigação, o universo, a amostra e as variáveis da investigação, bem como o modelo de estimação e o processo de recolha e tratamento dos dados.

### 3.1 PROCESSO DE INVESTIGAÇÃO

O estudo de investigação idealizado e desenvolvido é de natureza exploratória. Por sua vez, a metodologia de investigação adotada visou a concretização dos dois objetivos de investigação, permitindo, assim, encontrar respostas válidas para as duas questões de investigação e, assim, testar, em termos estatísticos, as dez hipóteses de investigação formuladas. Segundo a posição epistemológica, assume-se a adoção de uma filosofia de investigação positivista, isto é, conforme com as premissas teóricas do positivismo, enquanto parte da filosofia que se preocupa com os problemas relacionados com a construção do conhecimento científico. Desta forma, a atual investigação, assume, neste caso, uma posição realista típica das ciências naturais (exatas). Por outro lado, a abordagem de investigação adotada denomina-se por combinada. Pois, contemplou, inicialmente, uma abordagem indutiva (ou seja, caracterizada pela categorização) e, numa segunda fase, uma abordagem dedutiva (isto é, caracterizada pela formulação de hipóteses de investigação e o respetivo teste de hipóteses), assim, é designada por abordagem de investigação indutiva e dedutiva (Saunders, Lewis, & Thornhill, 2007).

A estratégia de investigação adotada designa-se por investigação documental, através de pesquisa, análise e codificação de resultados sobre desenvolvimento sustentável. Assim, a investigação documental baseou-se na análise de conteúdo de documentos, isto é, relatórios institucionais anuais, que expressam os resultados das organizações, e que são comunicados às partes interessadas, pelas organizações nacionais certificadas em qualidade, ambiente e segurança, através do *website* institucional, disponível na internet. A investigação documental foi operacionalizada com recurso à utilização de uma lista de verificação (*checklist*), que foi previamente estruturada e validada, a qual contemplou diversas categorias e subcategorias (itens) de análise. No que diz respeito ao horizonte temporal trata-se de um estudo transversal, pois a investigação caracteriza num dado momento a realidade das organizações. O método de investigação adotado é misto (isto é, qualitativo e quantitativo), ou seja, suportado na aplicação da técnica da análise de conteúdo e no tratamento estatístico dos dados (Saunders et al., 2007).

A figura 15 mostra o fluxograma do processo de investigação, onde se expõem o tema, os objetivos e as questões de investigação, bem como a sequência das diversas etapas e atividades da investigação, permitindo, assim, ter uma visão holística do processo.

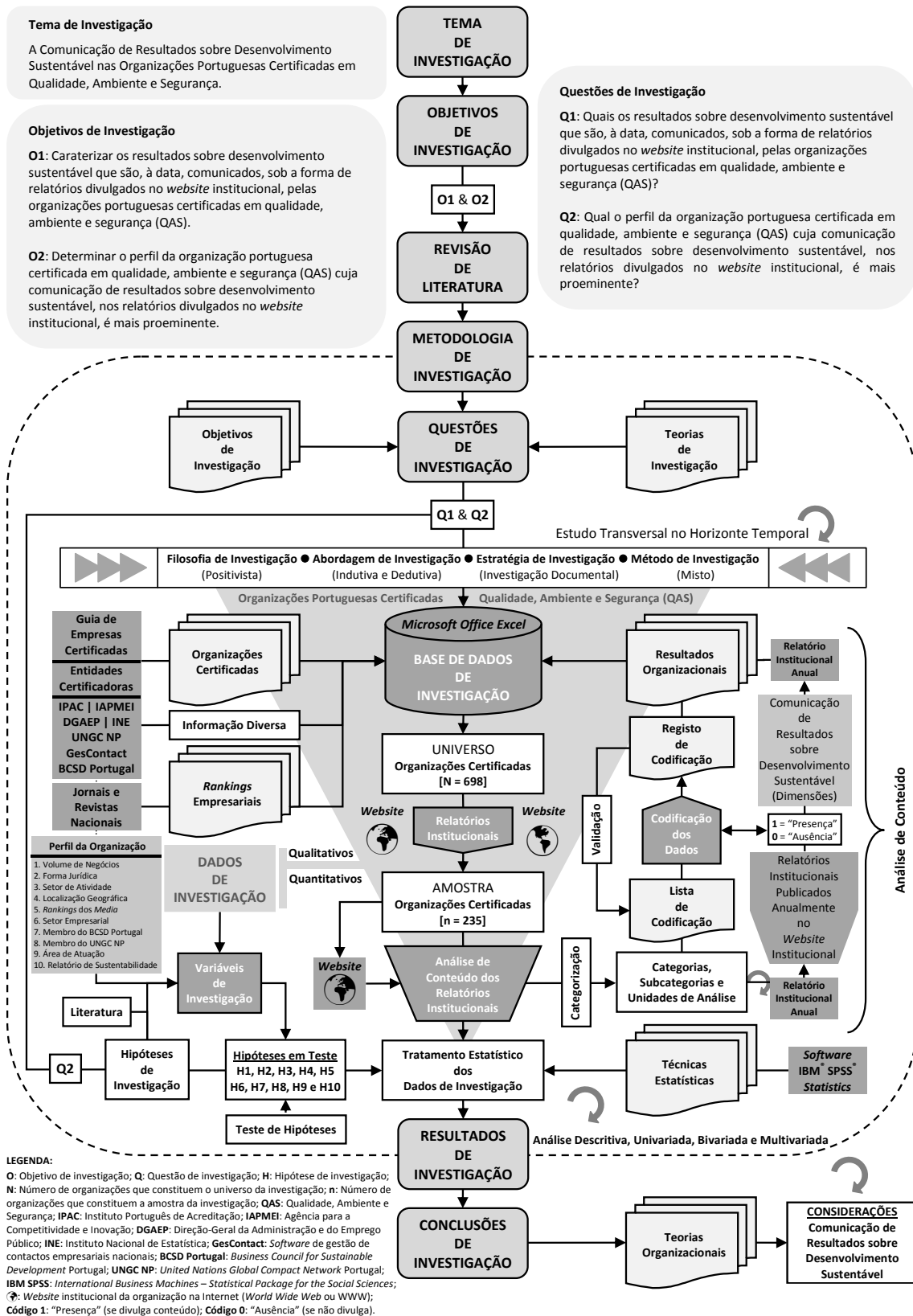


Figura 15 - Fluxograma ilustrativo das várias atividades inerentes ao processo de investigação.

## 3.2 MÉTODO DE INVESTIGAÇÃO

### 3.2.1 ANÁLISE DE CONTEÚDO

O método de investigação utilizado, no atual estudo, está fundamentado na técnica de análise de conteúdo. Segundo Berelson (1952), a “análise de conteúdo é uma técnica de investigação que tem por finalidade a descrição objetiva, sistemática e quantitativa do conteúdo manifesto da comunicação” (p. 18). Para Weber (1988), esta técnica “é um método de investigação que utiliza um conjunto de procedimentos para fazer inferências válidas a partir do texto” (p. 9). Segundo Neuendorf (2002), a análise de conteúdo permite “uma sistemática, objetiva, análise quantitativa das características da mensagem” (p. 1). Por sua vez, Krippendorff (2004) definiu-a como “uma técnica de investigação que permite fazer inferências, válidas e replicáveis a partir de textos, para os contextos da sua utilização” (p. 18). Recentemente, Landrum e Ohsowsk (2018) argumentaram que uma “análise de conteúdo é um tipo de análise textual que estuda as mensagens ou características de um texto para interpretar o significado” (p. 132).

De acordo com a literatura, a técnica de análise de conteúdo é, frequentemente, usada em estudos de investigação relacionados com a comunicação organizacional, efetuada através do *website* e relatórios institucionais, no âmbito do tema do desenvolvimento sustentável (ver Amran et al., 2015; Asif et al., 2013; Carvalho et al., 2018, 2019; Ching & Gerab, 2017; Dade & Hassenzahl, 2013; Gerged et al., 2018; Gill et al., 2008; Gnanaweera & Kunori, 2018; Hasim et al., 2018; Joseph & Taplin, 2011; Landrum & Ohsowsk, 2018; Mani et al., 2018; Rossi & Tarquinio, 2017; Stacchezzini et al., 2016). Em termos gerais, a aplicação da técnica de análise de conteúdo requer a definição do *corpus* de análise (isto é, o corpo dos documentos para análise), categorias de análise, subcategorias de análise e as unidades de análise (Bardin, 2018; Elo & Kyngäs, 2008).

### 3.2.2 CORPUS DE ANÁLISE

De acordo com Bardin (2018), o *corpus* de análise pode ser definido como “o conjunto dos documentos tidos em conta para serem submetidos aos procedimentos analíticos” (p. 122). Por sua vez, Bardin (2018) argumenta que a constituição do *corpus* de análise implica o cumprimento de determinadas regras, tais como a “regra da exaustividade”, isto é, uma vez definido o âmbito do *corpus*, é necessário ter-se em conta todos os documentos desse *corpus*, a “regra da representatividade”, isto é, a análise pode ser realizada a partir de uma amostra desde que o material a isso se preste, a “regra da homogeneidade”, isto é, os documentos selecionados devem ser homogêneos, quer dizer, devem obedecer a critérios precisos de seleção e escolha e, por último, a “regra da pertinência”, isto é, os documentos selecionados devem ser adequados, enquanto fonte de informação, de modo a corresponderem ao objetivo que suscitou a análise (pp. 123–124). Na atual investigação, o *corpus* de análise é constituído pelos relatórios institucionais publicados anualmente no *website* das organizações certificadas (QAS).

### 3.2.3 DOCUMENTOS DE ANÁLISE

Nos nossos dias, as organizações suportam regularmente os processos de comunicação interna e externa, no âmbito do tema do desenvolvimento sustentável, na publicação de relatórios institucionais (Azapagic, 2003). Situação que evoluiu, nos últimos anos, devido às exigências legais e normativas, relacionadas com a divulgação de relatórios financeiros e relatórios não financeiros, por parte de certas organizações (Evangelista, Palha, Santos, & Silva, 2018; Ramin & Lew, 2015). Portanto, os relatórios publicados adquirem várias designações, tais como, por exemplo, "relatório de desenvolvimento sustentável", "relatório de sustentabilidade", "relatório de responsabilidade social", "relatório ambiental", "relatório de segurança e saúde do trabalho", "relatório integrado", "relatório anual", "relatório de gestão", "relatório e contas", "relatório financeiro" e, por último, "relatório de governo da sociedade" (Asif et al., 2013, p. 322; BCSD Portugal, 2002, p. 9; Carvalho et al., 2018, p. 261; Ching & Gerab, 2017, p. 101; Landrum & Ohsowski, 2018, pp. 146–151; Rossi & Tarquinio, 2017, p. 578; WBCSD, 2002, p. 7). Logo, "todos estes formatos de divulgação contribuem para a comunicação do desenvolvimento sustentável" (ver BCSD Portugal, 2002, p. 9; WBCSD, 2002, p. 7).

Desta forma, no sentido de ajustar o trabalho de investigação à realidade nacional das organizações certificadas em qualidade, ambiente e segurança (QAS), que divulgam, à data, relatórios, no *website* institucional, na internet, em ficheiros do tipo PDF, foram considerados como documentos de análise: o relatório de sustentabilidade; o relatório de responsabilidade social; o relatório ambiental, o relatório de segurança e saúde do trabalho; o relatório de gestão; o relatório e contas; o relatório de gestão e contas, o relatório financeiro; o relatório de governo da sociedade (Carvalho et al., 2018) e, por fim, o relatório integrado que tem vindo a ganhar mais protagonismo (Lai et al., 2016).

### 3.2.4 CATEGORIAS DE ANÁLISE

Para Bardin (2018), as categorias de análise "são rubricas ou classes, as quais reúnem um grupo de elementos sob um título genérico, agrupamento esse efetuado em razão das características comuns destes elementos" (p. 145). Por sua vez, a categorização "é uma operação de classificação de elementos por constitutivos de um conjunto por diferenciação e, seguidamente, por reagrupamento segundo o género (analogia), com critérios previamente definidos" (Bardin, 2018, p. 145). Por conseguinte, neste estudo, a identificação das categorias de análise foi fundamentada, essencialmente, nas três (3) dimensões que sustentam, em termos holísticos, o conceito de desenvolvimento sustentável, isto é, nas dimensões "económica", "ambiental" e "social" (Krstić, Ilić, & Avramović, 2018, p. 197; Lozano, 2008, p. 1843; Strezov, Evans, & Evans, 2017, p. 242). Desta forma, na investigação, foram consideradas as seguintes três (3) categorias de análise: "económica", "ambiental e "social", estando, assim, em sintonia com outros estudos (Gallego, 2006, p. 83; Gill et al., 2008, p. 249; Ho & Taylor, 2007, p. 123; Joseph et al., 2014, p. 83; Mamede & Gomes, 2014, p. 53; Morioka & Carvalho, 2017, p. 518).

### 3.2.5 SUBCATEGORIAS DE ANÁLISE

Segundo a literatura, as “categorias” subdividem-se em “subcategorias” (Bardin, 2018, p. 150; Elo & Kyngäs, 2008, pp. 111–112). Atualmente, são várias as investigações, no âmbito do desenvolvimento sustentável, que evidenciam as subcategorias de análise (ou itens) agrupadas por categoria de análise, ou seja, “económica”, “ambiental” e “social” (ver Chow & Chen, 2012, p. 530; Gallego, 2006, p. 83; Gill et al., 2008, p. 251; Joseph & Taplin, 2011, p. 29; Lozano & Huisingh, 2011, p. 103; Mamede & Gomes, 2014, pp. 54–58; Montiel & Delgado-Ceballos, 2014, pp. 128–129; Morioka & Carvalho, 2017, p. 518). Em termos gerais, as categorias e subcategorias de análise referentes à divulgação de informação, no âmbito de desenvolvimento sustentável, baseiam-se nas diretrizes da GRI (ver Gallego, 2006; Gill et al., 2008; Ho & Taylor, 2007; Lozano & Huisingh, 2011; Mamede & Gomes, 2014; Morioka & Carvalho, 2017; Yadava & Sinha, 2016). Mamede e Gomes (2014) mostraram que as diretrizes da GRI são, entre muitas outras possíveis, as mais completas para o reporte do desenvolvimento sustentável.

A nível organizacional, a comunicação do desenvolvimento sustentável assenta em três (3) categorias interrelacionadas, ou seja, a categoria económica (inclui subcategorias, tais como a rentabilidade, salários, uso de recursos, produtividade, capital humano, etc.), a categoria ambiental (inclui subcategorias, tais como o impacto dos processos, produtos e serviços no ar, água, solo, biodiversidade, etc.) e a categoria social (inclui subcategorias, tais como a saúde e segurança no trabalho, relações com a sociedade, práticas laborais, ética empresarial, direitos humanos, etc.) (WBCSD, 2002). A seleção das subcategorias foi baseada nas normas GRI (universais e específicas), ou seja, na GRI 200 “*Economic*”, GRI 300 “*Environmental*” e GRI 400 “*Social*” (ver GRI, 2016, 2018), bem como nos recursos disponíveis pelo projeto “PME Sustentável” (ver APEE, 2019c).

### 3.2.6 UNIDADES DE ANÁLISE

Na técnica de análise de conteúdo, as unidades de análise classificam-se em “unidades de registo” e “unidades de contexto”. Segundo Bardin (2018), a unidade de registo “é a unidade de significação a codificar e corresponde ao segmento de conteúdo a considerar como unidade de base, visando a categorização e a contagem frequencial” (p. 130). Neste sentido, considera-se como exemplos típicos de unidades de registo o “tema”, a “frase” e a “palavra” (Bardin, 2018, p. 130). Por sua vez, para (Bardin, 2018), a unidade de contexto “serve de unidade de compreensão para codificar a unidade de registo e corresponde ao segmento da mensagem, cujas dimensões (superiores às da unidade de registo) são ótimas para que se possa compreender a significação exata da unidade de registo” (p. 133). Assim, considera-se como exemplos típicos de unidades de contexto a “frase para a palavra e o parágrafo para o tema” (Bardin, 2018, p. 133). Portanto, neste estudo, considerou-se como unidades de análise o “tema”, a “frase” e a “palavra”, ou seja, os conceitos inerentes à temática do desenvolvimento sustentável global (Carvalho et al., 2018, p. 260, 2019, p. 467; Landrum & Ohsowsk, 2018, p. 132).

A tabela 3 apresenta os elementos afetos à técnica de análise de conteúdo, isto é, o *corpus*, as categorias e as subcategorias de análise, bem como as unidades de análise.

Tabela 3 - Resumo do *corpus* de análise, categorias de análise, subcategorias de análise e unidades de análise.

<b>Corpus de análise</b>	<b>Categorias e subcategorias de análise (resultados sobre desenvolvimento sustentável)</b>	<b>Unidades de análise</b>
Relatórios institucionais disponibilizados no <i>website</i> institucional, da organização, na internet, tais como, por exemplo: o relatório de sustentabilidade, o relatório de responsabilidade social, o relatório ambiental, o relatório de segurança e saúde do trabalho, o relatório de gestão, o relatório e contas, o relatório de gestão e contas, o relatório de governo da sociedade e o relatório integrado (documentos de análise)	GRI 200: Económica* ( <i>resultados do desempenho económico</i> )	Conceitos, isto é, palavras, frases e temas
	GRI 103: Abordagem de gestão (económica)**	
	GRI 201: Desempenho económico	
	GRI 202: Presença no mercado	
	GRI 203: Impactos económicos indiretos	
	GRI 204: Práticas de aquisição	
	GRI 205: Anticorrupção	
	GRI 206: Comportamento anticompetitivo	
	GRI 300: Ambiental* ( <i>resultados do desempenho ambiental</i> )	
	GRI 103: Abordagem de gestão (ambiental)**	
	GRI 301: Materiais	
	GRI 302: Energia	
	GRI 303: Água	
	GRI 304: Biodiversidade	
	GRI 305: Emissões	
	GRI 306: Efluentes e resíduos	
	GRI 307: Conformidade ambiental	
	GRI 308: Avaliação ambiental de fornecedores	
	GRI 400: Social* ( <i>resultados do desempenho social</i> )	
	GRI 103: Abordagem de gestão (social)**	
	GRI 401: Emprego	
	GRI 402: Relações laborais	
	GRI 403: Saúde e segurança no trabalho	
	GRI 404: Formação e educação	
	GRI 405: Diversidade e igualdade de oportunidades	
	GRI 406: Não discriminação	
	GRI 407: Liberdade de associação e negociação coletiva	
	GRI 408: Trabalho infantil	
	GRI 409: Trabalho forçado ou compulsório	
	GRI 410: Práticas de segurança	
GRI 411: Direitos dos povos indígenas		
GRI 412: Avaliação de direitos humanos		
GRI 413: Comunidades locais		
GRI 414: Avaliação social de fornecedores		
GRI 415: Políticas públicas		
GRI 416: Saúde e segurança do cliente		
GRI 417: Publicidade e rotulagem		
GRI 418: Privacidade do cliente		
GRI 419: Conformidade socioeconómica		

Nota: (\*) Norma de tópico específico; (\*\*) Norma universal; GRI, *Global Reporting Initiative (Sustainability reporting standards)*.

### 3.2.7 CODIFICAÇÃO DOS DADOS

Segundo Ole R. Holsti *in* Bardin (2018), a codificação “é o processo pelo qual os dados em bruto são transformados sistematicamente e agregados em unidades, as quais permitem uma descrição exata das características pertinentes do conteúdo” (p. 129). Portanto, no estudo, a codificação dos dados baseou-se na verificação da “presença” ou “ausência” de informação significativa no conteúdo da comunicação (Bardin, 2018, p. 134). Neste sentido, os dados da comunicação são analisados de forma dicotômica, ou seja, na comunicação do conteúdo dos relatórios institucionais quando é divulgado qualquer item de informação relativo aos resultados do desempenho organizacional, no âmbito de uma subcategoria de análise, é atribuído à subcategoria o código “um” (1), isto é, se presente, caso contrário, é atribuído à subcategoria o código “zero” (0), isto é, se ausente (Abbott & Mosen, 1979, p. 504; Haniffa & Cooke, 2005, p. 405).

Holisticamente, os conteúdos da comunicação dos relatórios institucionais publicados, no *website* da organização, na internet, são classificados de acordo com a presença ou ausência de resultados de desempenho no âmbito das dimensões do desenvolvimento sustentável. Neste sentido, a escolha das categorias e subcategorias de análise que sustentam a codificação dos dados seguiu as orientações normalizadas a nível mundial e nacionais. Pois, as normas de relatórios de sustentabilidade da GRI foram criadas para serem usadas pelas organizações para reportarem os seus impactos na economia, ambiente e sociedade (GRI, 2016, 2018). Por sua vez, tais normas foram adotadas para o contexto português através do projeto “PME Sustentável” (APEE, 2018, 2019c), no que diz respeito ao desenvolvimento de ferramentas gerais de auxílio ao reporte não financeiro, no seguimento da publicação do Decreto-Lei n.º 89/2017, de 28 de julho, que transpõe para a ordem jurídica nacional a Diretiva n.º 2014/95/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 22 de outubro, que altera a Diretiva n.º 2013/ 34/UE, de 26 de junho, no que se refere, em geral, à divulgação de informações não financeiras e de informações sobre a diversidade por parte de certas grandes empresas e grupos.

### 3.2.8 LISTA E REGISTO DE CODIFICAÇÃO

A codificação dos dados é suportada numa lista (matriz) incorporada na Base de Dados de Investigação (BDI), na qual constam todas as categorias e subcategorias de análise. Por sua vez, a lista de codificação foi previamente formatada com o intuito de permitir a codificação das subcategorias de análise em termos de presença (1) ou ausência (0) de determinados conteúdos presentes na comunicação organizacional (ver Anexos). Por outro lado, a codificação dos dados é efetuada pelo investigador de forma manual em duas fases distintas e sequenciais no tempo. Numa primeira fase, o investigador codifica os vários dados publicados nos relatórios institucionais em termos da presença ou ausência de itens relativos à comunicação de resultados sobre desenvolvimento sustentável e, posteriormente, numa segunda fase, o investigador procede à validação do registo de codificação, isto é, verifica se todos os códigos atribuídos estão corretos.

### 3.3 BASE DE DADOS DE INVESTIGAÇÃO

#### 3.3.1 ESTRUTURA GERAL

O trabalho foi suportado numa Base de Dados de Investigação (BDI), especialmente desenvolvida para gerir e analisar a informação associada ao processo de investigação. Assim, a base de dados de investigação, totalmente informatizada, foi criada de raiz no *software Microsoft® Office® Excel® 2019* e encontra-se estruturada da seguinte forma: (i) identificação das organizações; (ii) caracterização das certificações; (iii) listagens e *rankings* empresariais nacionais; (iv) *corpus* de análise/documentos de análise; (v) categorias e subcategorias de análise; (vi) variáveis de investigação; (vii) objetivos de desenvolvimento sustentável; (viii) observações e, por fim, (ix) tratamento estatístico.

Na base de dados de investigação, a parte referente aos dados de identificação das organizações inclui o código individual, a designação social, o número de identificação de pessoa coletiva, a classificação da atividade económica, o setor de atividade, o distrito, a morada e o *website*. Os dados de caracterização das certificações detalham os diversos certificados que são detidas pela organização e, por sua vez, os dados de listagens e *rankings* empresariais nacionais caracterizam cada organização face à sua presença nas listagens e *rankings* publicados anualmente. Por outro lado, os dados de caracterização do *corpus* de análise identificam os documentos de análise (relatórios institucionais) que são divulgados no *website* da organização. Neste âmbito, os dados de caracterização das categorias e subcategorias de análise identificam as subcategorias em que foi demonstrada qualquer comunicação de resultados sobre desenvolvimento sustentável. Por sua vez, os dados de caracterização das variáveis de investigação visam classificar cada uma das organizações em termos da variável dependente e variáveis independentes. E, ainda, os dados de caracterização dos objetivos de desenvolvimento sustentável e os dados das observações permitem registar notas e validar os diversos dados. Por último, os dados para tratamento estatístico exibem os dados em formato adequado para ser possível a sua fácil importação para um *software* específico de tratamento de dados, ou seja, o *Statistical Package for the Social Sciences (SPSS®)*.

A estrutura da base de dados de investigação (ver Anexos) permite efetuar a gestão dos dados de forma sequencial. No sentido de reduzir possíveis erros de operação, por parte do investigador, durante o processo de registo da informação e codificação dos dados, as células da base de dados foram previamente sujeitas a regras de formatação condicional e protegidas. Por sua vez, no sentido de facilitar a consulta e análise dos dados foram introduzidos na base de dados de investigação filtros de pesquisa. Assim, a base de dados de investigação permite a gestão dinâmica e cruzada dos dados, isto é, cada organização relaciona-se diretamente com os dados de identificação, os dados de certificação, os dados das listagens e *rankings* nacionais, os dados dos documentos de análise (ou *corpus* de análise) e os dados das categorias e subcategorias de análise que evidenciam a comunicação de resultados sobre desenvolvimento sustentável.

### 3.3.2 FONTES DE INFORMAÇÃO

A base de dados de investigação integrou informação atualizada proveniente de várias fontes de informação, tais como, por exemplo: informações sobre as organizações portuguesas certificadas em qualidade, ambiente, segurança e saúde do trabalho, à data de 31 de dezembro de 2017 (por consulta<sup>1</sup> *online* da listagem geral de empresas, serviços e produtos certificados, publicada no Guia de Empresas Certificadas 2018, em dezembro de 2018); informações sobre as organizações com os melhores índices de desempenho nacional na vertente económica e social, no ano de 2017 (por consulta<sup>2</sup> dos diversos *rankings* desenvolvidos por jornais e revistas nacionais, bem como por consulta<sup>3</sup> *online* das listagens da Agência para a Competitividade e Inovação (IAPMEI), ambas publicadas em 2018 e 2019); informações sobre as organizações pertencentes ao setor público empresarial, à data de 31 de dezembro de 2018 (por consulta<sup>4</sup> *online* da lista de empresas do setor público, publicada pela Direção-Geral da Administração e do Emprego Público (DGAEP), em fevereiro de 2019, bem como por consulta<sup>5</sup> *online* da lista de entidades do setor institucional das administrações públicas, publicada pelo Instituto Nacional de Estatística (INE), em março de 2019); informações sobre as organizações pertencentes a grupos económicos membros do *Business Council for Sustainable Development* Portugal (BCSD Portugal), à data de 31 de maio de 2019 (por consulta<sup>6</sup> *online* da lista de membros do BCSD Portugal); informações sobre as organizações pertencentes a grupos económicos membros do *United Nations Global Compact Network* Portugal (UNGC NP), à data de 31 de maio de 2019 (por consulta<sup>7</sup> *online* da lista de membros UNGC NP). Por sua vez, diversas outras informações relevantes sobre as organizações inseridas na base de dados de investigação foram, posteriormente, completadas e validadas, por consulta *online* das bases de dados de certificação das entidades certificadoras, da base de dados nacional de sistemas de gestão certificados<sup>8</sup> do Instituto Português de Acreditação (IPAC), bem como os dados do *software* GesContact® 2019 e, por fim, os vários dados dos *websites* institucionais.

---

<sup>1</sup>CP. (2018). *Guia de Empresas Certificadas 2018 (GEC 2018): Listagem Geral de Empresas, Serviços e Produtos Certificados* (13.ª Edição). Lisboa, Portugal: Cempalavras (CP). Retrieved from [http://www.issuu.com/cempalavras.pt/docs/listagem\\_gec\\_2018](http://www.issuu.com/cempalavras.pt/docs/listagem_gec_2018).

<sup>2</sup>*Rankings* empresariais nacionais de carácter financeiro, económico e social, divulgados anualmente nos meios de comunicação: Revista Exame, de 1 de Janeiro de 2019. *1000 PME*. Edição n.º 417, pp. 86–106. Publicação Anual.

Revista Exame, de 1 de Dezembro de 2018. *500 Maiores & Melhores*. Edição Especial n.º 23, pp. 68–87. Publicação Anual.

Revista Exame, de 1 de Novembro de 2018. *100 Melhores Empresas para Trabalhar*. Edição n.º 415, pp. 28–176. Publicação Anual.

Suplemento do Jornal Expresso, de 15 de Dezembro de 2018. *1000 Maiores*. Edição n.º 2407, pp. 12–30. Publicação Anual.

<sup>3</sup>IAPMEI. (2018). *Lista de Empresas com Estatuto: PME Líder 2018*, informação atualizada à data de 28 de fevereiro de 2018: <https://www.iapmei.pt/produtos-e-servicos/qualificacao-certificacao/pme-lider/pme-lider/regulamento-pme-lider.aspx>.

IAPMEI. (2019). *Lista de Empresas com Estatuto: PME Excelência 2018*, informação atualizada à data de 17 de abril de 2019: [https://www.iapmei.pt/getattachment/produtos-e-servicos/qualificacao-certificacao/pme-lider/pme-excelencia/regulamento-pme-excelencia/lista-pme-excelencia-2018-\(1\).xlsx.aspx?lang=pt-pt](https://www.iapmei.pt/getattachment/produtos-e-servicos/qualificacao-certificacao/pme-lider/pme-excelencia/regulamento-pme-excelencia/lista-pme-excelencia-2018-(1).xlsx.aspx?lang=pt-pt).

<sup>4</sup>DGAEP. (2019). *Lista de Entidades do Setor Público Empresarial 2018*, informação atualizada à data de 15 de fevereiro de 2019: [https://www.dgaep.gov.pt/upload//deep/siep4t2018/dgaep\\_siep\\_2018\\_t4\\_sector\\_empresarial\\_15022019.pdf](https://www.dgaep.gov.pt/upload//deep/siep4t2018/dgaep_siep_2018_t4_sector_empresarial_15022019.pdf).

<sup>5</sup>INE. (2019). *Lista de Entidades do Setor Institucional das Administrações Públicas 2018*, informação atualizada à data de 31 de março de 2019: [https://www.ine.pt/ngt\\_server/attachfileu.jsp?look\\_parentBoui=323911535&att\\_display=n&att\\_download=y](https://www.ine.pt/ngt_server/attachfileu.jsp?look_parentBoui=323911535&att_display=n&att_download=y).

<sup>6</sup>BCSD Portugal. (2019b). *Lista de Membros Associados do Business Council for Sustainable Development* Portugal (BCSD Portugal), informação atualizada à data de 31 de maio de 2019: <https://www.bcsdportugal.org/membros>.

<sup>7</sup>UNGC NP. (2019a). *Lista de Membros Associados do United Nations Global Compact Network* Portugal (UNGC NP), informação atualizada à data de 31 de maio de 2019: <http://globalcompact.pt/about/membros-gcnp>.

<sup>8</sup>IPAC. (2019). *Base de Dados Nacional: Sistemas de Gestão Certificados*. Instituto Português de Acreditação (IPAC), informação atualizada à data de 31 de dezembro de 2018: [http://www.ipac.pt/docs/publicdocs/bdec/bdec\\_2018\\_publica\\_v2.xlsx](http://www.ipac.pt/docs/publicdocs/bdec/bdec_2018_publica_v2.xlsx).

### 3.4 UNIVERSO E AMOSTRA DE INVESTIGAÇÃO

#### 3.4.1 UNIVERSO DE INVESTIGAÇÃO

Em Portugal, segundo os dados apurados, o número (N) de organizações certificadas em qualidade (ISO 9001), ambiente (ISO 14001), segurança e saúde do trabalho (BS OHSAS 18001/NP 4397) era, em 31 de dezembro de 2017, de 698 organizações (ver Anexos). Por sua vez, deste universo, 49 (7,0%) organizações também acumulavam a certificação da responsabilidade social (SA 8000/NP 4469). Assim, numa perspetiva económica e jurídica, este universo é caracterizado por ser constituído por 145 (20,8%) organizações que se enquadram entre as mil (1000) maiores empresas nacionais e, ainda, por 505 (72,3%) organizações cuja forma jurídica é uma sociedade anónima (S.A.). Sendo que este universo, em termos de atividade económica, é caracterizado por contemplar um total de 401 (57,4%) organizações pertencentes ao setor secundário e, por conseguinte, 128 (18,3%) organizações enquadram-se no setor da construção. O universo, em termos de localização geográfica, é caracterizado por agregar 223 (31,9%) organizações no distrito de Lisboa. Por outro lado, o atual universo, caracteriza-se por integrar 45 (6,4%) organizações do setor público, bem como 129 (18,5%) e 59 (8,5%) organizações que pertencem a grupos económicos membros do BCSD Portugal e do UNGC NP. Por fim, o universo, caracteriza-se por agregar 256 (36,7%) organizações com exposição nos *rankings* nacionais e, ainda, por enquadrar 106 (15,2%) organizações que publicam os relatórios de sustentabilidade no *website* institucional. Portanto, em Anexo é descrita a caracterização detalhada do universo e da amostra de investigação.

#### 3.4.2 AMOSTRA DE INVESTIGAÇÃO

O número (n) de organizações que constituem a amostra é igual a 235 (33,7%), isto é, todas as organizações do universo que disponibilizavam, à data de 31 de julho de 2019, um *website* institucional acessível na internet e, por sua vez, ainda disponibilizavam pelo menos um relatório institucional dos últimos quatro anos (ver figura 16 e Anexos).

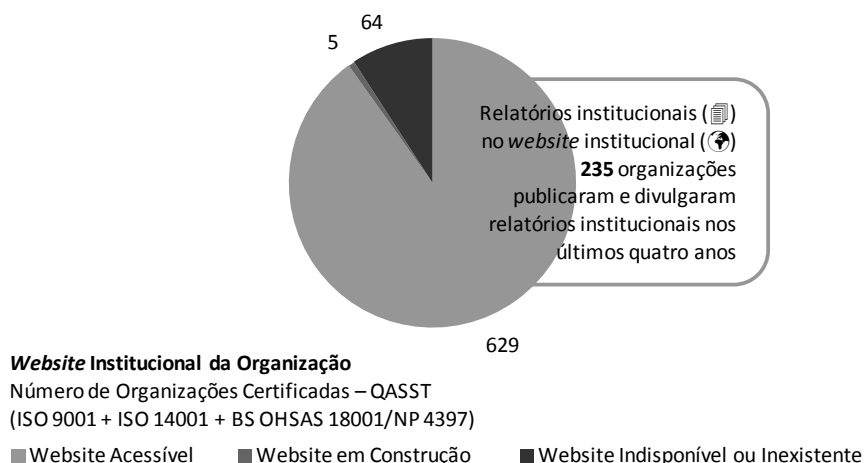


Figura 16 - Fundamentação em números da dimensão do universo e da amostra de investigação.

### 3.5 VARIÁVEIS DE INVESTIGAÇÃO

#### 3.5.1 VARIÁVEL DEPENDENTE

A medição dos conteúdos de desempenho organizacional comunicados, anualmente, nos relatórios institucionais, disponibilizados através do *website* institucional, pelas organizações portuguesas certificadas em qualidade, ambiente e segurança (QAS), foi sustentada no Índice de Comunicação de Resultados (ICR) sobre Desenvolvimento Sustentável (DS), seguidamente designado por  $ICR_{DS}$ . Por sua vez, a fundamentação da formulação matemática do  $ICR_{DS}$  (ver equação 1) foi baseada na literatura publicada (ver, por exemplo, Amran et al., 2015, p. 557; Amran, Lee, & Devi, 2014, p. 225; Bansal, 2005, pp. 206–207; Bayoud, Kavanagh, & Slaughter, 2012, p. 18; Branco & Rodrigues, 2008, p. 694; Carvalho et al., 2019, p. 467; Gerged et al., 2018, p. 578; Haniffa & Cooke, 2005, p. 406; Radhouane et al., 2018, p. 1637; Rossi & Tarquinio, 2017, pp. 589–590).

$$ICR_{DSj} = \frac{\sum_{i=1}^{n_j} R_{ij}}{N_j} \quad (1)$$

Onde, a expressão matemática do  $ICR_{DS}$  mede o nível de comunicação de resultados sobre desenvolvimento sustentável, por parte da organização ( $j$ ). Desta forma, na equação, o termo  $R_{ij}$  representa os resultados do desempenho que uma organização comunica às suas partes interessadas e, assim, o termo  $R_{ij}$  é igual a “um” (1) se a subcategoria ( $i$ ) é comunicada pela organização ( $j$ ) e, por sua vez, é igual a “zero” (0) caso contrário. Por outro lado, o termo  $N_j$  representa o número máximo esperado de resultados que uma organização ( $j$ ) pode comunicar, ou seja, todas as trinta e seis (36) subcategorias. Portanto, se o  $ICR_{DS}$  é igual a “zero” (0), indica que a organização ( $j$ ) não comunicou qualquer resultado do desempenho (subcategoria) e, por sua vez, se é igual a “um” (1), indica que a organização comunicou efetivamente todos os trinta e seis (36) resultados do desempenho (subcategorias). Assim, a variável dependente ( $ICR_{DS}$ ) é uma variável quantitativa contínua que toma qualquer valor no intervalo:  $0 \leq ICR_{DS} \leq 1$ .

#### 3.5.2 VARIÁVEIS INDEPENDENTES

O trabalho foi suportado em dez (10) variáveis independentes escolhidas com o intuito de sustentarem o teste estatístico das hipóteses de investigação. Portanto, as variáveis independentes são qualitativas categóricas ou nominais do tipo *dummy*, dicotómicas ou binárias e, assim, assumem valores numéricos de “zero” (0) ou “um” (1), consoante a classificação. No geral, as variáveis independentes selecionadas já foram utilizadas para fundamentar outras investigações (ver, por exemplo, Azevedo & Gallego-Álvarez, 2019, p. 98; Braam & Peeters, 2018, p. 172; Carvalho et al., 2018, p. 263, 2019, p. 469; Orzes, Jia, Sartor, & Nassimbeni, 2017, p. 1644; Rossi & Tarquinio, 2017, p. 590).

A tabela 4 identifica, descreve e caracteriza todas as variáveis independentes usadas na investigação, onde se pode constatar as abreviaturas e as classificações atribuídas.

Tabela 4 - Identificação, descrição e caracterização das variáveis independentes da investigação.

<b>Variável independente</b>	<b>Descrição e caracterização da variável (qualitativa categórica ou nominal do tipo dicotómica ou binária)</b>
Volume de negócios (VN)	A organização é classificada dicotomicamente segundo a dimensão do seu volume de negócios (€), obtido em 2017. Assim, quando o volume de negócios está entre os 1000 maiores de Portugal a organização é classificada como “Maior” (1) e, caso contrário, como “Outro” (0).
Forma jurídica (FJ)	A organização é classificada dicotomicamente segundo a tipologia legal da sua forma jurídica. Assim, quando a forma jurídica assume a designação de sociedade anónima (S.A.) a organização é classificada como “S.A.” (1) e, caso contrário, como “Outra” (0).
Setor de atividade (SA)	A organização é classificada dicotomicamente segundo o seu setor de atividade. Assim, quando o setor de atividade económico (ou setor industrial) está enquadrado no setor secundário (setor 2.º) a organização é classificada como “Setor 2.º” (1) e, caso contrário, como “Outro” (0).
Localização geográfica (LG)	A organização é classificada dicotomicamente segundo a localização geográfica da sua sede nacional. Assim, quando a localização geográfica pertence ao distrito de Lisboa ou Setúbal a organização é classificada como “Lisboa ou Setúbal” (1) e, caso contrário, como “Outra” (0).
<i>Rankings</i> dos <i>media</i> (RM)	A organização é classificada dicotomicamente segundo a sua exposição nos <i>rankings</i> dos <i>media</i> , publicados em 2018 ou 2019. Assim, quando a exposição ocorre nos <i>rankings</i> dos <i>media</i> (anualmente) a organização é classificada como “Exposta” (1) e, caso contrário, como “Não” (0).
Setor empresarial (SE)	A organização é classificada dicotomicamente segundo o seu setor empresarial de referência nacional. Assim, quando o setor empresarial pertence ao setor público empresarial a organização é classificada como “Pública” (1) e, caso contrário, como “Privada” (0).
Membro do BCSD Portugal (MB)	A organização é classificada dicotomicamente segundo a sua relação com o BCSD Portugal. Assim, quando pertence (subsidiária/participada) a um grupo económico que é membro do BCSD Portugal a organização é classificada como “Membro” (1) e, caso contrário, como “Não” (0).
Membro do UNGC NP (MU)	A organização é classificada dicotomicamente segundo a sua relação com o UNGC NP. Assim, quando pertence (subsidiária/participada) a um grupo económico que é membro do UNGC NP a organização é classificada como “Membro” (1) e, caso contrário, como “Não” (0).
Área de atuação (AA)	A organização é classificada dicotomicamente segundo a sua respetiva área de atuação. Assim, quando a área de atuação enquadra-se na área ambiental (abastecimento de água, saneamento, etc.) a organização é classificada como “Ambiental” (1) e, caso contrário, como “Outra” (0).
Relatório de sustentabilidade (RS)	A organização é classificada dicotomicamente segundo a sua divulgação de relatórios de sustentabilidade. Assim, quando são divulgados os relatórios de sustentabilidade, no <i>website</i> institucional, a organização é classificada como “Divulga” (1) e, caso contrário, como “Não” (0).

Nota: BCSD, *Business Council for Sustainable Development*; UNGC NP, *United Nations Global Compact Network Portugal*.

### 3.6 MODELO DE ESTIMAÇÃO

Na investigação, a estimação do perfil (isto é, o conjunto das características comuns e significativas) das organizações portuguesas certificadas em qualidade, ambiente e segurança (QAS), cuja comunicação de resultados sobre desenvolvimento sustentável é mais proeminente (isto é, acima da média), fundamentou-se na “regressão logística”. Para Kleinbaum e Klein (2010), a regressão logística “é uma abordagem de modelação matemática que pode ser usada para descrever a relação das variáveis independentes com uma variável dependente dicotómica” (p. 5). Por outro lado, Hair, Black, Babin, e Anderson (2014) referem que a regressão logística “é uma forma especial de regressão em que a variável dependente é não métrica, variável dicotómica (binária)” (p. 315). Por sua vez, a designação de regressão logística deriva da transformação “*logit*” usada com a variável dependente (Hair et al., 2014, p. 319; Kleinbaum & Klein, 2010, p. 17).

Assim, de acordo com a literatura, o “modelo de regressão logística binária” tem sido, ao longo dos últimos anos, frequentemente, usado para testar diversas hipóteses de investigação, no âmbito da divulgação de informação organizacional (ver, por exemplo, Braam & Peeters, 2018, p. 173; Brammer & Pavelin, 2008, p. 129; Cahaya, Porter, Tower, & Brown, 2017, pp. 326–328; Carvalho et al., 2018, pp. 263–264, 2019, pp. 469–470; Kolk & Pinkse, 2010, p. 21; Lai et al., 2016, p. 169; Rossi & Tarquinio, 2017, p. 590; Stacchezzini et al., 2016, p. 105). Neste sentido, o modelo de estimação proposto é sustentado pela equação 2, que foi fundamentada nos pressupostos matemáticos da regressão logística binária (Hair et al., 2014; Kleinbaum & Klein, 2010) e, por sua vez, a variável dependente e as variáveis independentes são todas binárias (0, 1). Portanto, o modelo seguinte foi usado para testar estatisticamente as hipóteses de investigação:

$$\begin{aligned} \textit{logit} [P(\text{ICR}_{\text{DS}(0,1)j} = 1 | \text{VN, FJ, SA, LG, RM, SE, MB, MU, AA, RS})] &= \beta_0 + \beta_1 \text{VN}_j \\ &+ \beta_2 \text{FJ}_j + \beta_3 \text{SA}_j + \beta_4 \text{LG}_j + \beta_5 \text{RM}_j + \beta_6 \text{SE}_j + \beta_7 \text{MB}_j + \beta_8 \text{MU}_j + \beta_9 \text{AA}_j + \beta_{10} \text{RS}_j + \varepsilon_j \quad (2) \end{aligned}$$

No sentido de aplicar o modelo de regressão logística binária, à presente investigação, a variável dependente<sup>9</sup> ( $\text{ICR}_{\text{DS}}$ ) contínua ( $0 \leq \text{ICR}_{\text{DS}} \leq 1$ ) foi transformada numa variável categórica binária ( $\text{ICR}_{\text{DS}(0,1)}$ ), que assume a categoria “mais proeminente” (1) no caso do valor do Índice de Comunicação de Resultados sobre Desenvolvimento Sustentável ( $\text{ICR}_{\text{DS}}$ ), referente à organização ( $j$ ), ser superior ao seu valor médio (isto é, à média) ou, caso contrário, assume a categoria “menos proeminente” (0). Desta forma, a equação do modelo proposto integra a função de ligação (*logit*), a probabilidade condicional ( $P$ ), a variável dependente categórica binária ( $\text{ICR}_{\text{DS}(0,1)}$ ), os coeficientes de regressão ( $\beta$ ), os diversos índices alfanuméricos ( $i, j$ ), os acrónimos e/ou siglas das dez (10) variáveis independentes<sup>10</sup> (VN, FJ, SA, LG, RM, SE, MB, MU, AA e RS) e o termo geral de erro ( $\varepsilon$ ).

<sup>9</sup>Variável dependente:  $\text{ICR}_{\text{DS}}$ , Índice de Comunicação de Resultados sobre Desenvolvimento Sustentável (contínua ou categórica).

<sup>10</sup>Variáveis independentes: VN, Volume de Negócios; FJ, Forma Jurídica; SA, Setor de Atividade; LG, Localização Geográfica; RM, *Rankings* dos *Media*; SE, Setor Empresarial; MB, Membro do BCSD Portugal; MU, Membro do UNGC NP; AA, Área de Atuação; RS, Relatório de Sustentabilidade. Nota: As variáveis independentes são categóricas do tipo *dummy*, dicotómicas ou binárias (0, 1).

## 3.7 RECOLHA E TRATAMENTO DOS DADOS

### 3.7.1 RECOLHA DOS DADOS

O processo de recolha dos dados ocorreu em duas fases distintas. Na primeira fase que decorreu entre os meses de maio e junho de 2019, o investigador realizou uma análise exploratória exaustiva dos vários *websites* institucionais das organizações portuguesas certificadas em qualidade, ambiente e segurança (QAS), com o intuito de identificar e descarregar (*download*), as últimas versões disponíveis, dos ficheiros informáticos, em formato PDF, dos relatórios institucionais anualmente publicados. Posteriormente, os relatórios institucionais foram analisados individualmente e os dados extraídos foram classificados e registados na base de dados de investigação, através da aplicação da técnica de análise de conteúdo, no que diz respeito à codificação e à categorização.

Por conseguinte, na segunda fase que decorreu durante o mês de julho de 2019, o investigador revisitou os vários *websites* institucionais das organizações, bem como os vários relatórios institucionais com o intuito de validar o processo de codificação e categorização. Desta forma, o investigador validou o processo de recolha dos dados na base de dados de investigação, em termos das diversas categorias e subcategorias que traduzem a comunicação de resultados sobre desenvolvimento sustentável. Durante a investigação a recolha dos dados foi totalmente sustentada pelo registo dos dados na base de dados de investigação com o intuito de manter toda a informação atualizada.

### 3.7.2 TRATAMENTO DOS DADOS

Toda a informação reunida na base de dados de investigação foi, de seguida, tratada estatisticamente, com o intuito de encontrar respostas cientificamente válidas para as questões e as hipóteses de investigação formuladas inicialmente. Assim, o processo de tratamento dos dados baseou-se essencialmente na aplicação do *software IBM® SPSS® Statistics version 26 (International Business Machines – Statistical Package for the Social Sciences)* e do *software Microsoft® Office® Excel® version 2019*, bem como da aplicação da macro KALPHA 3.1 *version 2012 (macro Krippendorff's  $\alpha$ )* para a validação dos dados recolhidos através da aplicação da técnica de análise de conteúdo. No geral, os dados de investigação foram organizados no *software Microsoft® Office® Excel®* e, posteriormente, importados para o *software IBM® SPSS® Statistics – macro KALPHA*.

Neste sentido, os dados de investigação (qualitativos e quantitativos) foram tratados estatisticamente, segundo uma abordagem em termos de análise estatística descritiva, univariada, bivariada e multivariada. Assim, o tratamento estatístico dos dados (ver Anexos) foi a última etapa da metodologia de investigação, a qual permitiu converter os dados de investigação em resultados de investigação, através da aplicação de ferramentas e técnicas estatísticas, conforme descrito no fluxograma do processo de investigação. Os resultados de investigação são apresentados no capítulo seguinte.

# RESULTADOS

- 4.1 ANÁLISE DE RESULTADOS
- 4.2 DISCUSSÃO DE RESULTADOS



## 4 RESULTADOS

No presente capítulo são apresentados os diversos resultados de investigação. Neste sentido, aborda-se, inicialmente, o tema da análise de resultados em termos de análise descritiva, univariada, bivariada e multivariada e, posteriormente, efetua-se a referida discussão de resultados em face aos objetivos, questões e hipóteses de investigação.

### 4.1 ANÁLISE DE RESULTADOS

#### 4.1.1 ANÁLISE DESCRITIVA

Urge recordar que a amostra de investigação (n) é constituída por 235 organizações, isto é, todas as organizações portuguesas que se encontravam certificadas, no âmbito da Qualidade (ISO 9001), Ambiente (ISO 14001), Segurança e Saúde do Trabalho (BS OHSAS 18001/NP 4397), à data precisa de 31 de dezembro de 2017 e, por conseguinte, disponibilizavam um *website* institucional acessível, na internet, à data de 31 de julho de 2019, no qual divulgam os seus relatórios institucionais, pelo menos um, referente aos últimos quatro (4) anos. Neste seguimento, através da análise exploratória dos *websites* e dos relatórios institucionais, constatou-se que o relatório e contas é, hoje, o relatório institucional mais frequente, em termos de divulgação, tendo sido divulgado por 129 (54,9%) organizações certificadas em Qualidade, Ambiente, Segurança e Saúde do Trabalho (QASST) e, por sua vez, o relatório de sustentabilidade foi divulgado por 106 (45,1%) organizações. O gráfico da figura 17 mostra uma relação das organizações certificadas que divulgam os vários relatórios institucionais no *website* institucional.

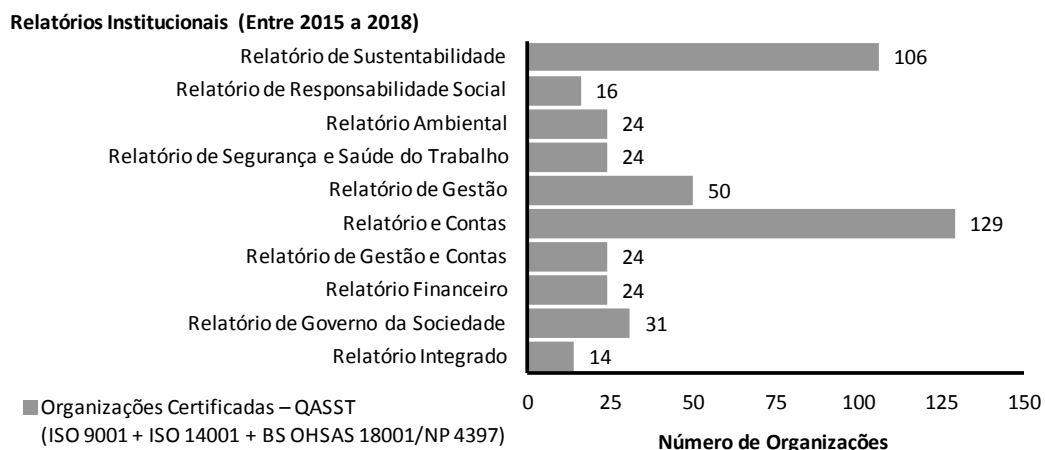


Figura 17 - Relação das organizações certificadas que divulgam relatórios institucionais no *website* institucional.

A aplicação da técnica de análise de conteúdo aos relatórios institucionais, divulgados pelas organizações certificadas (QASST), teve por base uma análise da última versão disponível dos vários relatórios institucionais publicados, no *website* institucional, ou seja, os relatórios institucionais referentes ao exercício dos últimos quatro (4) anos, isto é, aos anos de 2015, 2016, 2017 e 2018 (ver figura 18). Desta forma, conseguiu-se que a análise de conteúdo dos vários relatórios institucionais estivesse em linha com as últimas edições dos referenciais normativos publicados pela ISO (ISO 9001:2015, ISO 14001:2015 e ISO 45001:2018) e pela GRI (GRI 2016 e GRI 2018), bem como ainda em linha com os ODS propostos pelas UN (ODS 2015). Pela análise do gráfico seguinte, constata-se que o ano de 2017 apresenta, no geral, a maior frequência de publicação.

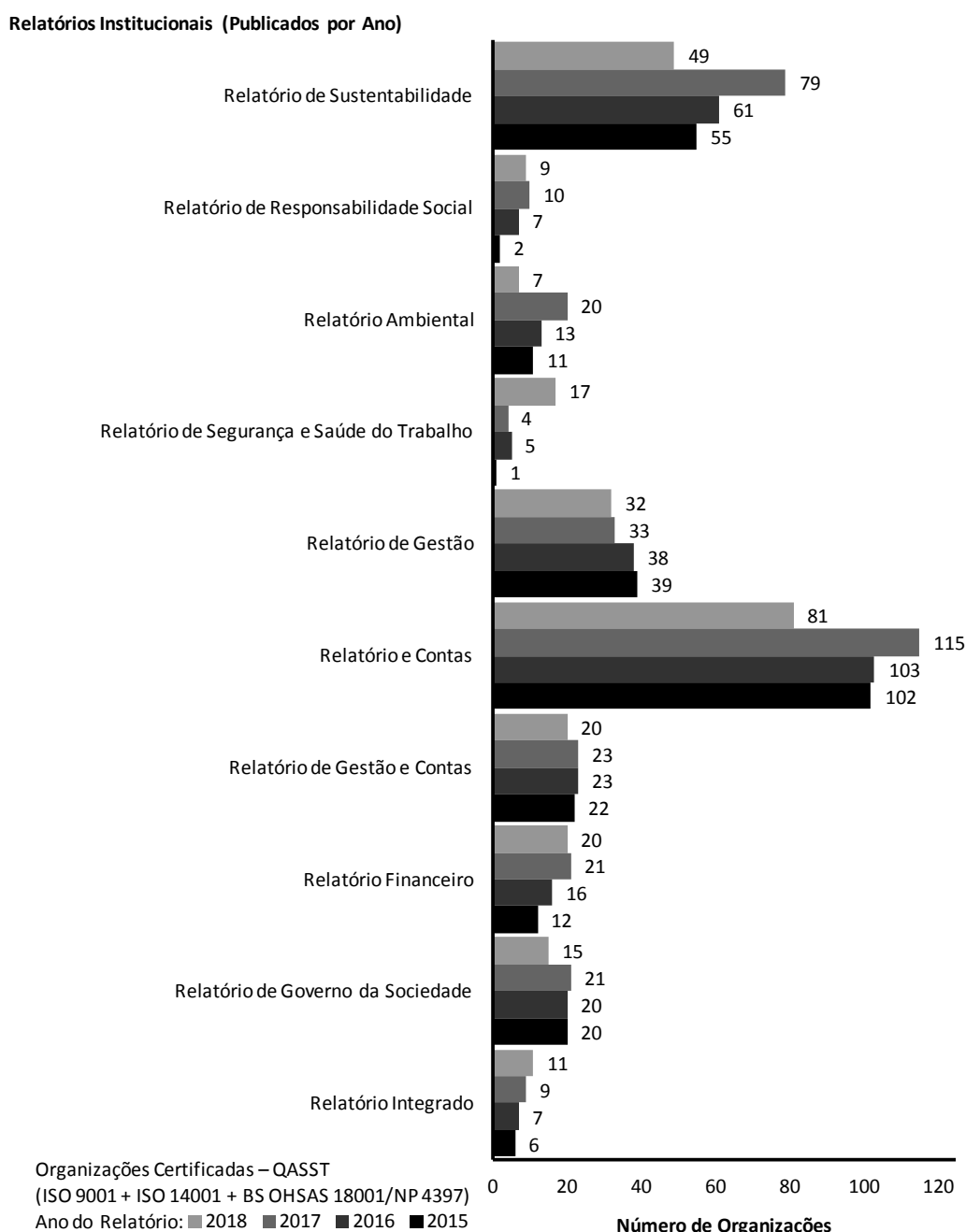


Figura 18 - Relação das organizações que divulgam relatórios institucionais no *website* nos últimos quatro anos.

A tabela 5 mostra os vários resultados sobre desenvolvimento sustentável que foram extraídos dos diversos relatórios institucionais, divulgados no *website* das organizações nacionais certificadas (QASST), através da aplicação da técnica de análise de conteúdo.

Tabela 5 - Relação das organizações que divulgam resultados sobre desenvolvimento sustentável nos relatórios.

<b>Resultados sobre desenvolvimento sustentável (categorias e subcategorias de análise)</b>	<b>Número (n)</b>	<b>Percentagem (%)</b>
<b>GRI 200: Económica</b>		
GRI 103: Abordagem de gestão (económica)	97	41,3
GRI 201: Desempenho económico	167	71,1
GRI 202: Presença no mercado	24	10,2
GRI 203: Impactos económicos indiretos	42	17,9
GRI 204: Práticas de aquisição	10	4,3
GRI 205: Anticorrupção	84	35,7
GRI 206: Comportamento anticompetitivo	52	22,1
<b>GRI 300: Ambiental</b>		
GRI 103: Abordagem de gestão (ambiental)	73	31,1
GRI 301: Materiais	94	40,0
GRI 302: Energia	102	43,4
GRI 303: Água	89	37,9
GRI 304: Biodiversidade	46	19,6
GRI 305: Emissões	68	28,9
GRI 306: Efluentes e resíduos	108	46,0
GRI 307: Conformidade ambiental	54	23,0
GRI 308: Avaliação ambiental de fornecedores	14	6,0
<b>GRI 400: Social</b>		
GRI 103: Abordagem de gestão (social)	63	26,8
GRI 401: Emprego	135	57,4
GRI 402: Relações laborais	25	10,6
GRI 403: Saúde e segurança no trabalho	104	44,3
GRI 404: Formação e educação	96	40,9
GRI 405: Diversidade e igualdade de oportunidades	57	24,3
GRI 406: Não discriminação	58	24,7
GRI 407: Liberdade de associação e negociação coletiva	79	33,6
GRI 408: Trabalho infantil	63	26,8
GRI 409: Trabalho forçado ou compulsório	59	25,1
GRI 410: Práticas de segurança	27	11,5
GRI 411: Direitos dos povos indígenas	4	1,7
GRI 412: Avaliação de direitos humanos	29	12,3
GRI 413: Comunidades locais	59	25,1
GRI 414: Avaliação social de fornecedores	30	12,8
GRI 415: Políticas públicas	21	8,9
GRI 416: Saúde e segurança do cliente	38	16,2
GRI 417: Publicidade e rotulagem	38	16,2
GRI 418: Privacidade do cliente	21	8,9
GRI 419: Conformidade socioeconómica	29	12,3

Nota: GRI, *Global Reporting Initiative (GRI Sustainability reporting standards)*.

Neste momento, recorda-se que no processo de classificação da informação divulgada nos relatórios institucionais, nas diversas subcategorias de análise, teve-se em conta a divulgação de qualquer conteúdo de informação relevante em termos de resultados sobre desenvolvimento sustentável. Portanto, na aplicação da técnica de análise de conteúdo foram considerados os resultados individuais e consolidados, publicados nos relatórios institucionais que permitem aferir sobre o desempenho da organização no âmbito do desenvolvimento sustentável. A figura 19 mostra que os três (3) resultados sobre desenvolvimento sustentável mais reportados pelas organizações são referentes ao desempenho económico, emprego, efluentes e resíduos, os quais foram divulgados nos relatórios institucionais por 167 (71,1%), 135 (57,4%) e 108 (46,0%) organizações.

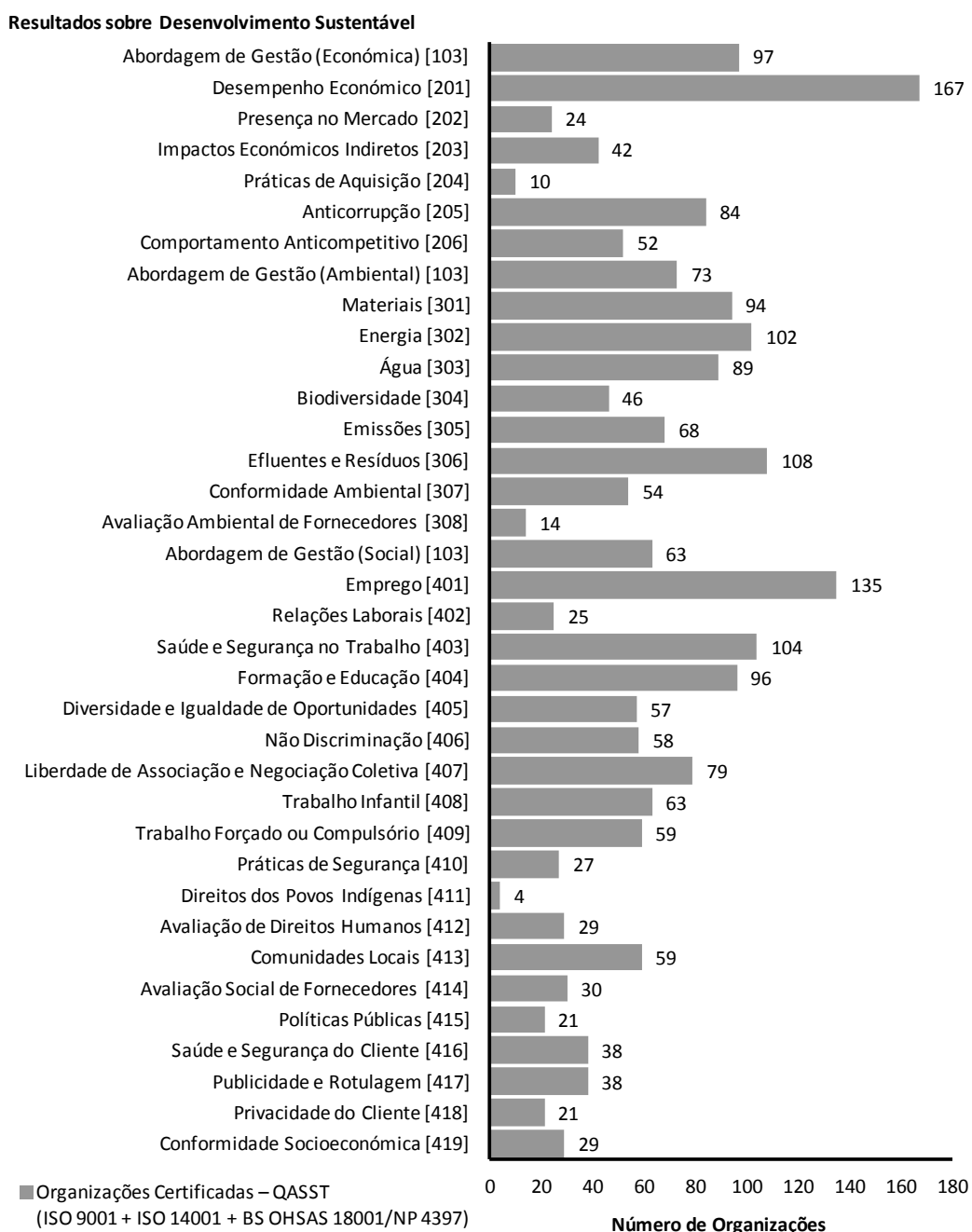


Figura 19 - Relação das organizações que divulgam resultados sobre desenvolvimento sustentável nos relatórios.

O gráfico da figura 20 apresenta uma relação da distribuição dos resultados sobre desenvolvimento sustentável (subcategorias de análise) que são reportados no âmbito das três dimensões (económica, ambiental e social) do desenvolvimento sustentável.

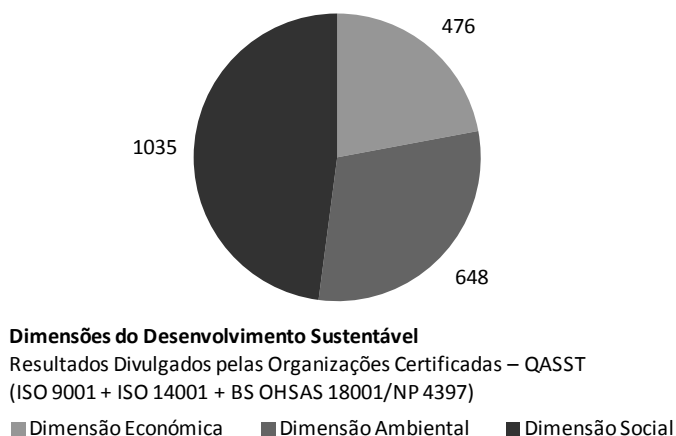


Figura 20 - Relação da distribuição dos resultados sobre desenvolvimento sustentável por dimensão.

Através da aplicação da análise de conteúdo, aos relatórios institucionais, publicados pelas organizações certificadas (QASST), constatou-se que 66 (28,1%) organizações já fazem uma referência aos seus contributos em prol dos objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS). Desta forma, pela análise do gráfico da figura 21, verifica-se que os objetivos ODS 12 (produção e consumo sustentáveis) e ODS 13 (ação climática) são mencionados nos relatórios institucionais por 56 (23,8%) e 52 (22,1%) organizações.

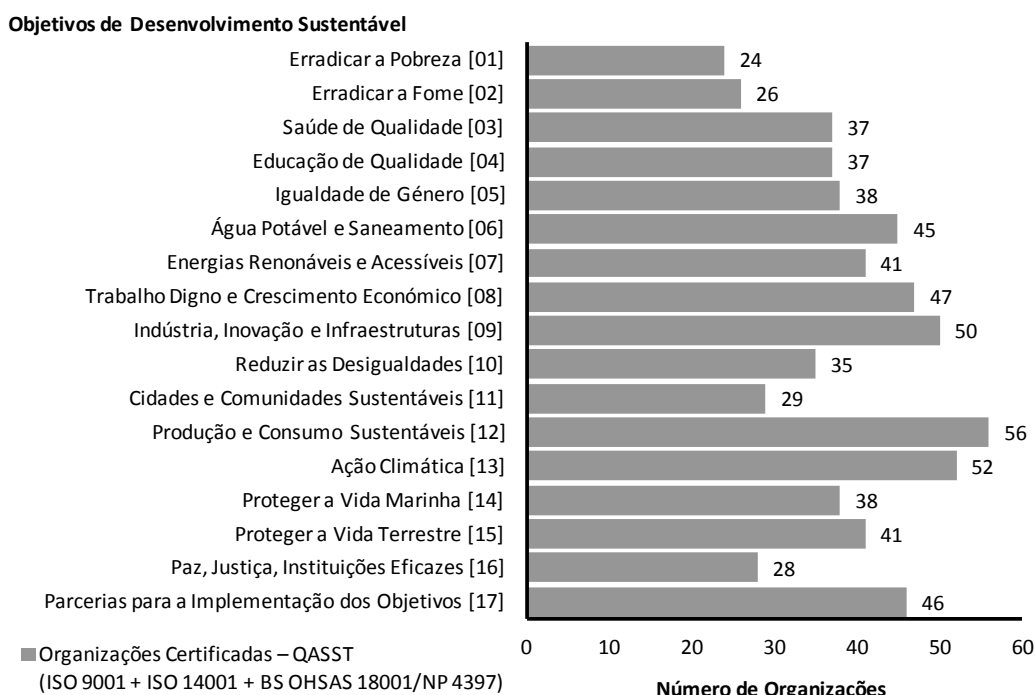


Figura 21 - Relação das organizações que divulgam os objetivos de desenvolvimento sustentável nos relatórios.

#### 4.1.2 ANÁLISE UNIVARIADA

Exibe-se na tabela 6 os vários resultados obtidos da análise dos parâmetros estatísticos descritivos que caracterizam a variável dependente contínua denominada por índice de comunicação de resultados sobre desenvolvimento sustentável (ICR<sub>DS</sub>) ou abreviado índice de comunicação de resultados (ICR). Assim, os resultados evidenciam que para uma amostra de 235 organizações, obteve-se um valor do ICR mínimo de 0,000 e um valor máximo de 1,000, ou seja, o intervalo da variável dependente ICR foi totalmente preenchido. Por sua vez, o valor da média do ICR é igual a 0,255 com um desvio-padrão de 0,218 e uma variância de 0,048. Assim, segundo uma análise preliminar, verifica-se a ocorrência duma elevada dispersão e variabilidade entre as organizações analisadas.

Tabela 6 - Resultados estatísticos dos diversos parâmetros de caracterização da variável dependente.

Variável	Número	Mínimo	Máximo	Soma	Média	Mediana	Desvio padrão	Variância
Índice de comunicação de resultados	235	0,000	1,000	59,972	0,255	0,222	0,218	0,048

O gráfico da figura 22 apresenta uma distribuição das dez (10) variáveis independentes pelas suas categorias de análise “zero” (0) e “um” (1). No geral, as variáveis mostram uma distribuição equilibrada por categorias (0 e 1), com exceção das variáveis forma jurídica (FJ), setor empresarial (SE), membro do UNGC NP e área de atuação (AA).

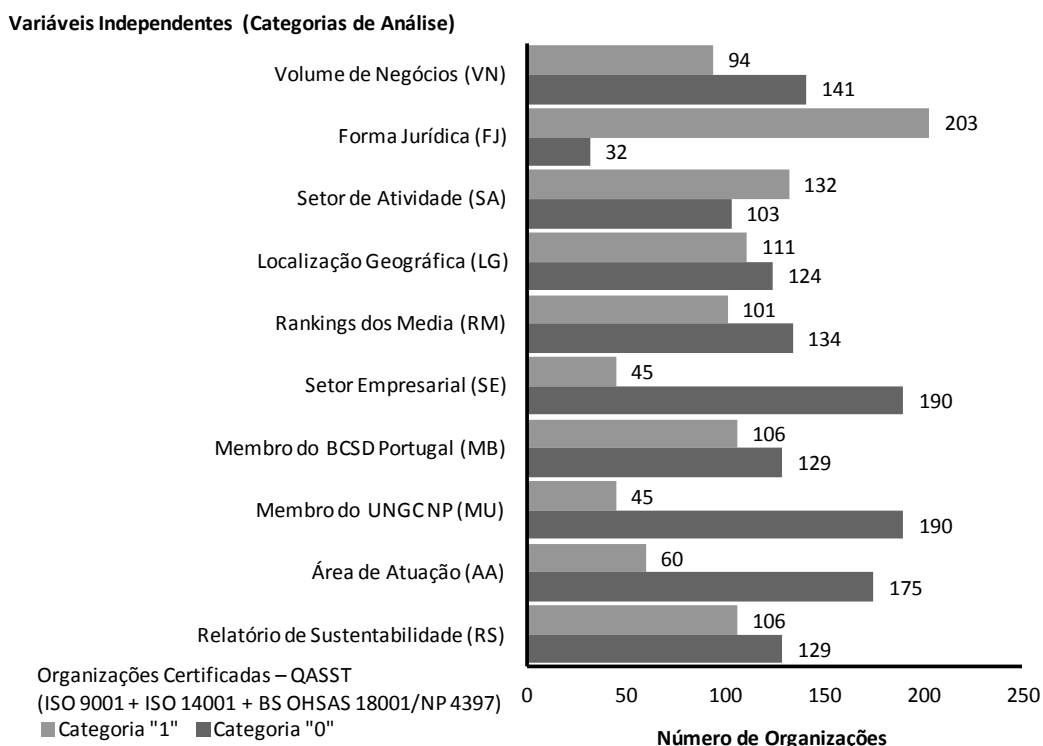


Figura 22 - Relação das organizações que pertencem às categorias de análise das variáveis independentes.

### 4.1.3 ANÁLISE BIVARIADA

A tabela 7 exhibe os parâmetros estatísticos descritivos obtidos do estudo da relação da variável dependente (ICR) com cada uma das variáveis independentes (VN, FJ, SA, RM, SE, MB, MU, AA e RS). Portanto, pela análise da tabela, constata-se que com a exceção da variável independente setor de atividade (SA), todas as restantes variáveis (VN, FJ, RM, SE, MB, MU, AA e RS) evidenciaram valores da média da variável dependente (ICR) para a categoria “um” (1), superiores aos valores obtidos para a categoria “zero” (0).

Tabela 7 - Resultados estatísticos dos diversos parâmetros de caracterização da relação entre as variáveis.

Variável	Dependente							
	Índice de comunicação de resultados							
Independente (categorias)	Número	Mínimo	Máximo	Soma	Média	Mediana	Desvio padrão	Variância
<b>Volume de negócios</b>								
(0) Outro	141	0,000	0,972	31,472	0,223	0,222	0,199	0,039
(1) Maior	94	0,000	1,000	28,500	0,303	0,306	0,238	0,057
<b>Forma jurídica</b>								
(0) Outra	32	0,000	0,806	7,000	0,219	0,181	0,227	0,052
(1) S.A.	203	0,000	1,000	52,972	0,261	0,222	0,217	0,047
<b>Setor de atividade</b>								
(0) Outro	103	0,000	1,000	30,000	0,291	0,222	0,229	0,052
(1) Setor 2.º	132	0,000	0,889	29,972	0,227	0,222	0,206	0,043
<b>Localização geográfica</b>								
(0) Outra	124	0,000	0,972	29,139	0,235	0,222	0,189	0,036
(1) Lisboa/Setúbal	111	0,000	1,000	30,833	0,278	0,222	0,246	0,061
<b>Rankings dos media</b>								
(0) Não	134	0,000	0,972	30,778	0,230	0,222	0,200	0,040
(1) Exposta	101	0,000	1,000	29,194	0,289	0,250	0,237	0,056
<b>Setor empresarial</b>								
(0) Privada	190	0,000	1,000	42,556	0,224	0,194	0,212	0,045
(1) Pública	45	0,000	0,889	17,417	0,387	0,361	0,195	0,038
<b>Membro do BCSD Portugal</b>								
(0) Não	129	0,000	0,972	21,500	0,167	0,111	0,181	0,033
(1) Membro	106	0,000	1,000	38,472	0,363	0,306	0,212	0,045
<b>Membro do UNGC NP</b>								
(0) Não	190	0,000	1,000	44,222	0,233	0,222	0,201	0,040
(1) Membro	45	0,028	0,889	15,750	0,350	0,361	0,261	0,068
<b>Área de atuação</b>								
(0) Outra	175	0,000	1,000	40,667	0,232	0,194	0,227	0,051
(1) Ambiental	60	0,000	0,889	19,306	0,322	0,250	0,177	0,031
<b>Relatório de sustentabilidade</b>								
(0) Não	129	0,000	0,694	19,333	0,150	0,056	0,166	0,028
(1) Divulga	106	0,000	1,000	40,639	0,383	0,333	0,206	0,042

Nota: S.A., Sociedade Anónima; Setor 2.º, Setor Secundário; BCSD Portugal, *Business Council for Sustainable Development* Portugal; UNGC NP, *United Nations Global Compact Network* Portugal.

Assim, foi necessário recorrer-se à aplicação de testes estatísticos para verificar se as diferenças detetadas, preliminarmente, dentro das categorias (0 e 1) das variáveis independentes (VN, FJ, SA, RM, SE, MB, MU, AA e RS) eram significativas, em termos dos valores obtidos da média e da mediana da variável dependente (ICR). Desta forma, inicialmente foi necessário verificar o cumprimento dos pressupostos para aplicação dos testes estatísticos paramétricos e não paramétricos, através da aplicação do teste da normalidade e do teste da homogeneidade de variâncias<sup>11</sup> (ver Anexos), ou seja, “a normalidade da variável sob estudo e a homogeneidade de variâncias entre os grupos” (Maroco, 2003, p. 169). Neste sentido, visto que os pressupostos da normalidade e da homogeneidade de variâncias não foram satisfeitos na íntegra, na análise da variável dependente, bem como na sua relação com as variáveis independentes, optou-se pela utilização de testes estatísticos não paramétricos. Portanto, recorreu-se à utilização do teste estatístico não paramétrico denominado por teste U de Mann-Whitney<sup>12</sup>, o qual permite testar a igualdade de duas (2) distribuições populacionais (Laureano, 2011).

Neste sentido, a tabela 8 apresenta os resultados obtidos da aplicação do teste U de Mann-Whitney aos dados de investigação. Assim, pela análise da tabela, constata-se a ocorrência de diferenças estatísticas significativas, isto é, com níveis de significância<sup>13</sup> (unilateral), entre as categorias de análise “zero” (0) e “um” (1) de oito (8) variáveis independentes, ou seja, volume de negócios (VN), setor de atividade (SA), *rankings* dos *media* (RM), setor empresarial (SE), Membro do BCSD Portugal (MB), membro do UNGC NP (MU), área de atuação (AA) e relatório de sustentabilidade (RS). Portanto, no caso da variável independente VN, dado que a significância assintótica (unilateral) determinada é igual a 0,006 (inferior a 0,05), constata-se que existe uma diferença significativa entre os valores obtidos do ICR entre as categorias (0 e 1), com um nível de confiança de 95%. Por sua vez, no caso da variável independente SA, visto que a significância assintótica (unilateral) obtida é igual a 0,018 (inferior a 0,05), crê-se que existe uma diferença estatística significativa entre os valores obtidos do ICR entre as categorias (0 e 1), com um nível de confiança de 95%. Assim, da mesma forma, no caso da variável independente RM, dado que a significância assintótica (unilateral) obtida é igual a 0,035 (inferior a 0,05), crê-se que existe uma diferença significativa entre os valores obtidos do ICR entre as categorias (0 e 1), com um nível de confiança de 95%.

<sup>11</sup> A literatura técnica especializada refere que “para testar a normalidade, o teste mais utilizado é o teste Kolmogorov-Smirnov, enquanto que para testar a homogeneidade das variâncias o teste de Levene é um dos mais potentes” Maroco (2003, p. 111).

<sup>12</sup> O teste de Mann-Whitney, geralmente também designado por Wilcoxon-Mann-Whitney, teste U de Mann-Whitney ou, simplesmente, teste U, “é um teste alternativo ao teste paramétrico *t* de Student para duas amostras independentes” (Pestana & Gageiro, 2014, p. 941). Desta forma, “enquanto o teste *t* de Student compara as médias de duas amostras independentes” o teste não paramétrico denominado por “Mann-Whitney compara o centro de localização de duas amostras, como forma de detetar diferenças entre as duas populações correspondentes” (Pestana & Gageiro, 2009, p. 446, 2014, p. 941). Assim, o teste de Mann-Whitney baseia-se nas ordenações da variável, e não em parâmetros da distribuição normal como a média e a variância (Pestana & Gageiro, 2009). Desta forma, “o teste de Mann-Whitney possibilita verificar a igualdade de comportamentos de dois grupos de casos, ou a existência de diferenças no pós – teste entre duas condições experimentais” (Pestana & Gageiro, 2014, p. 941). Em suma, o teste de Mann-Whitney “é preferível ao *t* de Student quando há violação da normalidade, ou quando os *n* são pequenos, ou ainda quando as variáveis são de nível pelo menos ordinal” (Pestana & Gageiro, 2014, p. 941) e, por sua vez, também importa ter em especial atenção que “verificando-se os pressupostos do teste *t* de Student (com os dados originais ou com os dados transformados), demonstra-se que a perda de eficiência do teste de Mann-Whitney é pequena” (Pestana & Gageiro, 2014, p. 941).

<sup>13</sup> Geralmente para a análise de testes estatísticos o nível de significância ( $\alpha$ ), usualmente, mais utilizado é de 0,05 (5%), o qual corresponde a um estudo com 95% de nível de confiança (Laureano, 2011; Maroco, 2003; Pestana & Gageiro, 2008, 2009, 2014).

Por outro lado, no caso das variáveis independentes SE, MB, MU, AA e RS, dado que a significância assintótica (unilateral) determinada é aproximadamente igual a 0,000 (inferior a 0,05), demonstra-se que existe uma diferença significativa entre os valores obtidos do ICR entre as categorias (0 e 1), com um nível de confiança de 95%. Contudo, no caso das variáveis independentes FJ e LG, visto que a significância assintótica (unilateral) obtida é respetivamente igual a 0,131 e 0,247 (ambas superiores a 0,05), verifica-se que não existe uma diferença significativa (em termos estatísticos) entre os valores obtidos do ICR entre as categorias (0 e 1), com um nível de confiança de 95%.

Tabela 8 - Resultados estatísticos dos diversos parâmetros de aplicação do teste U de Mann-Whitney.

Variável	Dependente				
	Índice de comunicação de resultados				
Independente (categorias)	Número	Somas das ordens	Média das ordens	Teste U de Mann-Whitney	Significância unilateral*
<b>Volume de negócios</b>					
(0) Outro	141	15354,500	108,900	5343,500	0,006
(1) Maior	94	12375,500	131,650		
<b>Forma jurídica</b>					
(0) Outra	32	3376,000	105,500	2848,000	0,131
(1) S.A.	203	24354,000	119,970		
<b>Setor de atividade</b>					
(0) Outro	103	13243,000	128,570	5709,000	0,018
(1) Setor 2.º	132	14487,000	109,750		
<b>Localização geográfica</b>					
(0) Outra	124	14277,500	115,140	6527,500	0,247
(1) Lisboa/Setúbal	111	13452,500	121,190		
<b>Rankings dos media</b>					
(0) Não	134	14875,500	111,010	5830,500	0,035
(1) Exposta	101	12854,500	127,270		
<b>Setor empresarial</b>					
(0) Privada	190	20269,000	106,680	2124,000	0,000
(1) Pública	45	7461,000	165,800		
<b>Membro do BCSD Portugal</b>					
(0) Não	129	11413,500	88,480	3028,500	0,000
(1) Membro	106	16316,500	153,930		
<b>Membro do UNGC NP</b>					
(0) Não	190	21196,500	111,560	3051,500	0,002
(1) Membro	45	6533,500	145,190		
<b>Área de atuação</b>					
(0) Outra	175	18958,500	108,330	3558,500	0,000
(1) Ambiental	60	8771,500	146,190		
<b>Relatório de sustentabilidade</b>					
(0) Não	129	10693,000	82,890	2308,000	0,000
(1) Divulga	106	17037,000	160,730		

Nota: S.A., Sociedade Anónima; Setor 2.º, Setor Secundário; BCSD Portugal, *Business Council for Sustainable Development* Portugal; UNGCNP, *United Nations Global Compact Network* Portugal; (\*) Probabilidade de significância unilateral (Sig. ou Valor-p).

#### 4.1.4 ANÁLISE MULTIVARIADA

Neste momento, importa recordar que no sentido de se aplicar o modelo de regressão logística binária<sup>14</sup>, aos dados da presente investigação a variável dependente ( $ICR_{DS}$ ) contínua ( $0 \leq ICR_{DS} \leq 1$ ) foi transformada numa variável categórica binária ( $ICR_{DS(0, 1)}$ ), que passou a assumir a categoria “mais proeminente” (1) no caso do valor do índice de comunicação de resultados sobre desenvolvimento sustentável ( $ICR_{DS}$ ), referente a uma determinada organização (j), ser superior ao seu valor médio (isto é, 0,255) ou, caso contrário, assume a categoria “menos proeminente” (0). Portanto, a equação 2 do modelo proposto integra a função de ligação (*logit*), a probabilidade condicional (P), a variável dependente categórica binária ( $ICR_{DS(0, 1)}$ ), os coeficientes de regressão ( $\beta$ ), os diversos índices alfanuméricos (i, j), os acrónimos e/ou siglas das dez (10) variáveis independentes (VN, FJ, SA, LG, RM, SE, MB, MU, AA e RS) e o termo geral de erro ( $\epsilon$ ). A tabela 9 mostra os resultados obtidos da aplicação do modelo de regressão logística binária aos dados de investigação após a transformação da variável dependente (ICR).

Tabela 9 - Resultados estatísticos dos diversos parâmetros do modelo de regressão logística binária.

H	Variáveis independentes	$\beta$	Erro padrão	Exp( $\beta$ )	Wald	Significância bilateral*
H1	Volume de negócios (VN)	0,794	1,265	2,212	0,394	0,530
H2	Forma jurídica (FJ)	-0,192	0,533	0,826	0,129	0,719
H3	Setor de atividade (SA)	0,476	0,392	1,609	1,473	0,225
H4	Localização geográfica (LG)	-0,077	0,376	0,926	0,041	0,839
H5	Rankings dos média (RM)	0,340	1,266	1,405	0,072	0,788
H6	Setor empresarial (SE)	2,754	0,588	15,703	21,907	0,000
H7	Membro do BCSD Portugal (MB)	1,442	0,453	4,229	10,138	0,001
H8	Membro do UNGC NP (MU)	0,581	0,501	1,788	1,346	0,246
H9	Área de atuação (AA)	-0,189	0,474	0,828	0,158	0,691
H10	Relatório de sustentabilidade (RS)	1,492	0,397	4,448	14,130	0,000
	Constante	-3,121	0,702	0,044	19,771	0,000
<b>Parâmetros estatísticos do modelo de regressão logística binária</b>					<b>Estatística</b>	<b>Significância</b>
Estatística global – Qui-quadrado ( $\chi^2$ )					85,718	0,000
Percentagem global – Percentagem correta (%)					79,6	–
Teste de Omnibus dos coeficientes do modelo – Qui-quadrado ( $\chi^2$ )					100,561	0,000
-2 Log Likelihood (-2LL)					212,226	–
Cox & Snell – R-quadrado ( $R^2$ )					0,348	–
Nagelkerke – R-quadrado ( $R^2$ )					0,473	–
Teste de Hosmer e Lemeshow – Qui-quadrado ( $\chi^2$ )					15,741	0,046

Nota: H, Hipótese;  $\beta$ , Coeficiente de regressão; Exp( $\beta$ ), Expoente do coeficiente de regressão; Wald, Teste estatístico de Wald; BCSD Portugal, *Business Council for Sustainable Development* Portugal; UNGC NP, *United Nations Global Compact Network* Portugal; (\*) Probabilidade de significância bilateral (Sig. ou Valor-p).

<sup>14</sup> O modelo de regressão logística permite explicar uma variável de resposta Y (variável dependente) de natureza nominal ou ordinal, em função de variáveis explicativas X (variáveis independentes), que podem ser nominais, ordinais ou contínuas (Pestana & Gageiro, 2009) através da transformação “Logit” (Pestana & Gageiro, 2005, p. 285). Assim, o modelo de regressão logística binária é um método de regressão comum e importante na análise multivariada de dados que permite “descrever a relação entre a variável dependente nominal e o conjunto de variáveis independentes através da transformação *logit*” (Sampaio, 2008, p. 210).

Contudo, urge referir que a aplicação do modelo de regressão logística binária teve como pressuposto fundamental inicial uma verificação exaustiva da não existência de problemas graves de multicolinearidade<sup>15</sup> (ver Anexos). Posto isto, pela análise dos resultados da tabela anterior, ou seja, os coeficientes<sup>16</sup> de regressão ( $\beta$ ) e os valores de significância (Sig.), atribuídos ao teste de Wald<sup>17</sup>, verifica-se que somente três (3) variáveis independentes, isto é, setor empresarial (SE), membro do BCSD Portugal (MB) e relatório de sustentabilidade (RS), contribuem de forma significativa para a previsão do modelo de estimação proposto. Portanto, no caso das três (3) variáveis independentes SE, MB e RS, visto que a significância assintótica (bilateral) obtida é aproximadamente igual a 0,000 (inferior a 0,05), constata-se que existe uma diferença significativa (em termos estatísticos) para os valores determinados do ICR entre as respetivas categorias “zero” (0) e “um” (1), com um nível de confiança igual a 95%.

Desta forma, pode-se concluir, com elevado nível de confiança, que a comunicação de resultados sobre desenvolvimento sustentável nos relatórios institucionais, divulgados no *website* institucional, na internet, pelas 235 organizações portuguesas certificadas (QASST), que constituem a amostra de investigação, é “mais proeminente” quando estas organizações pertencem ao setor empresarial público e a grupos económicos membros do BCSD Portugal e, por sua vez, publicam relatórios de sustentabilidade. Por sua vez, urge destacar que pela análise dos valores dos coeficientes de regressão ( $\beta$ ) e do teste de Wald, constata-se que o contributo das variáveis segue a seguinte ordem decrescente em termos da sua contribuição para o modelo de previsão: SE, RS e MB.

Por outro lado, pela análise dos valores dos coeficientes de regressão ( $\beta$ ) e dos valores de significância (Sig.), atribuídos ao teste de Wald, das restantes sete (7) variáveis independentes, isto é, volume de negócios (VN), forma jurídica (FJ), setor de atividade (SA), localização geográfica (LG), *rankings* dos *media* (RM), membro do UNGC NP (MU) e, por último, área de atuação (AA), constata-se que estas variáveis não contribuem de forma significativa (em termos estatísticos) para a previsão do modelo de estimação proposto. Portanto, no caso das sete (7) variáveis independentes VN, FJ, SA, LG, RM, MU e AA, dado que a significância assintótica (bilateral) obtida é sempre superior a 0,05, verifica-se que não existe uma diferença estatística significativa, para os valores obtidos do ICR entre as categorias (0 e 1), com um nível de confiança igual a 95%.

---

<sup>15</sup> O conceito de multicolinearidade pode ser definido, a grosso modo, como a correlação existente entre as várias variáveis independentes do modelo de regressão e, por sua vez, a deteção de problemas de multicolinearidade entre as variáveis independentes requer a verificação de várias condições (Pestana & Gageiro, 2005, pp. 231–262). Dito de outra forma, “quando existe associação linear entre duas ou mais variáveis exógenas diz-se que há multicolinearidade” e, por sua vez, “quando essa associação se dá apenas entre duas variáveis, também se designa por colinearidade” (Pestana & Gageiro, 2014, pp. 737–743).

<sup>16</sup> No modelo de regressão logística, se o valor do coeficiente  $\beta$  é positivo, então o seu expoente ( $e^\beta$ ) será maior que um (1), e a razão de desigualdade aumentará. Esse aumento acontece quando a probabilidade prevista para a ocorrência do evento aumenta e a probabilidade prevista de ele não ocorrer é reduzida. Desta forma, o modelo de regressão logística tem uma maior probabilidade prevista de ocorrência. Logo, de modo análogo, pode-se afirmar que se o coeficiente  $\beta$  é negativo, então o seu expoente ( $e^\beta$ ) será menor que um (1), e a desigualdade diminui (Hair, Anderson, Tatham, & Black, 2005; Hair et al., 2014).

<sup>17</sup> O teste de Wald serve para testar a importância de cada parâmetro no modelo de regressão logística e tem uma distribuição Qui-quadrado ( $\chi^2$ ) com um grau de liberdade ( $gl = 1$ ) e, desta forma, o teste de Wald informa se um determinado coeficiente  $\beta$  para um dado predictor difere significativamente de zero no âmbito da aplicação do modelo proposto (Pestana & Gageiro, 2009).

Na tabela anterior são exibidos vários parâmetros<sup>18</sup> estatísticos relativos ao modelo de regressão logística binária que importa analisar de seguida. Desta forma, o parâmetro designado por estatística global apresenta um valor de teste estatístico igual a 85,718 e uma significância de 0,000 (inferior a 0,05), assim, informa que os coeficientes de regressão ( $\beta$ ) das variáveis independentes (VN, FJ, SA, LG, RM, SE, MB, MU, AA e RS) são significativamente diferentes de zero (0), isto é, que a adição de uma ou mais destas dez (10) variáveis ao modelo afeta significativamente o seu modelo de previsão. Por sua vez, o parâmetro estatístico designado por percentagem global – percentagem correta refere um valor igual a 79,6 %, desta forma, informa que no modelo proposto a percentagem corretamente classificada, entre o observado e o previsto é de 79,6%, isto é, que a taxa de previsão do modelo proposto na presença efetiva de todas as variáveis independentes (VN, FJ, SA, LG, RM, SE, MB, MU, AA e RS) é igual a 79,6%.

Por outro lado, o teste de Omnibus dos coeficientes do modelo apresenta um valor de teste estatístico igual a 100,561 e uma significância de 0,000 (inferior a 0,05), portanto, evidência estatisticamente que a qualidade do modelo final é superior a um modelo onde não se inclui qualquer variável independente, ou seja, as variáveis explicativas introduzidas no modelo são úteis para o respetivo processo de previsão. Por sua vez, o parâmetro R-quadrado ( $R^2$ ) de Nagelkerke apresenta um valor igual a 0,473, o qual indica que 47,3% da variação da variável dependente ( $ICR_{DS(0, 1)}$ ) é explicada pelo modelo proposto, em termos das respetivas variáveis independentes (VN, FJ, SA, LG, RM, SE, MB, MU, AA e RS). Por último, o teste de Hosmer e Lemeshow apresenta um valor de 15,741 e um valor de significância de 0,046 (inferior a 0,05), portanto, conclui-se que o modelo de regressão logística binária proposto tem baixo poder de ajuste.

Em suma, na atual investigação, o modelo de estimação proposto, baseado no modelo de regressão logística binário, para o estudo do nível de proeminência da comunicação de resultados sobre desenvolvimento sustentável ( $ICR_{DS(0, 1)}$ ), que são divulgados nos vários relatórios institucionais das organizações portuguesas certificadas (QASST), foi fundamentado em dez (10) variáveis independentes (VN, FJ, SA, LG, RM, SE, MB, MU, AA e RS). Contudo, os resultados apurados evidenciaram a existência de diferenças estatísticas significativas somente em três (3) variáveis independentes (SE, MB e RS).

---

<sup>18</sup> O parâmetro estatística global com distribuição aproximada do Qui-quadrado ( $\chi^2$ ) informa sobre a significância da presença das variáveis independentes no modelo (Pestana & Gageiro, 2009). Por sua vez, o parâmetro percentagem global – percentagem correta (%) informa sobre a percentagem corretamente classificada, entre o observado e o previsto (Pestana & Gageiro, 2009). O teste de Omnibus dos coeficientes do modelo tem uma distribuição aproximada do Qui-quadrado ( $\chi^2$ ) o qual permite aferir sobre a utilidade de considerar variáveis explicativas no modelo a acrescer à constante (Pestana & Gageiro, 2009). Por outro lado, a estatística -2 Log Likelihood (-2LL) utiliza-se por ter uma distribuição aproximada do Qui-quadrado ( $\chi^2$ ), que permite comparar os valores observados com os valores esperados (Pestana & Gageiro, 2009). Por sua vez, o coeficiente de determinação R-quadrado ( $R^2$ ) de Nagelkerke varia entre zero (0) e um (1), e atesta a qualidade do ajustamento do modelo de regressão logística, o qual obtém-se a partir da estatística -2 Log Likelihood corrigindo o parâmetro R-quadrado ( $R^2$ ) de Cox & Snell, parâmetro este útil para medir a qualidade do ajustamento, o qual possui contudo o inconveniente de não atingir o valor um (1) na análise (Pestana & Gageiro, 2009). Por outro lado, o teste da bondade do ajustamento de Hosmer e Lemeshow tem distribuição aproximada do Qui-quadrado ( $\chi^2$ ), com oito graus de liberdade ( $gl = 8$ ), e compara as frequências observadas com as esperadas na regressão logística, pelo que a indicação de um razoável ajustamento do modelo aos dados corresponde a uma diferença estatisticamente não significativa. Assim, a hipótese nula (hipótese de teste) é aquela que não existe diferença significativa entre o valor observado e o valor previsto, ou seja, equivale a dizer que o modelo de regressão logística tem bom poder de ajuste (Pestana & Gageiro, 2009).

## 4.2 DISCUSSÃO DE RESULTADOS

No sentido de fundamentar estatisticamente os resultados em discussão, em termos da qualidade dos dados de investigação, obtidos através da aplicação da técnica de análise de conteúdo, procedeu-se à determinação do coeficiente Alfa de Krippendorff ( $\alpha$ )<sup>19</sup>. Desta forma, determinou-se a fiabilidade dos dados de investigação medindo e comparando os dados obtidos pelo investigador (codificador ou observador) durante a fase de classificação dos dados (finalizada a 30 de junho de 2019) e a fase de validação dos dados (finalizada a 31 de julho de 2019). Assim, após o tratamento estatístico realizado aos dados de investigação, obteve-se um coeficiente alfa de Krippendorff ( $\alpha$ ) igual a 0,9275, isto é, superior ao valor de referência de 0,800 que é considerado na literatura (Krippendorff, 2004, p. 241). Portanto, pode-se constatar que os dados de investigação que fundamentam os diversos resultados em discussão mostram ter boa fiabilidade, em termos do processo de aplicação da técnica de análise de conteúdo.

Holisticamente, verificou-se que as 235 organizações portuguesas certificadas (QASST), que recorrem ao *website* institucional, para publicar os seus relatórios institucionais, optam, no geral, por comunicar os seus resultados sobre desenvolvimento sustentável através do relatório e contas (54,9%) e do relatório de sustentabilidade (45,1%), isto é, recorrendo aos seus dois (2) principais meios de divulgação de informação às partes interessadas (Carvalho, 2013, 2015; Carvalho et al., 2018, 2019). Tendo-se constatado que esta tem sido a realidade nacional nos últimos quatro (4) anos, isto é, entre 2015 e 2018. Por outro lado, verificou-se que no âmbito da comunicação de resultados sobre desenvolvimento, as organizações privilegiam, em termos gerais, em primeiro lugar os resultados sobre as questões económicas, tais como, por exemplo, o desempenho económico (71,1%), em segundo lugar os resultados sobre as questões sociais, tais como, por exemplo, o emprego (57,4%) e, por fim, em terceiro lugar os resultados sobre as questões ambientais, tais como, por exemplo, os efluentes e resíduos (46,0%).

Os resultados obtidos evidenciam que são poucas (28,1%) as organizações que referem nos relatórios institucionais os contributos em prol dos objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS). Porém, foi possível constatar que os dois (2) ODS mais frequentes são referentes à produção e consumo sustentáveis (23,8%) e à ação climática (22,1%). Contudo, a consultora *PricewaterhouseCoopers* (PwC), no ano de 2017, analisou vários relatórios, a nível mundial (470 organizações) e nacional (35 organizações), e verificou que os ODS eram referidos pelas organizações nas seguintes percentagens 62% e 43% (PwC, 2018, p. 14). Por sua vez, tanto a nível mundial como nacional o ODS tido como prioritário é a ação climática nas referidas percentagens 79% e 89% (PwC, 2018, p. 17).

---

<sup>19</sup> O coeficiente Alfa de Krippendorff ( $\alpha$ ), usualmente, também designado por Krippendorff's *Alpha* ou KALPHA, é um parâmetro estatístico utilizado para medir a confiabilidade (fiabilidade) dos dados obtidos num processo de investigação através da aplicação da técnica de análise de conteúdo. Desta forma, o coeficiente alfa de Krippendorff ( $\alpha$ ) procede à avaliação da medição da concordância entre os observadores, codificadores ou avaliadores. Portanto, o valor do coeficiente alfa de Krippendorff ( $\alpha$ ) varia entre zero (0) e um (1), considerando-se uma consistência interna dos dados codificados boa, no geral, para valores do coeficiente alfa de Krippendorff ( $\alpha$ ) superiores a 0,800, ou seja,  $\alpha > 0,800$  (Hayes & Krippendorff, 2007, p. 87; Krippendorff, 2004, p. 241).

Por outro lado, os resultados apurados através do modelo de estimação proposto, para a atual investigação, evidenciaram diferenças estatísticas significativas que nos permite afirmar que a comunicação de resultados sobre desenvolvimento sustentável nos relatórios institucionais, divulgados no *website* institucional, é mais proeminente nas organizações do setor público empresarial, usualmente, também denominadas por públicas. Portanto, a presente constatação permite aceitar a hipótese de investigação denominada por H6. Por sua vez, a presente constatação está em linha com outros resultados obtidos no passado, no âmbito do estudo da comunicação do compromisso para com o desenvolvimento sustentável (ver Carvalho, 2015; Carvalho et al., 2019).

Da mesma forma, os resultados obtidos através da investigação realizada, mostraram diferenças estatísticas significativas que nos permite constatar que a comunicação de resultados sobre desenvolvimento sustentável nos relatórios institucionais, divulgados no *website* institucional, é mais proeminente nas organizações que pertencem (isto é, subsidiárias ou participadas) a grupos económicos membros do BCSD Portugal. Desta forma, a atual evidência permite aceitar a hipótese de investigação designada por H7. Neste sentido, a atual constatação de investigação corrobora com outros resultados já verificados anteriormente, no âmbito da avaliação da comunicação do compromisso para com o desenvolvimento sustentável (ver Carvalho, 2015; Carvalho et al., 2019).

Por sua vez, os resultados agora obtidos, exibem diferenças estatísticas significativas que nos permite demonstrar que a comunicação de resultados sobre desenvolvimento sustentável nos relatórios institucionais, divulgados no *website* institucional, é mais proeminente nas organizações que divulgam relatórios de sustentabilidade. Assim, esta evidência permite aceitar a hipótese de investigação designada por H10. Também a atual constatação corrobora com os estudos sobre a comunicação do compromisso para com o desenvolvimento sustentável (ver Carvalho, 2015; Carvalho et al., 2019).

Por fim, a tabela 10 mostra, em resumo, os resultados de investigação obtidos através da aplicação do teste de hipóteses às dez (10) hipóteses de investigação formuladas. Assim, importa recordar que todas as hipóteses de investigação foram testadas tendo por base um modelo de estimação baseado no modelo de regressão logística binária. Contudo, o tratamento estatístico somente mostrou evidência estatística significativa que nos permitiu aceitar três (3) hipóteses de investigação (H6, H7 e H10) e, por sua vez, rejeitar as outras sete (7) hipóteses de investigação (H1, H2, H3, H4, H5, H8 e H9).

Tabela 10 - Resultados estatísticos obtidos por aplicação do teste de hipóteses às hipóteses de investigação.

<b>Hipóteses de investigação testadas com o modelo de regressão logística binária</b>									
<b>H1</b>	<b>H2</b>	<b>H3</b>	<b>H4</b>	<b>H5</b>	<b>H6</b>	<b>H7</b>	<b>H8</b>	<b>H9</b>	<b>H10</b>
Rejeitar	Rejeitar	Rejeitar	Rejeitar	Rejeitar	Aceitar	Aceitar	Rejeitar	Rejeitar	Aceitar

Nota: H, Hipótese.

# CONCLUSÃO

- 5.1 CONCLUSÕES
- 5.2 PROPOSTA DE TRABALHOS FUTUROS



## 5 CONCLUSÃO

Neste capítulo apresenta-se a conclusão do trabalho de investigação. Desta forma, são descritas as conclusões decorrentes da concretização da dissertação de mestrado em termos de cumprimento dos objetivos de investigação. Por outro lado, são descritas algumas considerações, no sentido de sustentar uma proposta de trabalhos futuros.

### 5.1 CONCLUSÕES

Na atualidade, em Portugal, do universo estudado das 698 organizações certificadas, no âmbito da Qualidade, Ambiente, Segurança e Saúde do Trabalho (QASST), conclui-se que 629 (90,1%) organizações disponibilizavam um *website* institucional, acessível na internet, que funciona como o meio privilegiado para a comunicação universal com as partes interessadas. Desta forma, esta constatação enfatiza a relevância da teoria dos *stakeholders*, no seio destas organizações, numa perspetiva de agilizar o processo de comunicação com as partes interessadas. Porém, a investigação permitiu verificar que somente 235 (33,7%) organizações legitimaram perante as partes interessadas o seu desempenho organizacional, em termos da comunicação de resultados através dos relatórios institucionais. Posto isto, considera-se que o “contrato social”, previsto no âmbito da teoria da legitimidade, deveria ser mais efetivo no seio destas organizações. Pois, estamos na presença de um conjunto de organizações cujos princípios basilares do desenvolvimento sustentável, em termos das dimensões económica, ambiental e social, estão fundamentados no âmbito dos requisitos dos três (3) sistemas de gestão.

Por sua vez, estas 235 organizações portuguesas certificadas (QASST), que constituem a amostra de investigação, caracterizam-se, em termos de localização geográfica, por estarem sediadas, em grande número, nos distritos de Lisboa e Porto, respetivamente, isto é, num total de 90 (38,3%) e 37 (15,7%) organizações, ou seja, ambos os distritos agregam 127 (54,0%) organizações, valor que representa mais de metade do tamanho da amostra. Por conseguinte, em termos de distribuição geográfica nacional, segundo as regiões da Nomenclatura de Unidade Territorial (NUT II), conclui-se que a NUT II denominada por Lisboa contempla 103 (43,8%) organizações e a NUT II designada por Norte agrega 65 (27,7%) organizações. Por sua vez, em termos do setor de atividade económica, conclui-se que 2 (0,9%) organizações enquadram-se no setor primário, 132 (56,2%) organizações pertencem ao setor secundário e, por último, 101 (43,0%) organizações enquadram-se no setor terciário. Portanto, pode-se concluir que o setor secundário de atividade económica é o mais representativo dentro da atual amostra.

Por conseguinte, segundo uma análise em termos dos setores de atividade económica [códigos], propostos pelo *International Accreditation Forum* (IAF), conclui-se que os setores de atividade económica denominados por fornecimento de água [27] e construção [28] contemplam o maior número de organizações da amostra, ou seja, ambos os setores agregam 27 (11,5%) organizações. Porém, existem vários outros setores com nenhuma ou poucas organizações. Por outro lado, a investigação permitiu concluir que a forma jurídica mais representativa entre as organizações estudadas é, de longe, a denominada por sociedade anónima (S.A.), visto que é adotada por 203 (86,4%) organizações. Numa outra perspetiva, constatou-se que as 235 organizações, alvo de estudo, além de serem todas certificadas, no âmbito dos sistemas de gestão da qualidade (ISO 9001), ambiente (ISO 14001), segurança e saúde do trabalho (BS OHSAS 18001), também detêm diversos outros sistemas de gestão certificados, tais como, por exemplo, a segurança e saúde do trabalho (NP 4397) e a responsabilidade social (SA 8000 e NP 4469-1), respetivamente na seguinte relação de 147 (62,6%), 23 (9,8%) e 11 (4,7%) organizações certificadas. Por sua vez, urge também destacar que, no âmbito da certificação dos sistemas de gestão da qualidade (SGQ), ambiental (SGA), segurança e saúde do trabalho (SGSST), o organismo de certificação denominado por APCER – Associação Portuguesa de Certificação é, de longe, o mais representativo no mercado da certificação em Portugal, pois contempla 139 (59,1%) organizações certificadas.

Posto isto, concluiu-se através da investigação desenvolvida que as organizações em estudo divulgaram no *website* institucional, nos últimos quatro anos, isto é, entre 2015 e 2018, os diversos relatórios institucionais (individuais e consolidados) de uma forma muito heterogénea. Portanto, constatou-se pelos resultados obtidos neste estudo que o relatório de sustentabilidade foi divulgado por 106 (45,1%) organizações, o relatório de responsabilidade social foi divulgado por 16 (6,8%) organizações, o relatório ambiental foi divulgado por 24 (10,2%) organizações, o relatório de segurança e saúde do trabalho foi divulgado por 24 (10,2%) organizações, o relatório de gestão foi divulgado por 50 (21,3%) organizações, o relatório e contas foi divulgado por 129 (54,9%) organizações, o relatório de gestão e contas foi divulgado por 24 (10,2%) organizações, o relatório financeiro foi divulgado por 24 (10,2%) organizações, o relatório de governo da sociedade foi divulgado por 31 (13,2%) organizações e, por último, o relatório integrado foi divulgado por 14 (6,0%) organizações certificadas.

Portanto, conclui-se que o relatório e contas (54,9%) é o relatório institucional mais frequente em termos de divulgação, no *website* institucional, na internet, seguido do relatório de sustentabilidade (45,1%) e do relatório de gestão (21,3%). Por outro lado, conclui-se que o relatório integrado (6,0%) é, atualmente, o relatório institucional com menor frequência em termos de divulgação. Porém, tudo indica que esta situação é devida ao relatório integrado ser um documento institucional ainda muito recente, quando comparado com os outros nove (9) relatórios institucionais. Por conseguinte, em termos de análise ao horizonte temporal dos relatórios institucionais divulgados, conclui-se que o ano de 2017 é o mais representativo entre os quatro anos analisados.

Em termos holísticos, conclui-se que os dois (2) objetivos de investigação, inicialmente, propostos, foram alcançados com a concretização do presente trabalho académico. Portanto, foi possível caracterizar os resultados sobre desenvolvimento sustentável que são, atualmente, comunicados pelas organizações portuguesas certificadas (QASST), às partes interessadas, através dos vários relatórios institucionais, divulgados no *website* institucional. Assim, no âmbito do primeiro objetivo de investigação, conclui-se que as organizações privilegiam a divulgação do relatório e contas (54,9%) e do relatório de sustentabilidade (45,1%), em detrimento dos outros diversos tipos de relatórios. Por sua vez, conclui-se que os dez (10) resultados sobre desenvolvimento sustentável mais frequentes em termos de comunicação (“*the top ten*”), por ordem decrescente, são: desempenho económico [201], divulgado por 167 (71,1%) organizações; emprego [401], divulgado por 135 (57,4%) organizações; efluentes e resíduos [306], divulgado por 108 (46,0%) organizações; saúde e segurança no trabalho [403], divulgado por 104 (44,3%) organizações; energia [302], divulgado por 102 (43,4%) organizações; abordagem de gestão (económica) [103], divulgado por 97 (41,3%) organizações; formação e educação [404], divulgado por 96 (40,9%) organizações; materiais [301], divulgado por 94 (40,0%) organizações; água [303], divulgado por 89 (37,9%) organizações e, por fim, anticorrupção [205], divulgado por 84 (35,7%) organizações.

Por sua vez, a presente investigação permitiu concluir que 66 (28,1%) organizações já publicaram nos relatórios institucionais uma referência sobre os seus contributos em prol dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Desta forma, conclui-se que os dezassete (17) ODS são divulgados nos relatórios institucionais na seguinte relação: erradicar a pobreza [01], divulgado por 24 (10,2%) organizações; erradicar a fome [02], divulgado por 26 (11,1%) organizações; saúde de qualidade [03], divulgado por 37 (15,7%) organizações; educação de qualidade [04], divulgado por 37 (15,7%) organizações; igualdade de género [05], divulgado por 38 (16,2%) organizações; água potável e saneamento [06], divulgado por 45 (19,1%) organizações; energias renováveis e acessíveis [07], divulgado por 41 (17,4%) organizações; trabalho digno e crescimento económico [08], divulgado por 47 (20,0%) organizações; indústria, inovação e infraestruturas [09], divulgado por 50 (21,3%) organizações; reduzir as desigualdades [10], divulgado por 35 (14,9%) organizações; cidades e comunidades sustentáveis [11], divulgado por 29 (12,3%) organizações; produção e consumo sustentáveis [12], divulgado por 56 (23,8%) organizações; ação climática [13], divulgado por 52 (22,1%) organizações; proteger a vida marinha [14], divulgado por 38 (16,2%) organizações; proteger a vida terrestre [15], divulgado por 41 (17,4%) organizações; paz justa, instituições eficazes [16], divulgado por 28 (11,9%) organizações e, por último, parcerias para a implementação dos objetivos [17], divulgado por 46 (19,6%) organizações. Portanto, conclui-se que os três (3) ODS mais frequentes, em termos de divulgação nos vários relatórios institucionais, por ordem decrescente, são: produção e consumo sustentáveis [12], divulgado por 56 (23,8%) organizações; ação climática [13], divulgado por 52 (22,1%) organizações e, por último, indústria, inovação e infraestruturas [09], divulgado por 50 (21,3%) organizações.

Por outro lado, o trabalho de investigação permitiu determinar o perfil da organização certificada cuja comunicação de resultados sobre desenvolvimento sustentável, nos relatórios institucionais é mais proeminente. Desta forma, no âmbito do segundo objetivo de investigação, conclui-se que o perfil é constituído, essencialmente, por organizações do setor público empresarial, por organizações que pertencem a grupos económicos que são membros do BCSD Portugal e, ainda, por organizações que divulgam o seu relatório de sustentabilidade, no *website* institucional, na internet. Portanto, através de uma análise estruturada ao perfil da organização, sustentada nos pressupostos basilares da teoria institucional, conclui-se que no caso das organizações enquadradas no setor público empresarial tudo indica que estamos na presença do “isomorfismo coercivo”, isto é, a ocorrência de determinados mecanismos específicos, em termos legais ou outros, que favorecem um determinado comportamento, tais como, por exemplo, os requisitos legais previstos no Artigo 45.º “Transparência” do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro. Por outro lado, no caso das organizações que pertencem a grupos económicos que são membros do BCSD Portugal, conclui-se que estamos na presença de um mecanismo típico do “isomorfismo mimético”, isto é, as organizações subsidiárias, participadas e outras tentam mimetizar as ações e os comportamentos da “empresa mãe” e de grupos económicos de referência nacional e internacional. Por sua vez, no caso das organizações que divulgam o seu relatório de sustentabilidade, no *website* institucional, na internet, conclui-se que estamos perante uma possível presença do “isomorfismo normativo”, isto é, determinados documentos normativos de referência geral e específicos que favorecem um comportamento, tais como, por exemplo, as várias normas publicadas pela GRI para o desenvolvimento de relatórios de sustentabilidade. Neste sentido, importa também referir neste momento que as organizações que compõem o perfil visam, no geral, alcançar uma vantagem competitiva sustentável que está prevista pela teoria da visão baseada em recursos.

Em termos estatísticos, as hipóteses de investigação (H) que suportam a definição do atual perfil da organização, isto é, as hipóteses H6, H7 e H10, evidenciaram diferenças estatísticas significativas (Valor- $p < 0,05$ ) na análise da variável dependente (ICR) entre as categorias “zero” (0) e “um” (1) de três (3) variáveis independentes (SE, MB e RS), após a aplicação do teste U de Mann-Whitney, bem como após a aplicação do modelo de estimação baseado no modelo de regressão logística binária. Por sua vez, apesar de terem sido detetadas diferenças estatísticas significativas (Valor- $p < 0,05$ ) na análise da variável dependente (ICR) entre as categorias “zero” (0) e “um” (1) de outras cinco (5) variáveis independentes (VN, SA, RM, MU e AA) após a aplicação do teste U de Mann-Whitney, estas diferenças estatísticas não foram consideradas significativas (Valor- $p < 0,05$ ) após a aplicação do modelo de estimação, baseado no modelo de regressão logística binária, no teste das hipóteses H1, H3, H5, H8 e H9. Em suma, concluiu-se que o tratamento estatístico realizado produziu evidência estatística significativa (Valor- $p < 0,05$ ) que permitiu aceitar as hipóteses H6, H7 e H10 com um nível de confiança de 95,0%. Porém, a evidência estatística produzida no caso das outras hipóteses testadas (H1, H2, H3, H4, H5, H8 e H9) permitiu-as rejeitar com um nível de confiança de 95,0%.

Em termos gerais, urge concluir que para uma melhor transparência organizacional todas as organizações, que publicam os seus resultados consolidados, deveriam anexar aos respetivos relatórios institucionais quadros e tabelas descritivas, onde deveriam reportar com o máximo rigor os diversos resultados de desempenho individual do exercício anual das suas organizações subsidiárias ou participadas, sempre que tal se justifique. Por conseguinte, concluiu-se que é uma boa política de gestão, em termos de procedimento, no âmbito da comunicação de resultados sobre desenvolvimento sustentável, a publicação em anexo aos relatórios institucionais da tabela do índice GRI (ver GRI, 2016, 2018). Por sua vez, o investigador considera, ainda, muito relevante a verificação externa dos relatórios institucionais por uma entidade independente credível, pois melhora a credibilidade e a transparência organizacional. Por outro lado, o investigador alerta todas as organizações para a necessidade de estruturarem as suas páginas da internet (*websites* institucionais) com mecanismos de visualização e procura simplificados que permitam facilmente encontrar os relatórios institucionais.

No âmbito geral, o trabalho de investigação permitiu demonstrar que os sistemas de gestão da qualidade (SGQ), sistemas de gestão ambiental (SGA), sistemas de gestão da segurança e saúde do trabalho (SGSST), bem como os sistemas de gestão da responsabilidade social (SGRS), implementados segundo as normas ISO 9001, ISO 14001, ISO 45001, BS OHSAS 18001, NP 4397, ISO 26000, SA 8000 e NP 4469 estão totalmente alinhados com os desígnios do desenvolvimento sustentável (ver as notas introdutórias dos referidos referenciais normativos). Por sua vez, na atualidade, todos os modelos da estrutura das referidas normas, baseados no ciclo PDCA, focam a relevância de alcançar os resultados pretendidos no âmbito de cada um dos sistemas de gestão (ver as notas introdutórias dos referidos referenciais normativos). Por conseguinte, todas as normas anteriormente referidas estão direcionadas para as partes interessadas, isto é, os seus *stakeholders*, sendo dada muita relevância às questões da comunicação (interna e externa) com as partes interessadas (ver Anexos).

Por fim, em termos do desenvolvimento do presente estudo, importa neste momento referir que, as principais dificuldades encontradas pelo investigador estão relacionadas com a necessidade de gerar e analisar um grande volume de dados num período de execução relativamente curto. Contudo, o investigador considera que o propósito e os objetivos de investigação traçados que fundamentaram e orientaram, na generalidade, o presente trabalho académico, permitiram gerar e acrescentar novo conhecimento científico, o qual vai permitir à comunidade científica compreender melhor a relação das organizações portuguesas certificadas, no âmbito dos sistemas de gestão da qualidade (ISO 9001), ambiente (ISO 14001), segurança e saúde do trabalho (BS OHSAS 18001), com as três (3) dimensões (económica, ambiental e social) que sustentam o conceito do desenvolvimento sustentável. Por sua vez, o investigador e autor do atual estudo académico mostra regozijo por concluir que, nos nossos dias, determinadas organizações portuguesas evidenciam, de forma clara, que adotam práticas de gestão totalmente alinhadas com os princípios basilares do desenvolvimento sustentável.

## 5.2 PROPOSTA DE TRABALHOS FUTUROS

De acordo com Santos et al. (2018), um sistema de gestão da responsabilidade social (SA 8000) é, hoje, uma ferramenta extraordinária para a implementação da estratégia de desenvolvimento sustentável a nível organizacional. Constatação, anteriormente, já verificada, por Schwartz e Tilling (2009), no âmbito da abordagem à norma ISO 26000 de responsabilidade social. Assim, apesar dos conceitos desenvolvimento sustentável e responsabilidade social empresarial terem origens distintas ambos caminham lado a lado e, na atualidade, é evidente que a responsabilidade social empresarial contribui, de forma decisiva, para o desenvolvimento sustentável organizacional (ver Behringer & Szegedi, 2016; Moon, 2007; Silveira & Petrini, 2018; Steurer et al., 2005). Portanto, no futuro, será prioritário a realização de trabalhos académicos de investigação, relativos à comunicação de resultados sobre desenvolvimento sustentável, onde se considerem como universo e amostra de investigação as organizações portuguesas certificadas no âmbito dos sistemas de gestão da responsabilidade social – SGRS (SA 8000 e NP 4469).

Por sua vez, considera-se oportuno neste momento deixar mais alguns contributos que podem auxiliar o processo de delineamento de futuros objetivos, hipóteses e variáveis de investigação. Desta forma, importa destacar, no âmbito da presente investigação, o papel que certas entidades e seus respetivos movimentos têm demonstrado em prol do desenvolvimento sustentável junto das organizações portuguesas. Assim, destaca-se a Associação Portuguesa de Ética Empresarial (APEE) pelo contributo que tem dado, ao longo dos últimos anos, no estudo da relação das organizações empresariais com o desenvolvimento sustentável (ver APEE, 2019a). Desta forma, na atualidade, a APEE conta com cerca de 50 associados coletivos e mais de 56 associados individuais (APEE, 2019b). Por outro lado, o movimento nacional denominado por Aliança Objetivos de Desenvolvimento Sustentável Portugal (Aliança ODS Portugal), proposto e promovido pela *United Nations Global Compact Network Portugal* (UNGC NP), promove junto das organizações portuguesas os ODS (ver UNGC NP, 2019c). Desta forma, hoje, a Aliança ODS Portugal conta com cerca de 60 organizações aderentes (UNGC NP, 2019b). Por conseguinte, a associação denominada por Grupo de Reflexão e Apoio à Cidadania Empresarial (GRACE), cuja missão é a “reflexão, promoção e desenvolvimento de iniciativas sobre responsabilidade social corporativa” (ver GRACE, 2019a), também se tem vindo a destacar, ao longo dos últimos anos, no estudo da abordagem às questões do desenvolvimento sustentável ao nível das organizações nacionais (GRACE, 2019a). Assim, na atualidade, a GRACE conta com cerca de 165 associados (GRACE, 2019b).

Em suma, os contributos agora aqui deixados podem ser úteis para a fundamentação de propostas de trabalhos futuros que visem promover a continuidade deste trabalho académico. Neste sentido, o autor considera que as várias questões que se podem colocar, no âmbito do desenvolvimento sustentável, ao nível organizacional, são transversais às várias áreas do conhecimento e serão muito pertinentes nos próximos anos, pois está em causa o futuro do planeta Terra enquanto a “Nossa Casa Comum”.

# BIBLIOGRAFIA



## 6 BIBLIOGRAFIA

Neste capítulo são apresentadas todas as referências bibliográficas que fundamentam a investigação, tais como, por exemplo, artigos científicos nacionais e internacionais, livros, normas, diplomas legais e regulamentares, relatórios, *websites*, entre outros. Assim, as referências seguem o estilo da *American Psychological Association* (APA).

Abbott, W. F., & Monsen, R. J. (1979). On the measurement of corporate social responsibility: Self-reported disclosures as a method of measuring corporate social involvement. *Academy of Management Journal*, 22(3), 501–515. doi:10.2307/255740

Agência para a Competitividade e Inovação. (2018). *Lista de empresas com estatuto: PME líder 2018* (Publicada a 28 de Fevereiro de 2018). Lisboa, Portugal: Agência para a Competitividade e Inovação (IAPMEI). Retrieved from <https://www.iapmei.pt/produtos-e-servicos/qualificacao-certificacao/pme-lider/pme-lider/regulamento-pme-lider.aspx>

Agência para a Competitividade e Inovação. (2019). *Lista de empresas com estatuto: PME excelência 2018* (Publicada a 17 de Abril de 2019). Lisboa, Portugal: Agência para a Competitividade e Inovação (IAPMEI). Retrieved from [https://www.iapmei.pt/getattachment/produtos-e-servicos/qualificacao-certificacao/pme-lider/pme-excelencia/regulamento-pme-excelencia/lista-pme-excelencia-2018-\(1\).xlsx.aspx?lang=pt-pt](https://www.iapmei.pt/getattachment/produtos-e-servicos/qualificacao-certificacao/pme-lider/pme-excelencia/regulamento-pme-excelencia/lista-pme-excelencia-2018-(1).xlsx.aspx?lang=pt-pt)

Ali, W., & Rizwan, M. (2013). Factors influencing corporate social and environmental disclosure (CSED) practices in the developing countries: An institutional theoretical perspective. *International Journal of Asian Social Science*, 3(3), 590–609. Retrieved from <http://www.aessweb.com/pdf-files/590-609.pdf>

Allur, E., Heras-Saizarbitoria, I., Boiral, O., & Testa, F. (2018). Quality and environmental management linkage: A review of the literature. *Sustainability*, 10(11), 1–15. doi:10.3390/su10114311

Amponsah-Tawiah, K. (2013). Occupational health and safety and sustainable development in Ghana. *International Journal of Business Administration*, 4(2), 74–78. doi:10.5430/ijba.v4n2p74

Amran, A., Lee, S. P., & Devi, S. S. (2014). The influence of governance structure and strategic corporate social responsibility toward sustainability reporting quality. *Business Strategy and the Environment*, 23(4), 217–235. doi:10.1002/bse.1767

Amran, A., Ooi, S. K., Mydin, R. T., & Devi, S. S. (2015). The impact of business strategies on online sustainability disclosures. *Business Strategy and the Environment*, 24(6), 551–564. doi:10.1002/bse.1837

- Asif, M., & Searcy, C. (2014). Towards a standardised management system for corporate sustainable development. *The TQM Journal*, 26(5), 411–430. doi:10.1108/TQM-08-2012-0057
- Asif, M., Searcy, C., Santos, P., & Kensah, D. (2013). A review of Dutch corporate sustainable development reports. *Corporate Social Responsibility and Environmental Management*, 20(6), 321–339. doi:10.1002/csr.1284
- Asif, M., Searcy, C., Zutshi, A., & Ahmad, N. (2011). An integrated management systems approach to corporate sustainability. *European Business Review*, 23(4), 353–367. doi:10.1108/09555341111145744
- Asociación Española de Normalización y Certificación. (2005). *Norma Española: UNE 66177:2005 Sistemas de gestión: Guía para la integración de los sistemas de gestión* (1.ª Edición). Madrid, España: Asociación Española de Normalización y Certificación (AENOR).
- Associação Portuguesa de Ética Empresarial. (2018). *Introdução ao reporte não financeiro* (1.ª Edição). Boletim Informativo do Projeto PME Sustentável. Águeda, Portugal: Associação Portuguesa de Ética Empresarial (APEE). Retrieved from <http://pmesustentavel.apee.pt/doc/Brochura-Informacao-Nao-Financeira-compressed.pdf>
- Associação Portuguesa de Ética Empresarial. (2019a). *Associação Portuguesa de Ética Empresarial (APEE)*. Retrieved from <https://www.apee.pt/>
- Associação Portuguesa de Ética Empresarial. (2019b). *Lista de membros associados da associação portuguesa de ética empresarial (APEE)* (Atualizada a 31 de Julho de 2019). Águeda, Portugal: Associação Portuguesa de Ética Empresarial (APEE). Retrieved from <https://www.apee.pt/apee/associados/>
- Associação Portuguesa de Ética Empresarial. (2019c). *Projeto PME sustentável. Associação Portuguesa de Ética Empresarial (APEE)*. Retrieved from <http://pmesustentavel.apee.pt/index.php/pt/recursos/como-reportar.html>
- Australia Standards and New Zealand Standards. (1999). *Australian/New Zealand Standard: AS/NZS 4581:1999 Management system integration – Guidance to business, government and community organizations* (1st Edition). Homebush NSW, Australia and Wellington, New Zealand: Australia Standards/New Zealand Standards (AS/NZS).
- Azapagic, A. (2003). Systems approach to corporate sustainability: A general management framework. *Process Safety and Environmental Protection*, 81(5), 303–316. doi:10.1205/095758203770224342
- Azevedo, T. C., & Gallego-Álvarez, I. (2019). Analysis of the influence of varieties of capitalism (VC) in the presence (or not) of international companies in the Global Compact (GC). In I.-M. García-Sánchez & J. Martínez-Ferrero (Editors), *The disclosure and assurance of corporate social responsibility: A growing market* (pp. 89–111) (1st Edition). Newcastle, UK: Cambridge Scholars Publishing. ISBN: 978-1-5275-2323-4.

- Bansal, P. (2005). Evolving sustainably: A longitudinal study of corporate sustainable development. *Strategic Management Journal*, 26(3), 197–218. doi:10.1002/smj.441
- Bardin, L. (2018). *Análise de conteúdo* (Tradução de Luís A. Reto e Augusto Pinheiro) (5.ª Edição). Lisboa, Portugal: Edições 70. ISBN: 978-972-44-1506-2.
- Barney, J. (1991). Firm resources and sustained competitive advantage. *Journal of Management*, 17(1), 99–120. doi:10.1177/014920639101700108
- Barrow, C. J. (2006). *Environmental management for sustainable development* (2nd Edition). New York, NY: Routledge – Taylor & Francis Group. ISBN: 978-0-203-01667-1.
- Barrutia, J. M., & Echebarria, C. (2015). Resource-based view of sustainability engagement. *Global Environmental Change*, 34(n.n.), 70–82. doi:10.1016/j.gloenvcha.2015.06.009
- Başaran, B. (2018). Integrated management systems and sustainable development. In L. Kounis (Editor), *Quality management systems: A selective presentation of case-studies showcasing its evolution* (pp. 1-20) (1st Edition). Rijeka, Croatia: IntechOpen. doi:10.5772/intechopen.71468
- Bastas, A., & Liyanage, K. (2018). ISO 9001 and supply chain integration principles based sustainable development: A delphi study. *Sustainability*, 10(12), 1–35. doi:10.3390/su10124569
- Bayoud, N. S., Kavanagh, M., & Slaughter, G. (2012). Factors influencing levels of corporate social responsibility disclosure by Libyan firms: A mixed study. *International Journal of Economics and Finance*, 4(4), 13–29. doi:10.5539/ijef.v4n4p13
- Behringer, K., & Szegedi, K. (2016). The role of CSR In achieving sustainable development – Theoretical approach. *European Scientific Journal*, 12(22), 10–25. doi:10.19044/esj.2016.v12n22p10
- Berelson, B. (1952). *Content analysis in communication research* (1st Edition). New York, NY: The Free Press.
- Borella, I., L., & Borella, M. R. C. (2016). Environmental impact and sustainable development: An analysis in the context of standards ISO 9001, ISO 14001, and OHSAS 18001. *Environmental Quality Management*, 25(3), 67–83. doi:10.1002/tqem.21460
- Bortoluzzi, C. A. P., Sehnem, S., Petry, D. R., Carvalho, C. E., & Junior, S. S. (2018). Práticas de sustentabilidade e resource based view – RBV: Estudo na rede Senac de Santa Catarina. *Organizações em Contexto*, 14(28), 293–319. doi:10.15603/1982-8756/roc.v14n28p293-319
- Braam, G., & Peeters, R. (2018). Corporate sustainability performance and assurance on sustainability reports: Diffusion of accounting practices in the realm of sustainable development. *Corporate Social Responsibility and Environmental Management*, 25(2), 164–181. doi:10.1002/csr.1447

- Braga, J., & Morgado, E. (2007). *Guia do ambiente – Empresas, competitividade e desenvolvimento sustentável* (1.ª Edição). Lisboa, Portugal: Monitor. ISBN: 978-972-9413-69-8.
- Braga, J., & Morgado, E. (2012). *Guia do ambiente – Desenvolvimento sustentável: Oportunidade inadiável* (1.ª Edição). Lisboa, Portugal: Monitor. ISBN: 978-972-9413-83-4.
- Brammer, S., & Pavelin, S. (2008). Factors influencing the quality of corporate environmental disclosure. *Business Strategy and the Environment*, 17(2), 120–136. doi:10.1002/bse.506
- Branco, M. C., & Rodrigues, L. L. (2008). Factors influencing social responsibility disclosure by Portuguese companies. *Journal of Business Ethics*, 83(4), 685–701. doi:10.1007/s10551-007-9658-z
- Briem, C. R., & Wald, A. (2018). Implementing third-party assurance in integrated reporting: Companies' motivation and auditors' role. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, 31(5), 1461–1485. doi:10.1108/AAAJ-03-2016-2447
- British Standard Institution. (2007). *British standard: BS OHSAS 18001:2007 Occupational health and safety management – Requirements* (1st Edition). Occupational Health and Safety Assessment Series. London, UK: British Standard Institution (BSI). ISBN: 978-0-580-59404-5.
- British Standard Institution. (2012). *Publicly available specification: PAS 99:2012 Specification of common management system requirements as a framework for integration* (2nd Edition). London, UK: British Standard Institution (BSI). ISBN: 978-0-580-76869-9.
- Business Council for Sustainable Development Portugal. (2002). *Comunicar o desenvolvimento sustentável: Encontrar o equilíbrio*. Original em Inglês – Tradução da Responsabilidade do BCSD Portugal. Lisboa, Portugal: Business Council for Sustainable Development Portugal (BCSD Portugal). ISBN: 2-940240-45-0. Retrieved from <https://www.wbcds.org/contentwbc/download/2942/37642>
- Business Council for Sustainable Development Portugal. (2019a). *Business Council for Sustainable Development Portugal (BCSD Portugal)*. Retrieved from <https://www.bcsdportugal.org/#>
- Business Council for Sustainable Development Portugal. (2019b). *Lista de membros associados do business council for sustainable development Portugal (BCSD Portugal)* (Atualizada a 31 de Maio de 2019). Lisboa, Portugal: Business Council for Sustainable Development Portugal (BCSD Portugal). Retrieved from <https://www.bcsdportugal.org/membros>
- Cabecinhas, M., Domingues, P., Sampaio, P., & Saraiva, P. (2018a). Barómetro da certificação 2017. In L. Morais (Editor), *Guia de empresas certificadas – GEC 2018* (pp. 74–81) (13.ª Edição). Lisboa, Portugal: Cempalavras – Comunicação Empresarial. Retrieved from [https://issuu.com/cempalavras.pt/docs/gec\\_2018](https://issuu.com/cempalavras.pt/docs/gec_2018)
- Cabecinhas, M., Domingues, P., Sampaio, P., Bernardo, M., Franceschini, F., Galetto, M., Gianni, M., Gotzamani, K., Mastrogiacomo, L., & Hernandez-Vivanco, A. (2018b). Integrated management systems diffusion models in South European countries.

- International Journal of Quality & Reliability Management*, 35(10), 2289–2303. doi:10.1108/IJQRM-03-2017-0044
- Cahaya, F. R., Porter, S., Tower, G., & Brown, A. (2017). Coercive pressures on occupational health and safety disclosures. *Journal of Accounting in Emerging Economies*, 7(3), 318–336. doi:10.1108/JAEE-04-2015-0032
- Capriotti, P., & Moreno, A. (2007). Communicating corporate responsibility through corporate web sites in Spain. *Corporate Communications: An International Journal*, 12(3), 221–237. doi:10.1108/13563280710776833
- Carvalho, F. Domingues, P., & Sampaio, P. (2019). Communication of commitment towards sustainable development of certified Portuguese organisations: Quality, environment and occupational health and safety. *International Journal of Quality & Reliability Management*, 36(4), 458–484. doi:10.1108/IJQRM-04-2018-0099
- Carvalho, F. J. F. (2013). *A divulgação de informação sobre sistemas integrados de gestão (SIG), sustentabilidade empresarial (SE) & responsabilidade social empresarial (RSE), nos websites das empresas portuguesas certificadas: “Uma análise exploratória”*. Dissertação de Mestrado. Instituto Politécnico do Cávado e do Ave. Barcelos. Portugal. Retrieved from <http://hdl.handle.net/11110/641>
- Carvalho, F. J. F. (2015). *A comunicação do compromisso para com o desenvolvimento sustentável, das organizações portuguesas certificadas em qualidade, ambiente e segurança*. Dissertação de Mestrado. Universidade do Minho. Guimarães. Portugal. Retrieved from <http://hdl.handle.net/1822/39189>
- Carvalho, F., & Sampaio, P., (2016). Organizações portuguesas com sistemas de gestão integrados certificados: Caracterização do perfil. In L. Morais (Editor), *Guia de empresas certificadas – GEC 2016* (pp. 78–85) (11.ª Edição). Lisboa, Portugal: Cempalavras – Comunicação Empresarial, Lda. Retrieved from [http://www.cempalavras.pt/GEC\\_2016/PT/index.html](http://www.cempalavras.pt/GEC_2016/PT/index.html)
- Carvalho, F., & Santos, G. (2018a). Desenvolvimento sustentável e sucesso sustentado das organizações. In G. Santos (Coordenação), *Sistemas integrados de gestão: Qualidade, ambiente e segurança* (pp. 357–441) (3.ª Edição). Porto: Publindústria. ISBN: 978-989-723-273-2.
- Carvalho, F., & Santos, G. (2018b). Sistemas integrados de gestão – Qualidade, ambiente, segurança e outros sistemas de gestão. In G. Santos (Coordenação), *Sistemas integrados de gestão: Qualidade, ambiente e segurança* (pp. 260–355) (3.ª Edição). Porto: Publindústria. ISBN: 978-989-723-273-2.
- Carvalho, F., Santos, G., & Gonçalves, J. (2018). The disclosure of information on sustainable development on the corporate website of the certified Portuguese organizations. *International Journal for Quality Research*, 12(1), 253–276. doi:10.18421/IJQR12.01-14
- Cempalavras. (2018). *Guia de empresas certificadas 2018 (GEC 2018): Listagem geral de empresas, serviços e produtos certificados* (13.ª Edição). Lisboa, Portugal: Cempalavras – Comunicação Empresarial, Lda. Retrieved from [http://www.issuu.com/cempalavras.pt/docs/listagem\\_gec\\_2018](http://www.issuu.com/cempalavras.pt/docs/listagem_gec_2018)

- Chan, J. L. (1979). Corporate disclosure in occupational safety and health: Some empirical evidence. *Accounting, Organizations and Society*, 4(4), 273–281. doi:10.1016/0361-3682(79)90018-7
- Chen, Q. (2004). Sustainable development of occupational health and safety management system – Active upgrading of corporate safety culture. *International Journal on Architectural Science*, 5(4), 108–113. Retrieved from [http://www.bse.polyu.edu.hk/researchCentre/Fire\\_Engineering/summary\\_of\\_output/journal/IJAS/V5/p.108-113.pdf](http://www.bse.polyu.edu.hk/researchCentre/Fire_Engineering/summary_of_output/journal/IJAS/V5/p.108-113.pdf)
- Ching, H. Y., & Gerab, F. (2017). Sustainability reports in Brazil through the lens of signaling, legitimacy and stakeholder theories. *Social Responsibility Journal*, 13(1), 95–110. doi:10.1108/SRJ-10-2015-0147
- Chorincas, J. (2003). *Dinâmicas regionais em Portugal – Demografia e investimentos* (Relatório Técnico). Lisboa, Portugal: Ministério das Finanças – Departamento de Prospectiva e Planeamento.
- Chow, W. S., & Chen, Y. (2012). Corporate sustainable development: Testing a new scale based on the mainland Chinese context. *Journal of Business Ethics*, 105(4), 519–533. doi:10.1007/s10551-011-0983-x
- Criado-Gomis, A., Cervera-Taulet, A., & Iniesta-Bonillo, M.-A. (2017). Sustainable entrepreneurial orientation: A business strategic approach for sustainable development. *Sustainability*, 9(9), 1–20. doi:10.3390/su9091667
- Cunha, J. F., Basto, J. B., & Almada-Lobo, B. (2015). Gestão industrial. In A. B. Magalhães, A. D. Santos, & J. F. Cunha (Coordenação), *Introdução à engenharia mecânica: Sua relevância na sociedade e na vida contemporânea* (pp. 412–430) (1.ª Edição). Porto, Portugal: Publindústria. ISBN: 978-989-723-104-9.
- Dade, A., & Hassenzahl, D. M. (2013). Communicating sustainability: A content analysis of website communications in the United States. *International Journal of Sustainability in Higher Education*, 14(3), 254–263. doi:10.1108/IJSHE-08-2011-0053
- Dafid, D., & Wandebori, H. (2013). Corporate sustainable development through an integrated management system approach: A case study of corporate sustainability practice at PT. X Indonesia. *The Indonesian Journal of Business Administration*, 2(17), 2097–2104. Retrieved from <http://journal.sbm.itb.ac.id/index.php/IJBA/article/view/818>
- Danish Standards Association. (2005). *Dank standard: DS 8001:2005 Ledelsessystemer – Vejledning i opbygning af et integreret ledelsessystem (integrated management systems)* (1 Udgave). Charlottenlund, Denmark: Danish Standards Association (DSA).
- Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de Outubro. *Diário da República* n.º 191/2013, Série I. Lisboa, Portugal: Assembleia da República. Retrieved from <https://dre.pt/application/conteudo/500215>
- Decreto-Lei n.º 262/86, de 2 de Setembro. *Diário da República* n.º 201/1986, Série I. Lisboa, Portugal: Assembleia da República. Retrieved from <https://dre.pt/application/conteudo/220107>

- Decreto-Lei n.º 486/99, de 13 de Novembro. *Diário da República* n.º 265/1999, Série I-A. Lisboa, Portugal: Assembleia da República. Retrieved from <https://dre.pt/application/conteudo/682983>
- Decreto-Lei n.º 89/2017, de 28 de Julho. *Diário da República* n.º 145/2017, Série I. Lisboa, Portugal: Assembleia da República. Retrieved from <https://dre.pt/application/conteudo/107773645>
- Despacho n.º 2863/2018, de 20 de Março. *Diário da República* n.º 56/2018, Série II. Lisboa, Portugal: Assembleia da República. Retrieved from <https://dre.pt/application/conteudo/114885168>
- Diário da República Eletrónico. (2019). *Diário da República Eletrónico (DRE)*. Lisboa, Portugal: Assembleia da República. Retrieved from <https://dre.pt/>
- Dias, A., & Heras, I. (2013). Efficiency of ISO 9001 in Portugal: A qualitative study from a holistic theoretical perspective. *International Journal for Quality Research*, 7(1), 31–62. Retrieved from <http://www.ijqr.net/071.php>
- DiMaggio, P. J., & Powell, W. W. (1983). The iron cage revisited: Institutional isomorphism and collective rationality in organizational fields. *American Sociological Review*, 48(2), 147–160. doi:10.2307/2095101
- Direção-Geral da Administração e do Emprego Público (DGAEP). (2019). *Lista de entidades do setor público empresarial 2018* (Publicada a 15 de Fevereiro de 2019). Lisboa, Portugal: Direção-Geral da Administração e do Emprego Público (DGAEP). Retrieved from [https://www.dgaep.gov.pt/upload//deep/siep4t2018/dgaep\\_siep\\_2018\\_t4\\_sector\\_empresarial\\_15022019.pdf](https://www.dgaep.gov.pt/upload//deep/siep4t2018/dgaep_siep_2018_t4_sector_empresarial_15022019.pdf)
- Donaldson, T., & Preston, L. E. (1995). The stakeholder theory of the corporation: Concepts, evidence, and implications. *The Academy of Management Review*, 20(1), 65–91. doi:10.5465/amr.1995.9503271992
- Dubey, R., Gunasekaran, A., Childe, S. J., Papadopoulos, T., Hazen, B. T., & Roubaud, D. (2018). Examining top management commitment to TQM diffusion using institutional and upper echelon theories. *International Journal of Production Research*, 56(8), 2988–3006. doi:10.1080/00207543.2017.1394590
- Ejdys, J., & Matuszak-Flejszman, A. (2010). New management systems as an instrument of implementation sustainable development concept at organizational level. *Technological and Economic Development of Economy*, 16(2), 202–218. doi:10.3846/tede.2010.13
- Elkington, J. (1997). *Cannibals with forks: The triple bottom line of 21st century business*. Oxford, UK: Capstone Publishing Limited. ISBN: 190096127X
- Elo, S. & Kyngäs, H. (2008). The qualitative content analysis process. *Journal of Advanced Nursing*, 62(1), 107–115. doi:10.1111/j.1365-2648.2007.04569.x
- Escobar, L. F., & Vredenburg, H. (2011). Multinational oil companies and the adoption of sustainable development: A resource-based and institutional theory interpretation of adoption heterogeneity. *Journal of Business Ethics*, 98(1), 39–65. doi:10.1007/s10551-010-0534-x

- Evangelinos, K., Fotiadis, S., Skouloudis, A., Khan, N., Konstandakopoulou, F., Nikolaou, I., & Lundy, S. (2018). Occupational health and safety disclosures in sustainability reports: An overview of trends among corporate leaders. *Corporate Social Responsibility and Environmental Management*, 25(5), 961–970. doi:10.1002/csr.1512
- Evangelista, M., Palha, M. R., Santos, S., & Silva, R. V. (2018). *Manual para o reporte não financeiro* (1.ª Edição). Projeto PME Sustentável. Águeda, Portugal: Associação Portuguesa de Ética Ambiental (APEE). Retrieved from [http://pmesustentavel.apee.pt/doc/biblioteca/kit\\_report/Manual\\_para\\_o\\_Reporte\\_Nao\\_Financeiro-id7.pdf](http://pmesustentavel.apee.pt/doc/biblioteca/kit_report/Manual_para_o_Reporte_Nao_Financeiro-id7.pdf)
- Fernando, S., & Lawrence, S. (2014). A theoretical framework for CSR practices: Integrating legitimacy theory, stakeholder theory and institutional theory. *Journal of Theoretical Accounting Research*, 10(1), 149–178. Retrieved from [https://www.researchgate.net/profile/Susith\\_Fernando2/publication/290485216\\_A\\_theoretical\\_framework\\_for\\_CSR\\_practices\\_Integrating\\_legitimacy\\_theory\\_stakeholder\\_theory\\_and\\_institutional\\_theory/links/5a8629ee458515b8af890861/A-theoretical-framework-for-CSR-practices-Integrating-legitimacy-theory-stakeholder-theory-and-institutional-theory.pdf](https://www.researchgate.net/profile/Susith_Fernando2/publication/290485216_A_theoretical_framework_for_CSR_practices_Integrating_legitimacy_theory_stakeholder_theory_and_institutional_theory/links/5a8629ee458515b8af890861/A-theoretical-framework-for-CSR-practices-Integrating-legitimacy-theory-stakeholder-theory-and-institutional-theory.pdf)
- Ferreira, C. S., & Gerolamo, M. C. (2016). Analysis of the relationship between management system standards (ISO 9001, ISO 14001, NBR 16001 and OHSAS 18001) and corporate sustainability. *Gestão & Produção*, 23(4), 689–703. doi:10.1590/0104-530X2525-15
- Fonseca, L. (2011). Sustainability and social responsibility balanced scorecard. In G. D. Putnik, & P. Ávila (Editors), *Business sustainability I* (pp. 122–126). Póvoa de Varzim, Portugal, 22 – 24 June: School of Engineering (EE) – University of Minho (UM) and School of Engineering (ISEP) – Polytechnic of Porto (IPP). ISBN: 978-972-8692-48-3. Retrieved from <http://labve.dps.uminho.pt/bs11/CD/PDF/18%20-%20pp%20122-126%20-%20Fonseca%20L..pdf>
- Fonseca, L. (2014). Teorias organizacionais e sistemas de gestão da qualidade. *Revista Qualidade* (3.ª Edição), Outono, Ano XLIII, 28–34.
- Fonseca, L. M. C. M. (2015). ISO 14001:2015: An improved tool for sustainability. *Journal of Industrial Engineering and Management*, 8(1), 37–50. doi:10.3926/jiem.1298
- Fonseca, L. M. C., Domingues, J. P., Machado, P. B., & Calderón, M. (2017). Management system certification benefits: Where do we stand?. *Journal of Industrial Engineering and Management*, 10(3), 476–494. doi:10.3926/jiem.2350
- Fonseca, L. M., & Domingues, J. P. (2018). Exploratory research of ISO 14001:2015 transition among Portuguese organizations. *Sustainability*, 10(3), 1–16. doi:10.3390/su10030781
- Fonseca, L., & Domingues, J. P. (2017). ISO 9001:2015 Edition-management, quality and value. *International Journal for Quality Research*, 11(1), 149–158. doi:10.18421/IJQR11.01-09

- Fortuński, B. (2008) Does the environmental management standard ISO 14001 stimulate sustainable development?: An example from the energy sector in Poland. *Management of Environmental Quality: An International Journal*, 19(2), 204–212. doi:10.1108/14777830810856582
- Freeman, R. E. (1984). *Strategic management: A stakeholder approach* (1st Edition). Business and Public Policy Series. Boston, MA: Pitman Publishing. ISBN: 978-0273019138
- Freixo, M. J. V. (2012). *Teorias e modelos de comunicação* (3.ª Edição). Lisboa, Portugal: Instituto Piaget. ISBN: 978-989-659-110-6.
- Fresner, J., & Engelhardt, G. (2004). Experiences with integrated management systems for two small companies in Austria. *Journal of Cleaner Production*, 12(6), 623–631. doi:10.1016/j.jclepro.2003.09.013
- Gallego, I. (2006). The use of economic, social and environmental indicators as a measure of sustainable development in Spain. *Corporate Social Responsibility and Environmental Management*, 13(2), 78–97. doi:10.1002/csr.94
- Garvare, R., & Johansson, P. (2010). Management for sustainability – A stakeholder theory. *Total Quality Management & Business Excellence*, 21(7), 737–744. doi:10.1080/14783363.2010.483095
- Gauthier, J. (2013). Institutional theory and corporate sustainability: Determinant versus interactive approaches. *Organization Management Journal*, 10(2), 86–96. doi:10.1080/15416518.2013.801741
- Gerged, A. M., Cowton, C. J., & Beddewela, E. S. (2018). Towards sustainable development in the Arab Middle East and North Africa region: A longitudinal analysis of environmental disclosure in corporate annual reports. *Business Strategy and the Environment*, 27(4), 572–587. doi:10.1002/bse.2021
- Gianni, M., Gotzamani, K., & Tsiotras, G. (2017). Multiple perspectives on integrated management systems and corporate sustainability performance. *Journal of Cleaner Production*, 168(n.n.), 1297–1311. doi:10.1016/j.jclepro.2017.09.061
- Gill, D. L., Dickinson, S. J., & Scharl, A. (2008). Communicating sustainability: A web content analysis of North American, Asian and European firms. *Journal of Communication Management*, 12(3), 243–262. doi:10.1108/13632540810899425
- Global Reporting Initiative (2013). *G4 Sustainability reporting guidelines: Reporting principles and standard disclosures. Guidelines* (4th Edition). Amsterdam, Netherlands: Global Reporting Initiative (GRI). Retrieved from <https://www.globalreporting.org/resourcelibrary/GRIG4-Part1-Reporting-Principles-and-Standard-Disclosures.pdf>
- Global Reporting Initiative. (2016). *Consolidated set of GRI sustainability reporting standards 2016*. Amsterdam, Netherlands: Global Reporting Initiative (GRI). Retrieved from <https://www.globalreporting.org/standards/gri-standards-download-center/>
- Global Reporting Initiative. (2018). *Consolidated set of GRI sustainability reporting standards 2018*. Amsterdam, Netherlands: Global Reporting Initiative (GRI).

- Retrieved from <https://www.globalreporting.org/standards/gri-standards-download-center/>
- Glover, J. L., Champion, D., Daniels, K. J., & Dainty, A. J. D. (2014). An institutional theory perspective on sustainable practices across the dairy supply chain. *International Journal of Production Economics*, 152(n.n.), 102–111. doi:10.1016/j.ijpe.2013.12.027
- Gnanaweera, K. A. K., & Kunori, N. (2018). Corporate sustainability reporting: Linkage of corporate disclosure information and performance indicators. *Cogent Business & Management*, 5(1), 1–21. doi:10.1080/23311975.2018.1423872
- Government of the Japan. (2012). *Environmental reporting guidelines*. Tokyo, Japan: Government of the Japan. Retrieved from <https://www.env.go.jp/en/policy/economy/erg2012.pdf>
- Government of the United Kingdom. (2019). *Environmental reporting guidelines: Including streamlined energy and carbon reporting guidance*. London, United Kingdom: Government of the United Kingdom. Retrieved from [https://assets.publishing.service.gov.uk/government/uploads/system/uploads/attachment\\_data/file/775601/environmental-reporting-guidance-including-secr.pdf](https://assets.publishing.service.gov.uk/government/uploads/system/uploads/attachment_data/file/775601/environmental-reporting-guidance-including-secr.pdf)
- Grupo de Reflexão e Apoio à Cidadania Empresarial. (2019a). *Grupo de Reflexão e Apoio à Cidadania Empresarial (GRACE)*. Retrieved from <https://www.grace.pt/>
- Grupo de Reflexão e Apoio à Cidadania Empresarial. (2019b). *Lista de membros associados do grupo de reflexão e apoio à cidadania empresarial (GRACE)* (Atualizada a 31 de Julho de 2019). Lisboa, Portugal: Grupo de Reflexão e Apoio à Cidadania Empresarial (GRACE). Retrieved from <https://www.grace.pt/associados>
- Guthrie, J., & Parker, L. D. (1989). Corporate social reporting: A rebuttal of legitimacy theory. *Accounting and Business Research*, 19(76), 343–352. doi:10.1080/00014788.1989.9728863
- Guziana, B., & Dobers, P. (2013). How sustainability leaders communicate corporate activities of sustainable development. *Corporate Social Responsibility and Environmental Management*, 20(4), 193–204. doi:10.1002/csr.1292
- Hair, J. F., Anderson, R. E., Tatham, L. R., & Black, W. C. (2005). *Análise multivariada de dados* (5.ª Edição). São Paulo: Bookman. ISBN: 0-13-017706-7.
- Hair, J. F., Black, J. W. C., Babin, B. J., & Anderson, R. E. (2014). *Multivariate data analysis* (7th Edition). Edinburgh, UK: Pearson Education Limited. ISBN: 978-1-292-02190-4.
- Haniffa, R. M., & Cooke, T. E. (2005). The impact of culture and governance on corporate social reporting. *Journal of Accounting and Public Policy*, 24(5), 391–430. doi:10.1016/j.jaccpubpol.2005.06.001
- Hasim, M. S., Hashim, A. E., Ariff, N. R. M., Sapeciay, Z., & Abdullah, A. S. (2018). Commitment to sustainability: A content analysis of website for university organisations. *IOP Conference Series: Earth and Environmental Science*, 117(n.n.), 1–8. doi:10.1088/1755-1315/117/1/012046
- Hayes, A. F., & Krippendorff, K. (2007). Answering the call for a standard reliability measure for coding data. *Communication Methods and Measures*, 1(1), 77–89.

- Ho, L.-C., J., & Taylor, M. E. (2007). An empirical analysis of triple bottom-line reporting and its determinants: Evidence from the United States and Japan. *Journal of International Financial Management and Accounting*, 18(2), 123–150. doi:10.1111/j.1467-646X.2007.01010.x
- Ho, S. K. M. (2010). Integrated lean TQM model for sustainable development. *The TQM Journal*, 22(6), 583–593. doi:10.1108/17542731011085294
- Hörisch, J., Freeman, R. E., & Schaltegger, S. (2014). Applying stakeholder theory in sustainability management: Links, similarities, dissimilarities, and a conceptual framework. *Organization & Environment*, 27(4), 328–346. doi:10.1177/1086026614535786
- Hummel, K., & Schlick, C. (2016). The relationship between sustainability performance and sustainability disclosure – Reconciling voluntary disclosure theory and legitimacy theory. *Journal of Accounting and Public Policy*, 35(5), 455–476. doi:10.1016/j.jaccpubpol.2016.06.001
- Hyršlová, J., Mísařová, P., & Némethová, D. (2007). Sustainable development and environmental management systems in the Czech Republic. *International Journal for Quality Research*, 1(4), 289–296. Retrieved from <http://www.ijqr.net/journal/v1-n4/4.pdf>
- Iatridis, K., Kuznetsov, A., & Whyman, P. B. (2016). SMEs and certified management standards: The effect of motives and timing on implementation and commitment. *Business Ethics Quarterly*, 26(1), 67–94. doi:10.1017/beq.2016.9
- Ihlen, Ø., & Roper, J. (2014). Corporate reports on sustainability and sustainable development: 'We have arrived'. *Sustainable Development*, 22(1), 42–51. doi:10.1002/sd.524
- Ikram, M., Zhou, P., Shah, S. A. A., & Liu, G. Q. (2019). Do environmental management systems help improve corporate sustainable development? Evidence from manufacturing companies in Pakistan. *Journal of Cleaner Production*, 226(n.n), 628–641. doi:10.1016/j.jclepro.2019.03.265
- Instituto Nacional de Estatística. (2019). *Lista de entidades do setor institucional das administrações públicas 2018*. (Publicada a 31 de Março de 2019). Lisboa, Portugal: Instituto Nacional de Estatística (INE). Retrieved from [https://www.ine.pt/ngt\\_server/attachfileu.jsp?look\\_parentBoui=323911535&att\\_display=n&att\\_download=y](https://www.ine.pt/ngt_server/attachfileu.jsp?look_parentBoui=323911535&att_display=n&att_download=y)
- Instituto Português da Qualidade. (2008a). *Norma portuguesa: NP 4397:2008 Sistemas de gestão da segurança e saúde do trabalho: Requisitos* (2.ª Edição). Caparica, Portugal: Instituto Português da Qualidade (IPQ).
- Instituto Português da Qualidade. (2008b). *Norma portuguesa: NP 4469-1:2008 Sistemas de gestão da responsabilidade social. Parte 1: Requisitos e linhas de orientação para a sua utilização* (1.ª Edição). Caparica, Lisboa: Instituto Português da Qualidade (IPQ).
- Instituto Português da Qualidade. (2019). *Norma portuguesa: NP 4469:2019 Sistemas de gestão da responsabilidade social: Requisitos e linhas de orientação para a sua utilização* (2.ª Edição). Caparica, Portugal: Instituto Português da Qualidade (IPQ).

- Instituto Português de Acreditação. (2019). *Base de dados nacional: Sistemas de gestão certificados* (Atualizada a 31 de Dezembro de 2018). Caparica, Portugal: Instituto Português de Acreditação (IPAC). Retrieved from [http://www.ipac.pt/docs/publicdocs/bdec/bdec\\_2018\\_publica\\_v2.xlsx](http://www.ipac.pt/docs/publicdocs/bdec/bdec_2018_publica_v2.xlsx)
- Instituto Português de Corporate Governance. (2018). *Código de Governo das Sociedades*. Lisboa, Portugal: Instituto Português de Corporate Governance (IPCG). ISBN: 978-972-99974-6-4. Retrieved from <https://cgov.pt/images/ficheiros/2018/codigo-pt-2018-ebook.pdf>
- Instituto Português de Corporate Governance. (2019). *Instituto Português de Corporate Governance (IPCG)*. Retrieved from <https://cgov.pt/>
- International Integrated Reporting Council. (2013). *The international <IR> framework: Integrated reporting <IR>*. London, United Kingdom: International Integrated Reporting Council (IIRC). Retrieved from <http://integratedreporting.org/wp-content/uploads/2015/03/13-12-08-the-international-ir-framework-2-1.pdf>
- International Organization for Standardization. (2010). *International standard: ISO 26000:2010 Guidance on social responsibility* (1st Edition). Geneva, Switzerland: International Organization for Standardization (ISO).
- International Organization for Standardization. (2015a). *International standard: ISO 14001:2015 Environmental management systems – Requirements with guidance for use* (3rd Edition). Geneva, Switzerland: International Organization for Standardization (ISO).
- International Organization for Standardization. (2015b). *International standard: ISO 9000:2015 Quality management systems – Fundamentals and vocabulary* (4th Edition). Geneva, Switzerland: International Organization for Standardization (ISO).
- International Organization for Standardization. (2015c). *International standard: ISO 9001:2015 Quality management systems – Requirements* (5th Edition). Geneva, Switzerland: International Organization for Standardization (ISO).
- International Organization for Standardization. (2018a). *International standard: ISO 45001:2018 Occupational health and safety management systems – Requirements with guidance for use* (1st Edition). Geneva, Switzerland: International Organization for Standardization (ISO).
- International Organization for Standardization. (2018b). *International standard: ISO 9004:2018 Quality management – Quality of an organization – Guidance to achieve sustained success* (4th Edition). Geneva, Switzerland: International Organization for Standardization (ISO).
- International Organization for Standardization. (2019a). *Technical Committee ISO/TC 176 Quality management and quality assurance*. Retrieved from <https://committee.iso.org/home/tc176sc2>
- International Organization for Standardization. (2019b). *Technical Committee ISO/TC 207 Environmental management*. Retrieved from <https://www.iso.org/committee/54808.html>

- Isaksson, R. (2006). Total quality management for sustainable development: Process based system models. *Business Process Management Journal*, 12(5), 632–645. doi:10.1108/14637150610691046
- Isaksson, R., & Garvare, R. (2003). Measuring sustainable development using process models. *Managerial Auditing Journal*, 18(8), 649–656. doi:10.1108/02686900310495142
- Jasiulewicz-Kaczmarek, M. (2014). Is sustainable development an issue for quality management?. *Foundations of Management*, 6(2), 51–66. doi:10.1515/fman-2015-0011
- Jasiulewicz-Kaczmarek, M. (2016). Sustainable development and new revision of ISO management standards. In proceedings of the *3rd International Conference on Social Science (ICSS 2016)*, December 9-11, in Shanghai, China. ISBN: 978-1-60595-410-3. doi:10.12783/dtssehs/icss2016/9113
- Jennings, P. D., & Zandbergen, P. A. (1995). Ecologically sustainable organizations: An institutional approach. *Academy of Management Review*, 20(4), 1015–1052. Retrieved from <http://www.jstor.org/stable/258964> Accessed
- Jiang, Q., Liu, Z., Liu, W., Li, T., Cong, W., Zhang, H., & Shi, J. (2018). A principal component analysis based three-dimensional sustainability assessment model to evaluate corporate sustainable performance. *Journal of Cleaner Production*, 187(n.n.), 625–637. doi:10.1016/j.jclepro.2018.03.255
- Jilcha, K., & Kitaw, D. (2017). Industrial occupational safety and health innovation for sustainable development. *Engineering Science and Technology, an International Journal*, 20(1), 372–380. doi:10.1016/j.jestch.2016.10.011
- Jonkutė, G., Staniškis, J. K., & Dukauskaitė, D. (2011). Social responsibility as a tool to achieve sustainable development in SMEs. *Environmental Research, Engineering and Management*, 3(57), 67–81. Retrieved from <http://erem.ktu.lt/index.php/erem/article/view/465>
- Joseph, C. (2013). Understanding sustainable development concept in Malaysia. *Social Responsibility Journal*, 9(3), 441–453. doi:10.1108/SRJ-03-2012-0024
- Joseph, C., & Taplin, R. (2011). The measurement of sustainability disclosure: Abundance versus occurrence. *Accounting Forum*, 35(1), 19–31. doi:10.1016/j.accfor.2010.11.002
- Joseph, C., Pilcher, R., & Taplin, R. (2014). Malaysian local government internet sustainability reporting. *Pacific Accounting Review*, 26(1-2), 75–93. doi:10.1108/PAR-07-2013-0071
- Kafel, P. (2016). Benefits of management systems integration. *Studia Oeconomica Posnaniensia*, 4(10), 122–133. doi:10.18559/SOEP.2016.10.9
- Kaziliūnas, A. (2008). Problems of auditing using quality management systems for sustainable development of organizations. *Technological and Economic Development of Economy*, 14(1), 64–75. doi:10.3846/2029-0187.2008.14.64-75
- Khan, M. P., Talib, N. A., & Kowang, T. O. (2018). Development of sustainability framework based on the theory of resource based view. *International Journal of*

- Academic Research in Business and Social Sciences*, 8(7), 636–647. doi:10.6007/IJARBSS/v8-i7/4406
- Kleinbaum, D. G., & Klein, M. (2010). *Logistic regression: A self-learning text* (3rd Edition). New York, NY: Springer. ISBN: 978-1-4419-1742-3. doi:10.1007/978-1-4419-1742-3
- Kolk, A., & Pinkse, J. (2010). The integration of corporate governance in corporate social responsibility disclosures. *Corporate Social Responsibility and Environmental Management*, 17(1), 15–26. doi:10.1002/csr.196
- Koskela, M. (2014). Occupational health and safety in corporate social responsibility reports. *Safety Science*, 68(n.n.), 294–308. doi:10.1016/j.ssci.2014.04.011
- Kozlowski, A., Searcy, C., Bardecki, M. (2015). Corporate sustainability reporting in the apparel industry: An analysis of indicators disclosed. *International Journal of Productivity and Performance Management*, 64(3), 377–397. doi:10.1108/IJPPM-10-2014-0152
- Krippendorff, K. (2004). *Content analysis: An introduction to its methodology* (2nd Edition). Thousand Oaks, California: Sage Publications. ISBN: 0-7619-1544-3.
- Krstić, I. I., Ilić, A., & Avramović, D. (2018). The three dimensions of sustainable development: Environment, economy and society. In proceedings of the *50 Years of Higher Education, Science and Research in Occupational Safety Engineering*, 6–7 December, Niš, Serbia. Retrieved from [https://www.researchgate.net/publication/329611140\\_the\\_three\\_dimensions\\_of\\_sustainable\\_development\\_environment\\_economy\\_and\\_society/link/5c1229e34585157ac1be9a3f/download](https://www.researchgate.net/publication/329611140_the_three_dimensions_of_sustainable_development_environment_economy_and_society/link/5c1229e34585157ac1be9a3f/download)
- Kuei, C., & Lu, M. H. (2013). Integrating quality management principles into sustainability management. *Total Quality Management & Business Excellence*, 24(1-2), 62–78. doi:10.1080/14783363.2012.669536
- Lai, A., Melloni, G., & Stacchezzini, R. (2016). Corporate sustainable development: Is 'integrated reporting' a legitimation strategy?. *Business Strategy and the Environment*, 25(3), 165–177. doi:10.1002/bse.1863
- Landrum, N. E., & Ohsowski, B. (2018). Identifying worldviews on corporate sustainability: A content analysis of corporate sustainability reports. *Business Strategy and the Environment*, 27(1), 128–151. doi:10.1002/bse.1989
- Laureano, R. M. S. (2011). *Testes de hipóteses com o SPSS: O meu manual de consulta rápida* (1.ª Edição). Lisboa, Portugal: Edições Sílabo. ISBN: 978-972-618-628-1.
- Lee, S. M., Noh, Y., Choi, D., & Rha, J. S. (2017). Environmental policy performances for sustainable development: From the perspective of ISO 14001 certification. *Corporate Social Responsibility and Environmental Management*, 24(2), 108–120. doi:10.1002/csr.1395
- Lei n.º 35/2018, de 20 de Julho. *Diário da República* n.º 139/2018, Série I. Lisboa, Portugal: Assembleia da República. Retrieved from <https://dre.pt/application/conteudo/115740680>
- Lélé, S. M. (1991). Sustainable development: A critical review. *World Development*, 19(6), 607–621. doi:10.1016/0305-750X(91)90197-P

- Liao, P. C., Xia, N. N., Wu, C. L., Zhang, X. L., & Yeh, J. L. (2017). Communicating the corporate social responsibility (CSR) of international contractors: Content analysis of CSR reporting. *Journal of Cleaner Production*, 156(n.n), 327–336. doi:10.1016/j.jclepro.2017.04.027
- Liu, X. (2008). Social responsibility and sustainable development of China's private enterprises. *International Journal of Business and Management*, 3(10), 16–19. Retrieved from <http://www.ccsenet.org/journal/index.php/ijbm/issue/view/51>
- Lozano, R. (2008). Envisioning sustainability three-dimensionally. *Journal of Cleaner Production*, 16(17), 1838–1846. doi:10.1016/j.jclepro.2008.02.008
- Lozano, R., & Huisingh, D. (2011). Inter-linking issues and dimensions in sustainability reporting. *Journal of Cleaner Production*, 19(2-3), 99–107. doi:10.1016/j.jclepro.2010.01.004
- Lozano, R., Carpenter, A., & Huisingh, D. (2015). A review of 'theories of the firm' and their contributions to corporate sustainability. *Journal of Cleaner Production*, 106(n.n.), 430–442. doi:10.1016/j.jclepro.2014.05.007
- MacDonald, J. P. (2005). Strategic sustainable development using the ISO 14001 standard. *Journal of Cleaner Production*, 13(6), 631–643. doi:10.1016/j.jclepro.2003.06.001
- Mamede, P., & Gomes, C. F. (2014). Corporate sustainability measurement in service organizations: A case study from Portugal. *Environmental Quality Management*, 23(3), 49–73. doi:10.1002/tqem.21370
- Mani, V., Gunasekaran, A., & Delgado, C. (2018). Supply chain social sustainability: Standard adoption practices in Portuguese manufacturing firms. *International Journal of Production Economics*, 198(n.n.), 149–164. doi:10.1016/j.ijpe.2018.01.032
- Marhavilas, P., Koulouriotis, D., Nikolaou, I., & Tstoulidou, S. (2018). International occupational health and safety management-systems standards as a frame for the sustainability: Mapping the territory. *Sustainability*, 10(10), 1–26. doi:10.3390/su10103663
- Maroco, J. (2003). *Análise estatística com utilização do SPSS* (2.ª Edição). Lisboa, Portugal: Edições Sílabo. ISBN: 972-618-331-6.
- Masuin, R., Latief, Y., T., Zagloel, T. Y., & Sagita, L. (2018). Integrated management system to achieve sustainable construction - A conceptual framework. *AIP Conference Proceedings*, 1977(1), 1–7. doi:10.1063/1.5042983
- Mata, C., Fialho, A., & Eugénio, T. (2018). A decade of environmental accounting reporting: What we know?. *Journal of Cleaner Production*, 198(n.n.), 1198–1209. doi:10.1016/j.jclepro.2018.07.087
- McDonach, K., & Yaneske, P. P. (2002). Environmental management systems and sustainable development. *Environmentalist*, 22(3), 217–226. doi:10.1023/A:1016523611067
- Meadows, D. H., Meadows, D. L., Randers, J., & Behrens III, W. W. (1972). *The limits to growth: A report for the club of Rome's project on the predicament of mankind* (1st Edition). New York, NY: Universe Books. ISBN: 0-87663-165-0.

- Merlin, F. K., Pereira, V. L. D. V., & Júnior, W. P. (2012). Sustainable development induction in organizations: A convergence analysis of ISO standards management tools' parameters. *Work*, 41(1), 2736–2743. doi:10.3233/WOR-2012-0518-2736
- Meyer, J. W., & Rowan, B. (1977). Institutionalized organizations: Formal structure as myth and ceremony. *American Journal of Sociology*, 83(2), 340–363. doi:10.1086/226550
- Mežinska, I., Lapiņa, I., & Mazais, J. (2015). Integrated management systems towards sustainable and socially responsible organisation. *Total Quality Management & Business Excellence*, 26(5-6), 469–481. doi:10.1080/14783363.2013.835899
- Michelon, G., & Parbonetti, A. (2012). The effect of corporate governance on sustainability disclosure. *Journal of Management & Governance*, 16(3), 477–509. doi:10.1007/s10997-010-9160-3
- Milliman, J., & Grosskopf, J. (2011). Lessons in leadership: Operationalizing sustainability through an integrated management system. *Environmental Quality Management*, 22(1), 42–51. doi:10.1002/sd.524
- Mio, C., & Venturelli, A. (2013). Non-financial information about sustainable development and environmental policy in the annual reports of listed companies: Evidence from Italy and the UK. *Corporate Social Responsibility and Environmental Management*, 20(6), 340–358. doi:10.1002/csr.1296
- Mitcham, C. (1995). The concept of sustainable development: Its origins and ambivalence. *Technology in Society*, 17(3), 311–326. doi:10.1016/0160-791X(95)00008-F
- Molamohamadi, Z., & Ismail, N. (2014). The relationship between occupational safety, health, and environment, and sustainable development: A review and critique. *International Journal of Innovation, Management and Technology*, 5(3), 198–202. doi:10.7763/IJIMT.2014.V5.513
- Montiel, I., & Delgado-Ceballos, J. (2014). Defining and measuring corporate sustainability: Are we there yet?. *Organization & Environment*, 27(2) 113–139. doi:10.1177/1086026614526413
- Moon, J. (2007). The contribution of corporate social responsibility to sustainable development. *Sustainable Development*, 15(5), 296–306. doi:10.1002/sd.346
- Moravcikova, K., Stefanikova, L., & Rypakova, M. (2015). CSR reporting as an important tool of CSR communication. *Procedia Economics and Finance*, 26(n.n.), 332–338. doi:10.1016/S2212-5671(15)00861-8
- Morhardt, J. E. (2010). Corporate social responsibility and sustainability reporting on the internet. *Business Strategy and the Environment*, 19(7), 436–452. doi:10.1002/bse.657
- Morioka, S. N., & Carvalho, M. M. (2017). Discussing sustainability in business context and in performance disclosures: Analysis of Brazilian case studies. *Gestão & Produção*, 24(3), 514–525. doi:10.1590/0104-530X2665-16
- Nagata, T., Nakata, A., Mori, K., Maruyama, T., Kawashita, F., & Nagata, M. (2017). Occupational safety and health aspects of corporate social responsibility reporting

- in Japan from 2004 to 2012. *BMC Public Health*, 17(381), 1–11. doi:10.1186/s12889-017-4356-y
- Nandwa, M. (2019). *Financial reporting: Concept, objectives and benefits. Accountingnotes*. Retrieved from <http://www.accountingnotes.net/financial-reporting/financial-reporting-concept-objectives-and-benefits/5401>
- Neuendorf, K. A. (2002). *The content analysis guidebook* (1st Edition). Thousand Oaks, California: Sage Publications. ISBN: 978-0761919773.
- Nguyen, M. H., Phan, A. C., & Matsui, Y. (2018). Contribution of quality management practices to sustainability performance of Vietnamese firms. *Sustainability*, 10(2), 1–31. doi:10.3390/su10020375
- Oktem, U., Lewis, P., Donovan, D., Hagan, J., & Pace, T. (2004). EMS and sustainable development: A model and comparative studies of integration. *Greener Management International*, n.v.(46), 10–28. Retrieved from <http://www.jstor.org/stable/greemanainte.46.10>
- Orzes, G., Jia, F., Sartor, M., & Nassimbeni, G. (2017). Performance implications of SA8000 certification. *International Journal of Operations & Production Management*, 37(11), 1625–1653. doi:10.1108/IJOPM-12-2015-0730
- Oskarsson, K., & Malmborg, F. V. (2005). Integrated management systems as a corporate response to sustainable development. *Corporate Social Responsibility and Environmental Management*, 12(3), 121–128. doi:10.1002/csr.78
- Özen, S., Dedeoğlu, S. & Özbek, Ç. (2018). *Occupational health, safety, and risk groups in hazelnut production*. Washington, DC: Fair Labor Association. Retrieved from [http://www.fairlabor.org/sites/default/files/documents/reports/occupational\\_health\\_safety\\_and\\_risk\\_groups\\_april\\_2018.pdf](http://www.fairlabor.org/sites/default/files/documents/reports/occupational_health_safety_and_risk_groups_april_2018.pdf)
- Peršič, M., & Peršič, A. (2016). Standards of socially responsible management – Impact on sustainable development of the organization, the social and natural environment. *Management*, 21(n.n.), 207–225. Retrieved from <https://hrcak.srce.hr/155069>
- Pestana, M. H., & Gageiro, J. N. (2005). *Descobrimos a regressão com a complementaridade do SPSS* (1.ª Edição). Lisboa, Portugal: Edições Sílabo. ISBN: 972-618-394-4.
- Pestana, M. H., & Gageiro, J. N. (2008). *Análise de dados para ciências sociais. A complementaridade do SPSS* (5.ª Edição). Lisboa, Portugal: Edições Sílabo. ISBN: 978-972-618-498-0.
- Pestana, M. H., & Gageiro, J. N. (2009). *Análise categórica, árvores de decisão e análise de conteúdo: Em ciências sociais e da saúde com o SPSS* (1.ª Edição). Porto, Portugal: Lidel. ISBN: 978-972-757-585-5.
- Pestana, M. H., & Gageiro, J. N. (2014). *Análise de dados para ciências sociais. A complementaridade do SPSS* (6.ª Edição). Lisboa, Portugal: Edições Sílabo. ISBN: 978-972-618-775-2.
- Pinto, J. (2017). A multifocal framework for developing intentionally sustainable organizations. *Current Opinion in Environmental Sustainability*, 28(n.n.), 17–23. doi: 10.1016/j.cosust.2017.07.002

- Pires, A. R. (2012). *Sistema de gestão da qualidade – Ambiente, segurança, responsabilidade social, indústria, serviços, administração pública e educação* (1.ª Edição). Lisboa, Portugal: Edições Sílabo. ISBN: 978-972-618-663-2.
- PricewaterhouseCoopers. (2018). *Os desafios das empresas portuguesas na priorização dos ODS e no relato não-financeiro 2017: Estará a sua empresa preparada?*. Lisboa, Portugal: PricewaterhouseCoopers (PwC). Retrieved from <https://www.pwc.pt/pt/sustentabilidade/ods/pwc-report-ods.pdf>
- Qi, G., Zeng, S., Yin, H., & Lin, H. (2013). ISO and OHSAS certifications: How stakeholders affect corporate decisions on sustainability. *Management Decision*, 51(10), 1983–2005. doi:10.1108/MD-11-2011-0431
- Quelhas, O. L. G., & Lima, G. B. A. (2006). Occupational health and safety management system: A critical success factor in the introduction of the principles of sustainable development in Brazilian organizations. *A Journal on Integrated Management of Occupational Health and the Environment*, 1(2), 1–35. Retrieved from <http://www3.sp.senac.br/hotsites/blogs/InterfacEHS/wp-content/uploads/2013/07/2006-v2-art2ingles.pdf>
- Radhouane, I., Nekhili, M., Nagati, H., & Paché, G. (2018). The impact of corporate environmental reporting on customer-related performance and market value. *Management Decision*, 56(7), 1630–1659. doi:10.1108/MD-03-2017-0272
- Ramin, K. (2013). Integrated reporting and intellectual capital – Concepts and possible solutions. In T. M. Fischer & I. Wulf (Editors), *Wissensbilanzen im mittelstand* (109–124), Stuttgart, Germany: Schaeffer-Poeschel. Retrieved from: [https://www.acfe.com/uploadedFiles/ACFE\\_Website/Content/european/Course\\_Materials/2014/cpp/5A-Supplement1.pdf](https://www.acfe.com/uploadedFiles/ACFE_Website/Content/european/Course_Materials/2014/cpp/5A-Supplement1.pdf)
- Ramin, K., & Lew, S. (2015). A model for integrated capital disclosure and performance reporting: Separating objects from value. *Journal of Sustainable Finance & Investment*, 5(1-2), 27–47. doi:10.1080/20430795.2015.1042829
- Ramos, T. B., Cecílio, T., Douglas, C. H., & Caeiro, S. (2013). Corporate sustainability reporting and the relations with evaluation and management frameworks: The Portuguese case. *Journal of Cleaner Production*, 52(n.n.), 317–328. doi:10.1016/j.jclepro.2013.03.002
- Rebelo, M. F., Santos, G., & Silva, R. (2016). Integration of management systems: Towards a sustained success and development of organizations. *Journal of Cleaner Production*, 127(n.n.), 96–111. doi:10.1016/j.jclepro.2016.04.011
- Regulamento (UE) n.º 2018/2026, de 19 de Dezembro. *Jornal Oficial da União Europeia* n.º L 325. Bruxelas, Bélgica: Parlamento Europeu. Retrieved from <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/pt/txt/pdf/?uri=celex:32018r2026&from=pt>
- Revista Exame. (2018a). *100 Melhores empresas para trabalhar*. Publicada a 1 de Novembro de 2018 (Publicação Anual). Edição n.º 415, pp. 28–176.
- Revista Exame. (2018b). *500 Maiores & melhores*. Publicada a 1 de Dezembro de 2018 (Publicação Anual). Edição Especial n.º 23, pp. 68–87.
- Revista Exame. (2019). *1000 PME*. Publicada a 1 de Janeiro de 2019 (Publicação Anual). Edição n.º 417, pp. 86–106.

- Ribeiro, A. V., Fonseca, L. M., & Santos, S. (2018). *Economia verde e economia circular: Desafios e oportunidades* (1.ª Edição). Porto, Portugal: Instituto Superior de Engenharia do Porto (ISEP). ISBN: 978-989-54236-0-6.
- Rocha, M., & Searcy, C. (2012). Embedding sustainable development in organizations through an integrated management systems approach. In C. Ghenai (Editor), *Sustainable development – Policy and urban development – Tourism, life science, management and environment* (pp. 321–340) (1st Edition). Rijeka, Croatia: InTech. doi:10.5772/26830
- Rocha, M., Searcy, C., & Karapetrovic, S. (2007). Integrating sustainable development into existing management systems. *Total Quality Management & Business Excellence*, 18(1-2), 83–92. doi:10.1080/14783360601051594
- Rodriguez, M. A., Ricart, J. E., & Sanchez, P. (2002). Sustainable development and the sustainability of competitive advantage: A dynamic and sustainable view of the firm. *Sustainable Development and Competitive Advantage*, 11(3), 135–146. doi:10.1111/1467-8691.00246
- Rossi, A., & Tarquinio, L. (2017). An analysis of sustainability report assurance statements: Evidence from Italian listed companies. *Managerial Auditing Journal*, 32(6), 578–602. doi:10.1108/MAJ-07-2016-1408
- Rusko, M., Sablik, J., Marková, P., Lach, M., & Friedrich, S. (2014). Sustainable development, quality management system and environmental management system in Slovak Republic. *Procedia Engineering*, 69(n.n.), 486–491. doi:10.1016/j.proeng.2014.03.016
- Sampaio, P. (2008). *Estudo do fenómeno ISO 9000: Origens, motivações, consequências e perspectivas*. Tese de Doutoramento, Escola de Engenharia (EEng) – Universidade do Minho (UM), Braga, Portugal.
- Sampaio, P., & Saraiva, P. (2011). *Qualidade e as normas ISO 9000: Mitos, verdades e consequências* (1.ª Edição). Lisboa, Portugal: Verlag Dashöfer. ISBN: 978-989-642-126-7.
- Samy, G. M., Samy, C., P., & Ammasaiappan, M. (2015). Integrated management systems for better environmental performance and sustainable development – A review. *Environmental Engineering and Management Journal*, 14(5), 985–1000. Retrieved from <http://omicron.ch.tuiasi.ro/EEMJ/>
- Santos, G., Murmura, F., & Bravi, L. (2018). SA 8000 as a tool for a sustainable development strategy. *Corporate Social Responsibility and Environmental Management*, 25(1), 95–105. doi:10.1002/csr.1442
- Santos, G., Rebelo, M., Barros, S., & Pereira, M. (2012). Certification and integration of environment with quality and safety – A path to sustained success. In S. Curkovic (Editor), *Sustainable development – Authoritative and leading edge content for environmental management* (pp. 193–218) (1st Edition). Rijeka, Croatia: InTech. doi:10.5772/48414
- Saunders, M., Lewis, P., & Thornhill, A. (2007). *Research methods for business students* (4th Edition). Edinburgh Gate, UK: Pearson Education. ISBN: 978-0-273-70148-4.

- Schwartz, B., & Tilling, K. (2009). 'ISO-lating' corporate social responsibility in the organizational context: A dissenting interpretation of ISO 26000. *Corporate Social Responsibility and Environmental Management*, 16(5), 289–299. doi:10.1002/csr.211
- Searcy, C., Karapetrovic, S., & McCartney, D. (2008). Application of a systems approach to sustainable development performance measurement. *International Journal of Productivity and Performance Management*, 57(2), 182–197. doi:10.1108/17410400810847429
- Sebhatu, S. P., & Enquist, B. (2007). ISO 14001 as a driving force for sustainable development and value creation. *The TQM Magazine*, 19(5), 468–482. doi:10.1108/09544780710817883
- Silveira, L. M., & Petrini, M. (2018). Sustainable development and corporate social responsibility: A bibliometric analysis of international scientific production. *Gestão & Produção*, 25(1), 56–67. doi:10.1590/0104-530X3173-16
- Siva, V., Gremyr, I., Bergquist, B., Garvare, R., Zobel, T., & Isaksson, R. (2016). The support of quality management to sustainable development: A literature review. *Journal of Cleaner Production*, 138(2), 148–157. doi:10.1016/j.jclepro.2016.01.020
- Social Accountability International. (2014). *International Standard: SA 8000:2014 Social accountability* (4th Edition). New York, NY: Social Accountability International (SAI).
- Sofian, I., & Dumitru, M. (2017). The compliance of the integrated reports issued by European financial companies with the international integrated reporting framework. *Sustainability*, 9(1319), 1–16. doi:10.3390/su9081319
- Stacchezzini, R., Melloni, G., & Lai, A. (2016). Sustainability management and reporting: The role of integrated reporting for communicating corporate sustainability management. *Journal of Cleaner Production*, 136(n.n.), 102–110. doi:10.1016/j.jclepro.2016.01.109
- Steurer, R., Langer, M. E., Konrad, A., & Martinuzzi, A. (2005). Corporations, stakeholders and sustainable development I: A theoretical exploration of business–society relations. *Journal of Business Ethics*, 61(3), 263–281. doi:10.1007/s10551-005-7054-0
- Strezov, V., Evans, A., & Evans, T. J. (2017). Assessment of the economic, social and environmental dimensions of the indicators for sustainable development. *Sustainable Development*, 25(3), 242–253. doi:10.1002/sd.1649
- Suchman, M. C. (1995). Managing legitimacy: Strategic and institutional approaches. *Academy of Management Review*, 20(3), 571–610. doi:10.5465/AMR.1995.9508080331
- Suplemento do Jornal Expresso. (2018). *1000 Maiores*. Publicada a 15 de Dezembro de 2018 (Publicação Anual). Edição n.º 2407, pp. 12–30.
- Tagesson, T., Blank, V., Broberg, P., & Collin, S.-O. (2009). What explains the extent and content of social and environmental disclosures on corporate websites: A study of social and environmental reporting in Swedish listed corporations. *Corporate Social Responsibility and Environmental Management*, 16(6), 352–364. doi:10.1002/csr.194

- Tavares, M. C. C., & Dias, A. P. (2018). Theoretical perspectives on sustainability reporting: A literature review. In A. Salman & M. G. A. Razzaq (Editors), *Accounting from a cross-cultural perspective* (pp. 51–70) (1st Edition). London, UK: IntechOpen. ISBN 978-1-78984-279-1. doi:10.5772/intechopen.76951
- Todorut, A. V. (2012). Sustainable development of organizations through total quality management. *Procedia - Social and Behavioral Sciences*, 62(n.n.), 927–931. doi:10.1016/j.sbspro.2012.09.157
- Tregidga, H., & Milne, M. J. (2006). From sustainable management to sustainable development: A longitudinal analysis of a leading New Zealand environmental reporter. *Business Strategy and the Environment*, 15(4), 219–241. doi:10.1002/bse.534
- Tsai, W. H., & Chou, W. H. (2009). Selecting management systems for sustainable development in SMEs: A novel hybrid model based on DEMATEL, ANP, and ZOGP. *Expert Systems with Applications*, 36(2), 1444–1458. doi:10.1016/j.eswa.2007.11.058
- Tsalis, T. A., Stylianou, M. S., & Nikolaou, I. E. (2018). Evaluating the quality of corporate social responsibility reports: The case of occupational health and safety disclosures. *Safety Science*, 109(n.n.), 313–323. doi:10.1016/j.ssci.2018.06.015
- Tuczek, F., Castka, P., & Wakolbinger, T. (2018). A review of management theories in the context of quality, environmental and social responsibility voluntary standards. *Journal of Cleaner Production*, 176(n.n.), 399–416. doi:10.1016/j.jclepro.2017.12.161
- União Europeia. (2009). *Regulamento europeu: EMAS III:2009 Eco-management and audit scheme (EMAS)*. Regulamento (CE) n.º 1221/2009 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 25 de Novembro, relativo à participação voluntária de organizações num sistema comunitário de ecogestão e auditoria, que revoga o Regulamento (CE) n.º 761/2001 e as Decisões 2001/681/CE e 2006/193/CE da Comissão. Jornal Oficial da União Europeia, L 342. Bruxelas, Bélgica: Comissão Europeia (CE) da União Europeia (UE). Retrieved from <https://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=OJ:L:2009:342:0001:0045:PT:PDF>
- União Europeia. (2017). *Regulamento europeu: EMAS III:2017 Eco-management and audit scheme (EMAS)*. Regulamento (UE) n.º 2017/1505 da Comissão, de 28 de agosto de 2017, que altera os anexos I, II e III do Regulamento (CE) n.º 1221/2009 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 25 de novembro, relativo à participação voluntária de organizações num sistema comunitário de ecogestão e auditoria. Jornal Oficial da União Europeia, L 222. Bruxelas, Bélgica: Comissão Europeia (CE) da União Europeia (UE). Retrieved from <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:32017R1505&from=EN>
- United Nations Global Compact Network Portugal. (2019a). *Lista de membros associados do united nations global compact network Portugal* (UNGC NP) (Atualizada a 31 de Maio de 2019). Lisboa, Portugal: United Nations Global Compact Network Portugal (UNGC NP). Retrieved from <http://globalcompact.pt/about/membros-gcnp>

- United Nations Global Compact Network Portugal. (2019b). *Lista de organizações aderentes da aliança objetivos de desenvolvimento sustentável Portugal* (Aliança ODS Portugal) (Atualizada a 31 de Julho de 2019). Lisboa, Portugal: United Nations Global Compact Network Portugal (UNGC NP). Retrieved from <http://globalcompact.pt/alianca-ods/2016-09-21-11-27-15>
- United Nations Global Compact Network Portugal. (2019c). *United Nations Global Compact Network Portugal* (UNGC NP). Retrieved from <http://globalcompact.pt/>
- United Nations Global Compact. (2019). *United Nations Global Compact* (UNGC). Retrieved from <https://www.unglobalcompact.org/>
- United Nations. (1987). *Our common future*. In the report of the World Commission on Environment and Development (WCED). General Assembly Resolution A/42/427. New York, NY: United Nations (UN). Retrieved from [http://www.un.org/ga/search/view\\_doc.asp?symbol=A/42/427&Lang=E](http://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/42/427&Lang=E)
- United Nations. (2015). *Transforming our world: The 2030 agenda for sustainable development*. General Assembly Resolution A/RES/70/1. New York, NY: United Nations (UN). Retrieved from [http://www.un.org/ga/search/view\\_doc.asp?symbol=A/RES/70/1&Lang=E](http://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/RES/70/1&Lang=E)
- Veiga, L. G. N., & Tortato, U. (2014). Visão baseada em recursos e sustentabilidade: O paradoxo da proteção de estratégias sustentáveis e as oportunidades do compartilhamento de recursos. *Revista de Administração IMED*, 4(2), 220–232. doi: 10.18256/2237-7956/raimed.v4n2p220-232
- Weber, R. P. (1988). *Basic content analysis* (2nd Edition). Sage University Paper Series on Quantitative Applications in the Social Sciences, Series n.º 49. California, CA: Sage University Paper. ISBN: 0-8039-3863-2
- Wernerfelt, B. (1984). A resource-based view of the firm. *Strategic Management Journal*, 5(2), 171–180. doi:10.1002/smj.4250050207
- World Business Council for Sustainable Development. (2002). *Sustainable development reporting: Striking the balance*. Geneva, Switzerland: World Business Council for Sustainable Development (WBCSD). ISBN: 2-940240-45-0. Retrieved from <https://docs.wbcsd.org/2002/12/SustainableDevReporting-StrikingTheBalance.pdf>
- World Business Council for Sustainable Development. (2018). *Business Council for Sustainable Development* (WBCSD). Retrieved from <https://www.wbcsd.org/>
- Yadava, R. N., & Sinha, B. (2016). Scoring sustainability reports using GRI 2011 guidelines for assessing environmental, economic, and social dimensions of leading public and private Indian companies. *Journal of Business Ethics*, 138(3), 549–558. doi:10.1007/s10551-015-2597-1
- Zink, K. J. (2007). From total quality management to corporate sustainability based on a stakeholder management. *Journal of Management History*, 13(4), 394–401. doi:10.1108/17511340710819615
- Zorpas, A. (2010). Environmental management systems as sustainable tools in the way of life for the SMEs and VSMEs. *Bioresource Technology*, 101(6), 1544–1557. doi:10.1016/j.biortech.2009.10.022

# ANEXOS

- 7.1 FUNDAMENTAÇÃO DAS CATEGORIAS E SUBCATEGORIAS DE ANÁLISE
- 7.2 OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
- 7.3 SISTEMAS DE GESTÃO E A COMUNICAÇÃO ORGANIZACIONAL
- 7.4 CARATERIZAÇÃO DO UNIVERSO E AMOSTRA DE INVESTIGAÇÃO
- 7.5 FUNDAMENTAÇÃO DO TRATAMENTO ESTATÍSTICO
- 7.6 MÓDULOS DA BASE DE DADOS DE INVESTIGAÇÃO
- 7.7 ORGANIZAÇÕES CERTIFICADAS EM QUALIDADE, AMBIENTE E SEGURANÇA



## 7 ANEXOS

No presente capítulo são apresentados os vários anexos em termos da fundamentação das categorias e subcategorias de análise, caracterização do universo e amostra de investigação, fundamentação do tratamento estatístico, módulos da base de dados de investigação e organizações certificadas em qualidade, ambiente e segurança (QAS).

### 7.1 FUNDAMENTAÇÃO DAS CATEGORIAS E SUBCATEGORIAS DE ANÁLISE

Hoje, o processo de comunicação de resultados sobre desenvolvimento sustentável às partes interessadas no âmbito das suas três dimensões, isto é, económica, ambiental e social, já faz parte da estratégia de negócio de diversas organizações a nível mundial e nacional (Carvalho & Santos, 2018a). Para isso, muito contribui, por exemplo, toda a ênfase que os múltiplos requisitos normativos que sustentam os sistemas de gestão da qualidade (ISO 9001), ambiente (ISO 14001/EMAS), segurança e saúde do trabalho (ISO 45001/BS OHSAS 18001/NP 4397) e responsabilidade social (ISO 26000/SA 8000/NP 4469) dão à questão da necessidade da comunicação (interna e externa) com as partes interessadas (Carvalho & Santos, 2018a, 2018b). Por sua vez, as diretrizes para relato da sustentabilidade propostas pela *Global Reporting Initiative* (GRI), desde 2000, muito têm contribuído, ao longo das últimas duas décadas, para a melhoria do processo de comunicação organizacional no âmbito das dimensões económica, ambiental e social do desenvolvimento sustentável (Carvalho & Santos, 2018a). Destaca-se, neste caso, o aumento da publicação de relatórios de sustentabilidade (Carvalho & Santos, 2018a).

Neste sentido, a fundamentação das categorias e subcategorias de análise foi baseada nas normas GRI (universais e tópicos específicos), ou seja, na GRI 103 “Abordagem de Gestão”, na GRI 200 “Económica”, na GRI 300 “Ambiental” e na GRI 400 “Social” (ver GRI, 2016, 2018), bem como nos diversos recursos de reporte disponíveis pelo projeto “PME Sustentável” (APEE, 2018, 2019c). Desta forma, recorde-se que o projeto “PME Sustentável” (APEE, 2018, 2019c) visou, entre outros objetivos, o desenvolvimento de ferramentas práticas de auxílio ao reporte não financeiro, adaptadas ao atual contexto português, no seguimento da publicação do Decreto-Lei n.º 89/2017, de 28 de julho, que transpõe para a ordem jurídica nacional a Diretiva n.º 2014/95/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 22 de outubro, que altera a Diretiva n.º 2013/34/UE, de 26 de junho, no que se refere, em geral, à divulgação de informações não financeiras e de informações sobre a diversidade por parte de certas grandes empresas e grupos empresariais (económicos) nacionais (ver APEE, 2018, 2019c, Evangelista et al., 2018).

A tabela 11 apresenta a fundamentação das categorias e subcategorias de análise em termos dos conteúdos da informação que é divulgada nos relatórios institucionais.

Tabela 11 - Fundamentação das categorias e subcategorias de análise (adaptado de APEE, 2019c; GRI, 2016, 2018).

<b>Categorias e subcategorias (itens de análise)</b>	<b>Conteúdos da informação reportada (itens de resultados divulgados)</b>
<b>GRI 200: Económica</b>	
GRI 103: Abordagem de gestão (económica)	103-1: Explicação do tópico material e dos seus limites; 103-2: A abordagem de gestão e respetivos componentes; 103-3: Avaliação da abordagem de gestão
GRI 201: Desempenho económico	201-1: Valor económico direto gerado e distribuído; 201-2: Implicações financeiras e outros riscos e oportunidades decorrentes das alterações climáticas; 201-3: Obrigações definidas para os planos de benefícios dos trabalhadores e outros planos de reforma; 201-4: Assistência financeira do Estado
GRI 202: Presença no mercado	202-1: Variação da proporção do salário à entrada, por género, comparado com o salário mínimo local; 202-2: Proporção de gestores seniores contratados na comunidade local
GRI 203: Impactos económicos indiretos	203-1: Investimentos em infraestrutura e serviços suportados; 203-2: Impactos económicos indiretos significativos
GRI 204: Práticas de aquisição	204-1: Proporção de custos com os fornecedores locais
GRI 205: Anticorrupção	205-1: Operações avaliadas para riscos relacionados com a corrupção; 205-2: Comunicação e formação sobre políticas e procedimentos anticorrupção; 205-3: Incidentes confirmados de corrupção e ações desenvolvidas
GRI 206: Comportamento anticompetitivo	206-1: Ações legais por práticas de comportamento anticompetitivo, concorrência desleal e monopólio
<b>GRI 300: Ambiental</b>	
GRI 103: Abordagem de gestão (ambiental)	103-1: Explicação do tópico material e dos seus limites; 103-2: A abordagem de gestão e respetivos componentes; 103-3: Avaliação da abordagem de gestão
GRI 301: Materiais	301-1: Materiais usados por peso ou volume; 301-2: Materiais reciclados usados; 301-3: Produtos recuperados e os respetivos materiais de embalagem
GRI 302: Energia	302-1: Consumo de energia dentro da organização; 302-2: Consumo de energia fora da organização; 302-3: Intensidade energética; 302-4: Redução do consumo de energia; 302-5: Reduções nos requisitos de energia de produtos e serviços
GRI 303: Água*	303-1: Captação de água por fonte; 303-2: Fontes hídricas significativamente afetadas pela captação de água; 303-3: Água reciclada ou reutilizada
GRI 304: Biodiversidade	304-1: Unidades operacionais próprias, arrendadas ou administradas dentro ou nas adjacências de áreas protegidas e de áreas de alto valor para a biodiversidade situadas fora de áreas protegidas; 304-2: Impactes significativos das atividades, produtos e serviços na biodiversidade; 304-3: Habitats protegidos ou restaurados; 304-4: Espécies incluídas na lista vermelha da <i>International Union for Conservation of Nature</i> (IUCN) e em listas nacionais de conservação com habitats situados em áreas afetadas por operações da organização

(Continuação)

<b>Categorias e subcategorias</b>	<b>Conteúdos da informação reportada</b>
GRI 305: Emissões	305-1: Emissões diretas de Gases com Efeito de Estufa (GEE) (âmbito 1); 305-2: Emissões indiretas de GEE resultantes da produção de eletricidade (âmbito 2); 305-3: Outras emissões indiretas de GEE (âmbito 3); 305-4: Intensidade das emissões de GEE; 305-5: Redução das emissões de GEE; 305-6: Emissões de substâncias destruidoras da camada de ozono ( <i>Ozone-Depleting Substances</i> , ODS); 305-7: Emissões de óxidos de azoto (NOx), óxidos de enxofre (SOx) e outras emissões atmosféricas significativas
GRI 306: Efluentes e resíduos	306-1: Descargas de água discriminadas por qualidade e destino; 306-2: Resíduos discriminados por tipo e por método de eliminação; 306-3: Derrames significativos; 306-4: Transporte de resíduos perigosos; 306-5: Recursos hídricos afetados por descargas de água e/ou derramamentos
GRI 307: Conformidade ambiental	307-1: Incumprimento de leis e regulamentação ambiental
GRI 308: Avaliação ambiental de fornecedores	308-1: Novos fornecedores que foram analisados em critérios ambientais; 308-2: Impactes ambientais negativos na cadeia de fornecedores e ações desenvolvidas
<b>GRI 400: Social</b>	
GRI 103: Abordagem de gestão (social)	103-1: Explicação do tópico material e dos seus limites; 103-2: A abordagem de gestão e respetivos componentes; 103-3: Avaliação da abordagem de gestão
GRI 401: Emprego	401-1: Colaboradores contratados e rotatividade dos colaboradores; 401-2: Benefícios oferecidos aos colaboradores a tempo inteiro que não são disponibilizados aos colaboradores temporários ou a tempo parcial; 401-3: Licença parental
GRI 402: Relações laborais	402-1: Prazo mínimo para notificação sobre mudanças operacionais
GRI 403: Saúde e segurança no trabalho*	403-1: Representação dos colaboradores em comités formais de saúde e segurança, compostos por membros da administração e por outros colaboradores; 403-2: Tipos e taxas de lesões, doenças ocupacionais, dias perdidos e absentismo, e número de mortes relacionadas com o trabalho; 403-3: Trabalhadores com doenças de elevada incidência ou de elevado risco relacionadas com a sua atividade ocupacional; 403-4: Temas de saúde e segurança abrangidos em acordos formais com sindicatos
GRI 404: Formação e educação	404-1: Média de horas de formação, por ano, por colaborador; 404-2: Programas para atualizar as competências dos colaboradores e programas de assistência à transição; 404-3: Percentagem de colaboradores que recebem avaliações regulares ao desempenho e ao desenvolvimento de carreira
GRI 405: Diversidade e igualdade de oportunidades	405-1: Diversidade nos órgãos de governo e nos colaboradores; 405-2: Proporção do salário básico e remuneração entre mulheres e homens
GRI 406: Não discriminação	406-1: Incidentes de discriminação e ações corretivas aplicadas
GRI 407: Liberdade de associação e negociação coletiva	407-1: Unidades operacionais e fornecedores em que os direitos de liberdade de associação e de negociação coletiva possam estar em risco
GRI 408: Trabalho infantil	408-1: Unidades operacionais e fornecedores em risco significativo de episódios com trabalho infantil

(Continuação)

<b>Categorias e subcategorias</b>	<b>Conteúdos da informação reportada</b>
GRI 409: Trabalho forçado ou compulsório	409-1: Unidades operacionais e fornecedores em risco significativo de episódios de trabalho forçado ou compulsório
GRI 410: Práticas de segurança	410-1: Pessoal da segurança treinado em políticas e procedimentos de direitos humanos
GRI 411: Direitos dos povos indígenas	411-1: Incidentes de violações envolvendo os direitos dos povos indígenas
GRI 412: Avaliação de direitos humanos	412-1: Unidades operacionais que tenham sido sujeitas a análises de direitos humanos ou avaliações de impacto; 412-2: Formação dos colaboradores em políticas e procedimentos de direitos humanos; 412-3: Acordos de investimento significativos e contratos que incluam cláusulas de direitos humanos ou que tenham sido avaliados em direitos humanos
GRI 413: Comunidades locais	413-1: Unidades operacionais com envolvimento da comunidade local, avaliação de impactos e programas de desenvolvimento; 413-2: Unidades operacionais com impactos negativos, atuais ou potenciais, nas comunidades locais
GRI 414: Avaliação social de fornecedores	414-1: Novos fornecedores que foram avaliados em critérios sociais; 414-2: Impactes sociais negativos na cadeia de fornecedores e ações desenvolvidas
GRI 415: Políticas públicas	415-1: Contribuições políticas (contribuições para partidos e/ou políticos)
GRI 416: Saúde e segurança do cliente	416-1: Avaliação dos impactos na saúde e segurança de categorias de produtos ou serviços; 416-2: Incidentes de não conformidade relacionados aos impactos na saúde e segurança de produtos e serviços
GRI 417: Publicidade e rotulagem	417-1: Requisitos para informação e rotulagem de produtos e serviços; 417-2: Incidentes de não conformidade relacionados com as informações e rotulagem de produtos e serviços; 417-3: Incidentes de não conformidade relacionados com as comunicações de publicidade ( <i>marketing</i> )
GRI 418: Privacidade do cliente	418-1: Reclamações comprovadas relativas a violações de privacidade e perda de dados do cliente
GRI 419: Conformidade socioeconómica	419-1: Incumprimento de leis e regulamentação na área social e económica
(*) Notas: Atualização das subcategorias de análise e conteúdos da GRI versão 2016 (ver GRI, 2018):	
GRI 303: Água e efluentes	303-1: Interações com a água como um recurso compartilhado; 303-2: Gestão de impactos relacionados com a descarga de água; 303-3: Captação de água; 303-4: Descarga de água; 303-5: Consumo de água
GRI 403: Saúde e segurança no trabalho	403-1: Sistema de gestão da saúde e segurança no trabalho; 403-2: Identificação de perigos, avaliação de riscos e investigação de incidentes; 403-3: Serviços de saúde ocupacional; 403-4 Participação, consulta e comunicação dos trabalhadores sobre saúde e segurança no trabalho; 403-5 Formação de trabalhadores em saúde e segurança no trabalho; 403-6 Promoção da saúde dos trabalhadores; 403-7: Prevenção e mitigação de impactos na saúde e segurança dos trabalhadores diretamente ligados por relações comerciais; 403-8: Trabalhadores abrangidos por um sistema de gestão da saúde e segurança no trabalho; 403-9: Lesões relacionadas com o trabalho; 403-10: Problemas de saúde relacionados com o trabalho

Nota: GRI, *Global Reporting Initiative*. GRI *Sustainability Reporting Standards* (GRI *Standards version 2016 and version 2018*).

## 7.2 OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

A tabela 12 enumera os 17 objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS), propostos pelas Nações Unidas, na sua versão resumida e detalhada (ver BCSD Portugal, 2019a).

Tabela 12 - Enumeração dos objetivos de desenvolvimento sustentável (adaptado de BCSD Portugal, 2019a).

<b>Objetivos de desenvolvimento sustentável</b>	
<b>Versão resumida</b>	<b>Versão detalhada</b>
ODS 01: Erradicar a pobreza	Erradicar a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares
ODS 02: Erradicar a fome	Erradicar a fome, alcançar a segurança alimentar, melhorar a nutrição e promover a agricultura sustentável
ODS 03: Saúde de qualidade	Garantir o acesso à saúde de qualidade e promover o bem-estar para todos, em todas as idades
ODS 04: Educação de qualidade	Garantir o acesso à educação inclusiva, de qualidade e equitativa, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos
ODS 05: Igualdade de género	Alcançar a igualdade de género e empoderar todas as mulheres e raparigas
ODS 06: Água potável e saneamento	Garantir a disponibilidade e a gestão sustentável da água potável e do saneamento para todos
ODS 07: Energias renováveis e acessíveis	Garantir o acesso a fontes de energia fiáveis, sustentáveis e modernas para todos
ODS 08: Trabalho digno e crescimento económico	Promover o crescimento económico inclusivo e sustentável, o emprego pleno e produtivo e o trabalho digno para todos
ODS 09: Indústria, inovação e infraestruturas	Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação
ODS 10: Reduzir as desigualdades	Reduzir as desigualdades no interior dos países e entre países
ODS 11: Cidades e comunidades sustentáveis	Tornar as cidades e comunidades inclusivas, seguras, resilientes e sustentáveis
ODS 12: Produção e consumo sustentáveis	Garantir padrões de consumo e de produção sustentáveis
ODS 13: Ação climática	Adotar medidas urgentes para combater as alterações climáticas e os seus impactos
ODS 14: Proteger a vida marinha	Conservar e usar de forma sustentável os oceanos, mares e os recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável
ODS 15: Proteger a vida terrestre	Proteger, restaurar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, travar e reverter a degradação dos solos e travar a perda de biodiversidade
ODS 16: Paz, justiça, instituições eficazes	Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas a todos os níveis
ODS 17: Parcerias para a implementação dos objetivos	Reforçar os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável

Nota: ODS, Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

### 7.3 SISTEMAS DE GESTÃO E A COMUNICAÇÃO ORGANIZACIONAL

A tabela 13 mostra os requisitos da comunicação (interna e externa) que constam das últimas edições dos vários referenciais normativos de sistemas de gestão da qualidade, ambiente, segurança e saúde do trabalho, responsabilidade social e sua integração.

Tabela 13 - Requisitos da comunicação (interna e externa) organizacional no âmbito dos sistemas de gestão.

Âmbito	Referencial	Requisitos da comunicação	Interna	Externa
Sistemas de gestão da qualidade	ISO 9001:2015	5.2.2 Comunicação da política da qualidade	✓	✓
		7.4 Comunicação	✓	✓
	ISO 9004:2018	8.2.1 Comunicação com o cliente		✓
		7.4 Comunicação	✓	✓
Sistemas de gestão ambiental	ISO 14001:2015	7.4 Comunicação	✓	✓
		7.4.1 Generalidades	✓	✓
		7.4.2 Comunicação interna	✓	
		7.4.3 Comunicação externa		✓
	EMAS III:2017	A.7.4 Comunicação	✓	✓
		A.7.4.1 Generalidades	✓	✓
		A.7.4.2 Comunicação interna	✓	
		A.7.4.3 Comunicação externa		✓
Sistemas de gestão da segurança e saúde do trabalho	ISO 45001:2018	B.7 Comunicação		✓
		7.4 Comunicação	✓	✓
		7.4.1 Generalidades	✓	✓
		7.4.2 Comunicação interna	✓	
	BS OHSAS 18001:2007*	7.4.3 Comunicação externa		✓
		4.4.3 Comunicação, participação e consulta	✓	✓
		4.4.3.1 Comunicação	✓	✓

Âmbito	Referencial	Requisitos da comunicação		
		Interna	Externa	
Sistemas de gestão da responsabilidade social	NP 4397:2008	4.4.3 Comunicação, participação e consulta	✓	✓
		4.4.3.1 Comunicação	✓	✓
	ISO 26000:2010	7.5 Comunicação sobre a responsabilidade social	✓	✓
		7.5.1 O papel da comunicação na responsabilidade social	✓	✓
		7.5.2 Características da informação relativa à responsabilidade social	✓	✓
		7.5.3 Tipos de comunicação sobre a responsabilidade social	✓	✓
		7.5.4 Diálogo com as partes interessadas no âmbito da comunicação sobre a responsabilidade social	✓	✓
	SA 8000:2014	9.5 Envolvimento e comunicação interna	✓	
	NP 4469:2019	7.4 Comunicação	✓	✓
		7.4.1 Generalidades	✓	✓
7.4.2 Comunicação interna		✓		
7.4.3 Comunicação externa			✓	
Sistemas integrados de gestão	PAS 99:2012	7.4 Comunicação	✓	✓
	UNE 66177:2005	Responsabilidade, autoridade e comunicação	✓	✓
		Informação, comunicação (interna e externa) e participação	✓	✓
	DS 8001:2005*	5.3.1 Comunicação interna	✓	
		5.3.2 Comunicação externa		✓
	AS/NZS 4581:1999*	1.4 Comunicação	✓	✓
		6. Sistema de comunicação e informação	✓	✓
6.3 Comunicação em emergências		✓	✓	

Nota: (\*) Anulada; AS, *Australian Standard*; BS, *British Standard*; DS, *Dansk Standard*; EMAS, *Eco-Management and Audit Scheme*; ISO, *International Organization for Standardization*; NP, *Norma Portuguesa*; NZS, *New Zealand Standard*; OHSAS, *Occupational Health and Safety Advisory Services*; PAS, *Publicly Available Specification*; SA, *Social Accountability*; UNE, *Una Norma Española*. Atenção: Todos os referenciais normativos que constam da tabela são referentes às últimas edições publicadas das normas.

## 7.4 CARATERIZAÇÃO DO UNIVERSO E AMOSTRA DE INVESTIGAÇÃO

### 7.4.1 UNIVERSO DE INVESTIGAÇÃO

Em Portugal, o universo (N) das organizações certificadas, no âmbito dos sistemas de gestão da qualidade (ISO 9001), ambiente (ISO 14001), segurança e saúde do trabalho (BS OHSAS 18001/NP 4397), era em 31 de dezembro de 2017, de 698 organizações. Neste seguimento, em termos da sua distribuição geográfica, no território nacional, as organizações certificadas em Qualidade, Ambiente, Segurança e Saúde do Trabalho (QASST), apresentam uma distribuição muito heterogénea pelos diversos distritos e regiões autónomas do país. Assim, pela análise do gráfico da figura 23, constata-se que o distrito de Lisboa é, de longe, o distrito português que apresenta o maior número de organizações aí sediadas, isto é, agrega um total de 223 (31,9%) organizações, cuja sede social se encontra aí registada. Por sua vez, através do gráfico também se verifica que o distrito do Porto é o segundo distrito nacional com maior representatividade ao nível destas organizações, ou seja, contempla um total de 124 (17,8%) organizações. Em termos gerais, os distritos de Lisboa e Porto, em conjunto, agregam um total de 347 (49,7%) organizações, ou seja, aproximadamente metade (50,0%) do universo das organizações portuguesas certificadas (QASST). Neste seguimento, importa também destacar a importância dos distritos de Aveiro, Braga e Setúbal, pois contribuem para o universo com respetivamente 60 (8,6%), 63 (9,0%) e 50 (7,2%) organizações, ou seja, estes três (3) distritos englobam um total de 173 (24,8%) organizações certificadas.

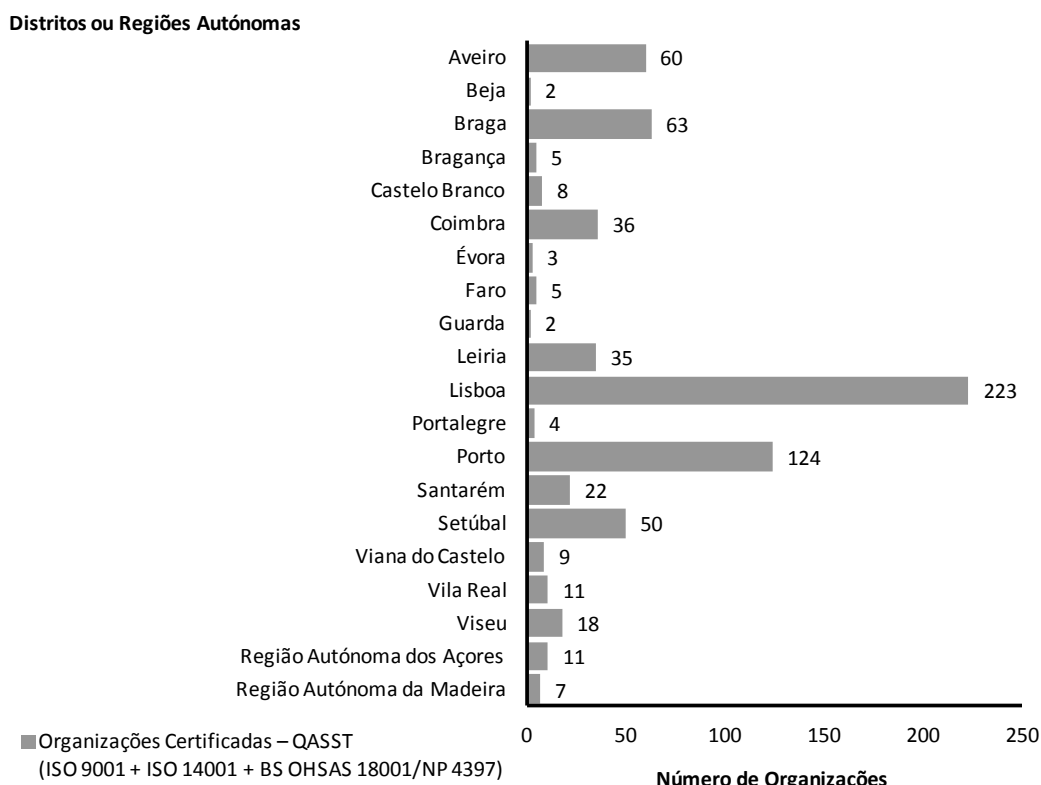


Figura 23 - Relação das organizações do universo distribuídas pelos distritos ou regiões autónomas de Portugal.

Por outro lado, o gráfico da figura 24 mostra a distribuição geográfica das organizações certificadas (QASST) segundo a Nomenclatura de Unidade Territorial (NUT II). Desta forma, constata-se que a NUT II designada por Lisboa agrega 256 (36,7%) organizações e, por sua vez, a NUT II denominada por Norte contempla 240 (34,4%) organizações.

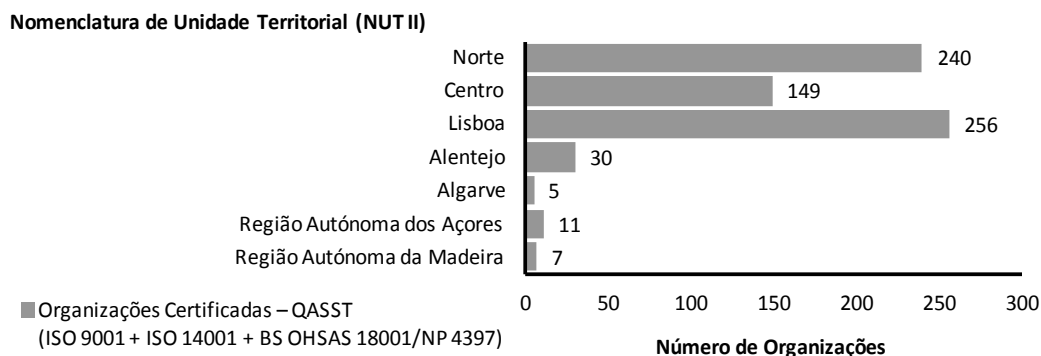


Figura 24 - Relação das organizações do universo distribuídas segundo a nomenclatura de unidade territorial.

Numa outra perspetiva, as organizações certificadas (QASST) também se distribuem de forma muito heterogénea pelos vários setores de atividade económica. Neste sentido, pela análise do gráfico da figura 25, verifica-se que 10 (1,4%) organizações enquadram-se no setor primário, 401 (57,4%) organizações pertencem ao setor secundário e, por fim, 287 (41,1%) organizações enquadram-se no setor terciário. Portanto, constata-se que o setor secundário de atividade é o mais representativo dentro deste universo. Por sua vez, o gráfico da figura 26 apresenta a distribuição das organizações do universo, segundo os códigos de atividade económica propostos pelo *International Accreditation Forum* (IAF). No geral, o setor primário agrega organizações que atuam nas áreas da pesca, agricultura e exploração mineira, o setor secundário enquadra organizações que atuam principalmente na indústria transformadora e construção civil e, por último, o setor terciário engloba as atividades inerentes ao comércio, transportes e serviços.

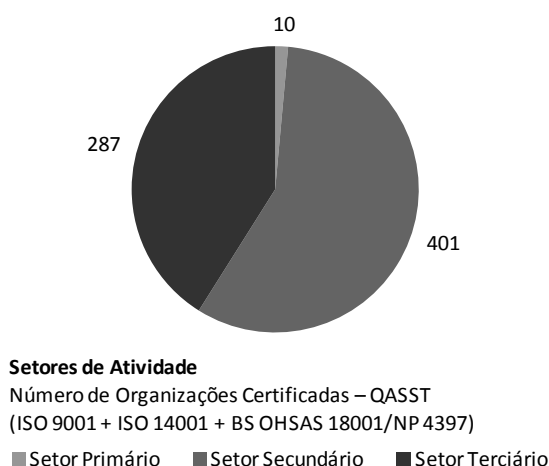


Figura 25 - Relação das organizações do universo distribuídas pelos três setores de atividade económica.

Pelo gráfico seguinte, constata-se que o setor de atividade económica denominado por construção [28] enquadra, de longe, o maior número de organizações do universo, ou seja, o setor da construção contempla 128 (18,3%) organizações. Por sua vez, o setor de atividade económica denominado por serviços de engenharia [34] é representado como o segundo mais representativo, isto é, agrega no total 62 (8,9%) organizações. Por outro lado, existem diversos outros setores com poucas organizações certificadas, assim, verifica-se a ocorrência de três (3) setores sem qualquer organização, ou seja, os setores das editoras [08], combustível nuclear [11] e indústria aeroespacial [21].

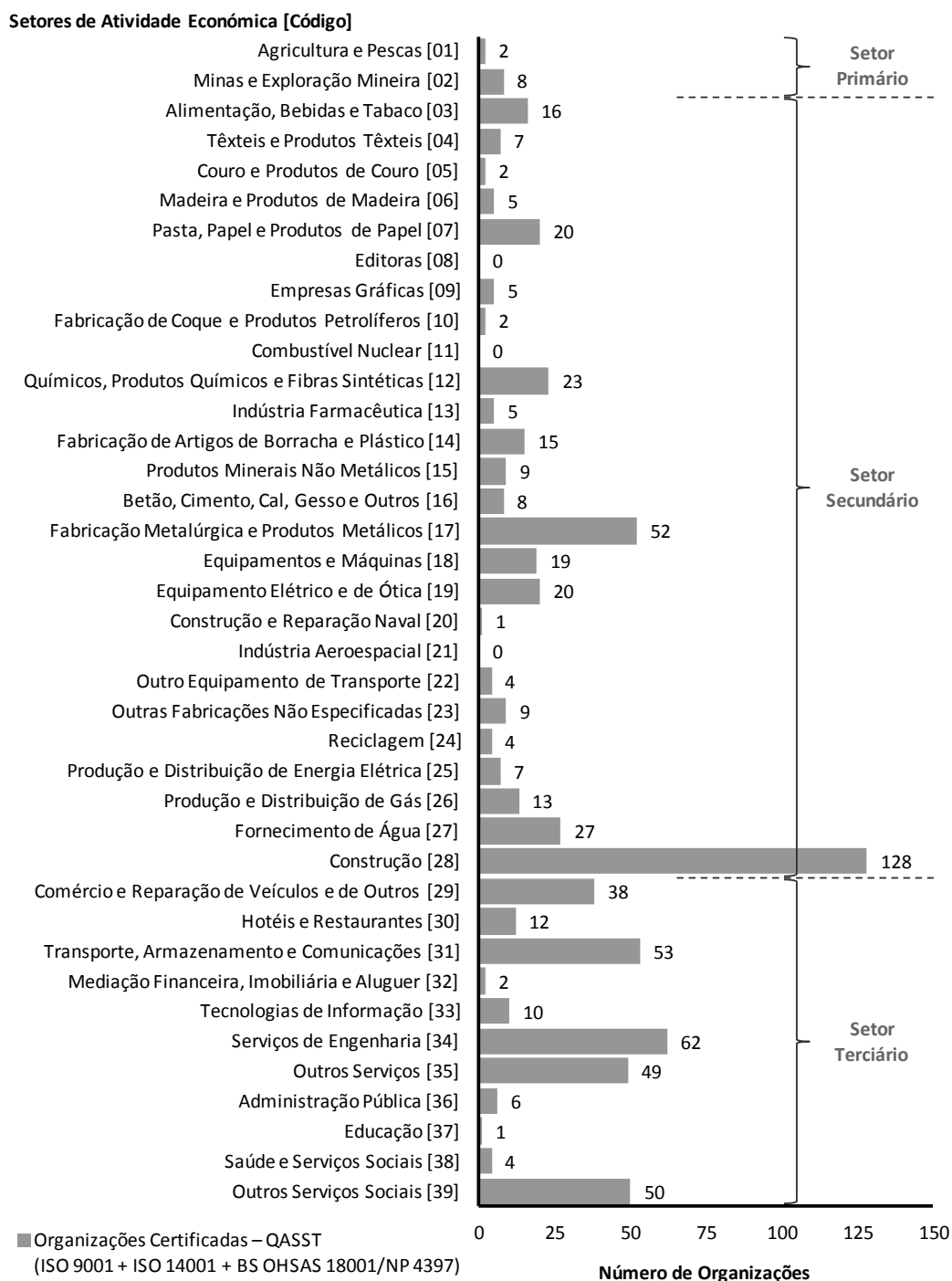


Figura 26 - Relação das organizações do universo distribuídas pelos setores de atividade económica.

Em termos de outra informação complementar, o gráfico da figura 27 mostra que 505 (72,3%) organizações assumem a forma jurídica de Sociedade Anónima (S.A.), 173 (24,8%) organizações assumem a forma jurídica de Sociedade por Quotas (LDA.) e, por fim, 20 (2,9%) organizações assumem outras formas jurídicas, tais como, por exemplo, a Empresa Intermunicipal (E.I.M.), a Empresa Municipal (E.M.), a Cooperativa (CRL.), o Agrupamento Complementar de Empresas (A.C.E.), entre outras possíveis designações.

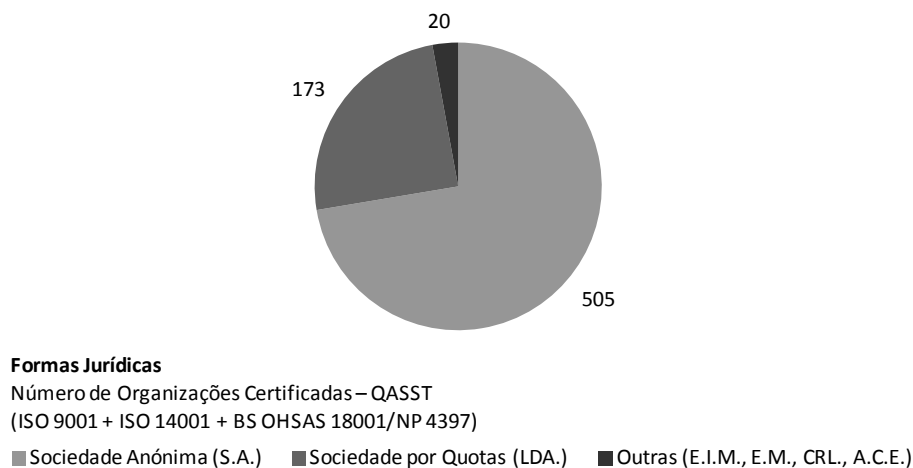


Figura 27 - Relação das organizações do universo distribuídas segundo a tipologia da forma jurídica.

Em termos de caracterização do universo, importa referir que estas organizações para além das referidas certificações, no âmbito dos sistemas de gestão da qualidade (ISO 9001), ambiente (ISO 14001), segurança e saúde do trabalho (BS OHSAS 18001/NP 4397), também implementaram e certificaram outros sistemas de gestão. Desta forma, o gráfico da figura 28 mostra que 32 (4,6%) e 17 (2,4%) organizações certificaram um sistema de gestão da responsabilidade social segundo as normas SA 8000 e NP 4469-1.

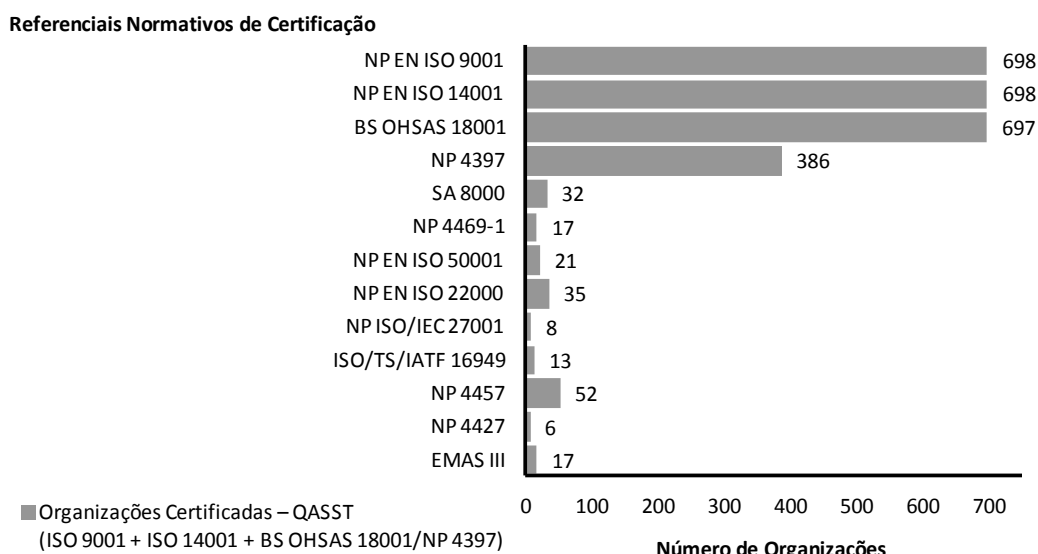


Figura 28 - Relação das organizações do universo distribuídas pelos referenciais normativos de certificação.

Neste momento, importa destacar que, no âmbito da certificação dos sistemas de gestão da qualidade (ISO 9001), ambiente (ISO 14001), segurança e saúde do trabalho (BS OHSAS 18001/NP 4397), o organismo de certificação designado por APCER – Associação Portuguesa de Certificação é, de longe, o mais representativo no mercado da certificação, pois contempla 310 (44,4%) organizações. Por sua vez, em segundo plano encontra-se o organismo de certificação denominado por SGS ICS – Serviços internacionais de Certificação que agrega 136 (19,5%) organizações (ver figura 29).

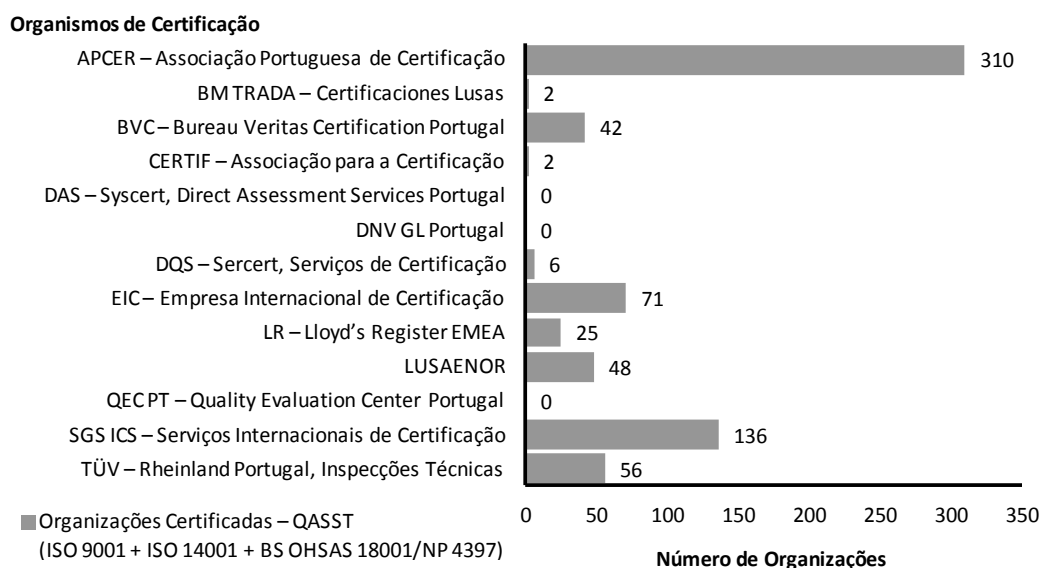


Figura 29 - Relação das organizações do universo distribuídas segundo os organismos de certificação.

Em Portugal, anualmente são publicados *rankings* empresariais na vertente económica e social. Desta forma, através da análise do gráfico da figura 30, constata-se que as organizações do universo encontram-se expostas nos *rankings* publicados em 2018, tais como, por exemplo, 5 (0,7%) organizações estão listadas no *ranking* das “1000 Melhores Empresas para Trabalhar” publicado pela revista EXAME, 82 (11,7%) estão listadas no *ranking* das “500 Maiores & Melhores” publicado pela revista EXAME, 145 (20,8%) estão listadas no *ranking* das “1000 Maiores” publicado pelo jornal EXPRESSO e 30 (4,3%) estão listadas no *ranking* das “1000 PME” publicado pela revista EXAME.

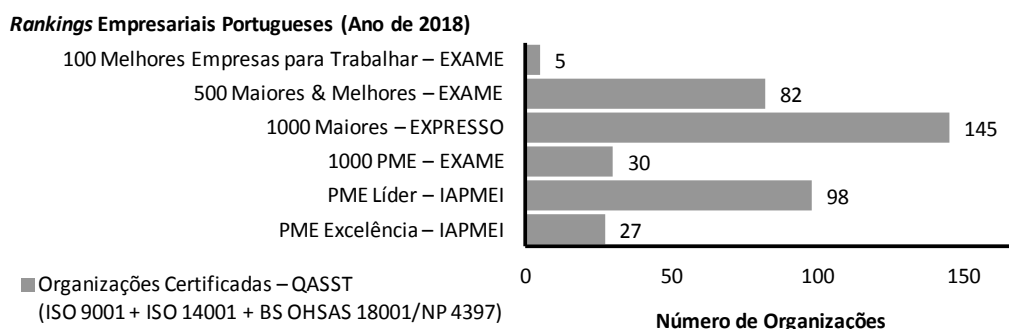


Figura 30 - Relação das organizações do universo distribuídas pelos *rankings* empresariais portugueses.

### 7.4.2 AMOSTRA DE INVESTIGAÇÃO

A amostra de investigação (n) é constituída por 235 (33,7%) organizações do universo (N), isto é, contempla todas as organizações portuguesas certificadas, no âmbito da Qualidade (ISO 9001), Ambiente (ISO 14001), Segurança e Saúde do Trabalho (BS OHSAS 18001/NP 4397), à data precisa de 31 de dezembro de 2017 e, por conseguinte, disponibilizavam um *website* institucional acessível, na internet, à data de 31 de julho de 2019, no qual divulgam os seus relatórios institucionais, pelo menos um, referente aos últimos quatro (4) anos. Portanto, em termos da sua distribuição geográfica as organizações certificadas em Qualidade, Ambiente, Segurança e Saúde do Trabalho (QASST), apresentam uma distribuição muito heterogénea pelos diversos distritos e regiões autónomas do país. Assim, pela análise do gráfico da figura 31, constata-se que o distrito de Lisboa é, de longe, o distrito português que apresenta o maior número de organizações aí sediadas, isto é, agrega um total de 90 (38,3%) organizações, cuja sede social se encontra aí registada. Por sua vez, através do gráfico também se verifica que o distrito do Porto é o segundo distrito nacional com maior representatividade ao nível destas organizações, ou seja, contempla um total de 37 (15,7%) organizações. Em termos gerais, os distritos de Lisboa e Porto, em conjunto, agregam um total de 127 (54,0%) organizações, ou seja, mais de metade (50,0%) da amostra das organizações portuguesas certificadas (QASST). Neste seguimento, importa também destacar a importância dos distritos de Aveiro, Braga e Setúbal, pois contribuem para a amostra de investigação com respetivamente 13 (5,5%), 14 (6,0%) e 21 (8,9%) organizações, ou seja, estes três (3) distritos englobam um total de 48 (20,4%) organizações certificadas.

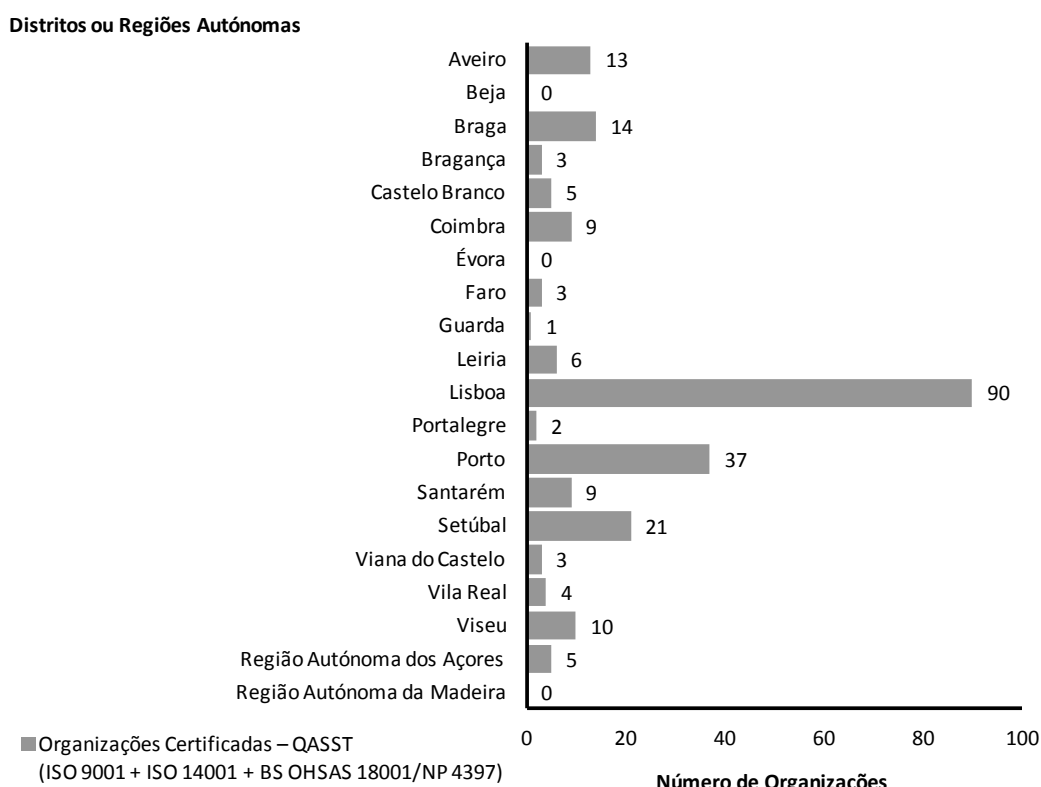


Figura 31 - Relação das organizações da amostra distribuídas pelos distritos ou regiões autónomas de Portugal.

Por outro lado, o gráfico da figura 32 mostra a distribuição geográfica das organizações certificadas (QASST) segundo a Nomenclatura de Unidade Territorial (NUT II). Desta forma, constata-se que a NUT II designada por Lisboa agrega 103 (43,8%) organizações e, por sua vez, a NUT II denominada por Norte contempla 65 (27,7%) organizações.

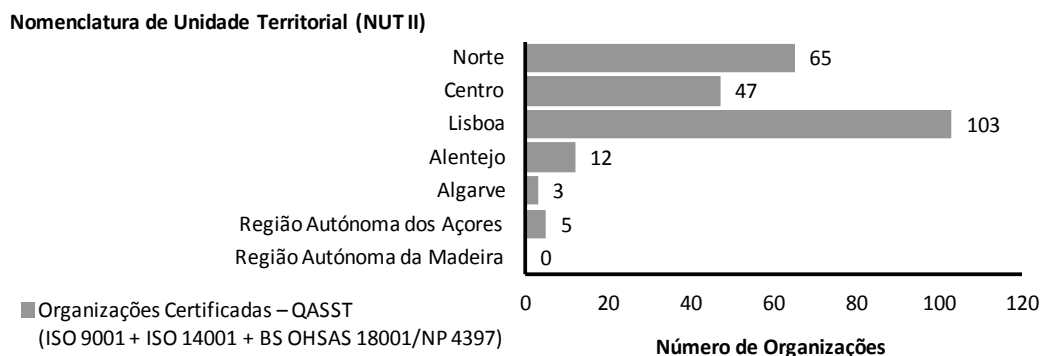


Figura 32 - Relação das organizações da amostra distribuídas segundo a nomenclatura de unidade territorial.

Numa outra perspetiva, as organizações certificadas (QASST) também se distribuem de forma muito heterogénea pelos vários setores de atividade económica. Neste sentido, pela análise do gráfico da figura 33, verifica-se que 2 (0,9%) organizações enquadram-se no setor primário, 132 (56,2%) organizações pertencem ao setor secundário e, por fim, 101 (43,0%) organizações enquadram-se no setor terciário. Portanto, constata-se que o setor secundário de atividade é o mais representativo dentro desta amostra. Por sua vez, o gráfico da figura 34 apresenta a distribuição das organizações da amostra, segundo os códigos de atividade económica propostos pelo *International Accreditation Forum* (IAF). No geral, o setor primário agrega organizações que atuam nas áreas da pesca, agricultura e exploração mineira, o setor secundário enquadra organizações que atuam principalmente na indústria transformadora e construção civil e, por último, o setor terciário engloba as atividades inerentes ao comércio, transportes e serviços.

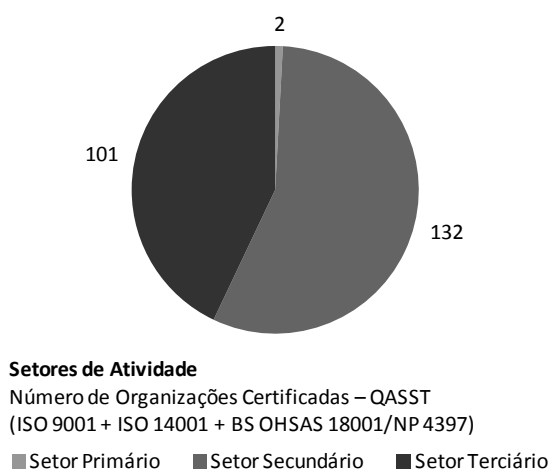


Figura 33 - Relação das organizações da amostra distribuídas pelos três setores de atividade económica.

Pelo gráfico seguinte, constata-se que os setores de atividade económica designados por fornecimento de água [27] e construção [28] contemplam o maior número de organizações da amostra, ou seja, ambos os setores agregam 27 (11,5%) organizações. Por outro lado, existem vários outros setores com nenhuma ou poucas organizações. Assim, verifica-se a ocorrência de oito (8) setores sem qualquer organização, ou seja, os setores agricultura e pescas [01], têxteis e produtos têxteis [04], couro e produtos de couro [05], editoras [08], combustível nuclear [11], construção e reparação naval [20], indústria aeroespacial [21] e, por último, outro equipamento de transporte [22].

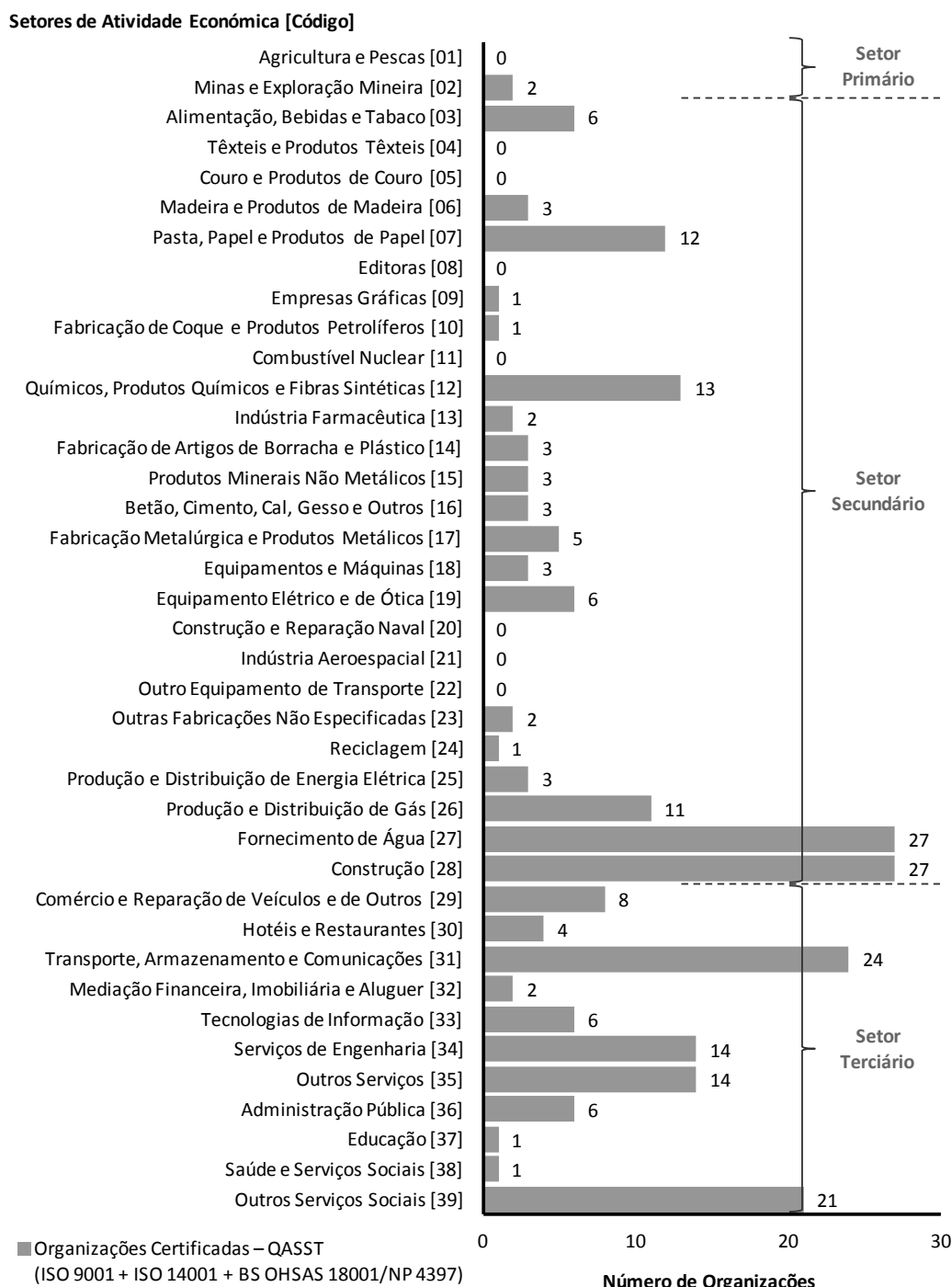


Figura 34 - Relação das organizações da amostra distribuídas pelos setores de atividade económica.

Em termos de outra informação complementar, o gráfico da figura 35 mostra que 203 (86,4%) organizações assumem a forma jurídica de Sociedade Anónima (S.A.), 19 (8,1%) organizações assumem a forma jurídica de Sociedade por Quotas (LDA.) e, por fim, 13 (5,5%) organizações assumem outras formas jurídicas, tais como, por exemplo, a Empresa Intermunicipal (E.I.M.), a Empresa Municipal (E.M.), a Cooperativa (CRL.), o Agrupamento Complementar de Empresas (A.C.E.), entre outras possíveis designações.

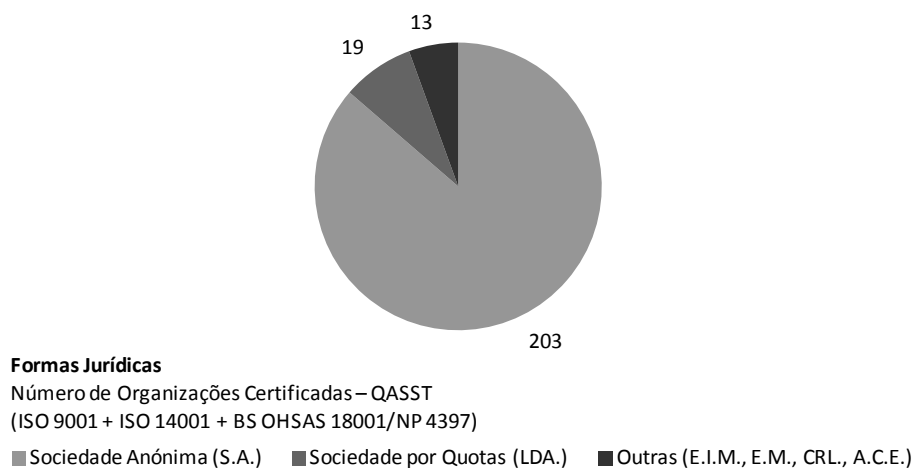


Figura 35 - Relação das organizações da amostra distribuídas segundo a tipologia da forma jurídica.

Em termos de caracterização da amostra, importa referir que estas organizações para além das referidas certificações, no âmbito dos sistemas de gestão da qualidade (ISO 9001), ambiente (ISO 14001), segurança e saúde do trabalho (BS OHSAS 18001/NP 4397), também implementaram e certificaram outros sistemas de gestão. Desta forma, o gráfico da figura 36 mostra que 23 (9,8%) e 11 (4,7%) organizações certificaram um sistema de gestão da responsabilidade social segundo as normas SA 8000 e NP 4469-1.

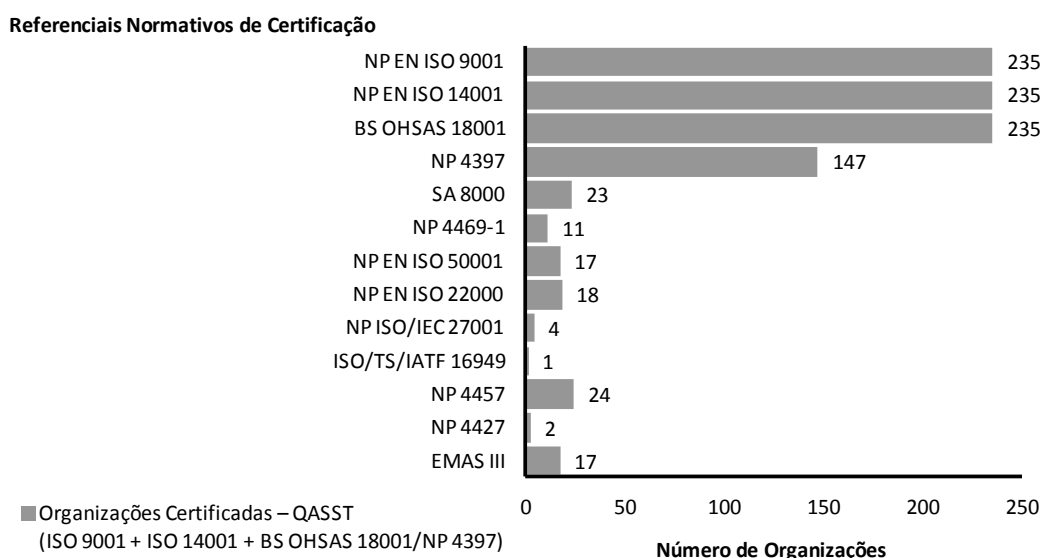


Figura 36 - Relação das organizações da amostra distribuídas pelos referenciais normativos de certificação.

Neste momento, importa destacar que, no âmbito da certificação dos sistemas de gestão da qualidade (ISO 9001), ambiente (ISO 14001), segurança e saúde do trabalho (BS OHSAS 18001/NP 4397), o organismo de certificação designado por APCER – Associação Portuguesa de Certificação é, de longe, o mais representativo no mercado da certificação, pois contempla 139 (59,1%) organizações. Por sua vez, em segundo plano encontra-se o organismo de certificação denominado por SGS ICS – Serviços internacionais de Certificação que agrega 35 (14,9%) organizações (ver figura 37).

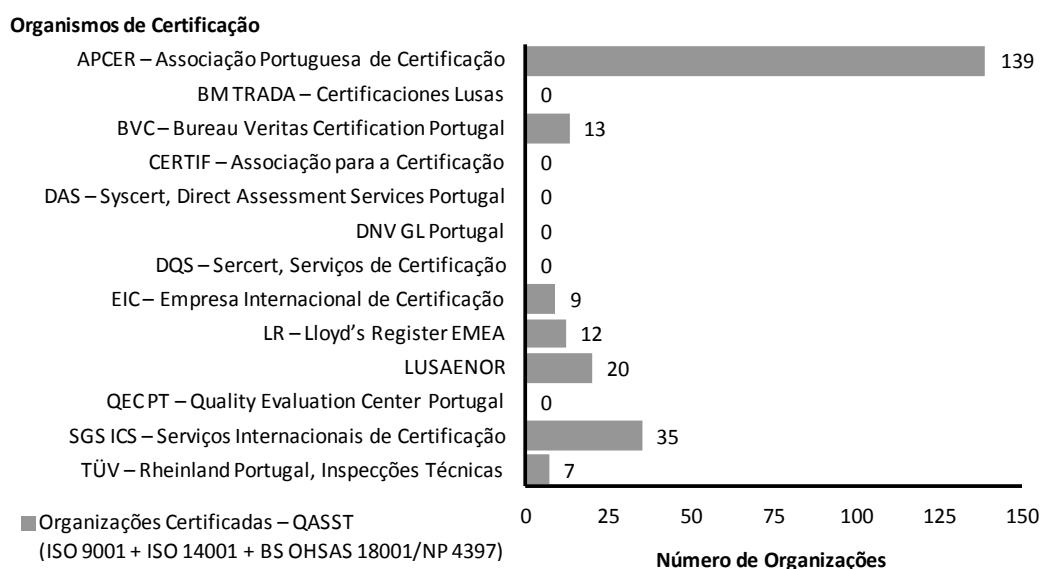


Figura 37 - Relação das organizações da amostra distribuídas segundo os organismos de certificação.

Em Portugal, anualmente são publicados *rankings* empresariais na vertente económica e social. Desta forma, através da análise do gráfico da figura 38, constata-se que as organizações da amostra encontram-se expostas nos *rankings* publicados em 2018, tais como, por exemplo, 2 (0,9%) organizações estão listadas no *ranking* das “1000 Melhores Empresas para Trabalhar” publicado pela revista EXAME, 63 (26,8%) estão listadas no *ranking* das “500 Maiores & Melhores” publicado pela revista EXAME, 94 (40,0%) estão listadas no *ranking* das “1000 Maiores” publicado pelo jornal EXPRESSO e 4 (1,7%) estão listadas no *ranking* das “1000 PME” publicado pela revista EXAME.

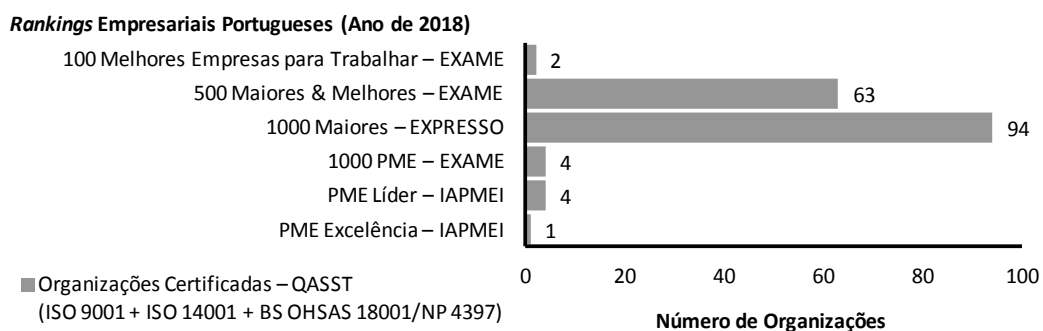


Figura 38 - Relação das organizações da amostra distribuídas pelos *rankings* empresariais portugueses.

## 7.5 FUNDAMENTAÇÃO DO TRATAMENTO ESTATÍSTICO

### 7.5.1 TESTES DE NORMALIDADE

Para o estudo da normalidade da distribuição recorreu-se ao “teste não paramétrico de aderência à normal Kolmogorov-Smirnov (K-S), com correção de Lilliefors ou ao teste Shapiro-Wilks<sup>20</sup>” (Pestana & Gageiro, 2014, p. 117). Assim, as hipóteses a testar na análise de aderência à normalidade da distribuição em estudo são: *H0: A variável dependente tem distribuição normal* e *H1: A variável dependente não tem distribuição normal*. Portanto, pela análise da tabela 14 verifica-se que o valor de significância (Sig.) de ambos os testes é 0,000 (inferior a 0,05) o que permite rejeitar a hipótese nula (H0). Logo, conclui-se que a variável dependente não se ajusta a uma distribuição normal.

Tabela 14 - Resultados estatísticos da aplicação dos testes de normalidade à variável dependente.

Variável de investigação			Teste estatístico de Kolmogorov-Smirnov*			Teste estatístico de Shapiro-Wilk		
			Est.	gl	Sig.	Est.	gl	Sig.
<b>Dependente</b>			<b>Est.</b>	<b>gl</b>	<b>Sig.</b>	<b>Est.</b>	<b>gl</b>	<b>Sig.</b>
ICR	Índice de comunicação de resultados		0,139	235	0,000	0,910	235	0,000
<b>Independentes</b>			<b>Est.</b>	<b>gl</b>	<b>Sig.</b>	<b>Est.</b>	<b>gl</b>	<b>Sig.</b>
VN	Volume de negócios	0 Outro 1 Maior	0,156 0,101	141 94	0,000 0,018	0,884 0,933	141 94	0,000 0,000
FJ	Forma jurídica	0 Outra 1 S.A.	0,170 0,157	32 203	0,019 0,000	0,840 0,913	32 203	0,000 0,000
SA	Setor de atividade	0 Outro 1 Setor 2.º	0,164 0,161	103 132	0,000 0,000	0,904 0,898	103 132	0,000 0,000
LG	Localização geográfica	0 Outra 1 Lisboa/Setúbal	0,120 0,175	124 111	0,000 0,000	0,920 0,903	124 111	0,000 0,000
RM	Rankings dos media	0 Não 1 Exposta	0,164 0,112	134 101	0,000 0,003	0,888 0,925	134 101	0,000 0,000
SE	Setor empresarial	0 Privada 1 Pública	0,172 0,106	190 45	0,000 0,200	0,874 0,971	190 45	0,000 0,322
MB	Membro do BCSD Portugal	0 Não 1 Membro	0,180 0,143	129 106	0,000 0,000	0,831 0,945	129 106	0,000 0,000
MU	Membro do UNGC NP	0 Não 1 Membro	0,137 0,203	190 45	0,000 0,000	0,890 0,896	190 45	0,000 0,001
AA	Área de atuação	0 Outra 1 Ambiental	0,154 0,215	175 60	0,000 0,000	0,878 0,877	175 60	0,000 0,000
RS	Relatório de sustentabilidade	0 Não 1 Divulga	0,219 0,119	129 106	0,000 0,001	0,820 0,919	129 106	0,000 0,000

Nota: (\*) Correção de significância de Lilliefors; Est., Estatística do teste; gl, Graus de liberdade; Sig., Significância (Valor-p); BCSD Portugal, Business Council for Sustainable Development Portugal; UNGC NP, United Nations Global Compact Network Portugal.

<sup>20</sup> O “teste Kolmogorov-Smirnov de aderência à normalidade, serve para analisar o ajustamento ou aderência à normalidade da distribuição de uma variável de nível ordinal ou superior, através da comparação das frequências relativas acumuladas esperadas” (Pestana & Gageiro, 2008, p. 442) e o “teste Shapiro-Wilks é mais adequado quando a amostra tem dimensão inferior ou igual a 50, caso contrário recorre-se ao Kolmogorov-Smirnov (K-S) com a correção de Lilliefors” (Pestana & Gageiro, 2014, p. 117).

### 7.5.2 TESTES DE HOMOGENEIDADE DE VARIÂNCIAS

Para o estudo da homogeneidade de variâncias recorreu-se ao teste de Levene<sup>21</sup>, pois é um dos testes estatísticos mais potentes utilizados para testar a homogeneidade de variâncias, isto é, a igualdade entre as variâncias de uma variável, o qual “é um teste particularmente robusto a desvios da normalidade” (Maroco, 2003, p. 114). Assim, as duas hipóteses a testar na análise da homogeneidade de variâncias são: *H0: A variável dependente tem variâncias iguais* e *H1: A variável dependente não tem variâncias iguais*. Portanto, pela análise da tabela 15 constata-se que, no geral, a homogeneidade de variâncias, da variável dependente por categorias das variáveis independentes, não se verifica, ou seja, a estatística de Levene baseada na média ou mediana apresenta, no geral, valores de significância (Sig.) inferiores a 0,05, para um nível de confiança de 95%. Logo, permite rejeitar a hipótese nula (H0) referente às variâncias serem iguais.

Tabela 15 - Resultados estatísticos da aplicação do teste de homogeneidade de variâncias na relação das variáveis.

Variáveis		Dependente	Índice de comunicação de resultados (ICR)			
Independentes		Parâmetro Estatístico	Estatística de Levene	gl1	gl2	Sig.
VN	Volume de negócios	Baseado na média	6,322	1	233	0,013
		Baseado na mediana	6,353	1	233	0,012
FJ	Forma jurídica	Baseado na média	0,049	1	233	0,824
		Baseado na mediana	0,171	1	233	0,680
SA	Setor de atividade	Baseado na média	0,171	1	233	0,680
		Baseado na mediana	0,023	1	233	0,880
LG	Localização geográfica	Baseado na média	9,924	1	233	0,002
		Baseado na mediana	5,872	1	233	0,016
RM	Rankings dos media	Baseado na média	6,317	1	233	0,013
		Baseado na mediana	6,449	1	233	0,012
SE	Setor empresarial	Baseado na média	0,017	1	233	0,896
		Baseado na mediana	0,013	1	233	0,910
MB	Membro do BCSD Portugal	Baseado na média	4,660	1	233	0,032
		Baseado na mediana	3,643	1	233	0,058
MU	Membro do UNGC NP	Baseado na média	14,228	1	233	0,000
		Baseado na mediana	14,396	1	233	0,000
AA	Área de atuação	Baseado na média	5,287	1	233	0,022
		Baseado na mediana	6,075	1	233	0,014
RS	Relatório de sustentabilidade	Baseado na média	4,255	1	233	0,040
		Baseado na mediana	3,444	1	233	0,065

Nota: gl, Graus de liberdade; Sig., Significância (Valor-p); BCSD Portugal, *Business Council for Sustainable Development Portugal*; UNGC NP, *United Nations Global Compact Network Portugal*.

<sup>21</sup> O “teste paramétrico de Levene aplica-se quando se tem uma variável quantitativa (dependente) e se pretende comparar a sua variância em dois ou mais grupos populacionais independentes definidos por uma variável qualitativa (independente). Também pode ser utilizado para comparar as variâncias de duas ou mais variáveis quantitativas. Na prática, testa a homocedasticidade ou homogeneidade das variâncias (grau de dispersão)” (Laureano, 2011, p. 82). Por sua vez, “se a variável em estudo não seguir uma distribuição normal deve calcular-se a estatística de teste baseada na mediana, caso contrário, deve calcular-se baseada na média” (Laureano, 2011, p. 84). Em termos de conclusão, “refira-se que o teste de Levene à igualdade de variâncias é considerado um teste robusto à não normalidade” (Laureano, 2011, p. 85).

### 7.5.3 TESTES DE MULTICOLINEARIDADE

O modelo de regressão logística binária pressupõe que as variáveis independentes (X) sejam linearmente independentes, isto é, que não se verifique a multicolinearidade entre as variáveis. Para Pestana e Gageiro (2014) a intensidade da multicolinearidade é analisada, em termos gerais, através dos seguintes três (3) pressupostos estatísticos:

#### 7.5.3.1 Correlação entre as Variáveis Independentes

A tabela 16 apresenta a matriz de correlação entre as várias variáveis independentes, na qual são mostrados todos os coeficientes de correlação de Pearson e a significância.

Tabela 16 - Resultados dos parâmetros estatísticos do estudo da correlação entre as variáveis independentes.

<b>Matriz de correlação entre as variáveis independentes</b>											
<b>Parâmetro</b>	<b>VN</b>	<b>FJ</b>	<b>SA</b>	<b>LG</b>	<b>RM</b>	<b>SE</b>	<b>MB</b>	<b>MU</b>	<b>AA</b>	<b>RS</b>	
VN Correlação de Pearson	1	0,147	0,196	-0,007	0,940	-0,155	0,202	0,000	-0,259	0,168	
Significância (bilateral)	–	0,024	0,003	0,915	0,000	0,018	0,002	1,000	0,000	0,010	
Número (n)	235	235	235	235	235	235	235	235	235	235	
FJ Correlação de Pearson	0,147	1	0,124	-0,072	0,094	-0,217	0,185	0,099	0,033	0,036	
Significância (bilateral)	0,024	–	0,057	0,274	0,151	0,001	0,004	0,132	0,612	0,585	
Número (n)	235	235	235	235	235	235	235	235	235	235	
SA Correlação de Pearson	0,196	0,124	1	-0,264	0,213	-0,180	-0,095	0,059	-0,053	-0,233	
Significância (bilateral)	0,003	0,057	–	0,000	0,001	0,006	0,144	0,365	0,417	0,000	
Número (n)	235	235	235	235	235	235	235	235	235	235	
LG Correlação de Pearson	-0,007	-0,072	-0,264	1	-0,012	-0,092	0,170	0,103	-0,183	0,136	
Significância (bilateral)	0,915	0,274	0,000	–	0,853	0,159	0,009	0,116	0,005	0,037	
Número (n)	235	235	235	235	235	235	235	235	235	235	
RM Correlação de Pearson	0,940	0,094	0,213	-0,012	1	-0,182	0,163	-0,007	-0,272	0,129	
Significância (bilateral)	0,000	0,151	0,001	0,853	–	0,005	0,012	0,910	0,000	0,049	
Número (n)	235	235	235	235	235	235	235	235	235	235	
SE Correlação de Pearson	-0,155	-0,217	-0,180	-0,092	-0,182	1	-0,115	0,175	0,459	0,189	
Significância (bilateral)	0,018	0,001	0,006	0,159	0,005	–	0,078	0,007	0,000	0,004	
Número (n)	235	235	235	235	235	235	235	235	235	235	
MB Correlação de Pearson	0,202	0,185	-0,095	0,170	0,163	-0,115	1	0,341	0,077	0,502	
Significância (bilateral)	0,002	0,004	0,144	0,009	0,012	0,078	–	0,000	0,238	0,000	
Número (n)	235	235	235	235	235	235	235	235	235	235	
MU Correlação de Pearson	0,000	0,099	0,059	0,103	-0,007	0,175	0,341	1	0,112	0,059	
Significância (bilateral)	1,000	0,132	0,365	0,116	0,910	0,007	0,000	–	0,087	0,370	
Número (n)	235	235	235	235	235	235	235	235	235	235	
AA Correlação de Pearson	-0,259	0,033	-0,053	-0,183	-0,272	0,459	0,077	0,112	1	0,116	
Significância (bilateral)	0,000	0,612	0,417	0,005	0,000	0,000	0,238	0,087	–	0,075	
Número (n)	235	235	235	235	235	235	235	235	235	235	
RS Correlação de Pearson	0,168	0,036	-0,233	0,136	0,129	0,189	0,502	0,059	0,116	1	
Significância (bilateral)	0,010	0,585	0,000	0,037	0,049	0,004	0,000	0,370	0,075	–	
Número (n)	235	235	235	235	235	235	235	235	235	235	

Nota: VN, Volume de Negócios; FJ, Forma Jurídica; SA, Setor de Atividade; LG, Localização Geográfica; RM, *Rankings* dos *Media*; SE, Setor Empresarial; MB, Membro do BCSD; MU, Membro do UNGC NP; AA, Área de Atuação; RS, Relatório de Sustentabilidade.

Para verificação do primeiro pressuposto utilizou-se a matriz de correlações bivariável, como forma preliminar de verificação da multicolinearidade<sup>22</sup>. Assim, pela análise da matriz constata-se que a correlação de Pearson mais elevada ocorre entre as variáveis volume de negócios (VN) e *rankings* dos *media* (RM), na qual se obteve um valor, em termos absolutos, igual a 0,94, isto é, superior ao valor de referência 0,9. Contudo, os outros coeficientes de correlação de Pearson obtidos são baixos. Assim, crê-se que seja indicador da ocorrência de baixa intensidade de multicolinearidade entre as variáveis.

### 7.5.3.2 Tolerância e Fator de Inflação da Variância

A tabela 17 exhibe os resultados das estatísticas de colinearidade<sup>23</sup> das várias variáveis.

Tabela 17 - Resultados dos coeficientes estatísticos de colinearidade das variáveis de investigação.

Variável independente	Modelo	Estatísticas de colinearidade	
		Tolerância	Fator de inflação da variância
VN Volume de negócios	1	0,108	9,289
FJ Forma jurídica	1	0,857	1,167
SA Setor de atividade	1	0,796	1,257
LG Localização geográfica	1	0,844	1,185
RM <i>Rankings</i> dos <i>media</i>	1	0,110	9,091
SE Setor empresarial	1	0,591	1,693
MB Membro do BCSD Portugal	1	0,542	1,846
MU Membro do UNGC NP	1	0,763	1,311
AA Área de atuação	1	0,677	1,477
RS Relatório de sustentabilidade	1	0,623	1,605

Nota: BCSD Portugal, *Business Council for Sustainable Development*; UNGC NP, *United Nations Global Compact Network Portugal*.

<sup>22</sup> Considera-se que “quando existe associação linear entre duas ou mais variáveis exógenas diz-se que há multicolinearidade”. No entanto, “quando essa associação se dá apenas entre duas variáveis, também se designa por colinearidade” (Pestana & Gageiro, 2014, p. 737). Desta forma, quando os “coeficientes de correlação entre as variáveis independentes são elevados (superiores em termos absolutos a 0,9) indicam a possibilidade de existência da multicolinearidade”. Contudo, importa reter que, “o facto de não existir elevados coeficientes de correlação entre as variáveis independentes é insuficiente para garantir a não multicolinearidade, pois esta pode ser resultante de um efeito combinado de duas ou mais variáveis” (ver Pestana & Gageiro, 2008, p. 604).

<sup>23</sup> Segundo Pestana e Gageiro (2008, 2014), a Tolerância e o Fator de Inflação da Variância, ou em inglês *Variance Inflation Factor* (VIF), são tidas como duas medidas para deteção da multicolinearidade entre as variáveis independentes (exógenas). A tolerância mede o grau em que uma variável independente é explicada por todas as outras variáveis independentes, ou seja, “é a proporção da variância dessa variável que não é explicada pelas restantes variáveis exógenas” (Pestana & Gageiro, 2014, p. 740). A tolerância varia entre zero (0) e um (1) e quanto mais próxima estiver de zero (0), maior será a multicolinearidade, ou seja, uma tolerância igual a zero (0) significa que a variável independente (exógena) é uma combinação linear perfeita das variáveis independentes (exógenas) que estão contempladas no modelo (Pestana & Gageiro, 2008, 2014). Consequentemente, quanto mais próxima a tolerância estiver de um (1), menor será a multicolinearidade, isto é, uma tolerância igual a um (1) “significa que uma variável exógena é totalmente independente das restantes” (Pestana & Gageiro, 2014, p. 740). Por sua vez, importa destacar que “o valor da tolerância normalmente considerado como o limite abaixo do qual existe elevada multicolinearidade é 0,10, onde  $R = 0,95$ ” (Pestana & Gageiro, 2014, p. 740). Por outro lado, os mesmos autores, consideram que uma qualquer variável com valores de tolerância abaixo de 0,19, originam uma correlação superior a 0,90. Nota: Por exemplo, “uma tolerância de 0,60 indica que 60% da variância de uma variável exógena não é explicada pelas restantes” (Pestana & Gageiro, 2014, p. 740). Por outro lado, o inverso da tolerância designa-se por Fator de Inflação da Variância ou VIF, o “qual informa sobre o grau em que cada variável exógena é explicada por outras variáveis exógenas”, assim, importa reter que “quanto mais próximo de zero (0) estiver o VIF, menor será a multicolinearidade” (Pestana & Gageiro, 2014, p. 740). Segundo Pestana e Gageiro (2014, p. 741), “o valor habitualmente considerado como o limite acima do qual existe multicolinearidade é  $VIF > 10$ ”. Nota: Por exemplo, “o valor do  $VIF = 10$  corresponde a um coeficiente de correlação de 0,95, enquanto que um coeficiente de correlação de 0,90 corresponde a um  $VIF = 5,26$ . Assim, qualquer variável com  $VIF < 5,26$  terá uma correlação inferior a 0,90” (Pestana & Gageiro, 2014, p. 741). Pestana e Gageiro (2014) consideram que apesar dos valores de referência, anteriormente, propostos para a tolerância e o fator de inflação da variância (VIF), cada investigador deve determinar o grau de multicolinearidade aceitável, para as variáveis em estudo.

Para verificação do segundo pressuposto utilizou-se os coeficientes de colinearidade, isto é, a tolerância e o fator de inflação da variância, como medidas importantes para a detecção da multicolinearidade. Desta forma, pela análise da tabela anterior, constata-se que os valores de tolerância mais baixos são 0,108 e 0,110 referentes às variáveis volume de negócios (VN) e *rankings* dos *media* (RM). Contudo, em ambos os casos são valores de tolerância superiores ao limite de referência para a tolerância 0,10, isto é, o limite abaixo do qual se considera que existe elevada multicolinearidade. Por sua vez, verifica-se que os valores do fator de inflação da variância mais altos são 9,289 e 9,091 referentes às duas mesmas variáveis (VN e RM). No entanto, em ambos os casos são valores inferiores ao valor de referência 10, isto é, o limite acima do qual, usualmente, se considera a existência de multicolinearidade entre as duas variáveis independentes.

Por outro lado, os outros valores obtidos para a tolerância e para o fator de inflação da variância referentes às restantes oito (8) variáveis, isto é, forma jurídica (FJ), setor de atividade (SA), localização geográfica (LG), setor empresarial (SE), membro do BCS D Portugal (MB), membro do UNGC NP (MU), área de atuação (AA) e, por fim, relatório de sustentabilidade (RS), são indicadores muito bons que nos permitem aferir sobre a inexistência de problemas de multicolinearidade entre as variáveis independentes em causa. Pois, os valores obtidos para a tolerância e para o fator de inflação da variância das oito (8) variáveis ficam muito longe dos referidos valores limite de referência, isto é, o valor de 0,10 para a tolerância e o valor de 10 para o fator de inflação da variância.

### 7.5.3.3 Valores Próprios, Índice de Condição e Proporção da Variância

Para a verificação do terceiro pressuposto utilizou-se os valores próprios, o índice de condição e a proporção da variância (diagnóstico de colinearidade), como medidas de referência para a detecção da multicolinearidade<sup>24</sup> (Pestana & Gageiro, 2008, 2014). As referidas três (3) medidas permitem realizar uma análise de diagnóstico em conjunto.

---

<sup>24</sup> Segundo Pestana e Gageiro (2008, 2014), os Valores Próprios, o Índice de Condição e a Proporção da Variância são tidas como três (3) das principais medidas estatísticas para a detecção da multicolinearidade entre as variáveis independentes (exógenas). Para Pestana e Gageiro (2014), os “valores próprios medem a quantidade de variância contida na matriz de correlações e, portanto, a sua soma é igual ao número de variáveis, dando indicação do número de dimensões distintas que existem entre as variáveis exógenas. O número máximo de dimensões é menor ou igual ao número de coeficientes na regressão, incluindo a constante. A primeira dimensão explica a maior proporção de variância dos dados, a segunda dimensão é ortogonal à primeira e explica a segunda maior proporção e variância, e assim sucessivamente, até que a última identifica a proporção com menor variância. Assim, os valores próprios indicam a proporção da dispersão relativa em cada uma das dimensões do espaço das variáveis exógenas, enquanto que os vetores próprios identificam a combinação linear das variáveis exógenas que definem uma dada dimensão. Se uma ou mais variáveis exógenas for colinear com as restantes, então haverá pelo menos um valor próprio muito perto do zero. Quando há muitos valores próprios perto do zero significa que existe uma elevada correlação entre as variáveis, levando a que pequenas variações nos dados possam conduzir a grandes variações nos coeficientes estimados. Outro processo para detetar a elevada multicolinearidade consiste em analisar simultaneamente o índice de condição e a proporção da variância” (p. 741). Por sua vez, o “índice de condição fornece o tamanho relativo da matriz dos valores próprios, e calcula-se pela raiz quadrada do quociente entre o maior valor próprio e cada um dos valores próprios” (Pestana & Gageiro, 2014, p. 741). Segundo Pestana e Gageiro (2008, 2014), um valor do índice de condição superior a 15 indica um possível problema de multicolinearidade, e um valor maior que 30 levanta sérios problemas de multicolinearidade. Desta forma, para Pestana e Gageiro (2008, 2014), a proporção da variância é explicada por cada componente principal, ou seja, é a proporção da variância de cada coeficiente da regressão explicada por cada dimensão, normalmente interpreta-se em termos percentuais, e varia entre zero (0) e um (1). Nota: Neste momento, importa reter, como regra geral a aplicar, que “para decidir sobre a elevada multicolinearidade, atende-se às dimensões que apresentam cumulativamente valores próprios próximos de zero (0), o índice de condição maior que 30, e a proporção de variância superior a 0,90 em pelo menos duas variáveis exógenas” (ver Pestana & Gageiro, 2014, p. 741).

A tabela 18 apresenta os vários resultados estatísticos obtidos através do diagnóstico de colinearidade, no seguimento do estudo da relação da variável dependente com as variáveis independentes. Assim, são exibidos os resultados obtidos por dimensão para o valor próprio, o índice de condição e a proporção da variância para o modelo usado.

Tabela 18 - Resultados estatísticos do diagnóstico de colinearidade das variáveis de investigação.

Modelo	Dimensão	Valor próprio	Índice de condição	Proporção da variância										
				CO	VN	FJ	SA	LG	RM	SE	MB	MU	AA	RS
1	1	5,954	1,000	0,00	0,00	0,00	0,01	0,01	0,00	0,00	0,01	0,01	0,00	0,01
	2	1,471	2,012	0,00	0,01	0,00	0,00	0,00	0,01	0,10	0,00	0,02	0,10	0,00
	3	0,847	2,651	0,00	0,00	0,00	0,04	0,09	0,00	0,06	0,06	0,15	0,05	0,01
	4	0,726	2,864	0,00	0,00	0,00	0,10	0,02	0,00	0,02	0,01	0,35	0,00	0,13
	5	0,659	3,006	0,01	0,01	0,02	0,05	0,10	0,01	0,09	0,00	0,18	0,01	0,01
	6	0,540	3,321	0,00	0,00	0,00	0,00	0,27	0,00	0,19	0,12	0,01	0,13	0,04
	7	0,338	4,198	0,00	0,01	0,00	0,15	0,14	0,01	0,09	0,00	0,00	0,55	0,20
	8	0,199	5,471	0,04	0,00	0,25	0,53	0,22	0,00	0,00	0,00	0,00	0,07	0,06
	9	0,179	5,766	0,00	0,00	0,01	0,01	0,00	0,00	0,32	0,79	0,25	0,09	0,54
	10	0,056	10,303	0,74	0,08	0,56	0,09	0,13	0,07	0,09	0,00	0,01	0,00	0,00
	11	0,031	13,869	0,21	0,89	0,16	0,00	0,01	0,89	0,05	0,01	0,01	0,00	0,00

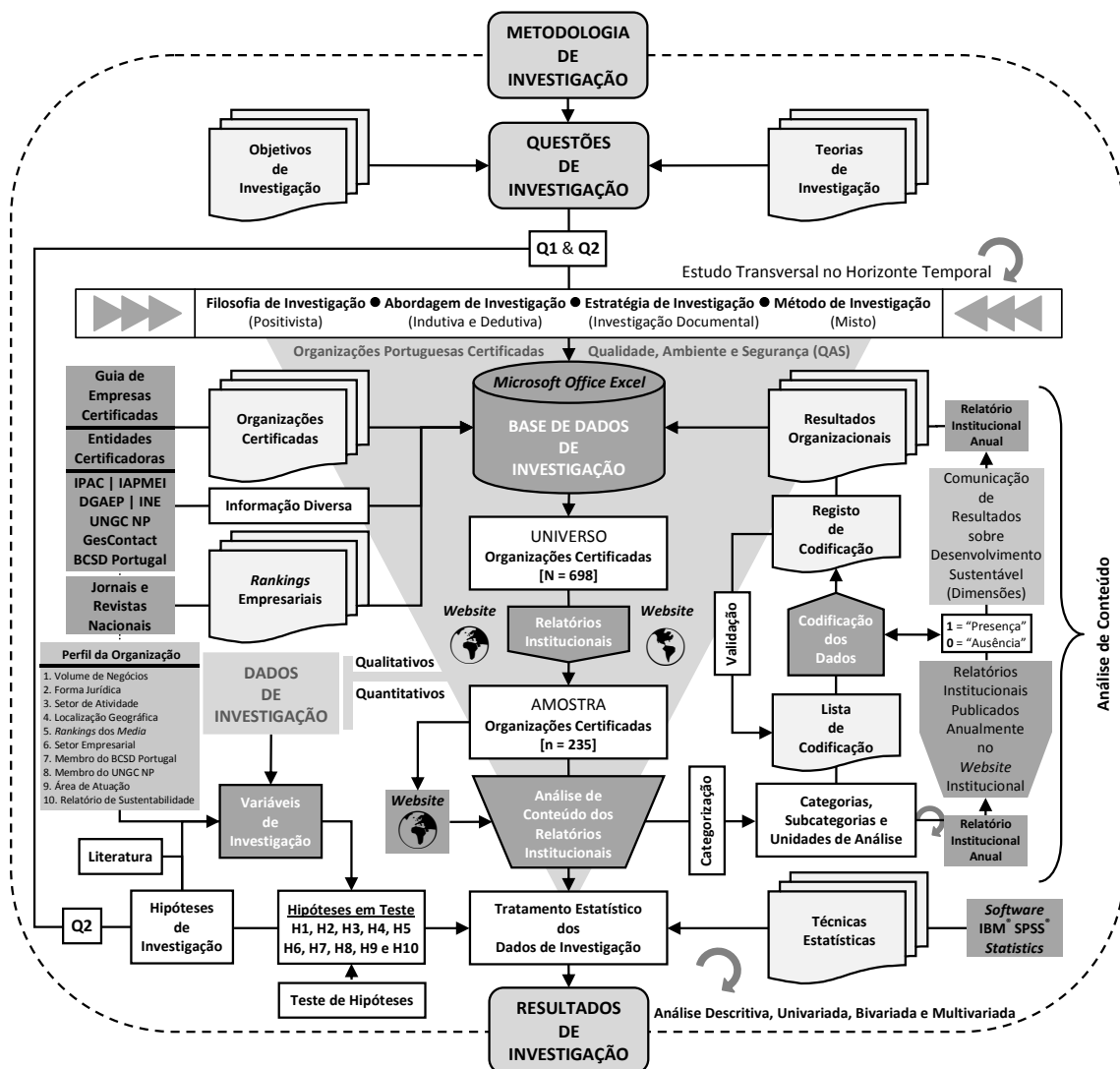
Nota: CO, Constante; VN, Volume de Negócios; FJ, Forma Jurídica; SA, Setor de Atividade; LG, Localização Geográfica; RM, *Rankings* dos *Media*; SE, Setor Empresarial; MB, Membro do BCSD Portugal; MU, Membro do UNGC NP; AA, Área de Atuação; RS, Relatório de sustentabilidade.

Pela análise da tabela anterior, constata-se que o valor próprio mais baixo obtido é 0,031, referente à dimensão número onze (11), valor próximo do valor de referência zero (0), isto é, um valor indicador de correlação entre as variáveis independentes em análise, que pode indiciar possíveis problemas de multicolinearidade entre as variáveis independentes. Por outro lado, o valor do índice de condição obtido mais elevado é 13,869, referente à dimensão número onze (11), valor próximo do valor de referência quinze (15) que indica um possível problema de multicolinearidade. Contudo, o valor do índice de condição obtido é muito inferior ao valor de referência trinta (30) que levanta sérios problemas de multicolinearidade. Por sua vez, o valor da proporção da variância obtido mais alto é 0,89, referente à dimensão número onze (11), e relativo às variáveis volume de negócios (VN) e *rankings* dos *media* (RM), o qual é inferior ao valor de referência (0,9) que indica um possível problema de multicolinearidade.

Neste momento, importa recordar que os autores Pestana e Gageiro (2014) propõem como regra geral a aplicar para decidir sobre a elevada multicolinearidade, que se deve atender “às dimensões que apresentam cumulativamente valores próprios próximos de zero (0), o índice de condição maior que 30, e a proporção de variância superior a 0,90 em pelo menos duas variáveis exógenas” (Pestana & Gageiro, 2014, p. 741). Neste sentido, dado que estas três (3) condições não se verificam cumulativamente, pode-se afirmar com elevado grau de certeza que as variáveis independentes em estudo não apresentam indícios de elevada multicolinearidade em especial as variáveis VN e RM.

## 7.6 MÓDULOS DA BASE DE DADOS DE INVESTIGAÇÃO

O atual trabalho académico foi suportado numa Base de Dados de Investigação (BDI), especialmente desenvolvida para gerir e analisar a informação associada ao processo de investigação. Desta forma, a presente BDI, totalmente informatizada, foi criada de raiz no *software Microsoft® Office® Excel® 2019* e encontra-se estruturada segundo os seguintes nove (9) módulos: (i) identificação das organizações; (ii) caracterização das certificações; (iii) listagens e *rankings* empresariais nacionais; (iv) *corpus* de análise/documentos de análise; (v) categorias e subcategorias de análise; (vi) variáveis de investigação; (vii) objetivos de desenvolvimento sustentável; (viii) observações e, por último, (ix) tratamento estatístico. A figura 39 apresenta a BDI como a “pedra angular” do processo de investigação, ou seja, o elemento chave que permitiu interrelacionar o âmbito da metodologia de investigação com os respetivos resultados de investigação.



### LEGENDA:

Q: Questão de investigação; H: Hipótese de investigação; N: Número de organizações que constituem o universo da investigação; n: Número de organizações que constituem a amostra da investigação;  
 QAS: Qualidade, Ambiente e Segurança; IPAC: Instituto Português de Acreditação; IAPMEI: Agência para a Competitividade e Inovação; DGAEP: Direção-Geral da Administração e do Emprego Público;  
 INE: Instituto Nacional de Estatística; GesContact: Software de gestão de contactos empresariais nacionais; BCSD Portugal: Business Council for Sustainable Development Portugal; UNGC NP: United Nations Global Compact Network Portugal; IBM SPSS: International Business Machines – Statistical Package for the Social Sciences; Website institucional da organização na Internet (World Wide Web ou WWW); Código 1: "Presença" (se divulga conteúdos); Código 0: "Ausência" (se não divulga).

Figura 39 - Representação da base de dados de investigação como a “pedra angular” do processo de investigação.

## 7.6.1 MÓDULO I: IDENTIFICAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES

A seguinte visualização mostra a vista do ambiente de trabalho do Módulo I da BDI.

CI	IDU	U	IDA	A	DESIGNAÇÃO SOCIAL	NIPC	TIPO	IAF	MACE	CAE	SETOR	AA	NUT II	DISTRITO	MORADA DA SEDE	TELEFONE	FAX	EMAIL	SITE
0345	0345	✓	0345	✓	LIPOR – SERVIÇO INTERMUNICIPALIZADO DE GESTÃO DE RESÍDUOS DO GRANDE PORTO	501394192	Outra	39	38.21	38212	3.º	A	Norte	Porto	Rua da Moreira, N.º 805 Apartado 1510 4435-996 Baguim do Monte Gondomar	229770100	229756038	info@lipor.pt	
0346	0346	✓	0346	✓	LISBOAGÁS GDL – SOCIEDADE DISTRIBUIDORA DE GÁS NATURAL DE LISBOA, S.A.	503517666	S.A.	26	35.22	35220	1.º 2.º 3.º				Rua Tomás da Fonseca, Torre C 4.º Andar 1600-209 Lisboa	218655300	218686743	lisboagas@galpenergia.com	
0347	0347	✓	0347	✗	LITOCAR – DISTRIBUIÇÃO AUTOMÓVEL, S.A.	501295895	S.A.	29	45.11	45110	3.º	O	Centro	Coimbra	Quinta da Boavista 3044-521 Cernache Coimbra	233402400	239490200	geral@litocar.pt	
0348	0348	✓	0348	✗	LITOCAR BI – COMÉRCIO AUTOMÓVEL, S.A.	500035415	S.A.	29	45.11	45110	3.º	O	Centro	Coimbra	Quinta da Boavista Edifício Litocar 3044-521 Cernache Coimbra	239490200	239490209	marco.pau@litocar.pt	

7.6.2 MÓDULO II: CARATERIZAÇÃO DAS CERTIFICAÇÕES

A seguinte visualização mostra a vista do ambiente de trabalho do Módulo II da BDI.

**ORGANIZAÇÕES CERTIFICADAS EM QUALIDADE, AMBIENTE E SEGURANÇA**  
**BASE DE DADOS DE INVESTIGAÇÃO**  
**CARATERIZAÇÃO DAS CERTIFICAÇÕES**

	ISO 9001	ISO 14001	ISO 18001	ISO 45001	ISO 13485	ISO 16949	ISO 15488	ISO 13485	ISO 14001	ISO 14001	EMAS III	ISO 45001	OHSAS 18001	NP 4397	NP 4427	SA 8000	NP 4469	ISO 50001	ISO 22000	ISO 20000	ISO/IEC 27001	FSC	PAS 99	SOAS	MARCA CE	ÂMBITO
352	APCER																									Gestão de resíduos urbanos, promoção da educação e sensibilização ambiental.
353	APCER																									Gestão da construção, manutenção, exploração e utilização de redes de distribuição de gás natural.
354	APCER																									Venda de veículos novos das marcas Renault e Daiei, venda de veículos usados de todas as marcas; prestação de serviços de reparação e manutenção automóvel(mecânica, carroçaria, automovel).
355	APCER																									Venda de veículos novos da marca Nissan, Mitsubishi e OPEL; venda de veículos usados de todas as marcas; prestação de serviços de reparação e manutenção automóvel.

**SISTEMA DE GESTÃO CERTIFICADO**  
 Introduza a referência do CERTIFICADO que consta da lista pendente:  
 ☺ - Certificado

## 7.6.3 MÓDULO III: LISTAGENS E RANKINGS EMPRESARIAIS NACIONAIS

A seguinte visualização mostra a vista do ambiente de trabalho do Módulo III da BDI.

**ORGANIZAÇÕES CERTIFICADAS EM QUALIDADE, AMBIENTE E SEGURANÇA**  
**BASE DE DADOS DE INVESTIGAÇÃO**  
**LISTAGENS & RANKINGS EMPRESARIAIS NACIONAIS**

	AS	AT	AU	AV	AW	AX	AY	AZ	BA	BB	BC	BD	BE	BF	BG	BH
1																
2																
3																
4																
6	LISTAGEM EC (OAS)	RANKING 100 MET	RANKING 500 MM	RANKING 1000 M	RANKING 1000 PME	LISTAGEM PME EXCEL	LISTAGEM ESPE	LISTAGEM ESAP	LISTAGEM BCSD P	LISTAGEM BCSD	LISTAGEM MEMBRO	LISTAGEM UNGC NP	LISTAGEM MEMBRO	LISTAGEM GRACE	LISTAGEM ASSOCIADO	LISTAGEM EC (OAS)
7	GEC	RE	RE	JE	RE	IAPMEI	DGAEP	IME	BCSD	MEMBRO	MEMBRO	UNGC	MEMBRO	GRACE	ASSOCIADO	IPAC
362																
363																
364																
365																

**LISTAGEM & RANKING**  
Introduza a referência da PRESENÇA que consta da lista pendente.  
☺ - Contemplada

Base de Dados de Investigação (BDI) - Microsoft Excel

Organismos de Certificação: DADOS PARA MACRO KALPHA (SPSS), DADOS PARA IBM SPSS STATISTICS

7.6.4 MÓDULO IV: CORPUS DE ANÁLISE/DOCUMENTOS DE ANÁLISE

A seguinte visualização mostra a vista do ambiente de trabalho do Módulo IV da BDI.

**Corpus de Análise/Documentos de Análise**  
Relatórios Institucionais Publicados no Website Institucional da Organização

	RS	RA	RG	RC	RF	RGS	RI	ANO DOC SITE	ANO DOC SITE	ANO DOC SITE	ANO DOC SITE	ANO DOC SITE
2018												
2017	1		1	1	0	0	0	0	0	0	0	0
2016												
2015												
2014												
CLASSIFICAÇÃO												
1 - Presença (Divulga)												
0 - Ausência (Não Divulga)												

**CLASSIFICAÇÃO**  
Introduza uma referência relativa à CLASSIFICAÇÃO da divulgação do relatório institucional no website institucional:  
1 - Presença (Divulga)  
0 - Ausência (Não Divulga)

### 7.6.5 MÓDULO V: CATEGORIAS E SUBCATEGORIAS DE ANÁLISE

A seguinte visualização mostra a vista do ambiente de trabalho do Módulo V da BDI.

	CW	CX	CY	CZ	DA	DB	DC	DD	DE	DF	DG	DH	DI	DJ	DK	DL	DM	DN	DO	DP	DQ	DR	DS	DT	DU	DV	DW	DX	DY	DZ	EA	EB	EC	ED	EE	EF	
1	<b>Dimensão Social</b>																																				
2	<b>Dimensão Ambiental</b>																																				
3	<b>Dimensão Económica</b>																																				
4																																					
6	GRI	GRI	GRI	GRI	GRI	GRI	GRI	GRI	GRI	GRI	GRI	GRI	GRI	GRI	GRI	GRI	GRI	GRI	GRI	GRI	GRI	GRI	GRI	GRI	GRI	GRI	GRI	GRI	GRI	GRI	GRI	GRI	GRI	GRI	GRI	GRI	
7	103	201	202	203	204	205	206	103	301	302	303	304	305	306	307	308	103	401	402	403	404	405	406	407	408	409	410	411	412	413	414	415	416	417	418	419	
352	1	1	0	0	0	1	1	1	1	1	0	1	1	1	1	0	1	0	1	1	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
353	0	1	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
354	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
355	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	

**CLASSIFICAÇÃO**  
 Introduza uma referência relativa à CLASSIFICAÇÃO da comunicação de resultados sobre desenvolvimento sustentável nos relatórios institucionais publicados no website institucional:  
 1 - Presença (Divulga)  
 0 - Ausência (Não Divulga)

## 7.6.6 MÓDULO VI: VARIÁVEIS DE INVESTIGAÇÃO

A seguinte visualização mostra a vista do ambiente de trabalho do Módulo VI da BDI.

The screenshot displays a Microsoft Excel spreadsheet titled 'Base de Dados de Investigação (BDI) - Microsoft Excel'. The main content is a table with the following structure:

		EG	EH	EI	EJ	EK	EL	EM	EN	EO	EP	EQ	ER	ES	ET	EU	EV	EW	EX	EY	EZ	FA	FB	FC
1	<b>Dependente</b>																							
2		<b>Variáveis de Investigação</b>																						
3	<b>Índice de Comunicação de Resultados</b>	<b>Independentes</b>																						
4																								
6	<b>Σ R<sub>i</sub></b>	ICR	VN	FJ	SA	LG	RM	SE	MB	IMU	AA	RS												
7	<b>Σ</b>	10arr																						
352		19	0,528	1	0	Outro	0	Outro	0	Outra	0	Não	1	Pública	1	Membro	1	Não	0	Não	1	Ambiental	1	Divulga
353		2	0,056	0	1	Maior	1	S.A.	1	S.A.	1	Exposta	1	Privada	0	Membro	1	Exposta	0	Não	0	Outra	0	Não
354		0	0,000	0	1	Maior	1	S.A.	0	Outro	0	Exposta	1	Privada	0	Não	0	Exposta	0	Não	0	Outra	0	Não
355		0	0,000	0	0	Outro	1	S.A.	0	Outro	0	Não	0	Privada	0	Não	0	Não	0	Não	0	Outra	0	Não

The spreadsheet includes a ribbon with tabs for 'Base', 'Inserir', 'Esquema de Página', 'Fórmulas', 'Dados', 'Rever', and 'Acrobat'. The status bar at the bottom indicates 'Pronto' and '100%' zoom.

### 7.6.7 MÓDULO VII: OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

A seguinte visualização mostra a vista do ambiente de trabalho do Módulo VII da BDI.

	FD	FE	FF	FG	FH	FI	FJ	FK	FL	FM	FN	FO	FP	FQ	FR	FS	FT	FU	FW	FX	
1																					
2																					
3																					
4																					
6																					
7																					
352																					
353																					
354																					
355																					

**Objetivos de Desenvolvimento Sustentável**

**Divulgação de Relatórios**

**Divulgação de Objetivos**

**Objetivos**

**Objetivo Divulgado**  
 Se o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) consta dos Relatórios Institucionais publicados, introduza a referência DIVULGADO que consta da lista pendente:  
 🗨 - DIVULGADO

## 7.6.8 MÓDULO VIII: OBSERVAÇÕES

A seguinte visualização mostra a vista do ambiente de trabalho do Módulo VIII da BDI.

ORGANIZAÇÕES CERTIFICADAS EM QUALIDADE, AMBIENTE E SEGURANÇA		BASE DE DADOS DE INVESTIGAÇÃO		EDIÇÃO
ESTADO	NOTAS	WEBSITE COFINANCIADO	VALIDAÇÃO	CÓDIGO IDENTIFICAÇÃO
☀	Divulga no website institucional o logótipo da Carta de Princípios para uma Gestão Sustentável do Business Council for Sustainable Development Portugal (BCSD Portugal). A organização é subscritora da Carta de Princípios desde 2018. A organização é membro da Aliança Objetivos do Desenvolvimento Sustentável Portugal do United/Nation Global Compact Network Portugal (UNGC NP).		✓	0345
☀	ESTADO DE ANÁLISE Introduza uma referência relativa ao ESTADO de análise da comunicação de resultados sobre desenvolvimento sustentável através dos relatórios institucionais publicados no website institucional: ☀ - Total ☀ - Parcial ● - Inexistente		✓	0346
☀			✓	0347
☀			✓	0348

### 7.6.9 MÓDULO IX: TRATAMENTO ESTATÍSTICO

A seguinte visualização mostra a vista do ambiente de trabalho do Módulo IX da BDI.

**Variáveis de Investigação Independentes**

Dependente	Índice de Comunicação de Resultados	Forma Jurídica	Sector de Atividade	Localização Geográfica	Rankings dos Média	Sector Empresarial	Membro do BCSO Portugal	Membro do UNGC NP	Área de Atuação	Relatório de Sustentabilidade	
Σ R <sub>i</sub>	ICR	VN	FJ	SA	LG	RM	SE	MB	IMU	AA	RS
1											
2											
3											
4											
6											
7											

### TRATAMENTO ESTATÍSTICO

Amostra (n):		Lisboa ou Setúbal (1)																				
ÍNDICE (ICR)	%	Maior (1)	%	S.A. (1)	%	Sector 2.º (1)	%	Setúbal (1)	%	Exposta (1)	%	Pública (1)	%	Illembro (1)	%	Ambiental (1)	%	Membro (1)	%	Divulga (1)		
SOMA (Σ)	59,972	40,0	94	86,4	203	132	47,2	111	43,0	101	19,1	45	45,1	106	45,1	60	25,5	45	19,1	106	45,1	
MÉDIA (X)	0,255																					
CONTAR (n)	235	80,0	141	13,6	32	103	52,8	124	57,0	134	80,9	190	54,9	129	80,9	175	74,5	190	80,9	106	45,1	
LOGIT	Amostra (n):																					
LOGIT (1)	90																					
LOGIT (0)	145	100,0	235	100,0	235	100,0	235	100,0	235	100,0	235	100,0	235	100,0	235	100,0	235	100,0	235	100,0	235	100,0

## 7.7 ORGANIZAÇÕES CERTIFICADAS EM QUALIDADE, AMBIENTE E SEGURANÇA

A tabela 19 mostra as organizações portuguesas certificadas em qualidade, ambiente e segurança (QAS) que fundamentam o respetivo universo e a amostra de investigação.

Tabela 19 - Relação das organizações portuguesas certificadas em qualidade, ambiente e segurança.

<b>Código</b>	<b>Designação social</b>	<b>Amostra</b>
001	2045 – EMPRESA DE SEGURANÇA, S.A.	Não
002	A. SILVA MATOS – ENERGIA, S.A.	Não
003	A. SILVA MATOS – METALOMECÂNICA, S.A.	Não
004	A7 TT – EMPRESA DE TRABALHO TEMPORÁRIO, LDA.	Não
005	ABB – ASEA BROWN BOVERI, S.A.	Sim
006	ABÍLIO CARLOS PINTO FELGUEIRAS, LDA.	Não
007	ABOUT THE FUTURE – EMPRESA PRODUTORA DE PAPEL, S.A.	Sim
008	ACONTROL – AUTOMAÇÃO E CONTROLO INDUSTRIAL, LDA.	Não
009	ADA – ÁGUAS DE ALENQUER, S.A.	Sim
010	ADC – ÁGUAS DE CASCAIS, S.A.	Sim
011	ADP – ÁGUAS DE PORTUGAL INTERNACIONAL, SERVIÇOS AMBIENTAIS, S.A.	Sim
012	ADP – ÁGUAS DE PORTUGAL SERVIÇOS AMBIENTAIS, S.A.	Sim
013	ADP – ÁGUAS DE PORTUGAL, SGPS, S.A.	Sim
014	ADP ENERGIAS – ENERGIAS RENOVÁVEIS E SERVIÇOS AMBIENTAIS, S.A.	Sim
015	ADUBOS DEIBA – COMERCIALIZAÇÃO DE ADUBOS, LDA.	Sim
016	AFAPLAN – PLANEAMENTO E GESTÃO DE PROJECTOS, S.A.	Não
017	AFAVIAS – ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES – AÇORES, S.A.	Não
018	AFAVIAS – ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES, S.A.	Não
019	AFS – ADVANCED FUEL SOLUTIONS, S.A.	Não
020	AGERE – EMPRESA DE ÁGUAS, EFLUENTES E RESÍDUOS DE BRAGA, E.M.	Sim
021	AGS – ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE SISTEMAS DE SALUBRIDADE, S.A.	Não
022	ÁGUAS DE GAIA, E.M., S.A.	Sim
023	ÁGUAS DE GONDOMAR, S.A.	Sim
024	ÁGUAS DE S. JOÃO, E.M., S.A.	Sim
025	ÁGUAS DE SANTO ANDRÉ, S.A.	Sim
026	ÁGUAS DO ALGARVE, S.A.	Sim
027	ÁGUAS DO CENTRO LITORAL, S.A.	Sim
028	ÁGUAS DO DOURO E PAIVA, S.A.	Sim
029	ÁGUAS DO NORTE, S.A.	Sim
030	ÁGUAS DO TEJO ATLÂNTICO, S.A.	Sim
031	ÁGUAS DO VALE DO TEJO, S.A.	Sim
032	AIR LIQUIDE MEDICINAL, S.A.	Sim
033	ALBERTO COUTO ALVES, S.A.	Sim
034	ALERT LIFE SCIENCES COMPUTING, S.A.	Sim
035	ALEXANDRE BARBOSA BORGES, S.A.	Não
036	ALGAR – VALORIZAÇÃO E TRATAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS, S.A.	Sim
037	ALLIANCE HEALTHCARE, S.A.	Sim
038	ALSTOM PORTUGAL, S.A.	Não
039	ALTICE LABS, S.A.	Não
040	ALUBAIRRO – SERRALHARIA CIVIL, LDA.	Não

<b>Código</b>	<b>Designação social</b>	<b>Amostra</b>
041	ALVES RIBEIRO, S.A.	Não
042	AMARSUL – VALORIZAÇÃO E TRATAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS, S.A.	Sim
043	AMBICARE INDUSTRIAL – TRATAMENTO DE RESÍDUOS, S.A.	Não
044	AMBIENTE & JARDIM II – MULTISERVICES, S.A.	Não
045	AMBIENTE GLOBAL – SERVIÇOS AMBIENTAIS, LDA.	Não
046	AMBIFLORA – SERVIÇOS DE SILVICULTURA E EXPLORAÇÃO FLORESTAL, LDA.	Não
047	AMBIGROUP RESÍDUOS, S.A.	Não
048	AMBINORMA II – SERVIÇOS DE DESINFESTAÇÃO E PROTECÇÃO AMBIENTAL, LDA.	Não
049	AMBITERMO – ENGENHARIA E EQUIPAMENTOS TÉRMICOS, S.A.	Não
050	AMCOR FLEXIBLES NEOCEL – EMBALAGENS, UNIPessoal, LDA.	Não
051	AMCOR FLEXIBLES PORTUGAL, LDA.	Sim
052	AMÉRICO COELHO RELVAS, SUCESSORES, S.A.	Não
053	AMORIM CORK COMPOSITES, S.A.	Sim
054	AMPERNOR – AUTOMAÇÃO E INSTALAÇÕES ELÉCTRICAS, LDA.	Não
055	ANA – AEROPORTOS DE PORTUGAL, S.A.	Sim
056	ANTÓNIO DA SILVA CAMPOS, S.A.	Não
057	ANTÓNIO FERREIRA DA SILVA & FILHOS, S.A.	Não
058	ANYWIND – ENERGIAS RENOVÁVEIS, LDA.	Não
059	AP – ÁGUAS DE PAREDES, S.A.	Sim
060	APADIL – ARMADURAS, PLÁSTICOS E ACESSÓRIOS DE ILUMINAÇÃO, S.A.	Não
061	APS – ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE SINES E DO ALGARVE, S.A.	Sim
062	APSS – ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE SETÚBAL E SESIMBRA, S.A.	Sim
063	AQUALEVEL, UNIPessoal, LDA.	Não
064	AQUALOGUS – ENGENHARIA E AMBIENTE, LDA.	Não
065	AQUAPOR – SERVIÇOS, S.A.	Não
066	AQUASIS – SISTEMAS DE INFORMAÇÃO, S.A.	Não
067	ARAMUS – INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS E SISTEMAS ELÉCTRICOS E ELECTROMECÂNICOS, LDA.	Não
068	ARESTALFER, S.A.	Não
069	AROXAMBIENTE – CONSTRUÇÕES METÁLICAS, S.A.	Não
070	ARRIVA PORTUGAL – TRANSPORTES, LDA.	Não
071	ARTELIA AMBIENTE, S.A.	Não
072	ASCENZA AGRO, S.A.	Sim
073	ASSOCIAÇÃO DE MUNICIPIOS DA TERRA QUENTE TRANSMONTANA	Sim
074	ATEP – AMKOR TECHNOLOGY PORTUGAL, S.A.	Sim
075	ATLANTIC ISLANDS ELECTRICITY (MADEIRA) – PRODUÇÃO, TRANSPORTE E DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA, S.A.	Não
076	ATLANTIC PHARMA – PRODUÇÕES FARMACÊUTICAS, S.A.	Não
077	ATM – ASSISTÊNCIA TOTAL EM MANUTENÇÃO, S.A.	Sim
078	AV – ÁGUAS DE VALONGO, S.A.	Sim
079	AVEICABO – TELECOMUNICAÇÕES E SERVIÇOS, S.A.	Não
080	AXIANSEU – DIGITAL SOLUTIONS, S.A.	Não
081	AZAD – SOCIEDADE DE INVESTIMENTOS TURÍSTICOS E HOTELEIROS, UNIPessoal, LDA.	Não
082	BABCOCK MISSION CRITICAL SERVICES PORTUGAL, UNIPessoal, LDA.	Sim
083	BARATA E MARCELINO – ENGENHARIA ENERGÉTICA, S.A.	Não
084	BE WATER, S.A.	Sim
085	BEIRAGÁS – COMPANHIA DE GÁS DAS BEIRAS, S.A.	Sim
086	BERMA – CENTRO DE IMPRESSÃO DIGITAL, LDA.	Não
087	BHB – SISTEMAS DE CONTROLO E MEDIDA, LDA.	Não

<b>Código</b>	<b>Designação social</b>	<b>Amostra</b>
088	BIAL – ARISTEGUI, PRODUTOS FARMACÊUTICOS, S.A.	Não
089	BIAL – PORTELA & CA., S.A.	Sim
090	BIAL OTC – PRODUTOS PARA A SAÚDE E HIGIENE, S.A.	Não
091	BIALPORT – PRODUTOS FARMACÊUTICOS, S.A.	Não
092	BI-BLOCO – PRODUTOS DE COMUNICAÇÃO, S.A.	Não
093	BIOANIDADE – HIGIENE GLOBAL, LDA.	Não
094	BIOVIA – ENGENHARIA E GESTÃO AMBIENTAL, S.A.	Não
095	BI-SILQUE – PRODUTOS DE COMUNICAÇÃO VISUAL, S.A.	Não
096	BLUEPHARMA – INDÚSTRIA FARMACÊUTICA, S.A.	Sim
097	BLUEPHARMA GENÉRICOS – COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS, S.A.	Não
098	BOCCARD PORTUGAL, LDA.	Sim
099	BÖLLINGHAUS STEEL, S.A.	Não
100	BOMBARDIER TRANSPORTATION PORTUGAL, S.A.	Sim
101	BOMBAS GRUNDFOS (PORTUGAL), S.A.	Sim
102	BONSAI WIND CONSTRUCTION, S.A.	Não
103	BRADCO – FABRICAÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DE MARROQUINARIA, S.A.	Não
104	BRAGALUX – MONTAGENS ELÉTRICAS, S.A.	Não
105	BRAVAL – VALORIZAÇÃO E TRATAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS, S.A.	Sim
106	BRESFOR – INDÚSTRIA DO FORMOL, S.A.	Sim
107	BYSAT II, S.A.	Não
108	BYSTEEL, S.A.	Sim
109	CAETANOBUS – FABRICAÇÃO DE CARROÇARIAS, S.A.	Não
110	CAIMA – INDÚSTRIA DE CELULOSE, S.A.	Sim
111	CAIMA ENERGIA – EMPRESA DE GESTÃO E EXPLORAÇÃO DE ENERGIA, S.A.	Sim
112	CALHEIROS EMBALAGENS, S.A.	Não
113	CANAS – ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO, S.A.	Não
114	CÂNDIDO JOSÉ RODRIGUES II RENEWABLES, S.A.	Não
115	CÂNDIDO JOSÉ RODRIGUES, S.A.	Não
116	CARI – CONSTRUTORES, S.A.	Sim
117	CARLOS FERREIRA DA SILVA & FILHOS – RECOLHA E RECICLAGEM DE PAPÉIS E PLÁSTICOS, LDA.	Não
118	CARLOS GIL – OBRAS PÚBLICAS, CONSTRUÇÃO CIVIL E MONTAGENS ELÉTRICAS, LDA.	Não
119	CARMONA – GESTÃO GLOBAL DE RESÍDUOS PERIGOSOS, S.A.	Não
120	CARMONA – SOCIEDADE DE LIMPEZA E TRATAMENTO DE COMBUSTÍVEIS, S.A.	Não
121	CASAIS – ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO, S.A.	Sim
122	CBE – PROJECTOS E ENGENHARIA EM TELECOMUNICAÇÕES, S.A.	Não
123	CCENERGIA – AUDITORIA E CONSULTORIA ENERGÉTICA, LDA.	Não
124	CEC – COMUNICAÇÕES E COMPUTADORES, S.A.	Não
125	CEGELEC – INSTALAÇÕES E SISTEMAS DE AUTOMAÇÃO, LDA.	Não
126	CELFOCUS – SOLUÇÕES INFORMÁTICAS PARA TELECOMUNICAÇÕES, S.A.	Não
127	CELTEJO – EMPRESA DE CELULOSE DO TEJO, S.A.	Sim
128	CELULOSE BEIRA INDUSTRIAL (CELBI), S.A.	Sim
129	CENFIM – CENTRO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL DA INDÚSTRIA METALÚRGICA E METALOMECÂNICA	Sim
130	CENTRO DE INVESTIGAÇÃO EM ENERGIA REN – STATE GRID, S.A.	Não
131	CENTRUM – FOMENTO TÉCNICO INDUSTRIAL, LDA.	Não
132	CESCE – COMPANHIA DE SEGURO DE CRÉDITO A LA EXPORTACION, S.A. (SUCURSAL PORTUGUESA)	Sim
133	CHARON – PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGURANÇA E VIGILÂNCIA, S.A.	Sim
134	CIARGA – ARGAMASSAS SECAS, S.A.	Não

<b>Código</b>	<b>Designação social</b>	<b>Amostra</b>
135	CIMONTUBO – TUBAGENS E SOLDADURA, LDA.	Não
136	CIMPOR – INDÚSTRIA DE CIMENTOS, S.A.	Sim
137	CIN – CORPORAÇÃO INDUSTRIAL DO NORTE, S.A.	Sim
138	CIN INDUSTRIAL COATINGS, S.A.	Não
139	CIPADE – INDÚSTRIA E INVESTIGAÇÃO DE PRODUTOS ADESIVOS, S.A.	Não
140	CISEC – SOLUÇÕES TÉCNICAS DE ENGENHARIA E SERVIÇOS, S.A.	Não
141	CISTERNAS REUNIDAS PORTUGUESAS – CISTERPOR, S.A.	Não
142	CITRUP – CENTRO INTEGRADO DE RESÍDUOS, LDA.	Não
143	CITYGÁS – INFRAESTRUTURAS DE GÁS, S.A.	Não
144	CLC – COMPANHIA LOGÍSTICA DE COMBUSTÍVEIS, S.A.	Sim
145	CLIMAESPAÇO – SOCIEDADE DE PRODUÇÃO E DISTRIBUIÇÃO URBANA DE ENERGIA TÉRMICA, S.A.	Sim
146	CME – CONSTRUÇÃO E MANUTENÇÃO ELECTROMECÂNICA, S.A.	Sim
147	CMP – CIMENTOS MACEIRA E PATAIAS, S.A.	Sim
148	COBELBA – SOCIEDADE DE CONSTRUÇÃO CIVIL, S.A.	Não
149	COMBITUR – CONTRUÇÕES IMOBILIÁRIAS E TURÍSTICAS, S.A.	Não
150	COMPANHIA INDUSTRIAL DE RESINAS SINTÉTICAS, CIRES, LDA.	Sim
151	CONDURIL – ENGENHARIA, S.A.	Sim
152	CONFRASILVAS – COFRAGENS, S.A.	Não
153	CONSTRUBUILD – SERVICES, LDA.	Não
154	CONSTRUÇÕES DIVIREIS, LDA.	Não
155	CONSTRUÇÕES GABRIEL A.S. COUTO, S.A.	Sim
156	CONSTRUÇÕES PRAGOSA, S.A.	Não
157	CONSTRUTORA DO TÂMEGA MADEIRA, S.A.	Não
158	CONSULGAL – CONSULTORES DE ENGENHARIA E GESTÃO, S.A.	Não
159	CORREIA & CORREIA, LDA.	Não
160	COSMARAL – CONSTRUÇÃO E ENGENHARIA CIVIL, LDA.	Não
161	COSTEIRA – ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO, S.A.	Não
162	COVIPOR – COMPANHIA VIDREIRA DO PORTO, LDA.	Não
163	CTGA – CENTRO TECNOLÓGICO DE GESTÃO AMBIENTAL, LDA.	Não
164	CTT – CORREIOS DE PORTUGAL, S.A.	Sim
165	CTT EXPRESSO – SERVIÇOS POSTAIS E LOGÍSTICA, S.A.	Não
166	CUF – QUÍMICOS INDUSTRIAIS, S.A.	Sim
167	CUNHA SOARES & FILHOS, LDA.	Não
168	DF – ELASTOMER SOLUTIONS, LDA.	Não
169	DIANAGÁS – SOCIEDADE DISTRIBUIDORA DE GÁS NATURAL DE ÉVORA, S.A.	Sim
170	DIVERINSTAL – INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO DE SISTEMAS DE TELECOMUNICAÇÕES, SOCIEDADE UNIPESSOAL, LDA.	Não
171	DOMINGOS DA SILVA TEIXEIRA, S.A.	Sim
172	DOMINÓ – INDÚSTRIAS CERÂMICAS, S.A.	Não
173	DOUROGÁS PROPANO – COMPANHIA COMERCIALIZADORA DE PROPANO, S.A.	Não
174	DRIVETEL – SERVIÇOS E PROJECTOS DE TELECOMUNICAÇÕES, S.A.	Não
175	DURIENSEGÁS – SOCIEDADE DISTRIBUIDORA DE GÁS NATURAL DO DOURO, S.A.	Sim
176	E. CORREIA DE BRITO, LDA.	Não
177	EAD – EMPRESA DE ARQUIVO DE DOCUMENTAÇÃO, S.A.	Não
178	EAMB – ESPOSENDE AMBIENTE, E.M. – SOCIEDADE UNIPESSOAL, LDA.	Sim
179	ECGL – UNIPESSOAL, LDA.	Não
180	ECOAMBIENTE – CONSULTORES DE ENGENHARIA, GESTÃO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, S.A.	Não
181	ECOCICLO – ENERGIA E AMBIENTE, S.A.	Não

<b>Código</b>	<b>Designação social</b>	<b>Amostra</b>
182	ECODEAL – GESTÃO INTEGRAL DE RESÍDUOS INDUSTRIAIS, S.A.	Sim
183	ECO-OIL – TRATAMENTO DE ÁGUAS CONTAMINADAS, S.A.	Não
184	ECOREDE – ENGENHARIA E SERVIÇOS, S.A.	Não
185	EDEN SPRINGS PORTUGAL, S.A.	Não
186	EDIVISA – EMPRESA DE CONSTRUÇÕES, S.A.	Sim
187	EDP PRODUÇÃO – BIOELÉTRICA, S.A.	Não
188	EDULAB – LABORATÓRIO DE EDULCORANTES, LDA.	Não
189	EFACEC ELECTRIC MOBILITY, S.A.	Sim
190	EFACEC ENERGIA – MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS ELÉTRICOS, S.A.	Sim
191	EFACEC ENGENHARIA E SISTEMAS, S.A.	Sim
192	EFACEC POWER SOLUTIONS, SGPS, S.A.	Sim
193	EFAPEL – EMPRESA FABRIL DE PRODUTOS ELÉTRICOS, S.A.	Não
194	EGEO – TECNOLOGIA E AMBIENTE, S.A.	Não
195	EGEO SOLVENTES, S.A.	Não
196	EGIS ROAD OPERATION PORTUGAL, S.A.	Não
197	EIKON – CENTRO GRÁFICO, S.A.	Não
198	EIP – ELECTRICIDADE INDUSTRIAL PORTUGUESA, S.A.	Não
199	ELECTRO-MINHO, LDA.	Não
200	ELEVOLUTION – ENGENHARIA, S.A.	Não
201	ELÍSIO PAULO & AZEVEDO, LDA.	Não
202	EMESINGULAR, LDA.	Não
203	EMIÁTOMO – PROJECTOS E MANUTENÇÃO INDUSTRIAL, LDA.	Não
204	EMPRESA DAS ÁGUAS DE SANTARÉM – E.M., S.A.	Sim
205	EMPRESA DE CONSTRUÇÕES AMÂNDIO CARVALHO, S.A.	Não
206	ENAME – SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS, S.A.	Não
207	ENERGÓLICA – PRODUÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA, S.A.	Não
208	ENESCOORD – COORDENAÇÃO E GESTÃO DE PROJECTOS E OBRAS, LDA.	Não
209	ENGIE – ENERGIAS NOVAS, GERAÇÃO RENOVÁVEL, INOVAÇÃO, EFICIÊNCIA ENERGÉTICA, S.A.	Não
210	ENONDAS – ENERGIA DAS ONDAS S.A.	Sim
211	ENOR – ELEVAÇÃO E EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS, LDA.	Não
212	ENVIRO – ENGENHARIA E GESTÃO AMBIENTAL, LDA.	Não
213	EPAL – EMPRESA PORTUGUESA DAS ÁGUAS LIVRES, S.A.	Sim
214	EPDM – EMPRESA DE PERFURAÇÃO E DESENVOLVIMENTO MINEIRO, S.A.	Não
215	EPME – EMPRESA PORTUGUESA DE MONTAGENS ELÉTRICAS, S.A.	Não
216	EPOS – EMPRESA PORTUGUESA DE OBRAS SUBTERRÂNEAS, S.A.	Sim
217	EQM2 – ELEVADORES E SERVIÇOS, LDA.	Não
218	EQS – SERVIÇOS DE ENGENHARIA, QUALIDADE E SEGURANÇA, LDA.	Não
219	ERI – ENGENHARIA, S.A.	Não
220	ERNESTO GRILO, SUCESSORES, LDA.	Não
221	ERSUC – RESÍDUOS SÓLIDOS DO CENTRO, S.A.	Sim
222	ERTECNA – EMPRESA DE REVESTIMENTOS TÉCNICOS, LDA.	Não
223	ESCALA VILA FRANCA – SOCIEDADE GESTORA DO ESTABELECIMENTO, S.A.	Sim
224	ESPAÇOS VERDES – PROJECTOS E CONSTRUÇÕES, LDA.	Não
225	ESSE – ESTACIONAMENTOS À SUPERFÍCIE, S.A.	Não
226	ESSILOR PORTUGAL – SOCIEDADE INDUSTRIAL DE ÓPTICA, LDA.	Não
227	ETERMAR – ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO, S.A.	Sim
228	EUREST (PORTUGAL) – SOCIEDADE EUROPEIA DE RESTAURANTES, LDA.	Sim

<b>Código</b>	<b>Designação social</b>	<b>Amostra</b>
229	EURICO FERREIRA, S.A.	Não
230	EURO SEPARADORA – GESTÃO DE RESÍDUOS, LDA.	Não
231	EUROCALOR – TERMO INSTALADORA, LDA.	Não
232	EUROCHEMICALS – PORTUGAL, S.A.	Não
233	EUROMEX – FACILITY SERVICES, LDA.	Não
234	EURORESINAS – INDÚSTRIAS QUÍMICAS, S.A.	Não
235	EXTRACO – CONSTRUCCIONES E PROXECTOS, S.A.	Não
236	FABORY PORTUGAL – PARAFUSARIA E MONTAGEM INDUSTRIAL, UNIPessoal, LDA.	Não
237	FAGAR – FARO, GESTÃO DE ÁGUAS E RESÍDUOS, E.M.	Sim
238	FARMALABOR – PRODUTOS FARMACÊUTICOS, S.A.	Não
239	FASE – ESTUDOS E PROJECTOS, S.A.	Não
240	FCC ENVIRONMENT PORTUGAL, S.A.	Não
241	FERGRUPO – CONSTRUÇÕES E TÉCNICAS FERROVIÁRIAS, S.A.	Não
242	FERREIRA – CONSTRUÇÃO, S.A.	Não
243	FERROSTAAL, LDA.	Não
244	FERTAGUS – TRAVESSIA DO TEJO, TRANSPORTES, S.A.	Sim
245	FICOCABLES – FÁBRICA DE ACESSÓRIOS E EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS, LDA.	Não
246	FIORIMA – FABRICAÇÃO DE PEÚGAS, S.A.	Não
247	FITS-ALL ORTHOPEADICS – CALÇADO ESPECIAL, LDA.	Não
248	FLEX 2000 – PRODUTOS FLEXÍVEIS, S.A.	Não
249	FLORA GARDEN – PROJETOS, SILVICULTURA E JARDINAGEM – UNIPessoal, LDA.	Não
250	FOCSA – SERVIÇOS DE SANEAMENTO URBANO DE PORTUGAL, S.A.	Não
251	FOUR GOLD WINDS RESORTS – EMPREENDIMENTOS TURÍSTICOS, S.A.	Não
252	FRANKLIM PRATA – INSTALAÇÃO DE REDES DE GÁS, LDA.	Não
253	FRT CARGO TRANSPORTES, S.A.	Não
254	FUCOLI-SOMEPAL – FUNDIÇÃO DE FERRO, S.A.	Não
255	GADSA – ARQUIVO E DEPÓSITO, S.A.	Não
256	GALVAZA – CONSTRUÇÕES METÁLICAS E GALVANIZAÇÃO, LDA.	Não
257	GÂNDARA – PAPEL VELHO E SUCATAS, LDA.	Não
258	GARLAND TRANSPORTES, LDA.	Não
259	GARNICA FACILITY SERVICES, LDA.	Não
260	GASFOMENTO – SISTEMAS E INSTALAÇÕES DE GÁS, S.A.	Não
261	GASPAR CORREIA – INSTALAÇÕES TÉCNICAS ESPECIAIS, S.A.	Não
262	GEBO PACKAGING SOLUTIONS PORTUGAL, S.A.	Não
263	GEG – GABINETE DE ESTRUTURAS E GEOTÉCNIA, LDA.	Não
264	GENERAL CABLE CELCAT – ENERGIA E TELECOMUNICAÇÕES, S.A.	Não
265	GEOMETRIC TALKS – ENGENHARIA, S.A.	Não
266	GERTAL – COMPANHIA GERAL DE RESTAURANTES E ALIMENTAÇÃO, S.A.	Sim
267	GIBB PORTUGAL – CONSULTORES DE ENGENHARIA, GESTÃO E AMBIENTE, S.A.	Não
268	GOFOAM – INDÚSTRIA E TRANSFORMAÇÃO ESPUMA, LDA.	Sim
269	GOLD ENERGY – COMERCIALIZADORA DE ENERGIA, S.A.	Sim
270	GOODRYSER – FOREST MANAGEMENT, S.A.	Não
271	GR4PT, S.A.	Não
272	GRAVINER – CONSTRUÇÕES, S.A.	Não
273	GRIPHONCOM – TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO, COMUNICAÇÕES E DESENVOLVIMENTO LOCAL, LDA.	Não
274	GROUPFIX N – ENGENHARIA E SERVIÇOS, S.A.	Não
275	GRUPO 8 – VIGILÂNCIA E PREVENÇÃO ELECTRÓNICA, S.A.	Sim

<b>Código</b>	<b>Designação social</b>	<b>Amostra</b>
276	GTM TAMOIN PORTUGAL, UNIPessoal, LDA.	Não
277	H TECNIC – CONSTRUÇÕES, LDA.	Sim
278	HABINORDESTE – SOCIEDADE DE CONSTRUÇÕES, LDA.	Não
279	HAÇOR M – MANUTENÇÃO DO EDIFÍCIO DO HOSPITAL DA ILHA TERCEIRA, A.C.E.	Não
280	HELENOS, S.A.	Não
281	HELIPORTUGAL – TRABALHOS E TRANSPORTE AÉREO, REPRESENTAÇÕES, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO, S.A.	Não
282	HELISUPORTE – CONSERVAÇÃO E REPARAÇÃO DE AERONAVES, S.A.	Não
283	HENRIQUES & HENRIQUES, S.A.	Não
284	HIDURBE SERVIÇOS, S.A.	Não
285	HL – MANUTENÇÃO, S.A.	Não
286	HORTO DO CAMPO GRANDE, S.A.	Não
287	HYDRAUBOX – COMÉRCIO E SERVIÇOS DE COMPONENTES PARA HIDRÁULICA, LDA.	Não
288	IBERLIM – SOCIEDADE TÉCNICA DE LIMPEZAS, S.A.	Sim
289	IBEROBRITA – PRODUTORA DE AGREGADOS, S.A.	Sim
290	IBERSOL, SGPS, S.A.	Sim
291	ICA – INDÚSTRIA E COMÉRCIO ALIMENTAR, S.A.	Não
292	IHT, LDA.	Não
293	IMOSA – INDÚSTRIAS MINEIRAS DO MONDEGO, S.A.	Não
294	INCHEMICA – INDÚSTRIA QUÍMICA DE ESPECIALIDADES, SOCIEDADE UNIPessoal, LDA.	Sim
295	INDAQUA – INDÚSTRIA E GESTÃO DE ÁGUAS, S.A.	Não
296	INDAQUA FAFE – GESTÃO DE ÁGUAS DE FAFE, S.A.	Sim
297	INDAQUA FEIRA – INDÚSTRIA DE ÁGUAS DE SANTA MARIA DA FEIRA, S.A.	Sim
298	INDAQUA MATOSINHOS – GESTÃO DE ÁGUAS DE MATOSINHOS, S.A.	Sim
299	INDAQUA OLIVEIRA DE AZEMÉIS – GESTÃO DE ÁGUAS DE OLIVEIRA DE AZEMÉIS, S.A.	Sim
300	INDAQUA SANTO TIRSO/TROFA – GESTÃO DE ÁGUAS DE SANTO TIRSO E TROFA, S.A.	Sim
301	INDAQUA VILA DO CONDE – GESTÃO DE ÁGUAS DE VILA DO CONDE, S.A.	Sim
302	INOVA – EMPRESA DE DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO E SOCIAL DE CANTANHEDE, E.M., S.A.	Sim
303	INSTITUTO DE SOLDADURA E QUALIDADE	Sim
304	INTER PERFIL – INDÚSTRIA DE PRODUTOS METÁLICOS, S.A.	Não
305	INTERBIAL – PRODUTOS FARMACÊUTICOS, S.A.	Não
306	INTERCYCLING – SOCIEDADE DE RECICLAGEM, S.A.	Sim
307	INTERSERV – SOCIEDADE TÉCNICA DE SERVIÇOS, LDA.	Não
308	ISETE – INOVAÇÃO, SOLUÇÕES ECONÓMICAS E TECNOLOGIAS ECOLÓGICAS, S.A.	Não
309	ISIDORO CORREIA DA SILVA, LDA.	Não
310	ISOLMONDEGO – INSTALAÇÃO DE FORNOS INDUSTRIAIS, S.A.	Não
311	ISPT – INDUSTRIAL SERVICES, S.A.	Não
312	ITAU – INSTITUTO TÉCNICO DE ALIMENTAÇÃO HUMANA, S.A.	Sim
313	J. NEVES & FILHOS – COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE FERRAGENS, S.A.	Não
314	J. R. RIBEIRO, MOLDES, LDA.	Não
315	J.H. ORNELAS & CA., SUCESSOR, LDA.	Não
316	JACINTO MARQUES DE OLIVEIRA, SUCESSORES, LDA.	Não
317	JOALPE – INDÚSTRIA DE EXPOSITORES, S.A.	Sim
318	JOÃO JACINTO TOMÉ, S.A.	Não
319	JOÃO SANTOS & COELHO, S.A.	Não
320	JOSÉ ALDEIA LAGOA & FILHOS, S.A.	Não
321	JOSÉ AVELINO PINTO – CONSTRUÇÕES E ENGENHARIA, S.A.	Não
322	JOSÉ MARIA FERREIRA & FILHOS, LDA.	Não

<b>Código</b>	<b>Designação social</b>	<b>Amostra</b>
323	JPM – AUTOMAÇÃO E EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS, S.A.	Não
324	JUNTA DE FREGUESIA DE AGUALVA E MIRA SINTRA	Sim
325	JUSTSERVICES, LDA.	Não
326	KBR ENGENHARIA, LDA.	Não
327	K-LOG, LOGÍSTICA, S.A.	Não
328	KNOW FOOD – ACTIVIDADES HOTELEIRAS, LDA.	Não
329	KOSANCRISPLANT – EQUIPAMENTOS PARA EXPLORAÇÃO DE GÁS, S.A.	Não
330	LABELEC – ESTUDOS, DESENVOLVIMENTOS E ACTIVIDADES LABORATORIAIS, S.A.	Não
331	LAMEIRINHO – INDÚSTRIA TÊXTIL, S.A.	Não
332	LAND LORD – INDÚSTRIA E INVESTIMENTOS, S.A.	Não
333	LANHOSO – TORREFACÇÃO DE CAFÉS, LDA.	Não
334	LASER BUILD – COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS, UNIPESSOAL, LDA.	Não
335	LCPOWER – LUÍS CARNEIRO, SOLUÇÕES DE ENERGIA, S.A.	Não
336	LEADPRO, LDA.	Não
337	LEICA – APARELHOS ÓPTICOS DE PRECISÃO, S.A.	Não
338	LEIRIREFRAT, LDA.	Não
339	LENA ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES, S.A.	Não
340	LIFTECH, S.A.	Não
341	LINDE PORTUGAL, LDA.	Sim
342	LINK CONSULTING – TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO, S.A.	Não
343	LINKCOM – SISTEMAS DE INFORMAÇÃO, S.A.	Não
344	LIPACO – LINHAS PARA CONFECÇÕES, LDA.	Não
345	LIPOR – SERVIÇO INTERMUNICIPILIZADO DE GESTÃO DE RESÍDUOS DO GRANDE PORTO	Sim
346	LISBOAGÁS GDL – SOCIEDADE DISTRIBUIDORA DE GÁS NATURAL DE LISBOA, S.A.	Sim
347	LITOCAR – DISTRIBUIÇÃO AUTOMÓVEL, S.A.	Não
348	LITOCAR BI – COMÉRCIO AUTOMÓVEL, S.A.	Não
349	LITOCAR H – COMÉRCIO AUTOMÓVEL, S.A.	Não
350	LOGITERS, LOGÍSTICA, PORTUGAL, S.A.	Não
351	LOGOPLASTE PORTUGAL, LDA.	Não
352	LOPES & GOMES, S.A.	Não
353	LORCOL – INDÚSTRIA DE COLAS E PRODUTOS QUÍMICOS, LDA.	Não
354	LUCAVADO – ENGENHARIA, LDA.	Não
355	LÚCIO SILVA AZEVEDO & FILHOS, S.A.	Sim
356	LUSÁGUA – SERVIÇOS AMBIENTAIS, S.A.	Não
357	LUSIAVES – INDÚSTRIA E COMÉRCIO AGRO-ALIMENTAR, S.A.	Não
358	LUSIFOR – SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS, LDA.	Não
359	LUSITANIAGÁS – COMPANHIA DE GÁS DO CENTRO, S.A.	Sim
360	LUSOCLIMA – SOLUÇÕES DE ENGENHARIA, S.A.	Não
361	LUSOPONTE – CONCESSIONÁRIA PARA A TRAVESSIA DO TEJO, S.A.	Não
362	LY LYON – CONSTRUÇÕES E MANUTENÇÕES METALOMECAÑICAS, S.A.	Não
363	M. COUTO ALVES – PSS, S.A.	Não
364	M. COUTO ALVES, S.A.	Não
365	M.N. RAMOS FERREIRA – ENGENHARIA, S.A.	Sim
366	MAIALIMPA – LIMPEZAS, MANUTENÇÃO E COMÉRCIO DE PRODUTOS CONEXOS, LDA.	Não
367	MALTHA GLASS RECYCLING PORTUGAL, LDA.	Não
368	MANVIA – MANUTENÇÃO E EXPLORAÇÃO DE INSTALAÇÕES E CONSTRUÇÃO, S.A.	Sim
369	MARMA – MANUTENÇÃO E GESTÃO DE EQUIPAMENTOS E INFRAESTRUTURAS, LDA.	Não

<b>Código</b>	<b>Designação social</b>	<b>Amostra</b>
370	MARQUES BRITAS, S.A.	Não
371	MARQUES, S.A.	Não
372	MARQUES, SGPS, S.A.	Não
373	MARTIFER – CONSTRUÇÕES METALOMECÂNICAS, S.A.	Sim
374	MAXITUR – EMPREENDIMENTOS TURÍSTICOS, LDA.	Não
375	MECWIDE SINES, S.A.	Não
376	MEDIBIAL – PRODUTOS MÉDICOS E FARMACÊUTICOS, S.A.	Não
377	MEDIGÁS – SOCIEDADE DISTRIBUIDORA DE GÁS NATURAL DO ALGARVE, S.A.	Sim
378	MELO & SOARES, LDA.	Não
379	MEO – SERVIÇOS DE COMUNICAÇÕES E MULTIMÉDIA, S.A.	Sim
380	METALOGALVA – IRMÃOS SILVAS, S.A.	Não
381	METALOVIANA – METALÚRGICA DE VIANA, S.A.	Não
382	METAVIL – EMPRESA TRANSFORMADORA METALO-VIDREIRA, LDA.	Não
383	METRO DO PORTO, S.A.	Sim
384	MICROPLÁSTICOS, S.A.	Não
385	MISTOLIN, S.A.	Não
386	MOLDEGAMA – MOLDES TÉCNICOS, S.A.	Não
387	MOLDES RP – INDÚSTRIA DE MOLDES, S.A.	Não
388	MOLDIT – INDÚSTRIA DE MOLDES, S.A.	Não
389	MONTEIRO & IRMÃO, S.A.	Não
390	MOTA-ENGL – ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO, S.A.	Sim
391	MOTOFIL ROBOTICS, S.A.	Não
392	MOTOFIL SERVIÇOS, LDA.	Não
393	MOURA, SILVA & FILHOS, S.A.	Sim
394	MOVECHO, S.A.	Não
395	MSF ENGENHARIA, S.A.	Não
396	MTS – METRO, TRANSPORTES DO SUL, S.A.	Não
397	MULTI PORTUGAL, S.A.	Sim
398	MUNICÍPIO DE ALFÂNDEGA DA FÉ	Sim
399	MUNICÍPIO DO PORTO	Sim
400	MUSAMI – OPERAÇÕES MUNICIPAIS DO AMBIENTE, E.I.M., S.A.	Sim
401	NASACAR – SOCIEDADE DE IMPORTAÇÃO E COMÉRCIO DE PEÇAS AUTO, LDA.	Não
402	NAVIGATOR ADDED VALUE, S.A.	Sim
403	NAVIGATOR PAPER FIGUEIRA, S.A.	Sim
404	NAVIGATOR PAPER SETÚBAL, S.A.	Sim
405	NAVIGATOR PULP CACIA, S.A.	Sim
406	NAVIGATOR PULP FIGUEIRA, S.A.	Sim
407	NAVIGATOR PULP SETÚBAL, S.A.	Sim
408	NAVIGATOR TISSUE RÓDÃO, S.A.	Sim
409	NEOPUL – SOCIEDADE DE ESTUDOS E CONSTRUÇÕES, S.A.	Não
410	NERGA – NÚCLEO EMPRESARIAL DA REGIÃO DA GUARDA - ASSOCIAÇÃO EMPRESARIAL	Não
411	NESTLÉ PORTUGAL, S.A.	Sim
412	NIMCO PORTUGAL, LDA.	Não
413	NORFERSTEEL – CONSTRUÇÕES E METALOMECÂNICA, S.A.	Não
414	NORMA AÇORES, SOCIEDADE DE ESTUDOS E APOIO AO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, S.A.	Sim
415	NOVA SERVIÇOS, LDA.	Não
416	NOVABASE BUSINESS SOLUTIONS – SOLUÇÕES DE CONSULTORIA, DESENVOLVIMENTO, INTEGRAÇÃO, (...), S.A.	Sim

<b>Código</b>	<b>Designação social</b>	<b>Amostra</b>
417	NOVABASE DIGITAL, S.A.	Sim
418	NOVABASE ENTERPRISE APLICATIONS – SISTEMAS DE INFORMAÇÃO DE GESTÃO EMPRESARIAL, S.A.	Sim
419	NOVABASE NEOTALENT, S.A.	Sim
420	NOVABASE SERVIÇOS – SERVIÇOS DE GESTÃO E CONSULTORIA, S.A.	Sim
421	NOVADELTA – COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE CAFÉS, S.A.	Sim
422	NOVOTIPO EUROPA – INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE EMBALAGENS, S.A.	Não
423	NRV – CONSULTORES DE ENGENHARIA, S.A.	Não
424	NVE – ENGENHARIAS, S.A.	Não
425	ODEBRECHT PORTUGAL, S.A.	Sim
426	OLBO & MEHLER TEX PORTUGAL, LDA.	Não
427	OLEGÁRIO FERNANDES – ARTES GRÁFICAS, S.A.	Não
428	OLI – SISTEMAS SANITÁRIOS, S.A.	Sim
429	OMYA MINERAL PORTUGUESA, LDA.	Não
430	ONITELECOM – INFOCOMUNICAÇÕES, S.A.	Não
431	OPEN RENEWABLES, S.A.	Não
432	OPERANDUS – LIMPEZA PROFISSIONAL, LDA.	Não
433	OPETREC – OPERAÇÕES E SERVIÇOS, LDA.	Não
434	OPUS EDILE – GESTÃO DE PROJECTOS DE ENGENHARIA, S.A.	Não
435	OPWAY – ENGENHARIA, S.A.	Não
436	P. MENDY PORTUGAL, LDA.	Não
437	P. A. RESIDEL – OPTIMIZAÇÃO ENERGÉTICA DE RESÍDUOS, S.A.	Não
438	PAINHAS, S.A.	Não
439	PAPELEIRA COREBOARD, S.A.	Não
440	PAPIRO, S.A.	Sim
441	PARQUES E JARDINS – PROJECTOS E CONSTRUÇÃO, LDA.	Não
442	PAXGÁS – SOCIEDADE DISTRIBUIDORA DE GÁS NATURAL DE BEJA, S.A.	Sim
443	PDT – PROJECTOS DE TELECOMUNICAÇÕES, S.A.	Sim
444	PEDAÇOS D’CASA – CONSTRUÇÃO CIVIL E REABILITAÇÃO, LDA.	Não
445	PENGEST – PLANEAMENTO, ENGENHARIA E GESTÃO, S.A.	Não
446	PERENE, S.A.	Não
447	PERFINOX – INDÚSTRIA METALÚRGICA, S.A.	Não
448	PETROASSIST – ENGENHARIA E SERVIÇOS, S.A.	Não
449	PETRÓLEOS DE PORTUGAL – PETROGAL, S.A.	Sim
450	PETROTEC – INOVAÇÃO E INDÚSTRIA, S.A.	Não
451	PLANITOI – IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO, S.A.	Não
452	PLATEC – INJEÇÃO DE PLÁSTICOS, LDA.	Não
453	PLM – PLANEAMENTO E GESTÃO DE MANUTENÇÃO, LDA.	Não
454	PLURAL – COOPERATIVA FARMACÊUTICA, CRL.	Não
455	PMPM – MOLDES E PLÁSTICOS, LDA.	Não
456	POÇO – EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS, S.A.	Não
457	PORCELANAS COSTA VERDE, S.A.	Sim
458	PORT’AMBIENTE – TRATAMENTO DE RESÍDUOS INDUSTRIAIS, S.A.	Não
459	PORTUGAL TELECOM – ASSOCIAÇÃO DE CUIDADOS DE SAÚDE	Não
460	POSTEREDÉ – POSTES ELÉCTRICOS, S.A.	Não
461	POTAUCO – EQUIPAMENTOS E SISTEMAS ELÉCTRICOS, S.A.	Não
462	PRAGOSA AMBIENTE, S.A.	Não
463	PRAGOSA BETÃO, S.A.	Não

<b>Código</b>	<b>Designação social</b>	<b>Amostra</b>
464	PRAGOSA IMOBILIÁRIA, S.A.	Não
465	PRAGOSA TRANSPORTES, S.A.	Não
466	PRESTIBEL – EMPRESA DE SEGURANÇA, S.A.	Não
467	PRF – GÁS, TECNOLOGIA E CONSTRUÇÃO, S.A.	Não
468	PRICEWATERHOUSECOOPERS & ASSOCIADOS – SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS, LDA.	Sim
469	PRICEWATERHOUSECOOPERS & ASSOCIADOS / MFAS – MANAGEMENT, FINANCE & ACCOUNTING SERVICES, LDA.	Sim
470	PRICEWATERHOUSECOOPERS / AG – ASSESSORIA DE GESTÃO, LDA.	Sim
471	PRIIO BIO, S.A.	Sim
472	PRIIO ENERGY, S.A.	Não
473	PRIIO SUPPLY, S.A.	Sim
474	PROENGEL – PROJECTOS DE ENGENHARIA E ARQUITECTURA, LDA.	Não
475	PROJINKO SOLAR PORTUGAL, UNIPESSOAL, LDA.	Não
476	PRO-LAMP, LDA.	Não
477	PROMAN – CENTRO DE ESTUDOS E PROJECTOS, S.A.	Não
478	PROMORAIL – TECNOLOGIAS DE CAMINHOS DE FERRO, S.A.	Não
479	PROSOLVERS, S.A.	Não
480	PROSPECTIVA – PROJECTOS, SERVIÇOS, ESTUDOS, S.A.	Não
481	PSG – SEGURANÇA PRIVADA, S.A.	Não
482	QUADROMOR – ELECTRICIDADE E INSTRUMENTAÇÃO, S.A.	Não
483	QUANTAL, S.A.	Não
484	QUIMITÉCNICA.COM – COMÉRCIO E INDÚSTRIA QUÍMICA, S.A.	Não
485	QUINTAS & QUINTAS – CONDUTORES ELÉCTRICOS, S.A.	Não
486	RACENTRO – FÁBRICA DE RAÇÕES DO CENTRO, S.A.	Não
487	RAMALHO ROSA COBETAR – SOCIEDADE DE CONSTRUÇÕES, S.A.	Sim
488	REBONAVE – REBOQUES E ASSISTÊNCIA NAVAL, S.A.	Não
489	RECOLTE – SERVIÇOS E MEIO AMBIENTE, S.A.	Não
490	REDE AMBIENTE – ENGENHARIA E SERVIÇOS, S.A.	Não
491	REDEGÁS – PROJECTO E INSTALAÇÕES DE GÁS, S.A.	Não
492	REILIMPA – LIMPEZAS E SERVIÇOS, S.A.	Não
493	REMBALCOM, S.A.	Não
494	REN – REDE ELÉCTRICA NACIONAL, S.A.	Sim
495	REN – REDES ENERGÉTICAS NACIONAIS, SGPS, S.A.	Sim
496	REN ARMAZENAGEM, S.A.	Sim
497	REN ATLÂNTICO – TERMINAL DE GNL, S.A.	Sim
498	REN GASODUTOS, S.A.	Sim
499	REN SERVIÇOS, S.A.	Sim
500	RENASCIMENTO – GESTÃO E RECICLAGEM DE RESÍDUOS, LDA.	Não
501	RENCAD – CONSTRUÇÃO CIVIL E MONTAGENS ELÉCTRICAS, LDA.	Não
502	RENOVA – FÁBRICA DE PAPEL DO ALMONDA, S.A.	Sim
503	RENTELECOM – COMUNICAÇÕES, S.A.	Sim
504	REPSOL GÁS PORTUGAL, S.A.	Sim
505	REPSOL POLÍMEROS, S.A.	Sim
506	RESÍDUOS DO NORDESTE, E.I.M., S.A.	Sim
507	RESIESTRELA – VALORIZAÇÃO E TRATAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS, S.A.	Sim
508	RESILEI – TRATAMENTOS DE RESÍDUOS INDUSTRIAIS, S.A.	Não
509	RESINORTE – VALORIZAÇÃO E TRATAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS, S.A.	Sim
510	RESPOL – RESINAS, S.A.	Sim

<b>Código</b>	<b>Designação social</b>	<b>Amostra</b>
511	RESULIMA – VALORIZAÇÃO E TRATAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS, S.A.	Sim
512	RIOPELE – TÊXTEIS, S.A.	Não
513	RIVAZ QUÍMICA, S.A.	Não
514	RNM – PRODUTOS QUÍMICOS, S.A.	Sim
515	RNM – TRANSPORTES QUÍMICOS, S.A.	Não
516	ROCA TORNEIRAS, S.A.	Não
517	RODEL – RODRIGUES, DELGADO & CA., S.A.	Não
518	RODOVIÁRIA DE LISBOA, S.A.	Sim
519	RODRIGUES & CAMACHO – CONSTRUÇÕES, S.A.	Não
520	ROLEAR.ON – SOLUÇÕES DE ENGENHARIA, S.A.	Não
521	RSTEEL – FÁBRICA DE TUBOS METÁLICOS, S.A.	Não
522	RUBIS ENERGIA PORTUGAL, S.A.	Sim
523	RUI MOTA OLIVEIRA SERVICES, UNIPessoal, LDA.	Não
524	S & A – SOCIEDADE INDUSTRIAL DE APERITIVOS, S.A.	Não
525	SACOPOR – SOCIEDADE DE EMBALAGENS E SACOS DE PAPEL, S.A.	Não
526	SAFIRA FACILITY SERVICES, S.A.	Não
527	SAGIES – SEGURANÇA, HIGIENE E SAÚDE NO TRABALHO, S.A.	Não
528	SAICA PACK PORTUGAL, S.A.	Não
529	SAINT-GOBAIN ABRASIVOS, LDA.	Não
530	SAINT-GOBAIN SEKURIT PORTUGAL – VIDRO AUTOMÓVEL, S.A.	Não
531	SAINT-GOBAIN WEBER PORTUGAL, S.A.	Não
532	SANTOS & CORDEIRO, S.A.	Não
533	SANTOS BAROSA – VIDROS, S.A.	Sim
534	SATA – GESTÃO DE AERODROMOS, S.A.	Sim
535	SATA AIR AÇORES – SOCIEDADE AÇOREANA DE TRANSPORTES AÉREOS, S.A.	Sim
536	SATA INTERNATIONAL – AZORES AIRLINES, S.A.	Sim
537	SATEPOR – INDÚSTRIA DE TRAVESSAS DE BETÃO, S.A.	Não
538	SCHNEIDER ELECTRIC PORTUGAL, LDA.	Sim
539	SCHREIBER FOODS PORTUGAL, S.A.	Sim
540	SECIL – COMPANHIA GERAL DE CAL E CIMENTO, S.A.	Sim
541	SECURITAS – SERVIÇOS E TECNOLOGIA DE SEGURANÇA, S.A.	Sim
542	SEGOPER – PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGURANÇA E VIGILÂNCIA, LDA.	Não
543	SENVION PORTUGAL, UNIPessoal, LDA.	Não
544	SERDIAL VENDING, S.A.	Sim
545	SERVIÇO DE UTILIZAÇÃO COMUM DOS HOSPITAIS (SUCH)	Sim
546	SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA E SANEAMENTO DE ALMADA	Sim
547	SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA E SANEAMENTO DE SINTRA	Sim
548	SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE SANEAMENTO BÁSICO DE VIANA DO CASTELO	Sim
549	SERVITIS, LDA.	Não
550	SETGÁS – SOCIEDADE DE DISTRIBUIÇÃO DE GÁS NATURAL, S.A.	Sim
551	SETH – SOCIEDADE DE EMPREITADAS E TRABALHOS HIDRÁULICOS, S.A.	Sim
552	SETRONIX – SOCIEDADE DE ESTUDOS E EMPREENDIMENTOS DE TELECOMUNICAÇÕES, S.A.	Não
553	SEVEME – INDÚSTRIAS METALÚRGICAS, S.A.	Não
554	SGL – CORPORATE FACILITY SERVICES, S.A.	Não
555	SIBELCO PORTUGUESA, LDA.	Sim
556	SIE – SOCIEDADE INTERNACIONAL DE EMBALAGENS, S.A.	Não
557	SIEMENS HEALTHCARE, UNIPessoal, LDA.	Sim

<b>Código</b>	<b>Designação social</b>	<b>Amostra</b>
558	SIEMENS POSTAL, PARCEL & AIRPORT LOGISTICS, UNIPessoal, LDA.	Não
559	SIEMENS, S.A.	Sim
560	SIGÁS – ARMAZENAMENTO DE GÁS, A.C.E.	Não
561	SILOGIA – INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE DIVISÓRIAS E SISTEMAS METÁLICOS, S.A.	Não
562	SILVA & VINHA, S.A.	Não
563	SILVEX – INDÚSTRIA DE PLÁSTICOS E PAPÉIS, S.A.	Não
564	SIMARSUL – SANEAMENTO DA PENÍNSULA DE SETÚBAL, S.A.	Sim
565	SIMDOURO – SANEAMENTO DO GRANDE PORTO, S.A.	Sim
566	SIMPLAC – TECNOLOGIA MECÂNICA, LDA.	Não
567	SINASE RH – RECURSOS HUMANOS, ESTUDOS E DESENVOLVIMENTO DE EMPRESAS, LDA.	Não
568	SISAQUA – SISTEMAS DE SANEAMENTO BÁSICO, S.A.	Não
569	SISAV – SISTEMA INTEGRADO DE TRATAMENTO E ELIMINAÇÃO DE RESÍDUOS, S.A.	Não
570	SISINT – SUPERVISÃO, CONSERVAÇÃO, MANUTENÇÃO E GESTÃO DE REDES DE ENERGIA, LDA.	Não
571	SKELT – METALOMECÂNICA, S.A.	Não
572	SKK – CENTRAL DE DISTRIBUIÇÃO PARA REFRIGERAÇÃO E CLIMATIZAÇÃO, LDA.	Não
573	S-LOG – SERVIÇOS E LOGÍSTICA, S.A.	Não
574	SMM – SOCIEDADE DE MONTAGENS METALOMECÂNICAS, S.A.	Não
575	SN MAIA – SIDERURGIA NACIONAL, S.A.	Sim
576	SN SEIXAL – SIDERURGIA NACIONAL, S.A.	Sim
577	SN TRANSFORMADOS, S.A.	Não
578	SOCICARRIL – SOCIEDADE DE CONSTRUÇÕES FERROVIÁRIAS, LDA.	Não
579	SOCICORREIA – ENGENHARIA, S.A.	Não
580	SOCIEDADE DE TRANSPORTES COLECTIVOS DO PORTO, S.A.	Sim
581	SOCIEDADE METALÚRGICA MARINHENSE, LDA.	Não
582	SOCITREL – SOCIEDADE INDUSTRIAL DE TREFILARIA, S.A.	Não
583	SO FARIMEX – INDÚSTRIA QUÍMICA E FARMACÊUTICA, S.A.	Não
584	SOLARCA (PORTUGAL), UNIPessoal, LDA.	Não
585	SOLIDAL – CONDUTORES ELÉCTRICOS, S.A.	Não
586	SOLVAY PORTUGAL – PRODUTOS QUÍMICOS, S.A.	Sim
587	SOMAFEL – ENGENHARIA E OBRAS FERROVIÁRIAS, S.A.	Não
588	SOMAGUE ENGENHARIA, S.A.	Sim
589	SOMARO, LDA.	Não
590	SOMOS AMBIENTE, A.C.E.	Não
591	SONAE – INDÚSTRIA DE REVESTIMENTOS, S.A.	Sim
592	SONAE ARAUCO PORTUGAL, S.A.	Sim
593	SONORGÁS – SOCIEDADE DE GÁS DO NORTE, S.A.	Sim
594	SOPAIS – COMPONENTES METÁLICOS, LDA.	Não
595	SOTÉCNICA – SOCIEDADE ELECTROTÉCNICA, S.A.	Não
596	SOTECNO GAIO, S.A.	Não
597	SOUSA & FERNANDES, LDA.	Não
598	SPDH – SERVIÇOS PORTUGUESES DE HANDLING, S.A.	Sim
599	SQE – PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM SEGURANÇA, QUALIDADE E ENGENHARIA, LDA.	Não
600	STANLEY SECURITY PORTUGAL, UNIPessoal, LDA.	Não
601	STEELGREEN, S.A.	Não
602	STELLEP – PRODUÇÃO DE PELLETS, S.A.	Não
603	STERICYCLE PORTUGAL, LDA.	Não
604	STRONG – SEGURANÇA, S.A.	Sim

<b>Código</b>	<b>Designação social</b>	<b>Amostra</b>
605	SUCH-VEOLIA – SERVIÇOS HOSPITALARES, A.C.E.	Não
606	SULDOURO – VALORIZAÇÃO E TRATAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS, S.A.	Sim
607	SUMA – SERVIÇOS URBANOS E MEIO AMBIENTE, S.A.	Sim
608	SUPER BOCK BEBIDAS, S.A.	Sim
609	SUPER BOCK GROUP, SGPS, S.A.	Sim
610	SYMINGTON – VINHOS, S.A.	Não
611	TAGUSGÁS – EMPRESA DE GÁS DO VALE DO TEJO, S.A.	Sim
612	TAKARGO – TRANSPORTE DE MERCADORIAS, S.A.	Sim
613	TANHAGARDEN – ESPAÇOS VERDES, LDA.	Não
614	TCLAB – TECNOLOGIAS CELULARES PARA APLICAÇÃO MÉDICA, UNIPESSOAL, LDA.	Não
615	TDGI – TECNOLOGIA DE GESTÃO DE IMÓVEIS, S.A.	Não
616	TECHNOEDIF – ENGENHARIA, S.A.	Não
617	TECNASOL – FGE, FUNDAÇÕES E GEOTECNIA, S.A.	Não
618	TECNOGRAVURA – GRAVURAS METÁLICAS, S.A.	Não
619	TECNOPLANO – TECNOLOGIA E PLANEAMENTO, S.A.	Não
620	TECNOPROJECTO INTERNACIONAL – PROJECTOS E REALIZAÇÕES INDUSTRIAIS, S.A.	Não
621	TECNORÉM – ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES, S.A.	Não
622	TECNOVIA – MADEIRA, SOCIEDADE DE EMPREITADAS, S.A.	Não
623	TECPAN – TECNOLOGIA E PRODUTOS PARA PASTELARIA E PANIFICAÇÃO, LDA.	Não
624	TEIXEIRA DUARTE – ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES, S.A.	Sim
625	TELCABO – TELECOMUNICAÇÕES E ELECTRICIDADE, S.A.	Não
626	TELHABEL – CONSTRUÇÕES, S.A.	Não
627	TENCO CAFÉS, LDA.	Não
628	TERMO-AVE – VENTILAÇÃO E AR CONDICIONADO, LDA.	Não
629	TERRA FÉRTIL – GESTÃO E VALORIZAÇÃO DE RESÍDUOS, LDA.	Não
630	TETRAPROJECTO – SERVIÇOS DE ENGENHARIA, LDA.	Não
631	THALES PORTUGAL, S.A.	Sim
632	THE NAVIGATOR COMPANY, S.A.	Sim
633	THYSSENKRUPP ELEVADORES, S.A.	Sim
634	TIEL – TRANSPORTES E LOGÍSTICA, S.A.	Não
635	TINTAS ROBBIALAC, S.A.	Não
636	TIVOLI GARE DO ORIENTE – SOCIEDADE DE GESTÃO HOTELEIRA, S.A.	Não
637	TJA – TRANSPORTES J. AMARAL, S.A.	Não
638	TMG – TECIDOS PLASTIFICADOS E OUTROS REVESTIMENTOS PARA A INDÚSTRIA AUTOMÓVEL, S.A.	Não
639	TN – TRANSPORTES M. SIMÕES NOGUEIRA, S.A.	Não
640	TNT EXPRESS WORLDWIDE (PORTUGAL) – TRANSITÁRIOS, TRANSPORTES E SERVIÇOS COMPLEMENTARES, S.A.	Sim
641	TOYOTA CAETANO PORTUGAL, S.A.	Sim
642	TPF PLANEGE – CONSULTORES DE ENGENHARIA E GESTÃO, S.A.	Sim
643	TRANSPORTES BROLIVEIRA, LDA.	Não
644	TRANSPORTES FIGUEIREDO & FIGUEIREDO, LDA.	Não
645	TRANSUCATAS – SOLUÇÕES AMBIENTAIS, S.A.	Não
646	TRANSURBANOS DE GUIMARÃES – TRANSPORTES PUBLICOS, LDA.	Não
647	TRATOLIXO – TRATAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS, E.I.M. – EMPRESA INTERMUNICIPAL, S.A.	Sim
648	TST – TRANSPORTES SUL DO TEJO, S.A.	Sim
649	TUBOGAL – ANDAIMES E ESCORAMENTOS DE PORTUGAL, S.A.	Não
650	TUF – TRANSPORTES URBANOS DE FAMILIÇÃO, LDA.	Não
651	TUVMETALICA, LDA.	Não

<b>Código</b>	<b>Designação social</b>	<b>Amostra</b>
652	TV RIA – SISTEMAS DE COMUNICAÇÃO, LDA.	Não
653	TWISTOP – SERVIÇOS DE ENGENHARIA E EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS, S.A.	Não
654	UARTRÓNICA ELECTRÓNICA, LDA.	Não
655	UEM – UNIDADE DE ESTRUTURAS METÁLICAS, S.A.	Não
656	ULTRAGÁS – INSTALAÇÕES, COMÉRCIO E PROJECTOS DE GÁS, S.A.	Não
657	UMBELINO MONTEIRO, S.A.	Não
658	UNICER – ÁGUAS, S.A.	Sim
659	UNICER VINHOS, S.A.	Sim
660	UNISELF – SOCIEDADE DE RESTAURANTES PÚBLICOS E PRIVADOS, S.A.	Não
661	UPK – GESTÃO DE FACILITIES E MANUTENÇÃO, S.A.	Sim
662	VADECA – FACILITY SERVICES, S.A.	Não
663	VADECA AMBIENTE – PRESERVAÇÃO E CONTROLE, S.A.	Não
664	VALE PARAÍSO – EMPREENDIMENTOS TURÍSTICOS, S.A.	Não
665	VALINOX – INDÚSTRIAS METALÚRGICAS, S.A.	Não
666	VALNOR – VALORIZAÇÃO E TRATAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS, S.A.	Sim
667	VALORA – SERVIÇOS DE APOIO À EMISSÃO MONETÁRIA, S.A.	Sim
668	VALORLIS – VALORIZAÇÃO E TRATAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS, S.A.	Sim
669	VALORMINHO – VALORIZAÇÃO E TRATAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS, S.A.	Sim
670	VALORSUL – VALORIZAÇÃO E TRATAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS DAS REGIÕES DE LISBOA E DO OESTE, S.A.	Sim
671	VENTIPOWER, S.A.	Não
672	VEOLIA PORTUGAL, S.A.	Sim
673	VERALLIA PORTUGAL, S.A.	Sim
674	VERTO, S.A.	Não
675	VIATEL – TECNOLOGIA DE COMUNICAÇÕES, S.A.	Sim
676	VIBEIRAS – SOCIEDADE COMERCIAL DE PLANTAS, S.A.	Sim
677	VIEIRA & MARQUES, LDA.	Não
678	VIGIEXPERT – PREVENÇÃO E VIGILÂNCIA PRIVADA, LDA.	Não
679	VIMÁGUA – EMPRESA DE ÁGUA E SANEAMENTO DE GUIMARÃES E VIZELA, E.I.M., S.A.	Sim
680	VIRGÍLIO DE OLIVEIRA MAIA, S.A.	Não
681	VISABEIRA – SOCIEDADE TÉCNICA DE OBRAS E PROJECTOS, LDA.	Sim
682	VISABEIRA GLOBAL, SGPS, S.A.	Sim
683	VISACASA – SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA E MANUTENÇÃO GLOBAL, S.A.	Sim
684	VISOTELA – SOCIEDADE TÉCNICA DE ELECTROMECÂNICA, LDA.	Não
685	VITOR GANCHINHO – ILUMINA, LDA.	Sim
686	VITOR HUGO – COORDENAÇÃO E GESTÃO DE PROJECTOS, S.A.	Não
687	VMPS – ÁGUAS E TURISMO, S.A.	Não
688	VOLTALIA PORTUGAL, S.A.	Sim
689	VSL SISTEMAS PORTUGAL – PRÉ-ESFORÇO, EQUIPAMENTO E MONTAGENS, S.A.	Não
690	WARMHOLE, LDA.	Não
691	WAVECOM – SOLUÇÕES RÁDIO, S.A.	Não
692	WIPPYTEX, LDA.	Não
693	WONDERCOM – GESTÃO DE PROJECTOS E EQUIPAMENTOS DE INFORMAÇÃO E TELECOMUNICAÇÕES, LDA.	Não
694	WORTHINGTON CYLINDERS – EMBALAGENS INDUSTRIAIS DE GÁS, S.A.	Não
695	YGE – YSER GREEN ENERGY, S.A.	Não
696	YKK PORTUGAL – ACESSÓRIOS PARA VESTUÁRIO, LDA.	Não
697	ZAGOPE – CONSTRUÇÕES E ENGENHARIA, S.A.	Não
698	ZWM – WHITE SOLDER UE METALS LDA.	Não

## **FICHA TÉCNICA**

### **Título**

A Comunicação de Resultados sobre Desenvolvimento Sustentável nas Organizações Portuguesas Certificadas em Qualidade, Ambiente e Segurança

### **Autor**

Filipe José da Fonseca Carvalho

### **Orientador**

Professor Doutor Luís Miguel Ciravegna Martins da Fonseca

### **Instituição**

Instituto Politécnico do Porto (IPP)  
Instituto Superior de Engenharia do Porto (ISEP)  
Departamento de Engenharia Mecânica (DEM)

### **Curso**

Mestrado em Engenharia Mecânica (MEM)  
Ramo de Especialização em Gestão Industrial (GI)

### **Edição**

Versão 2

### **Data**

Setembro de 2019

### **Impressão e Encadernação**

Graphite® Design, Cópias e Publicidade de Araújo Carvalho & Dinis, Lda.

### **Número de Páginas**

Cento e Oitenta (180)

### **Número de Exemplares Impressos**

Um (1)

© 2019

Filipe Carvalho

Dissertação de Mestrado

Departamento de Engenharia Mecânica

Instituto Superior de Engenharia do Porto (ISEP)

Rua Doutor António Bernardino de Almeida, N.º 431

4249-015 Porto | Portugal

## NOTA BIOGRÁFICA DO AUTOR

**Filipe Carvalho** é licenciado em Engenharia Ambiental e dos Recursos Naturais pela Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD), desde 2001, mestre em Engenharia do Ambiente pela mesma universidade, mestre em Engenharia Industrial (ramo de especialização em Qualidade, Segurança e Manutenção) pela Universidade do Minho (UM) e mestre em Sistemas Integrados de Gestão da Qualidade, Ambiente e Segurança pelo Instituto Politécnico do Cávado e do Ave (IPCA), bem como ainda pós-graduado em Sistemas Integrados de Gestão da Qualidade, Ambiente e Segurança pelo Instituto Superior de Engenharia do Porto – Instituto Politécnico do Porto (ISEP – IPP). Por outro lado, ele é autor e coautor de dissertações, livros e artigos científicos, bem como orador em congressos e seminários nacionais e internacionais sobre Sistemas Integrados de Gestão – Qualidade, Ambiente, Segurança e Saúde do Trabalho (SIG – QASST). Atualmente, ele desenvolve funções como docente, consultor, gestor, auditor e formador (certificado) nas áreas da qualidade, ambiente, segurança e saúde do trabalho e responsabilidade social, entre outras, ao nível da implementação e manutenção de Sistemas Integrados de Gestão (SIG), com o intuito de alcançar a melhoria contínua em prol do desenvolvimento sustentável do nosso planeta Terra.



✉ [filipejcarvalho@gmail.com](mailto:filipejcarvalho@gmail.com)

### BIOGRAPHICAL NOTE

**Filipe Carvalho** (Author) is graduated in Environmental Engineering and Natural Resources from the University of Trás-os-Montes and Alto Douro (UTAD), since 2001, master in Environment Engineering from the same university, master in Industrial Engineering (branch of specialization in Quality, Safety and Maintenance) from the University of Minho (UM) and master in Integrated Management Systems of the Quality, Environment and Safety from the Polytechnic Institute of Cavado and Ave (IPCA), as well as still postgraduate in Integrated Management Systems of the Quality, Environment and Safety from the School of Engineering – Polytechnic of Porto (ISEP – IPP). On the other hand, he is author and co-author of dissertations, books and scientific articles, as well as speaker at national and international congresses and seminars on Integrated Management Systems – Quality, Environment, Occupational Health and Safety (IMS – QEOHS). Currently, he develops duties as teacher, consultant, manager, auditor and trainer (certified) in the areas of the quality, environment, occupational health and safety and social responsibility, among others, at the level of the implementation and maintenance of Integrated Management Systems (IMS), in order to achieve continuous improvement on behalf of the sustainable development of the our planet Earth.